

Amanda Candeias
Angelo Segrillo

Rosa Luxemburgo e Seus
Debates com Lenin Sobre a
Questão Nacional

1ª edição

São Paulo
FFLCH/USP
2022

Copyright © 2022 os autores
Todos os direitos reservados

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

C216 Candeias, Amanda.
Rosa Luxemburgo e seus debates com Lenin sobre a Questão Nacional /
Amanda Candeias, Angelo Segrillo. -- São Paulo :
FFLCH/USP, 2022.
252 p.

ISBN 978-65-87621-63-0

1. Nacionalismo – Rússia. 2. Nacionalismo – Polônia. I. Luxemburg,
Rosa (1871-1919). II. Lenin, Vladimir Ilyich (1870-1924). III. Segrillo,
Angelo.

CDD 335.4

Capa: Laboratório de Estudos da Ásia (USP).

Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)
Departamento de História - FFLCH
Universidade de São Paulo
Av. Professor Lineu Prestes, 338
CEP: 05508-900 São Paulo – SP
Tel: (55) (11) 30913760
e-mail: laboratoriodeestudosdaasia@usp.br
Brasil

ROSA LUXEMBURGO E SEUS DEBATES COM LENIN SOBRE A QUESTÃO NACIONAL

Um livro patrocinado por:

Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)
(Coordenadores: Angelo Segrillo/Peter Demant)

Departamento de História
(Chefe: Maria Cristina Correia Leandro Pereira)

FFLCH
(Diretor: Paulo Martins)
Vice-diretora: Ana Paula Torres Megiani)

Universidade de São Paulo
(Reitor: Vahan Agopyan)
Vice-Reitor: Antonio Carlos Hernandes)

São Paulo – Brasil
2022

SUMÁRIO

Sobre as publicações do LEA	6
Dos autores	7
Lista de abreviaturas e acrônimos	8
Introdução	9
Capítulo 1 - Abordagens Teóricas Sobre o Nacionalismo	10
Capítulo 2 – Rosa Luxemburgo	16
2.1 – Luxemburgo: vida e obra	16
2.2 – Luxemburgo sobre nacionalismo em geral	43
Capítulo 3 – Lenin	118
3.1 – Lenin: vida e obra	118
3.2 – Lenin sobre nacionalismo em geral	132
Capítulo 4 – O Debate entre Lenin e Rosa Luxemburgo Sobre a Questão Nacional	151
Palavras Finais	231
Fontes e bibliografia	234

Sobre as publicações do LEA

Este é o décimo primeiro livro publicado sob os auspícios do Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) do departamento de História da Universidade de São Paulo

Esta série destina-se a divulgar pesquisas de ponta sobre temas asiáticos e eurásianos realizadas no âmbito da (ou em colaboração com a) Universidade de São Paulo.

Esperamos que a leitura seja útil e agradável

Dos autores

Este trabalho representa a publicação, em forma de livro, de materiais coletados para minha tese de mestrado sobre os debates entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Como a participação do Professor Angelo Segrillo, meu orientador (com seu constante apoio moral, sugestões de leitura, correções, etc.) foi fundamental para o término bem sucedido da empreitada, eu o convidei para ser co-autor desta versão em forma de livro. Fico contente que tenha aceitado e espero que nossa parceria intelectual possa continuar no futuro. Entrementes, espero que esta obra seja útil aos nossos leitores.

Amanda Candeias

Eu fiquei surpreso e feliz com o convite de Amanda para ser coautor deste livro, efeito colateral da tese de mestrado que orientei. Amanda e eu realmente desenvolvemos uma estreita parceria de trabalho e crescemos intelectualmente juntos neste período. Eu já tinha um profundo conhecimento da obra de Lenin e, estimulado por Amanda, me aprofundei nos artigos e livros de Rosa Luxemburgo para alimentar esta pesquisa comparativa. Acredito que o resultado final foi significativo. Apesar de haver um bom número de livros e artigos que estabelecem comparação entre os pensamentos de Luxemburgo e Lenin em geral, incluindo aí aspectos da questão nacional, acredito que este seja o primeiro livro dedicado *exclusivamente* ao tema do debate entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Esperamos que possa ser útil a leigos e especialistas interessados no assunto.

Angelo Segrillo.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

- cap. = capítulo
- KPD = *Kommunistische Partei Deutschlands* (“Partido Comunista da Alemanha”)
- p. = página
- pt. = parte
- par. = parágrafo
- POSDR = Partido Operário Social-Democrata da Rússia
- PPS = *Polska Partia Socjalistyczna* (“Partido Socialista Polonês”)
- SDKP = ver SDKPiL
- SDKPiL = *Socjaldemokracja Królestwa Polskiego i Litwy* (“Social-Democracia do Reino da Polónia e Lituânia”) [originalmente chamado *Socjaldemokracja Królestwa Polskiego*, “Social-Democracia do Reino da Polónia”, ou SDKP, entre 1893 e 1899]; era o partido socialista do qual Rosa Luxemburgo era membro]
- SPD = *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (“Partido Social-Democrata da Alemanha”)
- USPD = *Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (“Partido Social-Democrata Independente da Alemanha”)

INTRODUÇÃO

Rosa Luxemburgo foi provavelmente a mais importante pensadora marxista do século XX. Suas investigações, nas mais diversas áreas do conhecimento, influenciaram os acalorados debates entre os seguidores de Marx antes (e depois) do divisor de águas da Revolução Russa de 1917. Muitas controvérsias suscitaram especialmente suas posições no tocante à questão nacional. Seus embates com Lenin neste campo acabaram cristalizando dois dos mais importantes paradigmas de pensamento marxista sobre o problema das nacionalidades.

O presente trabalho se propõe a investigar o pensamento de Rosa Luxemburgo sobre o nacionalismo. Especial atenção será dada ao seu diálogo com Lenin sobre essa questão, pois estas interações entre os dois põem em relevo alguns dos aspectos mais espinhosos e difíceis de serem tratados (especialmente dentro de uma ótica que privilegia o viés de classe, como a marxista) neste tema.

A apresentação da pesquisa será realizada da seguinte maneira.

Inicialmente inserimos um capítulo introdutório básico sobre teorias do nacionalismo em geral. Sem pretensão de exaurir a complexa questão, ele visa introduzir alguns debates paradigmáticos básicos no campo (modernistas versus perenialistas; instrumentalistas versus primordialistas) para situar o pensamento de Rosa e Lenin em seu contexto teórico nas teorias do nacionalismo. Além disso, introduzimos alguns conceitos peculiares da questão nacional na Rússia e Polônia que são importantes para entender melhor as características históricas daqueles países.

O capítulo 2, após alguns dados biográficos sobre Rosa Luxemburgo, apresenta o pensamento dela sobre o nacionalismo em geral. O capítulo 3, após alguns dados biográficos sobre Lenin, explora o pensamento dele sobre nacionalismo em geral. O capítulo 4 investiga o debate específico entre Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional, apresentando os textos em que dialogavam entre si.

Ao final desta apresentação do pensamento dos dois sobre o tema, e do debate entre eles, colocamos nossas considerações finais com um balanço do que representou este debate historicamente visto com os olhos (e visão retrospectiva) de hoje.

CAPÍTULO 1 – ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O NACIONALISMO

O tema do presente trabalho é a questão nacional como discutida por Rosa Luxemburgo, principalmente em seus debates com Lenin. Antes de entrarmos no debate propriamente dito entre os dois sobre essa questão, seria importante primeiro situarmos onde os dois autores se encontram no campo das abordagens teóricas sobre o nacionalismo. Afinal, o tema do nacionalismo é muito “escorregadio”, frequentemente sofrendo de imprecisões metodológicas ou mesmo semânticas: afinal, a simples pergunta “O que é nacionalismo?” ou “O que é uma nação?” dá margem a muitas controvérsias sem consenso.

Seguindo, em grandes linhas, um modelo adotado por Daniele Conversi,¹ começaremos a exploração do campo teórico dos estudos sobre o nacionalismo constatando dois grandes debates paradigmáticos que dividem os principais autores: o debate entre *perenialistas* e *modernistas* e o debate entre *primordialistas* e *instrumentalistas*.

Perenialistas e modernistas divergem sobre a questão da “idade” das nações. Para os perenialistas (*e.g.*, Adrian Hastings, Walker Connor, John Armstrong), as nações são um fenômeno antigo, que se perde nas brumas dos tempos passados.² Por exemplo, os judeus seriam claramente uma nação antiquíssima. Já para os modernistas (*e.g.*, Ernest Gellner, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm) as nações e o nacionalismo são um fenômeno relativamente recente, da Idade Moderna (marxistas tendem a afirmar que o nacionalismo é característico do capitalismo nascente) ou mesmo da Idade Contemporânea (Eugen Weber, em seu livro *Peasants into Frenchmen*, chegou a defender que a nação francesa como um todo apareceu somente no século XIX, após a Revolução Francesa, que com suas escolas e instituições estatais padronizadoras, inculcou naqueles antigos camponeses de mentalidade localista a noção de que faziam parte de um Estado comum maior).³

Já primordialistas e instrumentalistas divergem sobre a questão de quão natural (ou quão artificial) é o fenômeno do nacionalismo. Para os instrumentalistas — e a maioria dos modernistas citados, especialmente os

¹ Conversi, 2007.

² Hastings, 1877; Connor, 2004; Armstrong, 2004; Smith, 1986.

³ Gellner, 1983; Anderson, 1983; Hobsbawm, 1990; Weber, 1976.

marxistas, são instrumentalistas —, o nacionalismo é um fenômeno artificial, criado ou fomentado ao longo da história por interesse de certos grupos na sociedade. Já para os primordialistas, a criação de nações é um fenômeno natural na espécie humana, que é gregária por natureza. Pierre Van den Berghe, por exemplo, considera os sentimentos étnicos e raciais como uma extensão natural das ligações de parentesco enquanto que para Donald Horowitz os grupos étnicos são uma espécie de “superfamílias”.⁴

Muitas dessas divergências provêm do fato de que é difícil definir exatamente o que é uma nação. Além de cada indivíduo ter diversas facetas, identidades, afiliações e pertencas, há uma dificuldade em determinar o lugar na escala dos grupamentos humanos da “nação”, como diferenciá-la de outros grupos como clã, tribo, etc. Definir o momento exato em que um grupo deixa de ser uma “tribo” e passa a ser uma nação é difícil. Vejamos alguns exemplos de definições de “nação” por autores que marcaram esse debate.

1) Eric Hobsbawm (em “Nações e Nacionalismo desde 1870”): “Este livro não contém uma definição *a priori* do que constitui uma nação. Como hipótese inicial de trabalho trataremos como nação qualquer corpo suficientemente grande de pessoas cujos membros consideram-se membros de uma nação”.⁵

2) Stalin (em “Marxismo e Questão Nacional”): “Uma nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica que se manifestam em uma cultura comum”.⁶

3) Benedict Anderson (em “Comunidades Imaginadas”): “Uma nação é [...] uma comunidade política imaginada — e imaginada como inerentemente limitada e soberana [...] É *imaginada*, pois mesmos os membros das menores nações não conhecerão todos os outros membros pessoalmente [...] É imaginada como *limitada*, pois mesmo a maior delas [...] é finita [...] não englobando toda a humanidade [...] É imaginada como *soberana*, pois seu conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico e ordenado divinamente [sendo] a liberdade corporificada no Estado soberano

⁴ Van den Berghe, 1981; Horowitz, 1985.

⁵ Hobsbawm, 1992, p. 8.

⁶ Stalin, 1953-1978a, p. 307.

[...] E é imaginada com uma *comunidade*, pois é concebida como uma camaradagem profunda e horizontal”.⁷

4) Sieyès (em “O que é o Terceiro Estado?”): “O que é uma nação? Um corpo de associados que vivem sob uma lei comum e que são representados por uma mesma legislatura [...]”.⁸

5) Ernest Renan (em “O Que é uma Nação?”): “Uma nação é uma grande solidariedade constituída pelos sacrifícios que se fez e por aqueles que se está disposto a fazer. Ela pressupõe um passado e, entretanto, se resume no presente por um fato concreto: o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é um plebiscito diário [...]”.⁹

6) John Hutchinson (em *Modern Nationalism*): “A nação é uma comunidade étnico-cultural formada por mitos compartilhados de origens, um sentido de história e modo de vida comuns, e ideias particulares de espaço que dotam seus membros de identidade e propósito”.¹⁰

7) Hugh Seton-Watson (em *Nations and States: an enquiry into the origins of nations and the politics of nationalism*): “Tudo que posso dizer é que uma nação existe quando um número significativo de pessoas em uma comunidade consideram que formam uma nação, ou se comportam como se tivessem formado uma”.¹¹

Como podemos ver pelas famosas definições acima, não há consenso, com algumas enfatizando fatores subjetivos, outros fatores objetivos e alguns autores (como Seton-Watson) praticamente desistindo de tentar definir “nação” e aceitando a “autodeclaração” como critério (ao estilo do censo brasileiro na questão da “raça” do entrevistado). Interessante notar que o próprio Hobsbawm, um marxista, vai se juntar ao “liberal” Seton-Watson nesse “jogar os braços para cima em desespero conceitual”. No original, a citação completa de Hobsbawm começa constatando que

Assim, nem as definições subjetivas nem as definições objetivas [de nação] são satisfatórias e ambas correntes são

⁷ Anderson, 1991, p. 6 e 7.

⁸ Sieyès, 2002, p. 5.

⁹ Renan, 1882, p. 27.

¹⁰ Hutchinson, 1994.

¹¹ Seton-Watson, 1977, p. 5.

enganadoras. De qualquer jeito, o agnosticismo é a melhor atitude inicial de um pesquisador nesse campo e por isso este livro não assume nenhuma definição *a priori* do que seja uma nação. Como hipótese inicial de trabalho trataremos como nação qualquer corpo suficientemente grande de pessoas cujos membros consideram-se membros de uma nação.¹²

Outro pomo de discórdia é sobre o “motor” que gera o nacionalismo e a nação na história. Essa é uma discussão particularmente viva entre os modernistas e instrumentalistas. Apesar de concordarem que a nação e o nacionalismo são fenômenos recentes ou não gerados espontaneamente, discordam sobre o que gera esse fenômeno.

Para os marxistas em geral (e aí podemos colocar Hobsbawm, Stalin e mesmo Rosa Luxemburgo e Lenin), o nacionalismo é um fenômeno associado principalmente ao capitalismo nascente ou em ascensão. A passagem do feudalismo para o capitalismo, da Idade Média para a Idade Moderna, seria marcada pelo fim da fragmentação feudal, em feudos ou localidades com moedas, pesos e medidas diversas, em busca da formação de um mercado nacional unificado, com pesos, moedas e medidas padronizadas de modo a facilitar o comércio e produção capitalistas.

Benedict Anderson, com uma visão próxima aos marxistas, diz que o grande motor para o deslanchar do nacionalismo na época moderna foi o que chamou de *print capitalism*, a mescla de capitalismo e invenção da imprensa, que facilitou a divulgação dos novos ideais. Ernest Gellner enfatiza o papel que a industrialização e a modernização tiveram para o fortalecimento do nacionalismo. Karl Deutsch sublinha a importância das formas modernas de comunicação nesse sentido.¹³

Outro ponto da diversidade de discussões sobre o nacionalismo (e que tem uma importância especial no caso da Rússia, Império Russo e países da Europa Oriental em geral) é a diferenciação entre nacionalismo político (ou cívico) e nacionalismo cultural (ou étnico), que reflete a distinção pioneira que Hans Kohn fez entre as características do nacionalismo europeu ocidental e do nacionalismo europeu oriental.¹⁴

Kohn argumentou que as formas ocidentais de nacionalismo eram baseadas na ideia de que a nação era uma

¹² Hobsbawm, 1992, p. 8.

¹³ Anderson, 1991; Gellner, 1983; Deutsch, 1953.

¹⁴ Kohn, 1946.

associação racional de cidadãos ligados por leis comuns e compartilhando um território ao passo que as variedades orientais eram baseadas em crença em uma origem étnica e cultura comuns e, como tal, tendiam a ver a nação como um todo orgânico e indivisível, transcendendo seus membros individuais e dando-lhes, desde o nascimento, um caráter nacional indelével. Sociologicamente falando, a origem desse contraste estava na diferença da formação de classes. No Oeste, uma burguesia forte e confiante conseguiu criar uma nação-cidadã maciça enquanto que o Leste, não tendo burguesia similar e dirigido por autocratas imperiais e donos de terra semifeudais, era terreno fértil para concepções orgânicas de nação e formas estridentes, autoritárias e frequentemente místicas de nacionalismo.¹⁵

Independentemente da crítica que se possa fazer ao juízo de valor de ver o nacionalismo da Europa Ocidental como mais “racional” e o da Europa Oriental como mais “místico”, em termos factuais surgiu uma distinção jurídica entre o princípio do *jus soli* (“direito do solo”, em latim) como a base para a determinação da nacionalidade de uma pessoa no Ocidente (França, Inglaterra, etc.) e o princípio do *jus sanguinis* (“direito do sangue”) que determina a nacionalidade de uma pessoa nos países da Europa Oriental (incluindo a Rússia, URSS e o antigo Império Russo). Nos países ocidentais, a nacionalidade de uma pessoa é determinada pelo local onde ela nasce (“nasceu no Brasil, é brasileiro!”, por exemplo). Já na Rússia e outros países do Leste Europeu a nacionalidade de uma pessoa não tem nada a ver com o local onde ela nasce e é a mesma nacionalidade de seus pais (ou do pai ou da mãe, pode-se escolher no nascimento). Ou seja, enquanto no Ocidente há os chamados estados nacionais, a Rússia e outros países do Leste Europeu são estados multinacionais (a Rússia, por exemplo, contém mais de cem nacionalidades em seu território). Como chamou a atenção Segrillo,¹⁶ há duas palavras para “russo” na língua russa: *russkii* e *rossiyanin*. *Russkii* é o “russo étnico” (filho de pai ou mãe russa) e *rossiyanin* é qualquer pessoa que tenha nascido na Rússia e, portanto, é um cidadão da Rússia, sem necessariamente ser um “russo étnico”.¹⁷ Por exemplo, um checheno ou um judeu nascido na

¹⁵ Smith, 2001, p. 39-40

¹⁶ Segrillo, 2020, p. 287, nota 149.

¹⁷ Os adjetivos correspondentes à terminologia *russkii* e *rossiyanin* são respectivamente *russkii* (feminino *russkaya*) e *rossiiskii* (feminino *rossiiskaya*). Por causa da sutileza semântica indicada acima, preferimos traduzir o nome original do

Rússia é um *rossiyanin* (“russo” no sentido de “cidadão da Rússia”) como todos nascidos no país, mas não é um *russskii* (russo por etnia, ou por nacionalidade como dizem lá).

Podemos notar que a concepção étnica (ou cultural, pois conta mais a preservação da cultura que o local físico de nascimento) prevalente na Rússia e Leste Europeu por um lado cria uma grande riqueza e diversidade culturais (afinal, são países multinacionais, com dezenas de culturas diferentes convivendo), mas, por outro, traz embutido um grande potencial de conflito interno entre essas nações que compartilham um mesmo Estado e território ao mesmo tempo em que querem preservar suas diferentes culturas.

Todas essas complexidades e nuances técnicas e teóricas sobre o nacionalismo precisam ser levadas em conta quando analisarmos a discussão entre Rosa Luxemburgo e Lenin a respeito da questão nacional. Tanto Luxemburgo como Lenin são marxistas e, portanto, sua visão sobre o nacionalismo se enquadra dentro dos paradigmas teóricos do modernismo e do instrumentalismo. Entretanto, a complexidade do problema nacional é realçada quando notamos que, a despeito de toda essa base teórica inicial comum (marxista, modernista, instrumentalista), as conclusões políticas que tirarão a partir dali serão bem diferentes. Poderíamos até considerar que Luxemburgo e Lenin formam dois dos principais eixos paradigmáticos dentro do raio das discussões marxistas sobre o problema nacional. Mas isso teremos que ver nos próximos capítulos, quando examinaremos em detalhes as visões dos dois autores sobre a questão nacional.

partido dos bolcheviques, *Rossiiskaya Sotsial-Demokraticheskaya Rabochaya Partiya*, como “Partido Operário Social-Democrata **da Rússia**” e não como “Partido Operário Social-Democrata Russo”, como às vezes é traduzido.

CAPÍTULO 2 – ROSA LUXEMBURGO

2.1 – Luxemburgo: vida e obra

Nascida em Zamość na Polônia, quando ainda era território controlado pelo Império Russo, *Róża Luksemburg* (como grafado em polonês), veio ao mundo no dia cinco de março de 1871. Filha de um comerciante de origem judaica, tinha quatro irmãos mais velhos e foi com a família para Varsóvia aos três anos de idade. Na escola, era uma excelente aluna em notas, mas algo rebelde e irrequieta. Ainda no nível do Ensino Médio, em 1886, Rosa começou a frequentar o chamado *Proletariat*, que é considerado a primeira organização partidária socialista da Polônia. Foi por causa dessas atividades clandestinas que Luxemburgo (assim como outros membros do partido) teve problemas com as autoridades. Tendo concluído o Ensino Médio em 1887, para fugir à iminência de ser presa, em 1889 viajou secretamente a Zurique, na Suíça. Na Universidade de Zurique cursou doutorado. Sua tese de doutorado, intitulada *O Desenvolvimento Industrial da Polônia*, foi defendida, com sucesso, em 1897.¹⁸ Nela (refletindo algo da visão tradicional de Luxemburgo sobre a questão nacional, especialmente a questão nacional na Polônia, como veremos), Rosa mostra como o desenvolvimento industrial polonês estava atrelado ao desenvolvimento da economia do Império Russo como um todo, como esse Império Russo aumentava o mercado potencial para as mercadorias dos produtores poloneses e como uma separação do Império Russo faria com que o mercado nacional “polonês” disponível encolhesse ao nível de um pequeno país, causando um retrocesso potencial e não um avanço à indústria polonesa de então (que levava vantagem na concorrência com os capitais russos, mas, sozinha, viraria presa fácil dos capitais mais avançados dos países ocidentais).

Seu período de moradia em Zurique (de 1889 a 1898) foi fundamental para o desenvolvimento intelectual e político de Rosa Luxemburgo. Lá conheceu o ativista socialista Leo Jogiches (também judeu laico, de origem lituana) que seria o grande amor de sua vida e estreito parceiro político. Juntos participariam da fundação do SDKP (*Socjaldemokracja Królestwa Polskiego*; “Social-Democracia do Reino da Polônia”) em 1893, um partido que seria renomeado SDKPiL (*Socjaldemokracja Królestwa Polskiego i Litwy*; “Social-Democracia do

¹⁸ Luxemburgo, [1898].

Reino da Polônia e Lituânia”) em 1899. Na época, o maior partido socialista da Polônia russa era o PPS (*Polska Partia Socjalistyczna*; “Partido Socialista Polonês”), fundado em 1892. A grande diferença entre o PPS e o SDKP/SDKPiL residia na questão nacional. O PPS evoluiria para defender a independência da Polônia da Rússia enquanto que o SDKP/SDKPiL afirmava que a questão nacional atrapalhava e confundia a luta de classes com o principal sendo uma revolução socialista que liberasse tanto a Rússia quanto a Polônia do capitalismo: a luta por uma independência nacional da Polônia distrairia dessa questão principal e, inclusive, obrigaria a alianças com os movimentos nacionalistas burgueses. Esta posição era defendida nas páginas do jornal do SDKP, o *Sprawa Robotnicza* (“Causa Operária”), publicado de 1893 a 1896 e que contou com vários artigos de Rosa Luxemburgo.

Leo Jogiches era um ativista e organizador político. Tinha dificuldade em escrever sobre teoria. Rosa complementava essa deficiência de Jogiches com sua grande produção literária. Evitavam demonstrar em público sua relação amorosa para eludir confusões no campo político. Com altos e baixos, manteriam uma relação amorosa íntima até 1907, quando Luxemburgo decidiu finalmente terminá-la, apesar de continuarem como parceiros políticos e amigos.

Após ter concluído seu doutorado na Suíça em 1897, em maio de 1898 Luxemburgo se mudou para Berlim. Isso seria uma maneira de estar mais perto do centro do movimento socialista europeu e mundial na época, que era o partido social-democrata alemão. Para isso, teria que vencer uma barreira burocrática. Como não era cidadã alemã, a maneira que conseguiu de obter direito de moradia permanente foi arranjar um casamento fictício com um jovem alemão, Gustav Lübeck, filho de sua amiga, Olympia Lübeck. Casaram no papel ainda na Suíça, em Basileia, em 1897 (o divórcio legal seria feito cinco anos depois).

Apesar das dificuldades iniciais de estar em uma cidade enorme e algo “anônima”, sem seu companheiro Leo Jogiches (que ficara para trás, cuidando de organizar a sua ala da social-democracia polonesa), Rosa logo se lançaria no centro das disputas políticas do partido social-democrata alemão. Na época estava se formando a tempestade da chamada disputa do “revisonismo” dentro do partido. Eduard Bernstein, em uma série de artigos em 1897 e 1898 na revista *Die Neue Zeit* intitulada *Problemas do Socialismo* e em seu livro de 1899 *Die Voraussetzungen des Sozialismus* (“Os Pré-requisitos do Socialismo”), ousara levantar a questão de que algumas ideias de Marx (por exemplo, a necessidade da revolução violenta, a teoria do empobrecimento do proletariado no capitalismo, etc.) poderiam estar ultrapassadas agora que o partido social-democrata não era mais ilegal e

poderia, por via das eleições (utilizando o fato de os trabalhadores serem a maioria da população), fazer aprovar leis que mudassem a sociedade numa direção socialista. Em seu momento máximo, Bernstein chegaria a escrever: “Para mim, aquilo que é considerado o objetivo final do socialismo não é nada; o movimento é tudo”.¹⁹ Combativa, Luxemburgo atacaria o revisionismo de Bernstein em duas séries de artigos no jornal partidário *Leipzig Volkszeitung* e em seu livro *Reforma Social ou Revolução?* (de 1900).²⁰ Em uma atitude tipicamente luxemburguiana (e que utilizaria futuramente também em sua polêmica contra o “oposto” de Bernstein, ou seja, Lenin), Rosa não opôs reforma à revolução, como se fossem antípodas.²¹ Em seus escritos, diria que a reforma é parte do processo para a revolução, mas não a substitui. As reformas devem ser usadas para melhorar as condições para o aumento da consciência de classe entre os trabalhadores e facilitar o objetivo final que é a revolução, sem a qual o socialismo não é alcançável.

Em uma primeira comparação, a prática partidária resultante da teoria de Bernstein parece não diferir da prática da social-democracia até agora. Antigamente a atividade do partido social-democrático consistia de trabalho sindical, de agitação por reformas sociais e pela democratização das instituições políticas existentes. A diferença não está em “o quê”, mas no “como”. Atualmente a luta sindical e a prática parlamentar são consideradas meios para guiar e educar o proletariado na preparação para a tarefa de tomar o poder. Do ponto de vista revisionista, a conquista do poder é, ao mesmo

¹⁹ Bernstein, 1961, p. 202.

²⁰ Luxemburgo, 2008d.

²¹ Nessa linha de que em *Reforma Social ou Revolução?* Luxemburgo já tinha uma posição consistente que seria mantida também em seus futuros debates sobre questões organizacionais e estratégias partidárias inclusive com Lenin, podemos citar o seguinte trecho da obra: “O movimento social-democrata [...], em seu desenvolvimento, deve se equilibrar entre dois perigos: abandono do caráter de massa do partido ou abandono do seu objetivo final, caindo no reformismo burguês, sectarismo, anarquismo ou oportunismo”. (Luxemburgo, 2008d, p. 96) Igualmente usado contra Bernstein naquele momento, mas também, com visão retrospectiva, vislumbrando algumas de suas futuras polêmicas com Lenin num campo totalmente oposto, o trecho: “A democracia é indispensável não porque torna supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas porque torna a conquista do poder *necessária e possível*”. (Luxemburgo, 2008d, p. 88)

tempo, impossível e inútil. Portanto, as atividades parlamentares e sindicais devem ser executadas pelo partido apenas por seus resultados imediatos, ou seja, o propósito de melhorar a situação atual dos trabalhadores, diminuir gradualmente a exploração capitalista e aumentar o controle social. Assim, se por um momento deixarmos de lado a melhoria imediata da condição dos trabalhadores (um objetivo tanto do programa do nosso partido quanto dos revisionistas), a diferença entre as duas abordagens, em resumo, é a seguinte. De acordo com a presente concepção do partido, as atividades parlamentar e sindical são importantes para o movimento socialista, pois tais atividades preparam o proletariado para a tarefa de realizar o socialismo, ou seja, criam o fator subjetivo da transformação socialista. Entretanto, de acordo com Bernstein, as atividades parlamentares e sindicais gradualmente reduzem a própria exploração capitalista; removem da sociedade capitalista seu caráter capitalista; realizam objetivamente a mudança social desejada. Examinando o assunto de perto, vemos que as duas concepções são diametralmente opostas. Vendo a situação do ponto de vista corrente do partido, dizemos que, como resultado das lutas parlamentares e sindicais, o proletariado se convence da impossibilidade de realizar uma mudança social fundamental por meio dessas atividades e chega ao entendimento que a conquista do poder é inevitável. Entretanto, a teoria de Bernstein começa declarando que o socialismo só pode ser introduzido como resultado da atividade parlamentar e sindical. Afinal, para Bernstein, a atividade parlamentar e sindical tem um caráter socialista por exercer uma progressiva influência socializante na economia capitalista. Nós tentamos mostrar que essa influência é puramente imaginária. As relações entre propriedade capitalista e o Estado capitalista se desenvolvem em direções opostas de modo que a atividade prática diária da atual social-democracia, em última análise, perde toda conexão com o esforço pelo socialismo. Do ponto de vista do movimento para o socialismo, a luta sindical e nossa prática parlamentar são extremamente importantes na medida em que guiam a consciência do proletariado para o socialismo e ajudam a organizá-lo como classe. Mas quando são consideradas

instrumentos da socialização direta da economia capitalista, perdem não apenas sua usual efetividade mas também deixam de ser meios para preparar a classe trabalhadora para a conquista do poder [...] Reforma legislativa e revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico que podem ser escolhidos no balcão da história, como alguém escolhe salsichas quentes ou frias. Reforma legislativa e revolução são fatores diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe [...] Toda constituição legal é produto de uma revolução. Na história das classes, a revolução é um ato de criação política enquanto as leis são a expressão política da vida de uma sociedade que já nasceu. O trabalho pela reforma não contém força independente da revolução. Em todo período histórico, o esforço pelas reformas é efetuado apenas na direção dada pelo impulso da última revolução e continua enquanto o impulso da última revolução ainda é sentido. Ou, para colocarmos em termos mais concretos, em cada período histórico o trabalho pelas reformas é feito apenas no quadro da forma social criada pela última revolução. Aqui está o cerne do problema. É contrário à história representar o esforço pelas reformas como uma longa revolução ou a revolução como uma série condensada de reformas. Uma transformação social e uma reforma legislativa não diferem apenas em duração mas também em conteúdo. O segredo da mudança histórica através da utilização do poder político reside precisamente na transformação de uma simples mudança quantitativa em uma mudança qualitativa, ou mais concretamente, na passagem de um período histórico de um tipo de sociedade para outro. Eis por que as pessoas que se pronunciam a favor do método da reforma legislativa em oposição à conquista do poder político e à revolução social, na realidade não optam por uma via mais calma, tranquila e lenta em direção ao mesmo objetivo, mas sim por um objetivo diferente. Em vez de tomar partido pela instauração de uma nova sociedade, preconizam a modificação superficial da antiga sociedade [...] Nosso programa se torna não a realização do socialismo, mas sim a reforma do capitalismo; não a supressão do trabalho assalariado, mas a redução da exploração. Ou seja, a supressão dos abusos do

capitalismo em vez da supressão do próprio capitalismo.²²

Esta batalha contra o revisionismo de Bernstein dentro da imprensa partidária elevaria o status de Luxemburgo como teórica dentro do movimento social-democrata alemão, pois Rosa, de certa maneira, “venceria” esse debate. O partido, gradualmente em seus congressos de 1899, 1901 e 1903, repeliria de maneira oficial o revisionismo. A participação nesse debate permitiria também que Luxemburgo se aproximasse dos líderes mais importantes do partido, tanto os organizacionais (como August Bebel e Wilhelm Liebknecht) quanto os teóricos (como Karl Kautsky, editor da principal revista do partido, a *Die Neue Zeit*). Inicialmente, os artigos de Bernstein tinham sido publicados na imprensa partidária, sem grandes comentários contra ou favor dos líderes do partido. Foi apenas depois que Parvus e, em seguida, Luxemburgo fizeram suas críticas ao revisionismo que Kautsky e os outros figurões do partido tomaram posição e condenaram o movimento também. Luxemburgo, que ao chegar na Alemanha, inicialmente tinha sido encarregada das ligações do partido social-democrata com as populações polonesas no país, e era assim vista como uma espécie de especialista neste campo, após o seu papel de principal “ariete” contra Bernstein, passou a ser vista (e até temida) como uma teórica de peso em geral.

Entretanto, sua língua ferina, que não respeitava autoridade formal alguma desde o início (haja vista seu comportamento rebelde na própria época estudantil juvenil) passaria a fazer com que os próprios líderes social-democratas alemães temessem a intempestividade daquele “dínamo” polonês. Isso porque, apesar da condenação formal oficial do partido ao revisionismo, as práticas do dia a dia do partido (que crescia cada vez mais eleitoralmente e em termos sindicais, tendo assim que assumir tarefas “dentro do sistema”) se tornavam cada vez mais próximas ao receituário revisionista, com ênfase no trabalho eleitoral, sindical, etc. em detrimento de práticas revolucionárias.

Esta tensão entre a visão de mundo revolucionária de Luxemburgo e as atitudes cada vez mais cautelosas e “reformistas” dos líderes partidários alemães escalaria para posições de confronto, embrionariamente após a Revolução de 1905 na Rússia e, principalmente, depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Em 1905 estourou uma “revolução” no Império Russo. Usamos a palavra “revolução”, pois é o termo normalmente empregado na historiografia, apesar de o czarismo não ter sido derrubado naquela época.

²² Luxemburgo, 2008d, p. 63-64, 84-85.

Mas foram acontecimentos tão importantes que a historiografia soviética considerava que a Rússia passou por três revoluções nas duas primeiras décadas do século XX: a revolução de fevereiro de 1917 (que derrubou o czarismo e estabeleceu uma democracia burguesa multipartidária, constituindo a etapa democrático-burguesa da revolução), a revolução de outubro de 1917 (quando os bolcheviques tomaram o poder, constituindo a etapa socialista da revolução) mais o “ensaio geral” da revolução de 1905. As agitações de 1905 não derrubariam o czarismo, mas o obrigariam a fazer concessões e mudanças políticas qualitativas sendo as principais a passagem de um regime absolutista para um regime constitucional (com a adoção de uma constituição e um parlamento e a legalização da existência de partidos políticos). 1905 também seria o “ensaio geral” para a revolução posterior de 1917, pois naquele ano surgiriam novos instrumentos de luta da classe trabalhadora que teriam papel fundamental em 1917, como os soviets (conselhos) de trabalhadores.

Tudo isso sabemos com visão retrospectiva. Em 1905, com o desenrolar avassalador dos acontecimentos, muitos avaliaram que aquela poderia ser mesmo a revolução que derrubaria o czarismo. Podemos tentar esquematizar uma descrição dos acontecimentos da seguinte maneira. 1905 já começara como um ano problemático. A guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 e más colheitas vinham desorganizando a produção, a economia e as condições sociais. Mas o estopim para o descontentamento popular agressivo e aberto foi um estúpido ato das autoridades no chamado *domingo sangrento* de 9 de janeiro de 1905. Naquele dia, uma multidão (liderada pelo padre Gapon) fazia uma caminhada pacífica levando uma petição ao Palácio de Inverno do czar em São Petersburgo. A polícia abriu fogo na multidão, matando cerca de 200 pessoas e ferindo mais umas quinhentas. Uma fúria se espalhou pela população do país a partir daí até o final do ano. Greves e manifestações generalizadas se sucederam por meses. O governo parecia por um fio. Para sobreviver, o czar, que reinava até então como monarca absoluto, inicialmente ofereceu, em julho, a criação da chamada Duma de Bulygin, que seria uma espécie de parlamento consultivo. Foi recusado um parlamento meramente consultivo e os protestos continuaram. Finalmente, através do chamado *Manifesto de Outubro*, o governo prometeu a criação de um parlamento legislativo, que seria chamado de Duma. Juntamente com a legalização de partidos políticos e o estabelecimento de uma constituição, o czarismo (pelo menos em teoria) consentia em transformar-se de uma monarquia absolutista em monarquia constitucional. Com essas concessões substanciais, o czarismo aos poucos foi retomando as rédeas da situação no final de 1905 e início de 1906.

E como ficou Rosa Luxemburgo nessa situação toda? Ficou empolgada com as possibilidades revolucionárias dos acontecimentos de 1905. Durante a maior parte do ano escreveu e discursou na Alemanha tentando chamar a atenção para a importância do que estava acontecendo no Império Russo naquele momento e como os socialistas alemães deveriam se solidarizar com os socialistas locais. Em 28 de dezembro de 1905, partiu ela mesma a Varsóvia para participar *in loco* do levante. A parte polonesa do Império Russo também se levantara em protestos que adentrariam o ano de 1906. Além da luta de classes, havia também o problema nacional de poloneses que queriam autonomia ou independência de Moscou. Rosa participou ativamente, com Jogiches, da campanha socialista revolucionária do partido SDKPiL. Como sempre, o SDKPiL diferia em sua estratégia do PPS (Partido Socialista Polonês). Enquanto aquele se concentrava na questão socialista de classe e queria que poloneses e russos juntos derrubassem o regime czarista, este ajuntava à questão de classe a questão nacional pela independência da Polônia. Os panfletos provocativos de Rosa Luxemburgo atraíram a ira das autoridades. Foi colocada na prisão em Varsóvia no período de março a junho de 1906. Seus amigos do partido social-democrata alemão conseguiram sua liberação em 8 de julho utilizando o fato de que ela era oficialmente cidadã alemã e mediante pagamento de fiança alta.

Rosa retornaria à Alemanha e a Revolução de 1905 acabaria por se exaurir na própria Polônia em 1906. Mas as possibilidades revolucionárias aventadas pelo episódio de 1905 no Império Russo formariam a base para um dos escritos teóricos mais importantes de Luxemburgo: *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* (de 1906).²³ Neste texto, Rosa vai analisar as lições da Revolução de 1905 no Império Russo, extrair delas a concepção de uma nova ideia condutora para as lutas dos trabalhadores no mundo (a greve de massas) e defender que essa técnica de luta seja empregada em outras partes do mundo, inclusive na Alemanha. É esta última parte que criou tensão entre Luxemburgo e diversos setores da social-democracia alemã, em especial nos sindicatos. A própria direção do partido social-democrata alemão simpatizava com a luta dos trabalhadores russos e se propunha a admirar a coragem e a criatividade deles naquela batalha. Mas daí a dizer que o modelo russo poderia ser aplicado na Alemanha era, para eles, desafiador. Os métodos mais violentos e “brutais” eram justificados na Rússia, cujo governo despótico impedia a organização partidária e mesmo o sindicalismo mais radical. Mas a Alemanha tinha um regime constitucional em que os partidos eram legais e o sindicalismo social-democrata podia funcionar abertamente. O próprio

²³ Luxemburgo, 2008b.

crescimento do partido e de seus sindicatos os fazia ocupar um lugar respeitável cada vez maior no “sistema”. Arriscar colocar tudo a perder com uma política agressiva de greves políticas parecia a muitos uma estratégia insana para a Alemanha.

Mas veremos as repercussões do texto depois. Façamos um pequeno resumo de suas principais ideias. Luxemburgo começa o texto em terreno escorregadio. Como ela mesmo colocou, antes da Revolução de 1905, os marxistas (seguindo Engels) tinham desconfiança da estratégia da “greve geral”, que era pregada como a grande arma do proletariado por Bakunin, acusando os anarquistas de acharem ingenuamente que, “de uma hora para outra”, através da greve geral, o proletariado conseguiria, inverter a correlação de forças e submeter a classe capitalista. Mas Luxemburgo diria que essa visão tradicional dos marxistas tinha que ser revista à luz da nova realidade trazida pela Revolução de 1905. Rosa enfatizaria que a “greve de massas” utilizada pelos trabalhadores russos não era vista como uma arma que, de um momento para o outro, obteria a vitória sobre os capitalistas mas sim como uma estratégia a longo prazo coadunada com a estratégia marxista de luta tanto no campo econômico quanto político.

A greve de massas na Rússia foi realizada não como meio de evitar a luta política da classe trabalhadora, e especialmente do parlamentarismo, não como meio de mergulhar subitamente na revolução social por meio de um golpe teatral, mas como meio, primeiramente, de criar para o proletariado as condições da luta política diária e especialmente parlamentar. A luta revolucionária na Rússia, na qual as greves de massa são a arma mais importante, é conduzida pelos trabalhadores, e principalmente pelo proletariado, por aqueles direitos e condições políticas cuja necessidade e importância Marx e Engels enfatizavam e pelos quais, em oposição aos anarquistas, lutavam com todas suas forças.²⁴

Ao contrário da visão do anarquismo da “greve geral” como o golpe final no capitalismo, Luxemburgo aponta que a greve de massas na Rússia foi um processo longo, histórico.

Se a Revolução Russa nos ensina algo é que a greve

²⁴ Luxemburgo, 2008b, p. 165.

de massas não é artificialmente “feita”, “decidida” aleatoriamente ou “propaganda” e sim constitui um fenômeno histórico que, em dado momento, resulta das condições sociais com inevitabilidade histórica. Portanto não é com especulações abstratas sobre a possibilidade ou impossibilidade, a utilidade ou inutilidade da greve de massas [...] que o problema deva ser atacado, ou mesmo discutido, e sim pelo exame dos fatores e condições sociais dos quais a greve de massas emerge na presente fase da luta de classes [...].²⁵

Luxemburgo (2008b, p. 170-174) segue em frente traçando as origens históricas das greves de massa de 1905. Diz que elas não surgiram de repente e sim foram resultados da acumulação de forças criadas pelas greves de massa dos anos anteriores (dezembro 1904, março 1902, 1896-1897, etc.), muitas das quais inicialmente pareciam meramente econômicas e momentaneamente foram “derrotadas” apenas para seu espírito ressurgir (com uma consciência de classe aumentada nas experiências anteriores) logo adiante.

A coisa mais preciosa e duradoura no fluxo e refluxo da onda é a consolidação mental: o crescimento intelectual, cultural do proletariado, aos trancos e barrancos, que oferece uma garantia inviolável do seu progresso posterior irresistível na luta econômica e política [... As] greves aparentemente “caóticas” e ação revolucionária da greve geral de Janeiro [de 1905] estão se tornando um ponto de partida para um *trabalho organizativo* febril.²⁶

Na greve de massas o econômico e o político se imiscuem, segundo Luxemburgo.

A Revolução Russa nos mostra que a greve de massas é um fenômeno tão cambiante que reflete todas as fases da luta econômica e política [...] Mas o movimento como um todo não vai do econômico ao político, ou o contrário. Toda grande ação política de massas, depois de ter atingido seus mais altos

²⁵ Luxemburgo, 2008b, p. 168.

²⁶ Luxemburgo, 2008b, p. 184.

pontos políticos, se decompõe em uma série de lutas econômicas. E isso se aplica não apenas a cada uma das grandes greves de massa mas também à revolução como um todo. Com divulgação, clarificação e evolução da luta política, a luta econômica não apenas não recua como se amplia e organiza em igual medida. Entre as duas há a mais completa ação recíproca [...] Em uma palavra: a luta econômica é o mecanismo de transmissão entre um centro político e outro; a luta política é a fertilização periódica do solo para a luta econômica. Causa e efeito aqui estão continuamente trocando de lugar [...] E a sua unidade é exatamente a greve de massas. Se a teoria sofisticada propõe fazer uma clara dissecação lógica da greve de massas com o propósito de chegar na “greve de massa puramente política”, por essa dissecação não estará percebendo o fenômeno na sua essência viva e sim matando-o [...] Finalmente, os eventos na Rússia mostram-nos que a greve de massas é inseparável da revolução. A história da greve de massas na Rússia é a história da Revolução russa.²⁷

A partir desse momento, Rosa discorre sobre a ligação da greve de massas e revolução, espontaneidade e organização.

Assim, a revolução primeiramente cria as condições sociais nas quais a súbita transformação da luta econômica em luta política e da luta política em luta econômica é possível: uma mudança que encontra sua expressão na greve de massas. E, se o esquema vulgar vê a conexão entre greve de massas e revolução somente em encontros violentos de rua (nos quais a greve de massas é concluída), uma visão mais profunda dos acontecimentos na Rússia mostra uma conexão contrária. Na verdade, não é a greve de massas que gera a revolução, mas a revolução que produz a greve de massas [...] Além disso, há limites bem definidos para a direção consciente e iniciativa. Durante a revolução é extremamente difícil para qualquer órgão dirigente do movimento proletário prever e calcular quais ocasiões e fatores podem levar a explosões e quais não. Aqui, iniciativa e direção não consistem em emitir ordens de

²⁷ Luxemburgo, 2008b, p. 189-194.

acordo com preferências pessoais, mas na adaptabilidade ágil à dada situação, e o contato mais próximo possível com o espírito das massas. O elemento da espontaneidade, como vimos, teve importante papel em todas as greves russas sem exceção, seja como força propulsora seja como força restritiva. Isso não ocorreu na Rússia, entretanto, porque a social-democracia lá é jovem ou fraca, mas porque, em cada ato individual da luta, tantos fatores importantes (econômicos, políticos, sociais, gerais e locais, materiais e psíquicos) reagem uns com os outros de tal modo que nenhum ato individual pode ser resolvido como se fosse um problema matemático [...] Se, entretanto, a direção da greve de massas (no sentido de controle sobre a origem e de cálculo de custos) é uma questão do próprio período revolucionário, a direção da greve de massas se torna, em sentido completamente diferente, no dever da social-democracia e de seus órgãos dirigentes. Em vez de quebrar a cabeça com o lado técnico, com o mecanismo da greve de massas, os social-democratas são convocados para assumir a liderança política no meio do período revolucionário. Dar a deixa, e a direção, para a luta; regular as táticas da luta política em todas as fases e momentos de modo que a soma total do poder disponível para o proletariado (que já foi liberado e ativado) encontre expressão no arsenal de batalha do partido; certificar-se que as táticas dos social-democratas sejam decididas de acordo com a resolução e entendimento do proletariado e que nunca caiam abaixo do nível demandado pelas correlações de força do dado momento, mas se elevem acima dele: eis a tarefa mais importante do corpo dirigente durante um período de greve de massas.²⁸

Na seção seguinte do escrito (“As Lições do Movimento dos Trabalhadores na Rússia São Aplicáveis na Alemanha”), Rosa vai tratar do ponto que criará tensões entre ela e as lideranças, especialmente sindicais, da social-democracia alemã.

À primeira vista, as leis internas das greves de massas russas como descritas acima podem parecer ser apenas o resultado de condições especificamente russas, que não devem

²⁸ Luxemburgo, 2008b, p. 195-198.

ser consideradas pelo proletariado alemão. Entre as lutas política e econômica na Rússia há uma forte conexão interna; sua unidade se torna fato no período das greves de massa. Mas não seria isso simplesmente resultado do absolutismo russo? Em um Estado no qual toda forma de expressão do movimento dos trabalhadores é proibido, no qual uma simples greve é um crime político, logicamente toda luta econômica se torna política [...] E, finalmente, o curso revolucionário tempestuoso das greves de massas russas, bem como seu caráter elemental e espontâneo, é explicado, de um lado, pelo atraso político da Rússia, pela necessidade de primeiro derrubar o despotismo oriental e, por outro, pela falta de organização e disciplina do proletariado russo. Em um país [como a Alemanha], no qual a classe trabalhadora tem trinta anos de experiência de vida política, um partido social-democrata forte com trezentos mil membros e uma tropa de apoio de cerca de 1.250.000 pessoas nos sindicatos, nem a luta política nem a greve de massas pode assumir o mesmo caráter tempestuoso e elemental como em um Estado semibárbaro que acabou de fazer o pulo da Idade Média para a ordem burguesa moderna. Esta é a concepção corrente [na Alemanha] entre aqueles que avaliam o estágio de maturidade das condições sociais de um país a partir do texto das leis escritas [...] Mas quando, por outro ângulo, nos voltamos para a vanguarda organizada do proletariado industrial alemão, e mantemos em vista os elementos da luta econômica almejada pela classe trabalhadora russa, não descobrimos absolutamente que haja uma tendência a desprezar esses elementos como pueris [...] Assim, a mais importante exigência das greves russas desde 22 de janeiro, o dia de trabalho de oito horas, certamente não é um objetivo inalcançável pelo proletariado alemão mas sim, na maioria dos casos, um ideal remoto lindo. Isso se aplica também à luta [...] pela introdução de comitês de trabalhadores em todas as fábricas, pela abolição do trabalho por peça, pela abolição do trabalho caseiro nas manufaturas, pela observância total do descanso nos domingos, e pelo reconhecimento do direito à sindicalização. Sim, analisando mais de perto, todos os objetivos econômicos da luta do proletariado russo são também reais para o proletariado alemão, tocando em um ponto sensível da vida desses trabalhadores [...] Os receios dos

líderes sindicais [alemães] de que a luta por interesses econômicos em um período tempestuoso de escaramuças políticas, em período de greves de massa, pode ser simplesmente reprimida e suprimida se baseiam em uma totalmente inútil concepção escolástica do curso dos acontecimentos. Um período revolucionário na Alemanha alteraria tão profundamente o caráter da luta sindical e desenvolveria suas possibilidades a tal ponto que a presente guerra de guerrilha dos sindicatos pareceria brincadeira de criança em comparação. E, por outro lado, a luta política receberia renovado ímpeto e força dessa tempestade elemental de greves econômicas de massas. A ação recíproca das lutas econômicas e políticas, que é a mola propulsora das greves na Rússia hoje, juntamente com o mecanismo regulador da ação revolucionária do proletariado, resultariam das próprias condições também na Alemanha [...] Fixar previamente as causas e o momento quando as greves de massa ocorrerão na Alemanha não está no poder da social-democracia por que não está em nosso poder criar situações históricas por meio de resoluções partidárias. Mas o que ela pode e precisa fazer é clarificar as tendências políticas quando elas aparecerem e formulá-las em táticas resolutas e consistentes. Os homens não podem controlar os acontecimentos históricos com receitas, mas podem tentar antever suas conseqüências aparentemente calculáveis e ajustar seu modo de agir de acordo.²⁹

A crítica de Luxemburgo ao conservadorismo (medo de greves de massas) de muitos dos líderes sindicais alemães (mesmo os da social-democracia) aumentaria na seção em que comentaria sobre o papel dos sindicatos nas greves de massa, intitulada “Necessidade de Ação Conjunta dos Sindicatos e da Social-Democracia”.

O mais importante desiderato que é esperado da classe trabalhadora alemã no período das grandes lutas que surgirão mais cedo ou mais tarde, depois de consistência nas táticas e resolução total, é a capacidade máxima de ação e, portanto, da maior unidade possível das partes dirigentes social-democráticas das massas proletárias. Entrementes, as

²⁹ Luxemburgo, 2008b, p. 198-203, 212.

primeiras tímidas tentativas de preparação de grandes ações de massa se chocaram com uma deficiência séria neste aspecto: a total separação e independência das duas organizações do movimento dos trabalhadores, ou seja, a social-democracia e os sindicatos. Fica claro de um exame mais próximo das greves de massa na Rússia bem como das condições na Alemanha que qualquer grande ação de massa que não queira ser um mero protesto esporádico e sim uma real ação de luta não deve ser pensada como as chamadas greves puramente políticas. Em tais ações na Alemanha, os sindicatos devem estar tão envolvidos quanto os social-democratas. Não porque os líderes sindicais imaginem que os social-democratas, tendo em vista sua organização menos numerosa, não teriam outro recurso que a cooperação com os 1.250.000 membros dos sindicatos (e sem eles quedariam impotentes), mas devido a uma causa mais profunda: toda ação direta de massa no período de guerra de classes aberta será ao mesmo tempo política e econômica. Se, por alguma razão e ocasião, as grandes lutas políticas e as greves de massas chegarem à Alemanha, então a era das lutas sindicais violentas começará no país e os acontecimentos não pararão para perguntar se os líderes sindicais deram autorização para eles ou não. Se estes ficarem à parte ou resistirem ao movimento, o resultado de sua atitude será apenas que os líderes sindicais, como os líderes partidários em casos análogos, serão varridos pelos eventos e as lutas políticas e econômicas serão travadas sem eles. Na verdade, a separação da luta política da econômica, e a independência entre elas, é apenas um produto artificial do período parlamentar, historicamente determinado [...] Não há duas lutas de classe diferentes para a classe trabalhadora (uma política e uma econômica) mas apenas uma única luta de classe que objetiva tanto a diminuição do grau de exploração capitalista dentro da sociedade burguesa quanto a abolição total da exploração e da sociedade burguesa [...] A teoria da “autoridade igual” [e separada] dos sindicatos e da social-democracia não é um mero mal-entendido teórico, um mero caso de confusão mas sim a expressão de uma conhecida tendência da ala oportunista da social-democracia que reduz a luta política da classe trabalhadora à disputa parlamentar e quer mudar a social-democracia de um partido proletário

revolucionário para um partido reformista pequeno-burguês.³⁰

Este texto criou problemas na relação de Rosa Luxemburgo com vários líderes partidários, e especialmente sindicais, da social-democracia alemã. Temerosos de importar os métodos mais “violentos” e “atrasados” da experiência russa à Alemanha (em especial a greve de massas) e atrair a ira e a repressão do Estado germânico, que poderia colocá-los na ilegalidade de novo (como o partido social-democrata estivera entre os anos de 1878 e 1890), vários líderes sindicalistas social-democratas alemães criticaram a pregação “incendiária” da greve de massas por Luxemburgo. O assunto foi debatido nos congressos partidários. O congresso partidário de Jena de 1905 adotou uma resolução de que a greve de massas poderia, em princípio, ser adotada como arma de luta, mas apenas se o governo tentasse restringir o direito de voto. Logo depois, ainda em 1905, no congresso dos sindicatos em Colônia, a greve de massas foi rechaçada como possibilidade para a Alemanha. A relativa divergência entre as duas posições foi mitigada no congresso do partido social-democrata em 1906 que aprovou uma resolução dizendo que não havia contradição entre as posições adotadas nos congressos de Jena e Colônia. Assim, pouco a pouco, a despeito da retórica marxista dos discursos oficiais do partido, uma atitude cada vez mais conservadora e meramente reformista se instalava na prática no partido e nos sindicatos social-democratas alemães. Para esses líderes, Rosa Luxemburgo era considerada “incendiária” ao tentar importar os métodos das greves de massa da Revolução Russa de 1905 para as plagas alemãs.

A tensão aumentaria ao longo dos anos até estourar em 1910 quando houve um racha aberto nos marxistas do partido entre a ala “centrista” de Kautsky (que àquela altura rejeitaria a palavra de ordem da “greve de massas” e enfatizaria cada vez mais o trabalho parlamentar) e a ala esquerdista em que se encontrava Luxemburgo, que defendia uma estratégia mais revolucionária para o partido.

E a tensão dentro do partido entraria em ebulição com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, pois aí aconteceu o impensável. Os parlamentares dos partidos social-democratas europeus (que em vários congressos da Segunda Internacional oficialmente rejeitaram a guerra e proclamaram que caso ela eclodisse os trabalhadores não deveriam apoiá-la) votaram em seus países para conceder créditos aos seus governos para fazer a guerra. Foi o caso do partido social-democrata alemão.

Esta foi a gota d’água para Rosa Luxemburgo. O fato de social-

³⁰ Luxemburgo, 2008b, p. 214-216.

democratas de diversos países estarem lutando entre si a favor de seus governos burgueses nativos parecia confirmar que a degeneração do revisionismo e do oportunismo tinha chegado a um nível de não reversão dentro desses partidos. Durante a guerra, Rosa participaria de movimentos, primeiro para tentar ainda mudar por dentro o partido social-democrata alemão e, não tendo sucesso nesta tarefa, depois partir para a fundação de um movimento alternativo. Logo após a eclosão da guerra, Luxemburgo e Karl Liebknecht participariam do chamado grupo *internacionalista* dentro do SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, “Partido Social-democrata da Alemanha”), que reunia os membros insatisfeitos com a posição nacionalista assumida pela direção partidária. Esse grupo internacionalista seria o embrião da chamada *Liga Espartaquista*, um grupo marxista autônomo que participaria da fundação do USPD (*Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, “Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha”) em 1917. O USPD era formado, na maioria, pelos antigos “centristas” do SPD, como Karl Kautsky, que também tinham sido contra a política nacionalista a favor da guerra da direção do SPD. Mas a Liga Espartaquista (que, na verdade, era formada pela antiga “esquerda” revolucionária do SPD) nunca se sentiu à vontade no USPD centrista e, em janeiro de 1919 (na onda do entusiasmo pela Revolução Russa de 1917 e pela chamada *Revolução de Novembro* [de 1918] que derrubou o governo imperial e instituiu uma república na Alemanha), participou da fundação do KPD (*Kommunistische Partei Deutschlands*, “Partido Comunista da Alemanha”). Rosa Luxemburgo acompanhou todos esses movimentos da Liga Espartaquista com Karl Liebknecht. No mesmo mês de 1919 ocorreu a *Insurreição de Janeiro* (chamada pela direita alemã de então de *Levante Espartaquista*), uma tentativa revolucionária em Berlim que fracassou. Na reação conservadora de direita ao levante, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram capturados pelas forças paramilitares dos *Freikorps* em 15 de janeiro e assassinados. O corpo de Rosa Luxemburgo seria jogado nas águas do canal Landwehr e só seria achado em 31 de maio. É importante notar que, pessoalmente, Rosa considerara a *Insurreição de Janeiro* prematura, mas não a negara publicamente por solidariedade aos envolvidos.

Em relação aos debates de Rosa com Lenin, é preciso notar alguns pontos durante a Primeira Guerra Mundial. Primeiro de tudo que quando houve a eclosão da guerra (principalmente da maneira como foi em relação aos partidos social-democratas) ocorreu também um momento de aproximação com Lenin, já que ambos tinham posições internacionalistas contra a guerra e a favor da revolução para derrubar os regimes capitalistas vigentes nos diversos países. Os dois participariam da chamada *Esquerda de*

Zimmerwald. A Conferência de Zimmerwald em 1915 reuniu socialistas de diversos países que eram contra a guerra. Havia os “centristas” que simplesmente eram pelo fim da guerra e um grupo mais radical à esquerda que não só era contra a guerra, mas que tinha uma ala ainda mais radical que queria usar a oportunidade para gerar revolução em seus países para a derrubada do capitalismo neles. Lenin e Rosa se aproximaram ao advogar posições nessa direção.

Ao longo de suas vidas, Rosa e Lenin tiveram momentos de aproximação e afastamento, apesar de ambos se situarem no campo mais radical e revolucionário dentro da social-democracia dos países onde atuavam. Na virada do século XIX para o século XX, antes de 1903, Lenin não prestava atenção especial em Luxemburgo e, nos poucos comentários sobre ela, por um lado, apreciava sua luta contra o revisionismo de Benstein, por outro se punha ao lado de Kautsky na sua polêmica então com Luxemburgo sobre a questão nacional. A partir de 1903, haverá um mal-estar de Lenin com Luxemburgo, pois esta inicialmente parecia apoiar os mencheviques no seu racha com os bolcheviques no congresso daquele ano. O mal-estar aumentaria em 1904 com a publicação do texto “Questões Organizacionais da Social-Democracia Russa” em que Luxemburgo criticava as concepções excessivamente centralistas de organização de partido expostas por Lenin em seus livros “O Que Fazer?” e “Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás”. Durante a Revolução de 1905 na Rússia, houve um momento de aproximação grande entre os dois, pois Luxemburgo foi uma das maiores apoiadoras e divulgadoras da Revolução Russa. No final de 1906, depois de sair da prisão na Polônia e antes de voltar à Alemanha, Rosa passou um tempo na Finlândia, onde encontrou Lenin e conversaram por vários dias, unidos em seu apoio à causa da Revolução Russa. Depois desse auge de aproximação, se passariam muitos anos em que discussões por vezes os colocariam no mesmo lado (a luta contra o revisionismo e o oportunismo) ou em lados opostos (Lenin criara até a jocosa expressão “teoria da organização-começo-processo” para descrever a confiança a seu ver excessiva de Luxemburgo na “espontaneidade” das massas).³¹ A Primeira Guerra Mundial os aproximaria de novo, no movimento contra o apoio dos partidos social-democratas aos seus governos nacionais na Guerra, no apoio à Revolução de 1917 e na criação dos partidos comunistas na Rússia e na Alemanha. Com a redação do texto “A Revolução Russa” de Rosa Luxemburgo (escrito quando esta estava na prisão em 1918) que, ao lado dos elogios à audácia e capacidade revolucionária dos bolcheviques em 1917, fazia também críticas a

³¹ Lenin, 1960-1970, v. 8, p. 61.

vários de seus comportamentos autoritários, houve um momento de afastamento. Mas, após a morte de Luxemburgo em 1919, Lenin saudou-a como uma revolucionária. Como colocou em um texto de 1922:

Rosa Luxemburgo estava errada na questão da independência da Polônia; estava errada em 1903 em sua avaliação do menchevismo; estava errada em sua teoria da acumulação do capital; estava errada em julho de 1914, quando, juntamente com Plekhanov, Vandervelde, Kautsky e outros, advogou unidade entre bolcheviques e mencheviques; estava errada no que escreveu na prisão em 1918 [sobre a Revolução Russa] (ela corrigiu a maioria destes últimos erros no final de 1918 e começo de 1919, quando foi solta). Mas, a despeito de seus erros, ela foi (e permanece para nós) uma águia [...] Não só os comunistas do mundo inteiro cultivarão sua memória, mas sua biografia e seus trabalhos [...] servirão como manuais úteis para o treinamento de muitas gerações de comunistas por todo o mundo.³²

A citação acima reflete a dimensão da complexidade da relação entre os dois!

Finalmente, devemos mencionar uma obra importante que Luxemburgo escreveu pouco antes do eclodir da Primeira Guerra Mundial: o livro *A Acumulação de Capital* (de 1913).³³ É a maior obra econômica de Rosa Luxemburgo. Relembremos que Rosa teve sua formação acadêmica no doutorado marcada pela economia (com a tese *O Desenvolvimento Industrial na Polônia*) e, independentemente de seus textos políticos, tinha sempre escrito também sobre economia. Inclusive, a partir outubro de 1907, assumiu o cargo de professora em cadeiras relacionadas à economia na escola de quadros que o partido social-democrata alemão tinha fundado em Berlim para a educação política de seus funcionários e trabalhadores. À medida que as ameaças de guerra no continente europeu aumentavam, a urgência de mostrar a relação entre o imperialismo vigente na época e o militarismo a levou a escrever a obra, cujo título completo era *A Acumulação de Capital: Contribuição à Explicação Econômica do Imperialismo*. O ímpeto para a escrita do livro também provinha de duas fontes. Primeiro, era uma extensão das anotações que tinha feito para o manual de economia política que tinha

³² Lenin, 1960-1970, v. 33, p. 210.

³³ Luxemburgo, 2003.

planejado publicar para suas aulas na escola do partido.³⁴ A outra fonte de estímulo foi o aparecimento, em 1910, do famoso livro *O Capital Financeiro* do marxista Rudolf Hilferding. Com a publicação de seu livro, Hilferding iniciaria uma discussão na social-democracia europeia sobre as questões do capital financeiro e do imperialismo que se corporificaria especialmente na obra de Luxemburgo de 1913 e no livro de Lenin, *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* (escrito em 1916 e publicado em 1917).

Rosa Luxemburgo inicia *A Acumulação de Capital* de forma algo herética: criticando uma deficiência no volume 2 de *O Capital* de Marx (deixado inacabado pelo autor em vida e publicado de forma editada e póstuma por seu parceiro Engels). Rosa afirmou que o famoso esquema de reprodução ampliada de Marx, que seria uma forma esquemática simples de representar a produção total de uma sociedade quando há acumulação (aumento de capital), tinha deficiências demais para ser uma descrição minimamente realista da produção social capitalista. Tomando o segundo exemplo de Marx de um esquema de reprodução ampliada, Luxemburgo notou que este não incorporava o avanço tecnológico: a composição orgânica do capital e a taxa de exploração da mão de obra continuava a mesma nos diversos anos.³⁵ Mas o maior problema era o seguinte: de onde vinha a demanda para a produção crescente, acima dos anos anteriores, que surgia com a acumulação? Isso não podia ser visto no esquema de reprodução ampliada. Entretanto, sem essa demanda extra não poderia haver a produção crescente.

Vejam os o segundo exemplo do esquema de reprodução ampliada de Marx [dividindo a produção social em Departamento I, que produz bens de produção, e Departamento II, que produz bens de consumo, sendo “*c*” o capital constante, “*v*” o capital variável e “*m*” a mais-valia]:

Primeiro ano (total = 9.000):

I. $5.000_c + 1.000_v + 1.000_m = 7.000$ meios de produção

II. $1.430_c + 285_v + 285_m = 2.000$ meios de consumo

Segundo ano (total = 9.798):

I. $5.417_c + 1.083_v + 1,083_m = 7.583$ meios de produção

³⁴ Luxemburgo, 2007-2017, v. 5. O manual sobre economia (“Introdução à Economia Política”) seria publicado apenas postumamente por Paul Levi em 1925.

³⁵ Luxemburgo, 2003, p. 313-314.

II. $1.583_c + 316_v + 316_m = 2.215$ meios de consumo
Terceiro ano (total = 10.614):

I. $5.869_c + 1.173_v + 1.173_m = 8.215$ meios de produção

II. $1.715_c + 342_v + 342_m = 2.399$ meios de consumo
Quarto ano (total = 11.500)

I. $6.358_c + 1.271_v + 1.271_m = 8.900$ meios de produção

II. $1.858_c + 371_v + 371_m = 2.600$ meios de consumo

[...] De acordo com as premissas de Marx no volume 1 de *O Capital*, a parte capitalizada da mais-valia primeiro aparece como meios de produção adicionais e como meios de subsistência para os trabalhadores, ambos servindo ao propósito de uma expansão cada vez maior nos dois departamentos [Departamento I, de meios de produção, e Departamento II, de bens de consumo]. Das premissas do diagrama [de reprodução ampliada no volume 2 de *O Capital*] não se pode inferir a causa por que a produção está progressivamente expandindo. É claro que produção e consumo aumentam simultaneamente em uma sociedade. [De acordo com o esquema de reprodução ampliada de Marx] O consumo dos capitalistas cresce (em termos de valor, no primeiro ano equivale a $500 + 112$, no segundo ano a $542+158$, no terceiro ano a $586+171$ e no quarto a $635 + 185$). O consumo dos trabalhadores também cresce: o crescimento do capital variável indica precisamente isso em termos de valor. E, mesmo assim, o consumo crescente dos capitalistas não pode ser visto como o propósito último da acumulação: ao contrário, não há acumulação quando esse consumo ocorre e cresce; o consumo pessoal dos capitalistas deve ser encarado como reprodução simples. Na verdade, a questão é: já que os capitalistas não consomem seus produtos mas sim “praticam abstinência” (isto é, acumulam), para quem eles produzem [mais e mais]? Muito menos pode ser a manutenção de um exército cada vez maior de trabalhadores o propósito último da acumulação contínua de capital. Do ponto de vista dos capitalistas, o consumo dos trabalhadores é a consequência da acumulação, nunca seu objeto ou condição (a menos que os princípios da produção capitalista sejam virados de cabeça para baixo!). E, de qualquer maneira, os trabalhadores podem

apenas consumir a parte do produto que corresponde ao capital variável, nem um pingo a mais. Quem, então, realiza a mais-valia crescente? O esquema responde: os capitalistas e ninguém mais. E o que eles fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: Eles a usam para uma expansão cada vez maior da produção. Ou seja, esses capitalistas são entusiastas fanáticos da expansão da produção pela expansão da produção! Eles produzem cada vez mais máquinas apenas para produzir, com elas, novas máquinas! Só que o resultado de tudo isso não é a acumulação de capital, mas sim a produção cada vez maior de bens de produção sem ter nenhum propósito.³⁶

Luxemburgo dirá que, nos esquemas de Marx, que assumem uma economia simplificada totalmente capitalista baseada nas classes de burguesia e trabalhadores, a resposta não poderia ser encontrada. Segundo Luxemburgo, a resposta para de onde viria a demanda extra para sustentar a produção extra e crescente a cada ano viria *de fora* do capitalismo, das áreas *não capitalistas* do mundo.

Na realidade, as condições reais que imperam na acumulação do capital total são completamente distintas da reprodução simples do capital social total como daquelas da acumulação do capital individual. O problema se coloca da seguinte maneira: como se configura a reprodução social, admitindo-se que a mais-valia não é totalmente consumida pelos capitalistas, mas que uma parte crescente se destina à ampliação da produção? Exclui-se, de antemão, que a produção social, exceto a substituição do capital constante, destine-se ao consumo dos trabalhadores e capitalistas, e esta circunstância é o elemento essencial do problema. Com isso, exclui-se, também, a possibilidade de que os próprios trabalhadores e capitalistas possam realizar o produto total. Só podem realizar o capital variável, a parte desgastada do capital constante e a parte consumida da mais-valia. Desse modo, só se podem assegurar as condições necessárias para a continuação da reprodução à mesma escala. Mas nem os operários nem os capitalistas podem realizar eles próprios a

³⁶ Luxemburgo, 2003, p. 313-315.

parte da mais-valia destinada à capitalização. Consequentemente, a realização da mais-valia para fins de acumulação é um problema insolúvel numa sociedade constituída apenas de operários e capitalistas [...] A realização da mais-valia é, com efeito, a questão vital da acumulação capitalista. Se, para simplificar, prescindimos totalmente dos fundos de consumo dos capitalistas, a realização da mais-valia requer, como primeira condição, um círculo de compradores que estejam fora da sociedade capitalista. Dissemos compradores, e não consumidores, porque a realização da mais-valia não define a priori a forma material desta. Na verdade, a mais-valia só pode ser realizada por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é pré-capitalista. Cabe admitir dois casos distintos. [Primeiro caso:] a indústria capitalista pode produzir um excedente de meios de consumo além de suas próprias necessidades (a dos trabalhadores e capitalistas) e cujos compradores desse excedente são camadas sociais e países não capitalistas. A indústria inglesa de tecidos de algodão, por exemplo, forneceu durante os primeiros dois terços do século XIX e fornece, em parte, ainda agora tecido de algodão aos camponeses da Índia, América, África etc. Nesse caso, foi o consumo de camadas sociais e países não capitalistas que constituiu a base do enorme desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão na Inglaterra. [Segundo caso:] A produção capitalista fornece meios de produção que excedem as próprias necessidades e encontra compradores nos países não capitalistas. Por exemplo, a indústria inglesa forneceu na primeira metade do século XIX material de construção de estradas de ferro para os países americanos e australianos. A construção de uma estrada de ferro não significa, por si só, o domínio da forma de produção capitalista num país. De fato, nesses casos, as estradas de ferro foram apenas uma das condições prévias para a implantação do capitalismo [...] Assim, a condição imediata e vital para a acumulação de capital é a existência de compradores fora-do-capitalismo da mais-valia.³⁷

Rosa Luxemburgo estava ali dando um nó nas versões tradicionais

³⁷ Luxemburgo, 2003, p. 330, 332-333, 346.

do marxismo que viam as esferas não capitalistas como relíquias do atraso do passado condenadas a desaparecerem como entraves ao capitalismo. Dessa posição luxemburguiana, surgiram vários corolários no livro. Primeiramente, como as zonas capitalistas precisam crescer e para crescer precisam das zonas não capitalistas, diminuindo-as progressivamente, o capitalismo era uma bomba-relógio em direção ao suicídio. Em segundo lugar, tal visão explicava a agressividade dos países na época do imperialismo em busca de colônias e mercados cativos. Após analisar historicamente como o capitalismo desde o início usava a violência para dominar as esferas não capitalistas (desde a acumulação original interna dos países descrita por Marx com o campesinato não capitalista perdendo suas terras com os cercamentos, etc. até a conquista “externa”, pela força, de colônias na África, Ásia e Américas),³⁸ Luxemburgo, algo profeticamente (já que escrevera em 1913, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914), enfatizou a ligação entre acumulação capitalista, imperialismo e militarismo. Foi mais longe e mostrou, matematicamente, como o militarismo (a “economia militar”) era um mecanismo vital para garantir a acumulação capitalista e a realização da mais-valia nas difíceis e contraditórias condições já estudadas por ela no livro.

O militarismo tem uma função determinada na história do capital. Acompanha todas as fases históricas da acumulação. No período da chamada “acumulação primitiva”, isto é, no começo do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou um papel determinante na conquista do Novo Mundo e dos países produtores de especiarias, como a Índia; mais tarde, serviu para conquistar as colônias modernas, para destruir as organizações sociais primitivas, para apropriar-se de seus meios de produção, para impor o comércio de mercadorias em países cuja estrutura social é um obstáculo para a economia de mercado, para proletarizar violentamente os indígenas e impor o trabalho assalariado nas colônias. Ajudou a criar e ampliar esferas de interesses do capital europeu em territórios não europeus e extorquir concessões de estradas de ferro em países atrasados e a defender os direitos do capital europeu nos empréstimos internacionais. Enfim, o militarismo é uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização

³⁸ Luxemburgo, 2003, caps. 27-29.

não capitalista. O militarismo tem ainda outra função importante. De um ponto de vista puramente econômico, ele é para o capital um meio privilegiado de realizar a mais-valia; em outras palavras, é um campo de acumulação. Procurando-se verificar quem são os compradores da massa de produtos em que se encerra a mais-valia capitalista, aceitamos diversas vezes que o Estado e seus servidores não se encontravam na categoria de consumidores. Nós os classificamos nas categorias anexas que retiram seus recursos da mais-valia (e até certo ponto do salário), onde encontramos também os representantes das profissões liberais e todos os parasitas da atual sociedade (rei, padre, professor, prostituta, soldado). [...] Suponhamos por um instante que todo o dinheiro, extorquido dos trabalhadores sob forma de impostos indiretos e que representa uma diminuição no seu consumo, é empregado no pagamento dos funcionários do Estado e no abastecimento das forças armadas. Nesse caso, não haverá modificação na reprodução do capital social total. O setor de meios de consumo e conseqüentemente o de meios de produção mantêm-se inalterados, pois não houve nenhuma modificação quanto ao gênero e a quantidade da demanda social total [...] A questão muda de aspecto se os recursos concentrados nas mãos do Estado, pelo sistema de impostos, são utilizados na produção de armamentos [...] A soma de dinheiro lançada na circulação pelo capital cumpre sua primeira função na troca com a força de trabalho. Depois, nas mãos do Estado, começa uma carreira inteiramente nova, como um novo poder de compra, estranho ao capital e à classe operária, que se dirige a novos produtos, a um ramo particular da produção que não serve à manutenção da classe capitalista nem da classe operária; por sua vez, oferece ao capital uma nova maneira de criar e realizar mais-valia [...] Agora percebemos como o emprego dos impostos extorquidos dos operários na produção de armamentos oferece ao capital uma nova possibilidade de acumulação [...] As necessidades históricas que acompanham a concorrência mundial intensificada para a conquista de condições de acumulação transformam-se assim, para o próprio capital, num magnífico campo de acumulação. O capital utiliza-se mais energicamente do militarismo para assimilar, através do colonialismo e da política mundial, os

meios de produção e as forças de trabalho dos países ou das camadas não capitalistas. Ao mesmo tempo, nos países capitalistas, esse mesmo militarismo trabalha no sentido de privar as camadas não capitalistas de seu poder de compra, isto é, os representantes da produção de mercadorias simples, assim como os operários; isso para restringir o nível de vida desta última camada e aumentar em grandes proporções, à custa de ambos, a acumulação do capital. Só que, em ambos os aspectos, ao atingir certo nível, as condições da acumulação se transformam para o capital em condições de sua própria ruína.³⁹

Ou seja, mesmo com o militarismo oferecendo meios “extras” de realização de mais-valia, o capitalismo estaria condenado no longo prazo devido a suas contradições internas.

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhuma outra. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo em que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. Ele oferece o exemplo de uma contradição histórica viva. Seu movimento de acumulação é a expressão, a solução progressiva e a intensificação dessa contradição. A certo grau de desenvolvimento, essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo, isto é, de uma forma econômica que é, por definição, uma forma mundial, um sistema harmonioso em si mesmo, baseado não sobre a acumulação, mas sobre a satisfação das necessidades da humanidade trabalhadora e na expansão de todas as forças produtivas da terra.⁴⁰

“Socialismo ou Barbárie!”, parecia ser o lema de Luxemburgo ali.

³⁹ Luxemburgo, 2003, p. 434-437, 444-447.

⁴⁰ Luxemburgo, 2003, p. 447.

Em 1914 sobreviria a barbárie.

Já vimos o roteiro de vida e morte de Rosa a partir daí. Seria importante mencionar o título de um texto influente (na esquerda) que Rosa escreveu durante a guerra em protesto não apenas contra as elites governamentais em guerra, mas contra os próprios líderes oficiais da social-democracia europeia, que apoiaram seus governos nacionais no esforço de guerra: *A Crise da Social-Democracia* (escrito em 1915, enquanto Rosa estava temporariamente presa, e publicado em 1916). Neste panfleto (às vezes chamado de *Panfleto de Junius*, pois Rosa o assinara com o pseudônimo *Junius*), Luxemburgo usou a expressão “Socialismo ou Barbárie” explicitamente.

Friedrich Engels uma vez disse: “A sociedade burguesa se encontra em uma encruzilhada: transição ao socialismo ou regressão à barbárie”. [...] Esta Guerra Mundial é uma regressão à barbárie.⁴¹

⁴¹ Luxemburgo, 2008a, p. 278-279.

2.2 – Rosa Luxemburgo sobre nacionalismo em geral

A questão nacional estava congenitamente imbricada na *Weltanschauung* de Rosa Luxemburgo desde o início de sua carreira política em razão da situação na Polônia na época. Então não existia a Polônia como estado independente. A Polônia, que entre 1569 e 1795 estava em união política com a Lituânia na chamada Comunidade Polaco-Lituana, deixou de existir em três grandes partições entre as potências vizinhas da Rússia, Prússia e Áustria. Na primeira partição, em 1772, a Comunidade Polaco-Lituana perdeu cerca de 30% de seu território para as três. Na segunda partição, em 1793, ela perdeu vários de seus territórios mais populosos (constituindo 2/3 de sua população de então) para a Prússia e Rússia. O restante do território seria dividido entre Prússia, Rússia e Áustria na terceira partição em 1795. A Comunidade Polaco-Lituana deixava formalmente de existir como Estado. Os poloneses agora eram um povo apátrida, com sua população dispersada entre regiões daquelas três potências. Uma Polônia realmente independente só viria a se tornar realidade em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial.

Foi nessa situação de inexistência jurídica da Polônia como Estado que Rosa Luxemburgo iniciou suas atividades políticas (inicialmente estudantis) na década de 1880. A questão nacional (deveriam os poloneses lutar por autonomia ou independência? Lutar separadamente no âmbito das três potências partilhadoras ou exigir uma reunificação da Polônia em suas fronteiras originais?) dividiu o movimento socialista praticamente desde o começo. O primeiro partido socialista embrionário, o chamado *Proletariat* [“Proletariado”], fundado em 1882, passaria por diversos rachas (e “refundações”), vários dos quais passariam diretamente pela questão nacional. Aí se originariam os dois maiores partidos socialistas poloneses do século XIX, cuja divisão principal se devia exatamente à questão nacional: o PPS e o SDKPiL. Fundado em 1892, o PPS (*Polska Partia Socjalistyczna*, “Partido Socialista Polonês”) era nacionalista e a favor de lutar pela independência da Polônia. Fundado em 1893, o SDKPiL (*Socjaldemokracja Królestwa Polskiego i Litwy*, “Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia”; originalmente chamado *Socjaldemokracja Królestwa Polskiego*, “Social-Democracia do Reino da Polónia”, ou SDKP, entre 1893 e 1899) era internacionalista e contra tornar a Polónia independente do Império Russo, sendo a favor de uma simultânea transformação em república socialista tanto da Polónia quanto do Império Russo.

Na Polónia, Rosa Luxemburgo, fora um breve período de contato com o PPS em seus primeiros momentos tateantes de fundação, atuou nos

partidos internacionalistas, inicialmente no *Proletariat* e depois no SDKP/SDKPiL. Neste último escreveria seus primeiros textos mais sistemáticos sobre a questão nacional.

Em 1893 surgia o periódico *Sprawa Robotnicza* [“A Causa Operária”], um jornal que pretendia informar o operariado polonês sobre os movimentos do partido recém-criado, o SDKP. Rosa Luxemburgo foi uma das fundadoras do periódico e do partido e em 1894 se tornou formalmente diretora do jornal. Seu primeiro texto mais sistemático sobre a questão nacional foi o panfleto *A Polônia Independente e a Causa Operária*, publicado, em 1895, sob os auspícios do *Sprawa Robotnicza*.⁴²

A Polônia Independente e a Causa Operária (1895)

O texto ainda não tem o amadurecimento dos escritos posteriores de Luxemburgo, mas já encaminha muitas das ideias que aprofundará posteriormente. Como é um panfleto político e não um escrito científico, de maneira simples, tenta convencer o seu público (os trabalhadores poloneses) de que investir na questão nacional, da luta pela independência do Império Russo, como queria o rival Partido Socialista Polonês (PPS), seria “embarcar em uma canoa furada”.

Após mostrar que, no capitalismo o trabalhador é explorado e somente com o socialismo seria possível acabar a exploração do homem pelo homem, ela se coloca três perguntas iniciais no panfleto: 1) Uma Polônia independente vai livrar os trabalhadores poloneses da exploração em que vivem?; 2) Uma Polônia independente vai, pelo menos, melhorar a situação dos trabalhadores poloneses?; 3) É possível a recriação de uma Polônia independente?⁴³

De forma didática, Rosa vai respondendo a cada uma das perguntas e fazendo extrapolações a partir daí.

Sobre a primeira pergunta (se uma Polônia independente vai livrar os trabalhadores poloneses da exploração em que vivem), mostra que os trabalhadores são explorados no mundo inteiro, seja em países independentes, seja em países dependentes e colônias. Assim, a mera independência da Polônia não acabaria com a exploração do trabalhador polonês.⁴⁴

Mas a independência da Polônia pelo menos melhoraria ou aliviaria

⁴² Luxemburgo, 2011.

⁴³ Luxemburgo, 2011, P. 45.

⁴⁴ Luxemburgo, 2011, p. 46-47.

a situação do trabalhador polonês? Como resposta a esta segunda pergunta, Luxemburgo envereda pela parte política e econômica. Pela parte política, ironiza que alguém teria que ser um profeta para saber se realmente a mudança para um governo independente traria um regime com mais liberdades. Historicamente, as classes baixas eram exploradas na Polônia tanto quanto nas terras russas pelos nobres. Quanto ao argumento do PPS de que na época coeva a Rússia era mais bárbara e atrasada que a Polônia em virtude do fato de que a Polônia era mais industrializada que o resto da Rússia sendo, por exemplo, a proporção de operários na população como um todo maior na primeira que na segunda (um milhão de operários para uma população de dez milhões contra dois milhões de operários em uma população total de 100 milhões), Rosa vai mostrar que, pelo mundo, nem sempre o país mais industrializado é o que tem mais liberdades. Vai comparar, por exemplo, a então mais industrializada Bélgica com os Estados Unidos ou a mais industrializada Alemanha com a (então) rural Suíça. Além disso, diz que a comparação de uma maior percentagem de população operária e de nível de industrialização na Polônia *vis-à-vis* a Rússia cairia no caso de uma restauração da Polônia histórica como país independente. A parte polonesa do Império Russo era mais industrializada que a parte russa dele, mas havia ainda as partes da antiga Polônia histórica que tinham ficado com a Áustria e a Alemanha. Essas regiões eram menos industrializadas que a Polônia russa e, caso houvesse uma reunificação delas, o argumento da proporção maior de operários e indústrias se diluiria.⁴⁵

Pela parte econômica, Luxemburgo mostraria que a indústria da Polônia tirava vantagem do fato de a Rússia ser menos industrializada e exportava seus produtos para lá. Caso a Polônia ficasse independente, talvez a situação até piorasse, pois a Polônia perderia seu “mercado cativo” da Rússia e ficaria sozinha na competição com taxas alfandegárias altas tanto com o Ocidente quanto com a Rússia.⁴⁶

Finalmente, sobre a terceira pergunta (se a reconstituição da Polônia independente é possível), Luxemburgo vai mostrar todas as dificuldades incriveis para isso. Os “social-patriotas” teriam que enfrentar não apenas o tremendo poder de repressão do governo russo mas também as resistências internas de classes polonesas. Como vimos acima, os capitalistas poloneses (industriais e comerciantes) tinham uma situação privilegiada em relação ao mercado russo e não gostariam de perder essa posição favorável.⁴⁷

⁴⁵ Luxemburgo, 2011, P. 57-58, 60.

⁴⁶ Luxemburgo, 2011, P. 64-65.

⁴⁷ Luxemburgo, 2011, P. 66.

Depois de mostrar as dificuldades imensas que haveria para reconstituir uma Polônia independente, Rosa enfrenta o argumento daqueles que dizem que, apesar de naquele momento os trabalhadores poloneses não terem força suficiente para escapar ao czarismo, poderia ser que no futuro terão tal força e poderão forçar uma Polônia independente e acabar com a sua opressão. Luxemburgo retorquirá que no dia em que o trabalhador polonês tiver força suficiente para acabar com a opressão sobre si aí a luta deve ser pelo socialismo e não pela restauração de uma Polônia independente (luta paralela que pode tirar forças da luta principal pelo socialismo). Isso porque somente o socialismo pode acabar com a opressão dos trabalhadores (poloneses e do mundo) como ela mostrou no início do artigo quando mencionou que em todos os países do mundo capitalista (independentes ou não) os trabalhadores são oprimidos.⁴⁸

Mas não haveria nada de mais positivo politicamente que os trabalhadores poloneses pudessem fazer para melhorar sua situação política? Luxemburgo lançará a palavra de ordem de uma constituição para a Polônia e a Rússia como um todo.⁴⁹ Aqui é importante lembrar que o Império Russo, naquela época, era uma monarquia absolutista, sem constituição, parlamento ou mesmo partido políticos legais: somente com a Revolução de 1905 a Rússia passaria a ser uma monarquia constitucional. Luxemburgo mostraria que a classe trabalhadora tinha melhores condições de lutar em países que tinham uma constituição com liberdades democráticas (como o direito de se organizar em sindicatos e partidos, etc.).⁵⁰ Luxemburgo conclui, então, que o slogan da “Constituição” avançará mais a causa operária que o slogan da “Restauração da Polônia Independente” como palavra de ordem imediata no campo político e que, isso, no longo prazo, avançará mais a luta estratégica pelo socialismo no mundo.⁵¹

Em 1896...

Após esse início exploratório em 1895, podemos tomar 1896 como o ano do *Big Bang* inicial de escritos de Luxemburgo sobre a questão nacional. Deste ano são dois artigos que abordam essa temática: “A Questão Polonesa no Congresso da Internacional em Londres” e “A Social-Democracia e as Lutas Sociais na Turquia”.

⁴⁸ Luxemburgo, 2011, p. 70.

⁴⁹ Luxemburgo, 2011, P. 74, 78-79.

⁵⁰ Luxemburgo, 2011, P. 77-79.

⁵¹ Luxemburgo, 2011, p. 85-86.

*A Questão Polonesa no Congresso da Internacional em Londres*⁵²

Em 1893 surgia o periódico *Sprawa Robotnicza* [“A Causa Operária”], que pretendia informar o operariado polonês sobre os movimentos do partido recém-criado, o SDKP (que posteriormente seria renomeado SDKPil). Rosa Luxemburgo foi uma das fundadoras do periódico e do partido e em 1894 se tornou formalmente diretora do jornal. Quando ocorreu o Congresso da II Internacional em Londres em 1896, um dos assuntos mais debatidos entre Luxemburgo e seus companheiros era a controvérsia sobre uma possível independência da Polônia. O assunto dividia a esquerda. Enquanto membros do PPS (Partido Socialista Polonês) acreditavam que a independência polonesa poderia ser um passo progressista em relação ao autoritarismo czarista, Luxemburgo e seus companheiros do SDKP discordavam. Rosa escreveu o artigo *A Questão Polonesa no Congresso da Internacional em Londres* na revista *Sprawa Robotnicza*, em julho de 1896 para pontuar suas observações.

De 26 de julho a 02 de agosto de 1896 ocorreu o Congresso da II Internacional em Londres, o quarto congresso da II Internacional. A delegação do PPS tinha preparado um projeto de resolução pedindo o apoio da Internacional para a restauração da independência polonesa. Rosa Luxemburgo, como membro do SDKP, apresentaria no congresso argumentos contrários a ela. Em vista dos argumentos dos dois lados, o congresso tiraria uma resolução intermediária, apoiando “o direito à completa autodeterminação de todas as nações”, mas sem mencionar o caso da Polônia em particular.⁵³

Os argumentos utilizados por Luxemburgo no congresso podem ser vistos em seu artigo *A Questão Polonesa no Congresso da Internacional em Londres*. Ela iniciou seu argumento apresentando a essência da resolução proposta pelo PPS.

A resolução sobre a restauração da Polônia independente a ser apresentada no Congresso de Londres diz o seguinte: “*Já que a subjugação de uma nação por outra pode apenas servir aos interesses dos capitalistas e déspotas enquanto que para os trabalhadores da nação oprimida e da nação opressora ela é igualmente perniciosa; já que, em*

⁵² Luxemburgo, 1896a.

⁵³ Nettl, 1974, p. 93.

*particular, o czarismo russo (que deve sua força interna e importância externa à subjugação e partilha da Polônia) constitui uma ameaça permanente ao desenvolvimento do movimento internacional dos trabalhadores, o Congresso, por meio desta, decide: que a independência da Polônia representa uma demanda política imperativa tanto para o proletariado polonês quanto para o movimento internacional dos trabalhadores como um todo”.*⁵⁴

No desenrolar do artigo, Luxemburgo contra-argumentou que os dois aspectos da proposta estavam baseados em argumentos falsos. Por um lado, o czarismo russo não devia sua potência interna e externa à sua subjugação da Polônia, sendo tal potência independente disto. Por outro, Rosa defendeu que os interesses do proletariado não estão ligados a situações nacionais específicas *a priori*. Sobre o primeiro ponto, ela colocou o seguinte.

O czarismo russo não deriva nem sua força interna nem sua importância externa da subjugação da Polônia. A afirmativa da resolução é falsa de A a Z. O czarismo russo deriva sua força interna das relações sociais dentro da própria Rússia. A base histórica do absolutismo russo é uma economia natural que se baseia nas arcaicas relações comunais de propriedade do campesinato. Os resquícios desta estrutura social atrasada [...] juntamente com a configuração total de outros fatores sociais, constitui a base do czarismo russo. A nobreza é mantida sob controle do czar por um fluxo interminável de dotações financiadas pelas taxas pagas pelos camponeses [...] Finalmente, até a atividade interna do czarismo está a serviço do capital: a organização de exposições industriais, a construção da ferrovia transiberiana e outros projetos de natureza similar são realizados a serviço do capital [...] Falsas premissas levam a falsas conclusões, como se uma Polônia independente pudesse tirar da Rússia seu poder interno e externo. A restauração da Polônia poderia levar à queda do absolutismo russo apenas se simultaneamente fosse abolida a base social do czarismo dentro da própria Rússia., *i.e.*, os vestígios da antiga economia camponesa e a

⁵⁴ Luxemburgo, 1986a, par. 5.

importância do czarismo para a nobreza e a burguesia. Mas isso é uma bobagem. Não faz diferença: com ou sem Polônia essas relações permanecerão inalteradas. A esperança de quebrar a onipotência russa por meio da restauração da Polônia é um anacronismo que provém de tempos idos quando parecia que não havia esperança de que forças dentro da própria Rússia fossem capazes de conseguir a destruição do czarismo. A Rússia daquele tempo, uma terra baseada na economia natural, parecia estar em total estagnação social. Mas desde a década de 1860, ela entrou em rota de desenvolvimento de uma economia moderna e, ao fazer isso, está criando as sementes da solução para o problema do absolutismo russo. O czarismo se encontra forçado a apoiar uma economia capitalista, mas ao fazer isso está serrando os pés da cadeira em que está sentado. Através de suas políticas financeiras, está destruindo os vestígios das relações comunais agrícolas, e assim eliminando a base dos modos conservadores de pensamento dentre o campesinato [...] Antigamente um agente útil para a economia burguesa, sua burocracia sufocante está se tornando um estorvo a ela. O resultado é o crescimento acelerado do proletariado industrial, a força com a qual o czarismo não pode se aliar e à qual não pode ceder terreno sem colocar em risco sua própria existência.⁵⁵

Após argumentar que a independência da Polônia tinha comparativamente pouco a ver com a queda do czarismo, tanto quanto a partilha da Polônia tinha a ver com sua continuada existência, Luxemburgo atacará a outra premissa do projeto de resolução apresentado pelo PPS: a de que a subjugação de uma nação pela outra pode servir apenas aos interesses dos capitalistas e déspotas e é uma coisa igualmente perniciosa tanto para os trabalhadores da nação oprimida quanto para os da nação opressora. Luxemburgo diz que:

Na base dessa afirmativa, infere-se que a independência da Polônia deve se tornar uma demanda imperativa do proletariado [...] Da afirmativa que a subjugação de uma nação pela outra é do interesse de capitalistas e déspotas, se conclui que todas as anexações são injustas ou

⁵⁵ Luxemburgo, 1986a, par. 8, 11 e 12

podem ser eliminadas dentro do sistema capitalista [...] Se assumirmos que esse truísmo não fornece nenhuma base para a abolição geral das anexações, ele menos ainda provê uma razão para abolir a anexação da Polônia. Neste caso em especial, sem uma avaliação crítica das condições históricas concretas, nada de valor contribui para o problema. Mas sobre esse ponto do *como* e *se* o proletariado pode libertar a Polônia, a resolução silencia [...] Como o proletariado polonês vai criar uma sociedade sem classes? Diante dos três impérios que governam a Polônia, diante da burguesia da Polônia russa que bajula o trono em São Petersburgo [...], diante dos Junkers prussiano-poloneses que proveem o orçamento militar e a munição das baionetas que mantêm a anexação polonesa; diante de todos esses fatores, o que o proletariado polonês pode fazer? Qualquer rebelião seria sangrentamente reprimida. Mas se nenhuma rebelião for tentada, nada será conseguido, pois a rebelião armada é a única maneira pela qual a independência polonesa pode ser obtida [...] Talvez o proletariado internacional ajudasse? Mas ele tem menos condição ainda de agir que o proletariado polonês. No máximo, pode declarar sua simpatia. Mas suponha que toda a campanha pela restauração da Polônia se resuma a manifestações pacíficas? Bem, nesse caso, os Impérios da partilha podem continuar a governar a Polônia com toda tranquilidade. Assim, se o proletariado internacional fizer da restauração da Polônia sua demanda política (como quer a resolução), então estará apenas expressando um pio desejo. Quem “demanda” algo, tem que fazer alguma coisa para conseguir isso. Se nada pode ser feito, a “demanda vazia” pode criar agitação, mas não vai demover os Estados que governam a Polônia. Mas, além disso, a adoção dessa resolução social-patriótica pelo Congresso da Internacional pode ter consequências mais profundas e menos óbvias à primeira vista [...] Nos últimos três anos ocorreram tentativas de se impor aos socialistas poloneses um programa de restauração da Polônia. A intenção é separá-los de seus companheiros alemães, austríacos e russos por meio de sua união em um partido polonês organizado em linhas nacionais [...] Está sendo preparado o caminho para uma inserção no programa da adoção de um estado classista polonês. O toque

final de todo o processo deve ser o congresso de Londres, quando a adoção da resolução da posição nacionalista deverá ser contrabandeada sob a bandeira do internacionalismo [...] A adoção da resolução social-patriótica estabeleceria um importante precedente para o movimento socialista em outros países. O que é bom para um pode ser adquirido barato por outros. Se a liberação nacional da Polônia é elevada a objetivo político do proletariado internacional, porque não também a liberação da Tchecoslováquia, Irlanda e Alsácia-Lorraine? Todos esses objetivos são igualmente utópicos e tão justificáveis quanto a liberação da Polônia [...] Aqui está o grande significado da resolução social-patriótica, se adotada. Nós afirmamos no início que o grande passo adiante que o proletariado deu desde o início da Internacional é sua evolução de um ajuntamento de pequenos grupos sectários a um grande partido capaz de cuidar de seus próprios assuntos [...] A antiga Internacional deu lugar a partidos organizados em cada país em conformidade com as condições políticas peculiares a tal país, sem distinção da nacionalidade dos trabalhadores [...] A resolução social-patriótica vai no sentido diametralmente oposto.⁵⁶

Esses argumentos apresentados por Rosa Luxemburgo em seu artigo foram repetidos por ela no congresso da Internacional em Londres, como representante do SDKP, que se opunha ao projeto de resolução do PPS. O resultado, como mencionado anteriormente, foi um compromisso, com o congresso tirando uma resolução intermediária, apoiando “o direito à completa autodeterminação de todas as nações”, mas sem mencionar o caso da Polônia em particular.⁵⁷

*A Social-Democracia e as Lutas Nacionais na Turquia*⁵⁸

Dando continuidade em seu interesse pela temática envolvendo temas nacionais, Rosa Luxemburgo analisou a questão turca em uma série de artigos (8-10 out. 1896) no jornal operário alemão *Sächsische Arbeiter-Zeitung*, reunidos sob o título geral *A Social-Democracia e as Lutas*

⁵⁶ Luxemburgo, 1986a, par. 14, 16-21.

⁵⁷ Nettl, 1974, p. 93.

⁵⁸ Luxemburgo 1896b.

Nacionais na Turquia. Na época, o Império Otomano estava em conflito com uma de suas nacionalidades, a armênia, que passou a integrá-lo no século XIV. Antes que as reformas de Maomé II fossem aplicadas, a Armênia possuía certa autonomia dentro do Império, incluindo liberdade religiosa: eram cristãos entre uma cultura majoritariamente muçulmana. Com as reformas, perderam direitos, terras e foram obrigados a pagar taxas e prestar serviço militar compulsoriamente. Em 1894, após o Congresso de Berlim, os armênios passaram a exigir seus direitos, fizeram manifestações amplas e o sultão vigente, Abdulamide II (ou Abdul Hamide II) respondeu com extrema violência matando milhares de cristãos armênios, o que ficou conhecido como *massacre hamidiano*. Este período durou dois anos, de 1894 a 1896. Naquele ano de 1896, Luxemburgo se dedicou então, a analisar a questão das lutas nacionais na Turquia, e para isso, retomou brevemente a história do território turco partindo de Maomé II.

A autora mostrou como a social-democracia deveria se posicionar frente aos conflitos na Turquia, e criticou duramente a visão da imprensa partidária (que se aproximava da visão burguesa) de acreditar que os problemas nacionais na Turquia nada mais eram do que intrigas e influência da Europa nas questões diplomáticas do país.⁵⁹ Para mostrar ao partido as condições que deveriam ser levadas em conta pela social-democracia, Luxemburgo retornou ao sultão Maomé II e suas reformas, que segundo a autora, geraram embates nacionais.

Desde o início do século atual, tudo isso mudou consideravelmente. Abalada pelo conflito com os fortes Estados centralizados da Europa, mas especialmente ameaçada pela Rússia, a Turquia se viu obrigada a introduzir reformas domésticas, e essa necessidade encontrou seu primeiro representante na pessoa de Maomé II [Sultão Otomano (1808-1839)]. As reformas aboliram o governo feudal e, em seu lugar, introduziram uma burocracia centralizada, um exército permanente e um novo sistema financeiro.⁶⁰

Essas reformas tiveram custos altos para a população, em especial para a população cristã. As novas regras não eram iguais para todos, os senhores de terra turcos obtiveram direitos hereditários, não necessitavam pagar aluguel e nem mesmo arrendar suas terras. Além de tudo, obtiveram

⁵⁹ Luxemburgo, 1896b, pt. 1, par. 1 – 3.

⁶⁰ Luxemburgo, 1896b, pt. 1, par. 5.

suas terras e a continuidade delas com o fim do sistema feudal. Muitos cristãos eram obrigados a se tornarem camponeses em terras arrendadas por muçulmanos, pois se viram forçados a vender suas propriedades para pagar as altas taxas impostas pelo governo.⁶¹ Isso atingiu fortemente a população armênia, que era cristã. Vale ressaltar também, que para os cristãos, o serviço militar no exército permanente instituído com a reforma era compulsório quando não podiam arcar com os impostos governamentais. Isso gerou mais conflito entre as nacionalidades, tratadas desigualmente.

Se antes havia certa estabilidade para a população, dessa forma impedindo conflitos de escalarem, Luxemburgo analisou que as reformas aumentaram as desigualdades sociais e rixas entre os diversos grupos.⁶²

Rosa Luxemburgo também criticou a visão da burguesia europeia ocidental que estava sendo adotada por setores da social-democracia: a de que a Rússia e outros países do Leste Europeu é que tinham fomentado, com intrigas diplomáticas, o acirramento da questão das nacionalidades no Império Otomano.

Segundo a autora, o momento turco lembrava, em alguns aspectos, a situação das reformas na Rússia, porém diferentemente daquelas, as reformas de Maomé II não atingiram a base econômica, sendo assim, a Turquia não estava obtendo a transformação para o sistema capitalista, ficando com amplos resquícios feudais. Luxemburgo ainda ressaltou que enquanto as condições camponesas na Turquia não eram das melhores, as condições da burguesia do país também deixavam a desejar. Faltava segurança, as indústrias nacionais ficaram desestimuladas, e as poucas fábricas produziam bens de alto custo e baixa qualidade.⁶³

É certo que a Europa também explorava a Turquia, principalmente os países desenvolvidos do continente que já se encontravam com o capitalismo mais avançado e exploravam a fraqueza turca, seus conflitos e sua baixa industrialização. O Império Russo foi um desses polos centralizados que corroboravam com a exploração, porém, o que levou aos conflitos nacionais na Turquia, foram mais do que explorações externas. A Turquia tinha mais semelhanças com o feudalismo do que com um país capitalista. A terra arrendada por camponeses cristãos dos muçulmanos fomentava os conflitos religiosos presentes no território. A má distribuição de terras e renda criava um *capitalismo doméstico*,⁶⁴ que segundo Luxemburgo,

⁶¹ Luxemburgo, 1896b, pt. 1, par. 5.

⁶² Luxemburgo, 1896b, pt. 1, par. 7.

⁶³ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 1.

⁶⁴ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 1.

não viria a se tornar um sistema capitalista desenvolvido, pois não gerava base econômica para isso:

É claro que uma base material para a economia monetária constituída como essa não havia crescido paralelamente às formas de impostos governamentais e financeiros associados a ela, que foi achatada por ela e, como não pôde se desenvolver, passou a um processo de desintegração.⁶⁵

A Turquia, segundo a autora, possuía duas frentes quando o assunto era sua desintegração. A primeira foi a questão camponesa. As dívidas do campesinato cresceram por conta dos arrendamentos que eram obrigados a fazer para conseguirem se sustentar. Além disso, o governo turco cobrava taxa de juros de forma permanente, o que forçou os camponeses a buscarem outras fontes de renda e se arriscarem como proletários, porém sem estrutura capitalista apropriada para isso, o que Rosa Luxemburgo colocou como sendo caso de *lumpemproletariado* e assim sendo um grupo sem consciência de classe que facilmente poderia se aliar à burguesia e atender aos seus interesses em vez de seus interesses reais de classe.⁶⁶ Com a classe camponesa tendo êxodo rural, a agricultura sofreu baixa e consequentemente a fome rodava o país.

A segunda questão que Rosa Luxemburgo apresentou foi a dívida turca com os países europeus, principalmente Inglaterra e França, potências capitalistas.

Desde 1854, a Turquia seguiu o caminho de empréstimos estrangeiros sem fim. Os usurários de Londres e Paris operavam na capital, assim como os usurários armênios e gregos operavam nas aldeias. Governar tornou-se cada vez mais difícil, e aqueles governados tornaram-se cada vez mais insatisfeitos. Falência na capital e falência nas aldeias; revoluções palacianas em Constantinopla e levantes populares nas províncias — esses foram os resultados finais do declínio interno.⁶⁷

⁶⁵ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 2.

⁶⁶ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 3.

⁶⁷ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 4.

Portanto, Luxemburgo não enxergava uma saída para a Turquia que não fosse a transição definitiva para o sistema capitalista, mas em contrapartida, não via base sólida para isso, já que as reformas de Maomé II alteraram o jurídico mas não alteraram a economia. Os povos cristãos do Império Otomano, além de enfrentarem uma economia decadente, ainda enfrentavam conflitos religiosos, o que gerava caos, principalmente entre a população campesina.

Segundo Rosa Luxemburgo, o que ocorria na Turquia era uma degradação territorial por conta de seu histórico. A Turquia sempre foi um território que comportou outros territórios com autonomia nacional, liberdade religiosa e isso funcionava na medida do possível, pois não havia levantes, já que a população era suprida de certa forma. Porém as reformas geraram um racha no país que, para a autora, seria impossível de se resolver já que nada foi criado para unir sob uma bandeira comum, religião comum ou qualquer outro ideal comum todas as nações que estavam sob o jugo turco.

A estabilidade do modo de vida, a natureza independente das províncias e nacionalidades desapareceram. Mas nenhum interesse material, nenhum desenvolvimento comum foi criado, o que poderia lhes dar unidade interna. Pelo contrário, a pressão e a miséria de pertencer conjuntamente ao estado turco se tornaram cada vez maiores. E, portanto, havia uma tendência natural para as várias nacionalidades escaparem do todo e instintivamente buscarem o caminho para um maior desenvolvimento social na existência autônoma.⁶⁸

As nacionalidades e a religião rapidamente se transformaram no ponto comum para que grupos se levantassem contra a Turquia, mesmo que anteriormente às reformas grupos cristãos e de nacionalidades distintas vivessem relativamente em paz com os muçulmanos e turcos. A constante opressão por parte dos últimos os fez enxergar a força que possuíam juntos enquanto nova nação. Rosa Luxemburgo ainda pontuou que a questão separatista encontrou sua força nos cristãos, que se viam humilhados juridicamente a ponto de sua palavra não ter o mesmo valor no tribunal que a dos muçulmanos.⁶⁹

Para a autora, a principal questão entre cristãos e muçulmanos, e conseqüentemente, para os levantes nacionais, era a divisão de terras: os

⁶⁸ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 5.

⁶⁹ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 6.

cristãos dependiam de terras muçulmanas, não tinham o direito de se tornarem senhores da terra e com isso gerava-se uma mistura da luta de classes com a luta nacional:

Portanto, em nível de base, frequentemente há uma luta de classes — uma luta dos pequenos camponeses e inquilinos com a classe de proprietários e oficiais de terras, como por exemplo, na Bósnia e Herzegovina, onde as condições lembram as da Irlanda. Assim, a oposição produzida pela pressão econômica e legal encontrou aqui uma ideologia pronta nos conflitos nacionais e religiosos.⁷⁰

A própria situação turca gerou os conflitos nacionais. Do ponto de vista de Luxemburgo em 1896, os massacres hamidianos eram a culminação de um país que se encaminhava para o conflito. Embora a autora concorde que o Império Russo exercesse forte papel nos países enfraquecidos economicamente, gerando conflitos internos, no caso da Turquia, o Império Russo pouco ou até mesmo nada teve a desempenhar já que os conflitos estavam latentes no país, apenas encobertos por alguns interesses remanescentes que as nacionalidades e religiões ainda possuíam em comum.

O cerne do texto é abordado pela autora após expor a situação turca, onde didaticamente pontua qual a posição que a social-democracia deveria tomar a respeito dos desejos das nações cristãs se tornarem independentes. Apesar da social-democracia se posicionar sempre a favor da luta contra o capital, contra o Império Russo e contra a burguesia, segundo Luxemburgo, era preciso reconhecer processos de lutas nacionais que não desejavam apenas a independência para nutrir uma burguesia parasitária, mas que conduzissem a um fortalecimento do proletariado. As lutas por independência nem sempre representavam liberdade de fato, principalmente quando o país independente caía no jugo de países imperialistas.

Obviamente, na política externa — assim como nas questões domésticas — não devemos ver as coisas de maneira esquemática. A luta nacional nem sempre é a forma apropriada para a luta pela liberdade. Por exemplo, a questão nacional assume uma forma diferente na Polônia, Alsácia-Lorena ou Boêmia. Em todos esses casos, somos confrontados com um processo diretamente oposto de assimilação capitalista das

⁷⁰ Luxemburgo, 1896b, pt. 2, par. 6.

terras anexas às terras dominantes, que condena os esforços separatistas à impotência, e é do interesse do movimento da classe trabalhadora defender a unidade de forças e não sua fragmentação nas lutas nacionais.⁷¹

Luxemburgo não alterou sua ideia a respeito de seu próprio país de origem. Considerava diferentes os processos de luta por independência das comunidades cristã no Império Otomano quando comparados aos da Polônia, que deixaria a luta contra a opressão do Império Russo para se tornar subjugada por países dominantes. Enquanto a autora acreditava que a classe operária deveria lutar por sua união,⁷² também compreendia que a Armênia ou os povos cristãos, não possuíam uma classe trabalhadora organizada e forte. A maioria dos trabalhadores era rural, sua luta por independência era a luta para continuarem existindo dentro do Império Otomano, possuindo uma crença diferente. Para Luxemburgo, as diferentes comunidades cristãs encontraram na luta nacional sua união contra a Turquia.

Dentre as orientações redigidas por Rosa Luxemburgo a respeito dos passos que a social-democracia deveria seguir, a autora também alertou os membros do partido para não determinarem as ações armênias ou criarem proposições a fim de guiar a comunidade cristã como lhes aprouvesse. Luxemburgo acreditava ser necessário estudar as condições e contradições do território antes de adentrarem com ideias e listas de tarefas a serem seguidas.

Não é nosso trabalho elaborar demandas práticas para os armênios ou determinar a forma política que se deve aspirar aqui; para isso, as próprias aspirações da Armênia teriam que ser levadas em consideração, bem como suas condições internas e o contexto internacional. Para nós, a questão nessa situação é acima de tudo do ponto de vista geral, e isso exige que defendamos os insurgentes e não contra eles.⁷³

A libertação do território cristão iria oferecer aos social-democratas contemporâneos a Rosa Luxemburgo, a perspectiva do que os países capitalistas pretendiam a respeito do território turco. A Turquia era um conjunto de territórios que recebia apoio das potências europeias, potências essas cristãs inclusive, mas que não estavam preocupadas com a população

⁷¹ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 2.

⁷² Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 2.

⁷³ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 2.

cristã presente no território e para Luxemburgo isso ficaria ainda mais claro quando a Armênia se tornasse independente. O território armênio não possuía nada que interessasse aos países capitalistas e nem mesmo oferecia um risco ao sistema vigente. Além desse ponto esperado, a autora também acreditava que com a independência armênia, o país iria se desenvolver dentro dos moldes capitalistas, criando uma burguesia e suas dependências e dessa forma possuir uma classe operária capaz de receber os princípios social-democratas e formarem uma base sólida contra o capitalismo. Luxemburgo não considera a Turquia com os territórios anexados uma potência moderna,⁷⁴ sendo assim, a independência dos territórios cristãos e a fragmentação da Turquia poderiam oferecer as bases para um desenvolvimento capitalista e também social-democrata àquelas minorias cristãs. Enquanto que no caso da Polônia dentro do Império Russo (ambos já em processo de desenvolvimento capitalista) a luta independentista nacional polonesa iria distrair da tarefa principal de classe que seria unir os proletariados polonês e russo para avançar a causa da revolução, a Turquia era um Estado feudal ou semifeudal que atrasava o desenvolvimento capitalista de suas nacionalidades cristãs. Assim, no caso da Turquia, seria mais progressista que as minorias cristãs se tornassem independentes e então, já com maior influência do desenvolvimento capitalista europeu, pudessem também ingressar na estrada do desenvolvimento capitalista de modo que seu proletariado se organizasse e se fortalecesse a fim de que, no futuro, fosse capaz da luta organizada pelo socialismo.

[...] a separação dos territórios cristãos da Turquia é um fenômeno progressista, um ato de desenvolvimento social, pois a separação é a única maneira para que os territórios turcos possam atingir formas sociais superiores. Enquanto houver domínio turco, não se pode falar de desenvolvimento capitalista moderno. Assim, a Grécia e a Romênia fizeram grandes progressos desde sua separação da Turquia. É verdade que esses Estados emergentes são pequenos, mas seria errado perceber seus estabelecimentos como um processo de fragmentação política. Afinal, a Turquia mesma não é uma grande potência no sentido moderno do termo. Em países com desenvolvimento burguês, o solo está gradualmente sendo preparado para o movimento da classe trabalhadora moderna, para a social-democracia, como já é o caso da Romênia e, de

⁷⁴ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 5.

certa maneira, também da Bulgária. O nosso interesse internacional é que o movimento socialista possa, na maior medida possível, fincar pé em todos esses países.⁷⁵

Ainda é importante salientar a posição de Luxemburgo a respeito da Turquia em paralelo a sua posição sobre o Império Russo. A autora considerava o apoio russo aos territórios que buscavam independência como uma forma de trazer essas comunidades para dentro do controle do Império e não realmente com intenção de libertá-los.

Experiências anteriores já mostraram que, em sua política em relação à península balcânica, a Rússia geralmente alcançava exatamente o oposto do que buscava. Os povos libertados do domínio turco regularmente pagam a benevolência da Rússia com “ingratidão da base”, ou seja, rejeitam sem rodeios uma troca do jugo turco pelo russo. Por mais inesperado que isso tenha sido para os diplomatas russos, essa conduta dos estados dos Balcãs estava longe de ser surpreendente. Entre eles e a Rússia, existe um conflito de interesses natural, o mesmo que existe entre o cordeiro e o lobo, o caçador e sua presa. A dependência da Turquia é o véu que oculta esse conflito de interesses e até permite que ele apareça superficial e temporariamente como uma comunidade de interesses. As massas não se envolvem em reflexões complexas e remotas. Como os levantes nacionais na Turquia são certamente movimentos de massa, eles aceitam o primeiro e melhor método que corresponde aos seus interesses imediatos, mesmo que esse método seja a vil diplomacia da Rússia.⁷⁶

O Império Russo, portanto não possuía de fato interesses permanentes com os territórios que lutavam por independência, mas sim usá-los apenas. Apesar desse falso emparelhamento com a Rússia, a social-democracia não desejava apoiar as lutas nacionais pelos mesmos motivos e isso ficava claro no texto de Luxemburgo. Ela apontou que a posição a ser adotada pelos social-democratas seria de apoiar a independência de forma a não obstruir a luta das comunidades cristãs. Rosa não apresentava uma

⁷⁵ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 5.

⁷⁶ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 7.

fórmula única para todos os casos de lutas nacionais. Ela acreditava que cada caso merecia uma análise informada pela social-democracia para a tomada de decisão. No caso dos poloneses, Luxemburgo não via uma saída que os levasse a se tornarem independentes e construir uma base operária sólida. Mas na Armênia e outros territórios cristãos sob os turcos as condições eram diferentes.

Por outro lado, a autora também ressalva as vantagens para a própria Turquia de se ver livre dos cristãos em seu território.

Mas ainda mais importante é outro resultado produzido nesse processo. A libertação das terras cristãs da Turquia é basicamente considerada como uma “libertação” da Turquia de seus súditos cristãos. São precisamente estes que servem de motivo para a diplomacia europeia operar na Turquia e quem a consigna incondicionalmente ao lado russo. Além disso, são eles que, em caso de guerra, tornam a Turquia incapaz de resistir. Os cristãos não servem nas forças armadas turcas, mas estão sempre prontos para se levantar contra eles. Portanto, uma guerra estrangeira para a Turquia sempre significa uma segunda guerra em casa, uma dispersão de suas forças militares e uma paralisia de seus movimentos.⁷⁷

Para Rosa Luxemburgo, a social-democracia deve seguir o desenvolvimento social real.⁷⁸ Uma análise simplista a respeito dos territórios que buscavam independência levariam os social-democratas a recusarem ou apoiarem as lutas nacionais em bloco, mas Rosa Luxemburgo mostrou na época a necessidade de avaliar caso a caso para verificar o que mais fortalece o desenvolvimento do proletariado enquanto classe.

*Em Defesa da Nacionalidade*⁷⁹

Com as três partilhas da Polônia (1772, 1793 e 1795), o país deixou de existir como Estado independente, sendo seu território dividido entre a Rússia, Áustria e Prússia. Em seu texto *Em Defesa da Nacionalidade* (escrito em 1900), Luxemburgo analisou principalmente o território polonês sob o domínio alemão.

⁷⁷ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 8.

⁷⁸ Luxemburgo, 1896b, pt. 3, par. 15.

⁷⁹ Luxemburgo, 1900.

Luxemburgo iniciou seu texto denunciando o ministro da educação prussiano, pois as novas leis promovidas pelo governo instituíam que não mais era permitido utilizar a língua polonesa nas escolas, apenas nas aulas de educação religiosa. E este não foi o primeiro ataque aos poloneses, segundo a autora. Por 20 anos o governo prussiano vinha promovendo políticas a fim de reprimir o idioma e cultura da Polônia.

Este não é o primeiro ataque das autoridades prussianas à nossa língua e nacionalidade. Por mais de vinte anos, o governo vem deslocando o idioma polonês das escolas de Poznan, eliminando o elemento polonês dos cargos públicos e da vida pública, gastando centenas de milhões em “colonização”, ou seja, para a germanização de nossas regiões. Esforça-se por transplantar à força alemães — camponeses e comerciantes — para o solo polonês, e tudo isso com uma tenacidade e perseverança que seriam dignas de uma causa melhor.⁸⁰

Todo esse esforço do Império Alemão vem justamente dos planos implantados por Bismarck e seguidos por seus sucessores, de germanizar a população e diminuir a influência da Igreja Católica no Império. Luxemburgo, neste primeiro capítulo do texto, teve a intenção de denunciar aos poloneses que viviam na Polônia prussiana o *sistema de desnacionalização*⁸¹ que estava ocorrendo no território. Os poloneses que não aceitassem a germanização seriam expulsos de suas terras, que por sua vez seriam passadas a alemães protestantes. Luxemburgo se dedicou a mostrar os pontos que envolviam esse processo e como deveria ocorrer a luta nacional dos poloneses.

Segundo Luxemburgo, ver a causa da opressão era fundamental para combatê-la e defender a nacionalidade polonesa. E estava claro que o governo prussiano, amparado pelo Império Alemão, era o motor por trás das políticas opressivas. Ainda deveria se levar em conta que, na época, o primeiro-ministro prussiano era também o chanceler do Império.⁸²

⁸⁰ Luxemburgo, 1900, cap. 1, par. 2 – 3.

⁸¹ Luxemburgo, 1900, cap. 1.

⁸² Desde 1894 os cargos de primeiro-ministro (*Ministerpräsident*) da Prússia e chanceler do Império (*Reichskanzler*) eram ocupados pela mesma pessoa. Em 1900, ano em que Rosa Luxemburgo escreveu este texto, os cargos estavam representados por Chlodwig zu Hohenlohe-Schillingsfürst até outubro de 1900 e por Bernhard von Bülow, de outubro de 1900 a 14 de julho de 1909.

Todo esse poder para reprimir os poloneses não seria, segundo a autora, possível se não encontrasse eco na própria sociedade alemã, sendo os principais fomentadores do processo de extermínio da cultura polonesa os senhores de terra germânicos.

Mas, embora eles controlem amplamente os meios, as agências governamentais não teriam poder, se camadas influentes da sociedade alemã oferecessem resistência a elas. Contra os desejos expressos desses círculos, o governo alemão, e menos ainda o prussiano, nunca ousaria perseguir os poloneses com tanta tenacidade. Nenhum governo é capaz de ficar muito tempo se toda a sociedade sinceramente e com força condena suas políticas. Portanto, a política de germanização do governo deve encontrar apoio entre certos segmentos do povo alemão, e de fato o faz.⁸³

Apesar dos esforços *hakatistas*⁸⁴ para acabar com a cultura polonesa, nem todos os senhores de terra e donos de fábrica pertenciam a esse grupo. E Luxemburgo questiona como então eles conseguem influenciar a política de germanização e para encontrar as respostas, a autora retornou aos arquivos de imprensa. E pôde observar que os partidos, mesmo não se aliando aos hakatistas, eram simpáticos a eles. Os partidos Conservador e Liberal não tomaram iniciativas para germanizar a Polônia, porém também não atrapalharam o processo.

Na Alemanha, até mesmo o Partido Católico (cujo nome oficial era *Zentrumspartei* ou “Partido do Centro”), não oferecia um apelo sério a favor da Polônia. Além do mais, segundo Luxemburgo, o partido católico não era tão a favor da população como dizia, já que pediu ao governo que aumentasse as taxas sobre grãos, mostrando uma face muito mais preocupada em agradar aos senhores de terra alemães do que proteger os poloneses católicos.⁸⁵ Fato é que os membros do Partido Católico eram senhores de terra, donos de minas de carvão e barões, sendo eles próprios exploradores da classe operária

⁸³ Luxemburgo, 1900, cap. 2, par. 3.

⁸⁴ Em 1894 foi fundada a Sociedade Alemã Para Fortalecimento do Germanismo nas Bandas Orientais (*Verein zur Förderung des Deutschtums in den Ostmarken*), uma associação nacionalista que incentivava políticas de germanização na parte polonesa do Império. O apelido de “HaKaTa” vem das iniciais do sobrenome de seus três fundadores: Ferdinand Von Hansemann, Herman Kennemann e Heirich Von Tiedemann.

⁸⁵ Luxemburgo, 1900, cap. 2, par. 4.

polonesa.

Segundo Luxemburgo, a esperança depositada no Partido Católico vinha de tempos anteriores, quando o Partido uniu os católicos sob um mesmo ideal, o de se defender contra Bismarck e sua política de germanização sob o disfarce da chamada campanha de *Kulturkampf* (“luta pela cultura”). A *Kulturkampf* tinha sido uma campanha orquestrada por Bismarck na década de 1870 para diminuir a influência da Igreja Católica nos assuntos laicos do Estado na Alemanha. Assim sendo, o Partido Católico se tornou uma espécie de representante da classe trabalhadora.

Naquela época, o partido católico também se opunha ao governo, contra onerar o povo com altos impostos, tarifas e alistamento militar, também contra todos os ataques à liberdade de consciência, idioma e nacionalidade. O Partido do Centro também defendeu a questão polonesa com mais entusiasmo, pois, como diz o ditado, os famintos compreendem melhor os famintos, os vencidos melhor compreendem os vencidos. Quando os católicos alemães sentiram o que significavam perseguição, opressão e injustiça pelo governo, também sentiram empatia por causa da repressão dos poloneses.⁸⁶

Porém, essa união católica foi percebida e quando a *Kulturkampf* chegou ao fim, o governo alemão percebeu a força do partido católico no parlamento, sendo inclusive um peso grande em qualquer decisão que fosse tomada, a ponto de diferenciar de fato uma ação do governo. Dessa forma o Partido do Centro foi novamente tomado pelas diferenças de classe e os seus líderes e membros se esqueceram dos problemas do povo polônês. Para Rosa Luxemburgo, os ricos e capitalistas viam vantagens econômicas com a germanização da Polônia, e mudariam seu apoio se vissem que manter a nacionalidade polonesa gerasse mais lucros. Por esse motivo, não se podia confiar em partidos que tinham como membros pessoas da elite, fossem eles alemães ou poloneses.

Mas se o patriotismo alemão uma vez não paga, esses mesmos conservadores prussianos se transformam em cata-vento ao vento. Por exemplo, sabe-se que os trabalhadores agrícolas alemães estão fugindo da Prússia para o oeste em

⁸⁶ Luxemburgo, 1900, cap. 2 , par. 8.

hordas, para as cidades industriais, porque não querem mais sofrer fome e espancamentos nas propriedades da Prússia. Mas o pobre trabalhador agrícola polonês do outro lado da fronteira, do Reino da Polônia, concorda com tudo, é ignorante e, portanto, gentil como um cordeiro. E os mesmos magnatas alemães, que querem apagar todos os vestígios da identidade polonesa na Prússia, a “doce pátria” sempre em suas línguas, ordenam aos agricultores poloneses aos milhares da Polônia, porque são mais baratos e mais burros, porque são fáceis de entender, enganar e não desprezar o chicote. Portanto, se o extermínio da identidade polonesa vale a pena, viva o hakatismo! Mas se a disseminação da identidade polonesa for necessária para a propriedade, seja bem-vindo o servo estúpido polonês! Enquanto os lucros fluírem!⁸⁷

O que faltava ao povo polonês era justamente a consciência de classe, pois esperavam ser protegidos pela classe que tentava prejudicá-los e explorava sua mão de obra, além de esperarem empatia de uma classe que se preocupa somente com os próprios lucros e não com a população de fato.

A população polonesa, porém, poderia contar com aliados dentro do próprio Império Alemão: a classe trabalhadora alemã não era inimiga, muito pelo contrário, sofria exploração, como os poloneses. E representando a classe operária havia a social-democracia, o partido dos trabalhadores alemães.

Eles não se beneficiam da perseguição aos poloneses, como as classes mais altas da sociedade alemã, que buscam lucros e boas posições entre nós. O trabalhador alemão, assim como nosso trabalhador polonês, em geral nunca vive da injustiça que inflige aos outros, mas de seu próprio trabalho duro, mas honesto. Ele não é o opressor dos outros, mas de fato se oprimiu e, portanto, sente e entende nossa opressão, porque é oprimido pelos mesmos que atormentam a nós, poloneses — pelo governo alemão e pelos partidos que listamos anteriormente.⁸⁸

Os principais culpados pela perseguição polonesa eram as políticas

⁸⁷ Luxemburgo, 1900, cap. 2, par. 12.

⁸⁸ Luxemburgo, 1900, cap. 3, par. 2.

de Bismarck, (que previam exterminar a língua polonesa das escolas), os donos de terra, donos de fábrica e também o Partido de Centro ou Partido Católico, que mais do que ajudar as políticas germânicas, traiu o povo polonês. Luxemburgo mostrou em seu texto que as classes dominantes não veem diferença entre suas nacionalidades e idioma. Tudo que importa a eles e os une é o capital e a exploração da classe operária, portanto a melhor maneira de os trabalhadores poloneses se protegerem era justamente se unirem aos camaradas de classe, o operariado alemão.

Os trabalhadores alemães, portanto, têm os mesmos inimigos em seu próprio país, sofrem a mesma opressão, por isso são nossos aliados naturais, nossos amigos. O partido social-democrata não reconhece distinção de idioma ou de fé; toda pessoa oprimida e desfavorecida é seu irmão, condena e procura erradicar toda injustiça. É o único partido que protege as pessoas comuns contra aristocratas e capitalistas e nações oprimidas contra seus perseguidores.⁸⁹

Apesar da propaganda contrária à social-democracia proferidas pelos jornais poloneses, era importante para Rosa Luxemburgo que seu texto mostrasse às massas as mentiras por trás das acusações descabidas. Afinal, era parte de sua função como militante social-democrata levar informação ao operariado que não tivesse vínculo com a classe exploradora. Ao contrário do que os jornais poloneses diziam — que a social-democracia pretendia desfigurar o mundo que conheciam — Luxemburgo pontuou que é justamente o contrário: a social-democracia deseja que todo trabalhador tenha acesso a tudo necessário. Era importante salientar o que a social-democracia almejava. Apesar de parecer um tema simples, havia muitas mentiras proferidas por parte daqueles que desejavam continuar a exploração. A falta de informação ou informações inverídicas que chegavam aos poloneses, era justamente o que os faziam crer nas propostas de governo do Império e permitir de forma passiva a germanização dos seus. A social-democracia era o único partido que atendia as preocupações reais da nacionalidade polonesa, tendo sido pioneiros em tratar do assunto, antes mesmo da burguesia polonesa.⁹⁰

Os parlamentares poloneses não se movimentaram ao verem os direitos poloneses serem destruídos em prol de uma germanização. Eles

⁸⁹ Luxemburgo, 1900, cap. 3, par. 5.

⁹⁰ Luxemburgo, 1900, cap. 3, par. 10.

assistiram o idioma ser proibido nas escolas, a segurança para os trabalhadores poloneses não ser priorizada e tarifas sobre produtos serem estabelecidas e nada fizeram de concreto. Nesse sentido, a social-democracia alemã fez muito mais pela população do que os parlamentares poloneses em questão. Luxemburgo chama de patriotismo hipócrita⁹¹ o que os poloneses do governo ostentavam, pois ao passo que se diziam patriotas, votavam a favor da expansão do exército alemão em território polonês. O chamado Partido do Povo, da burguesia polonesa, poderia a qualquer momento usufruir de seu maior alcance para convocar assembleias, porém os que atuavam no parlamento continuavam sendo membros da classe exploradora. Para além da incompetência política do partido, Luxemburgo também enxergava que as classes dominantes iriam se unir em prol de seus interesses.

Embora os alemães favoreçam os hakatistas e os poloneses supostamente defendam sua identidade, a ganância é mais forte que o ódio nacional. Como os alemães, a principal preocupação que os terratenentes e industriais poloneses têm pela “pátria” é como explorar melhor as pessoas que trabalham para eles. Tudo farinha do mesmo saco! Assim, nossos deputados, que foram enviados ao parlamento para defender o povo polonês, se juntam aos nossos piores inimigos: o governo e as classes dominantes alemãs. É de se admirar que o hakatismo se torne cada vez mais forte e que o povo polonês sofra uma derrota após a outra?⁹²

Segundo Luxemburgo, o Partido do Povo, da burguesia polonesa, finge se preocupar com o povo, mas na realidade trabalha com a nobreza e a aristocracia, união muito maior do que o sentimento nacional. Forçando a população a pensar que seus únicos inimigos são os alemães, a classe dominante polonesa passa despercebida.⁹³

O terratenente, o industrial, o capitalista, sejam alemães ou poloneses, são nossos inimigos, mas o trabalhador alemão é nosso aliado e sofre tanto sob exploração e opressão capitalistas das classes dominantes quanto nós. [...] Mas, acima de tudo, nosso povo trabalhador deve votar apenas nos

⁹¹ Luxemburgo, 1900, cap. 4 par. 2.

⁹² Luxemburgo, 1900, cap. 4, par. 3.

⁹³ Luxemburgo, 1900, cap. 4, par. 8.

candidatos dos trabalhadores social-democratas, para que de Poznan, Prússia Ocidental, Masúria e Alta Silésia não haja mais inimigos do povo, nem parasitas estampados ou idiotas burgueses ocupem seus lugares no parlamento. Uma aliança com os trabalhadores alemães contra a exploração pelas classes dominantes alemã e polonesa e contra a opressão governamental — é isso que queremos!

Neste texto de Luxemburgo a análise da germanização da Polônia culminou em encontrar quem realmente eram os culpados por essa política criminoso. A autora defendeu que não deveriam apenas olhar para o Império Alemão e os hakatistas, mas também para a classe dominante polonesa que aceitava passivamente as investidas hakatistas. Além de clamar pelo nacionalismo polonês, era necessário também identificar os verdadeiros inimigos do povo, e isso era indiferente quando se tratava de nacionalidade, já que as classes semelhantes se uniriam para manter seus interesses.

Em Defesa da Nacionalidade, Luxemburgo dizia que os verdadeiros interesses nacionais dos trabalhadores poloneses (poder utilizar sua própria língua, ter direito aos seus hábitos culturais sem repressão, etc.) estarão mais bem servidos quando eles se juntarem aos trabalhadores alemães e à social-democracia europeia em geral e não numa união cega com as classes exploradoras, sejam elas alemãs ou polonesas.

*Prefácio à Antologia: “A Questão Polonesa e o Movimento Socialista”*⁹⁴

Em 1905 foi publicado, em polonês em Cracóvia, o livro *A Questão Polonesa e o Movimento Socialista*. Era uma antologia de artigos de autores socialistas (Karl Kautsky, Franz Mehring, Parvus, Rosa Luxemburgo e outros) sobre a questão polonesa, Luxemburgo escreveu o prefácio da obra a fim de sintetizar as ideias que estariam presentes nos demais textos.

A ideia do livro era fazer um apanhado dos debates sobre a relação da Polônia com o movimento social-democrata geral. Esta questão estava bastante presente no movimento desde o congresso de 1896 da Segunda Internacional em Londres. Com o livro, Luxemburgo queria fazer uma atualização e aprofundamento desses debates. Para isso, ela voltaria às posições do próprio Karl Marx sobre a questão polonesa. E o fazia de uma maneira crítica, ao apontar que algumas posições de Marx sobre a Polônia, expressas durante a Revolução de 1848, tinham se tornado datadas, pois as

⁹⁴ Luxemburgo, 1905.

condições tinham mudado desde então.

Desde a época em que o czarismo russo invadiu a política interna europeia através da Santa Aliança, como o gendarme da Europa, os democratas na França, e especialmente na Alemanha, passaram a vê-lo como uma força ativamente hostil que tinha que ser neutralizada para que uma revolução europeia pudesse ser bem-sucedida [...] É bem compreensível, então, que, aos olhos do Ocidente, as insurreições armadas polonesas fossem vistas como a única força revolucionária lá presente. Mas, além disso, serviam também para manter as forças do absolutismo russo ocupadas, salvaguardando, assim, a causa da revolução democrática no Ocidente. Desse modo evoluiu naturalmente o ponto de vista da social-democracia alemã sobre a Rússia e a Polônia. E Karl Marx, com sua Nova Gazeta Renana, era o seu representante mais radical e consistente. A ideia de uma declaração de guerra contra a Rússia, juntamente com uma chamada à insurreição na Polônia, constituía o cerne da política externa proposta por Marx durante a Revolução de 1848. Marx, que pertencia à ala da esquerda mais radical da democracia revolucionária da época, passou da defensiva para a ofensiva nesta questão também: em vez de adiar o choque com o czarismo até a hora que este decida intervir na Alemanha, ele escolheu desafiar o czarismo desde o início ao querer levar a tocha da guerra e da revolução para dentro da própria Rússia. Que perspectivas de sucesso essa tática tinha na realidade, não precisa nos preocupar aqui. No momento, nossa preocupação é apenas as circunstâncias que formam a base para a visão tradicional da questão polonesa que o socialismo depois herdaria.⁹⁵

Luxemburgo descrevia corretamente a posição de Marx sobre a Polônia no fragor da Revolução de 1848. Em seus estudos históricos, Marx ficara impressionado com o papel reacionário que a Rússia tinha tido durante a Revolução Francesa: foi ela, afinal, que derrotou o exército revolucionário de Napoleão e depois, com o Concerto de Viena, tentava reprimir os movimentos revolucionários na Europa. O ano revolucionário de 1848

⁹⁵ Luxemburgo, 1905, par. 4, 5 e 6.

confirmou esse estereótipo da Rússia como a cidadela da reação: os exércitos russos foram usados para esmagar a revolução na Hungria e em outros locais. E Marx considerava que os poloneses poderiam ser agentes revolucionários ao lutarem contra o czarismo russo: tinha forte simpatia pela causa polonesa.

Luxemburgo dirá que essa posição de Marx em 1848, herdada por muitos socialistas posteriormente, estava datada, pois as condições haviam cambiado.

Não foi a teoria ou tática socialista, mas as exigências políticas da democracia alemã no momento — os interesses práticos da revolução burguesa na Europa Ocidental — que determinaram o ponto de vista que Marx, e depois Engels, adotaria com respeito à Rússia e Polônia. Mesmo em primeira análise, esse ponto de vista revela sua ausência de relação interna com a teoria social do marxismo. Ao deixarem de analisar a Polônia e a Rússia como sociedades de classe com contradições econômicas e políticas, ao as verem não sob o ponto de vista do desenvolvimento histórico, mas como se estivessem em uma condição fixa, absoluta de unidades homogêneas, indiferenciadas, esta visão contrariava a própria essência do marxismo.⁹⁶

Luxemburgo dirá que essa posição de Marx inicialmente não teria grandes repercussões no movimento social-democrata, pois, após o ano agitado de 1848, se seguiria uma grande calma em que esses arroubos revolucionários em relação à Polônia não tinham como se solidificar.

Por um longo tempo, essa visão tradicional da Polônia ficou adormecida no socialismo internacional. Depois da última insurreição, as trombetas das lutas nacionais se calaram. Os capitalistas poloneses não mais chamavam a atenção da Europa pelo barulho de suas armas. O grito burguês “*enrichissez-vous*” requer paz universal e tranquilidade [...] Os socialistas poloneses, por sua parte, longe de tentar ligar sua política às tradições rebeldes [...], fizeram o oposto. Desde o início, tomaram uma posição consciente contra essas tradições da sociedade polonesa [...] Na realidade, a primeira organização socialista séria da Polônia, o partido *Proletariat*,

⁹⁶ Luxemburgo, 1905, par. 6.

fez da oposição e crítica aos movimentos nacionalistas a pedra de toque da sua posição de classe. Os fundadores e teóricos do partido *Proletariat* estavam familiarizados com as opiniões de Marx e Engels sobre a questão polonesa, mas não ficaram confusos com elas. Ao contrário, as consideravam apenas vestígios tênues de antigas visões que tinham sido baseadas em ignorância do conteúdo social dos movimentos nacionalistas na Polônia e das mudanças sociais que tinham ocorrido no país desde a última insurreição.⁹⁷

O *Proletariat* tinha sido fundado em 1882. Segundo Rosa Luxemburgo a situação mudaria uma década depois com a fundação do PPS (Partido Socialista Polonês) em 1892.

O Partido Socialista Polonês foi a primeira tentativa de reviver e renovar a herança adormecida da posição de Marx [sobre a Polônia] de 1848 [...] Um sistema inteiro foi criado e colocado em movimento para resgatar, por assim dizer, as velhas tradições polonesas entre os socialistas da Europa Ocidental [...] Afinal, não tinha o próprio Marx afirmado a sua correção? [...] O ponto alto, o coroamento de dois anos de esforço [de propaganda] dos social-patriotas deveria ser o Congresso da Internacional Socialista em Londres em agosto de 1896, quando os socialistas poloneses [do PPS] iriam apresentar um projeto de resolução que sancionaria sua campanha para conseguir que a restauração [da independência] da Polônia fosse reconhecida como uma necessidade absoluta do movimento internacional dos trabalhadores [... Mas] a proposta foi rejeitada no Congresso de Londres e, em seu lugar, foi adotada unanimemente uma resolução que, novamente em termos gerais, afirmava a simpatia dos socialistas por todas as nacionalidades oprimidas e reconhecia-lhes o direito à autodeterminação.⁹⁸

Luxemburgo acusava os sociais-patriotas do PPS de terem (ou tentarem passar) uma visão completamente distorcida e ultrapassada das condições na Polônia e na Rússia, a primeira como símbolo do avanço e a

⁹⁷ Luxemburgo, 1905, par. 9.

⁹⁸ Luxemburgo, 1905, par. 18, 21, 26 e 28.

segunda unicamente como símbolo do atraso e da reação. Esta visão maniqueísta, se é que já foi realidade algum dia, na época coeva não se aplicava mais, pois a Rússia, após a abolição da servidão em 1861, estava entrando rapidamente na rota de desenvolvimento capitalista moderna.

Ao sistematicamente descrever o movimento trabalhador polonês como o único elemento revolucionário sério no czarismo, [o PPS] sucumbiu à ilusão de que as mesmas visões da situação social na Rússia que eram prevalentes na época da Revolução de 1848 na Rússia de Nicolau I, a Rússia da servidão, tinham se entranhado entre os alemães, franceses e outros socialistas. Assim, quando o movimento trabalhador russo emergiu no fim da década de 1880, ele se viu frente a uma atmosfera pouco receptiva nos círculos socialistas internacionais. E exatamente quando uma greve gigantesca de 40 mil trabalhadores estourou na primavera de 1896 em São Petersburgo anunciando o começo do movimento de massa do proletariado russo, o socialismo internacional deveria declarar oficialmente, na base de uma resolução social-patriótica, que colocava suas esperanças da queda do czarismo não na luta de classe política deste proletariado mas sim na luta nacional dos poloneses [!] Assim, a crítica, no Congresso de Londres, da resolução social-patriótica e, por extensão, do ponto de vista tradicional inteiro sobre a questão polonesa, se desenvolveu imediatamente em uma crítica da visão tradicional sobre a Rússia. Em vez de imagens ultrapassadas de uma Rússia patriarcal sob Nicolau I, os socialistas ocidentais ficaram de frente com a imagem de uma Rússia capitalista moderna, a Rússia de um proletariado que luta, demonstrando categoricamente que o movimento trabalhador russo tinha atingido a maturidade e tinha obtido o reconhecimento do movimento internacional [...] O que tinha originalmente começado como um assunto interno entre socialistas poloneses provocou um debate que terminou com uma revisão completa das opiniões dos socialistas europeus ocidentais em três áreas: a situação internacional, a situação na Rússia e a situação na Polônia.⁹⁹

⁹⁹ Luxemburgo, 1905, par. 36-38.

É importante notar que Rosa Luxemburgo estava escrevendo o prefácio desta antologia sobre a questão polonesa em 1905. Naquele ano eclodiu a chamada Revolução de 1905 por toda a extensão do Império Russo, inclusive em sua parte polonesa. A Revolução de 1905 não conseguiria derrubar o czarismo, mas o obrigaria a fazer fortes concessões, a maior de todas sendo passar de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional, com a aceitação, por parte do czar Nicolau II, do estabelecimento de um parlamento (Duma), de uma constituição e da legalização da existência de partidos políticos. A parte polonesa do Império Russo participou ativamente do processo com protestos e greves, especialmente em Varsóvia e Lodz. Tendo feito a crítica negativa da posição dos social-patriotas do Partido Socialista Polonês, Luxemburgo colocaria no prefácio da antologia sobre a questão polonesa a sua posição pessoal, que pregava que não se desperdiçasse o potencial revolucionário da união do proletariado russo e polonês.

Esta análise, cujos aspectos econômicos tentei delinear em *O Desenvolvimento Industrial da Polônia* [livro originado de minha tese de doutorado], foi apresentada em forma sumária juntamente com as conclusões essenciais no relatório oficial da social-democracia no Congresso da Internacional Socialista em Zurique em 1893 [...] A tarefa política imediata do proletariado polonês do Reino da Polônia é se juntar em luta comum com o proletariado russo para derrubar o absolutismo e instituir a democracia na vida política. Em segundo lugar, deixar claro que a restauração da Polônia é uma utopia sem esperança em face do desenvolvimento do capitalismo na Polônia [... Esta] solução não contradiz os interesses nacionais do proletariado polonês. Seus interesses reais nesse campo — liberdade, o desenvolvimento livre da herança cultural nacional, igualdade burguesa, abolição de toda opressão nacional — encontram sua expressão efetiva nos esforços de classe universais do proletariado a favor da mais ampla democratização nos países da Polônia partilhada, dos quais a autonomia nacional é um corolário autoevidente. Ir além disso, pensar que a apropriação do aparelho de Estado em uma sociedade de classes independente sob as condições existentes é do interesse da

classe trabalhadora é uma ilusão utópica [...].¹⁰⁰

Quando Luxemburgo, perto do final do trecho acima diz que sua solução “classista” em nada fere — ao contrário, é a única maneira de firmemente assegurar — os reais interesses de autonomia dos poloneses — ou seja, autonomia na área cultural (para empregar sua língua, manter sua cultura, etc.) — podemos entender uma sutileza no pensamento luxemburguiano. Ela é contra a independência, mas defende a autonomia, entendida como um espaço de liberdade de ação especialmente na área cultural, de como melhor executar as tarefas da luta unida dos trabalhadores da Polônia e da Rússia. E ela acha que essa liberdade cultural é mais bem protegida no seu esquema do que de acordo com os planos dos social-patriotas do PPS. Metaforicamente trazendo para a realidade latino-americana é como se alguém dissesse que a cultura do povo simples brasileiro estaria mais bem protegida por meio de um regime baseado na luta classista do proletariado do que em um regime da burguesia nacional. Afinal, frequentemente a burguesia de um país é “entreguista”, cosmopolita e frequentemente lidera regimes que (na América Latina, por exemplo) promovem uma “americanização” da cultura no país com seus McDonald’s, filmes de Hollywood, música estrangeira dominando as rádios, etc. A cultura do povo comum, do povo simples, das classes subordinadas (suas músicas, seu modo de vestir e agir original, etc.) estaria provavelmente mais bem protegida em um regime ligado a ela por laços classistas.

É importante notar novamente o contexto de que a antologia sobre a questão polonesa estava sendo publicada no ano revolucionário de 1905. Era um momento favorável para Luxemburgo colocar seu ponto de vista sobre a importância de dar primazia ao prisma de classe sobre a questão nacional. Afinal, ali estava a prova viva de que uma situação revolucionária era possível na Rússia sem a independência da Polônia, e que as classes trabalhadoras russas e polonesas podiam trabalhar juntas para criar uma situação revolucionária que poderia transformar toda aquela região. Com visão retrospectiva, hoje sabemos que a Revolução de 1905 não foi uma vitória completa sobre o czarismo, mas no momento da publicação da antologia até uma vitória completa parecia possível. De qualquer modo, o absolutismo, como queria Rosa Luxemburgo, caiu em 1905 pela luta unida dos trabalhadores de todo o Império, pois o czar foi obrigado a aceitar a passagem da monarquia absolutista para uma monarquia constitucional através da criação de um parlamento (Duma), uma constituição e legalização

¹⁰⁰ Luxemburgo, 1905, par. 43, 44 e 51.

da existência de partidos políticos.

*A Questão Nacional e a Autonomia*¹⁰¹

Em 1908 e 1909, Rosa Luxemburgo escreveu uma série de ensaios discutindo a questão nacional e a problemática da autonomia. Os artigos foram publicados em sete números (6-10, 12 e 14-15) da revista *Przegląd socialdemokratyczny* (“Panorama Social-Democrata”, um órgão de imprensa do SDKPiL em Cracóvia, dedicado a questões teóricas) ao longo daqueles dois anos. Os ensaios tinham os seguintes títulos individuais: 1) O Direito dos Povos à Autodeterminação; 2) O Estado Nacional e o Proletariado; 3) Federação, Centralização, Particularismo; 4) A Centralização e a Autonomia; 5) A Nacionalidade e a Autonomia; 6) A Autonomia do Reino da Polônia.

Analisaremos, a seguir, os ensaios da série.

*O Direito dos Povos à Autodeterminação*¹⁰²

Neste artigo, Luxemburgo analisou o conceito de “autodeterminação” das nacionalidades, que era um ponto que tomou força novamente após as agitações da Revolução de 1905 nos diferentes impérios multinacionais. Qual deveria ser a posição dos socialistas em relação a isso? Ela começou mencionando o ponto nove do programa do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, que tratava dessa questão de uma forma equivocada, segundo Luxemburgo.¹⁰³

Entre outras questões, a Revolução de 1905 na Rússia colocou em foco o problema das nacionalidades. Até então o problema era urgente apenas na Áustria-Hungria. Atualmente, entretanto, se tornou crucial também na Rússia porque os desenvolvimentos revolucionários fizeram todas as classes e todos os partidos políticos agudamente conscientes da necessidade de resolver o problema das nacionalidades como assunto da política prática [...] No programa do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POS DR) tal fórmula

¹⁰¹ Luxemburgo 1908-1909 e 1988.

¹⁰² Luxemburgo, 1908-1909a e 1988a.

¹⁰³ O programa completo do POSDR (de 1903) pode ser lido em *Programme...* [1903].

[...] é dada pelo nono ponto que diz que o partido demanda uma república democrática cuja constituição assegure, entre outras coisas, “que todas as nacionalidades formadoras do Estado tenham o direito à autodeterminação”. O programa inclui duas outras proposições extremamente relevantes sobre esse assunto. São o sétimo ponto — que demanda a abolição dos estamentos e a completa igualdade perante a lei de todos os cidadãos, sem distinção de sexo, religião, raça ou nacionalidade — e o oitavo ponto, que diz que os diferentes grupos étnicos do Estado devem ter direito à escola em suas respectivas línguas nacionais às expensas do Estado, e o direito a usar sua língua nas Assembleias em nível de igualdade com a língua oficial em todas as funções públicas e estatais. Intimamente ligado ao problema das nacionalidades é o terceiro ponto do programa, que formula a demanda por um amplo autogoverno no nível local e provincial nas áreas que são caracterizadas por condições especiais de vida e por composição especial da população. Obviamente, entretanto, os autores do programa sentiam que a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, os direitos linguísticos e o autogoverno local não eram suficientes para resolver o problema das nacionalidades já que consideraram necessário adicionar um parágrafo especial dando às nacionalidades o “direito à autodeterminação”. O que é especialmente notável sobre essa fórmula é o fato de que ela não representa nada especialmente ligado ao socialismo ou à política da classe trabalhadora. “O direito das nações à autodeterminação” é, à primeira vista, uma paráfrase do velho lema do nacionalismo burguês sempre colocado em todos os países: “O direito à liberdade e independência das nações”.¹⁰⁴

Rosa Luxemburgo vai atacar o caráter vago (e até perigosamente ambíguo e sem ligação com a questão classista) de tal formulação, dizendo que ela pode até trazer mais confusão sobre o problema que resolvê-lo.

A fórmula “o direito das nações à autodeterminação” [...] não fornece guia para a política do dia a dia do proletariado e nenhuma solução prática para os problemas das

¹⁰⁴ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 1, par. 1-4.

nacionalidades. Por exemplo, esta fórmula não indica ao proletariado russo de que maneira deve demandar a solução do problema nacional polonês, finlandês, caucasiano, judaico, etc. Em vez disso, oferece apenas uma autorização ilimitada para que todas as “nações” interessadas resolvam seus problemas nacionais da maneira que quiserem. A única conclusão prática para a política do dia a dia da classe trabalhadora que pode ser extraída da fórmula acima é que é dever desta classe lutar contra todas as manifestações de opressão nacional. [...] Entretanto, o dever do partido classista do proletariado de protestar e resistir contra a opressão nacional provém não de algum “direito das nações” especial, assim como a luta pela igualdade política e social de ambos os sexos não resulta absolutamente de algum “direito das mulheres” especial ao qual se refere o movimento das emancipacionistas burguesas. Este dever provém apenas da oposição geral ao regime de classes e a toda forma de desigualdade social e dominação social, em suma, da posição básica socialista [...] Em suma, a fórmula “o direito das nações à autodeterminação” não é um guia político sobre a questão nacional mas sim um meio de evitar a questão [...] O caráter geral e de clichê do nono ponto do programa do Partido Operário Social-Democrata da Rússia mostra que esta maneira de resolver a questão é estranha à posição do marxismo científico. Um “direito das nações” que é válido para todos os países em todos os tempos nada mais é que um clichê metafísico do tipo “direitos do homem” ou “direitos do cidadão”. O materialismo dialético, que é a base do socialismo científico, rompeu definitivamente com esse tipo de fórmula “eterna”. Ele mostrou que não há verdades “eternas” [...] A posição dos socialistas a respeito dos problemas nacionais depende das circunstâncias concretas de cada caso, que difere de país a país e também muda no tempo em cada país.¹⁰⁵

Luxemburgo vai prosseguir dando vários exemplos de como o pensamento dos autores marxistas mais consequentes é dialético e cambiante e não fixo, eterno sobre a questão nacional.

Ela vai apontar o caso da Turquia, dizendo que o próprio Marx, na

¹⁰⁵ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 1, par. 27 e pt. 2, par. 1. e 7.

época da guerra da Crimeia (1853-1855), escrevera que a Turquia servia como uma cidadela contra a reacionária Rússia e, portanto, as lutas dos povos eslavos meridionais que estavam sob controle da Turquia e se rebelavam contra ela, eram contrarrevolucionárias. Esta seria a posição da social-democracia por algum tempo, mas depois, com as circunstâncias cambiantes, a posição da social-democracia sobre a Turquia mudou. A social-democracia apoiava os difíceis esforços para modernização interna da Turquia, mas passou a considerar que se os povos eslavos meridionais se libertassem da Turquia, teriam mais chances de passar a um desenvolvimento capitalista moderno do que se ficassem atrelados ainda à semifeudal Turquia. Luxemburgo dava esse exemplo para mostrar que a social-democracia mais consequente não ficava presa a esquemas eternos, imutáveis, mas que mudava sua posição de acordo com a realidade cambiante, mesmo quando isso significava adotar uma posição diferente da que Marx tomou em um determinado e específico momento histórico.¹⁰⁶

Um dos aspectos que vai ser invocado por Luxemburgo é que a social-democracia deveria se guiar não por princípios sentimentais de algum suposto direito inato eterno e imutável, mas seguir as tendências progressistas do desenvolvimento histórico. E, para ela, ficava claro que o desenvolvimento histórico sob o capitalismo caminhava na direção da centralização e dos grandes Estados. Assim, as pequenas nacionalidades tinham poucas chances de sobreviver ou se fortalecer como estados nacionais independentes.

[...] essa contradição, a respeito do crescimento consolidante da civilização internacional, se encontra em área diferente da indicada por Kautsky, não na tendência ao “estado nacional” e sim onde Marx indicava, na luta mortal entre as nações, na tendência de criar [...] grandes Estados capitalistas. O desenvolvimento das potências mundiais, uma característica de nosso tempo que cresce em importância juntamente com o progresso do capitalismo, desde o início condena todas as pequenas nações à impotência. Afora umas poucas nações poderosas, líderes no desenvolvimento capitalista, que possuem os recursos materiais e intelectuais para manter sua independência política e econômica, a “autodeterminação”, ou a existência independente de nações cada vez menores é uma ilusão [...] Deste ponto de vista, a ideia de assegurar a todas as

¹⁰⁶ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 2, par. 8.

“nações” a possibilidade de autodeterminação é equivalente a reverter o desenvolvimento do grande capitalismo aos pequenos estados medievais de antes dos séculos XV e XVI.¹⁰⁷

E ela diz que essa tendência antiga do capitalismo à centralização e crescimento dos Estados, com todas as consequências notadas para as pequenas nacionalidades e países, recebe ainda mais força na época do imperialismo. O imperialismo vai fragilizar mais ainda a tese da “autodeterminação” das nações, como direito inato ou tendência.

A outra característica principal do desenvolvimento moderno que faz dessa ideia [da autodeterminação] uma utopia é o imperialismo capitalista [...] O resultado desta tendência é a contínua destruição da independência de cada vez mais novos países e povos, de continentes inteiros [...] A esperança de realizar esse “direito” [da autodeterminação] na base do estado de coisas atual é uma utopia: está em contradição direta com as tendências do desenvolvimento capitalista no qual a social-democracia baseia sua existência. Um esforço geral para dividir todos os atuais Estados em unidades nacionais e redesenhá-las no modelo dos estados nacionais e pequenos estados é um empreendimento completamente fútil e, falando em termos históricos, reacionário.¹⁰⁸

Luxemburgo finaliza o artigo com o seu grande grito de guerra em relação à questão nacional que é o de que ela não pode ser vista fora de um prisma de classe.

Quando falamos do “direito das nações à autodeterminação”, usamos o conceito de “nação” como uma entidade política e social homogênea [...] Em uma sociedade de classe, a “nação” como entidade sociopolítica homogênea não existe. Em cada nação há classes com interesses e “direitos” antagonicos [...] Quem é aquela “nação” e quem tem autoridade e o “direito” de falar pela “nação” e expressar a sua

¹⁰⁷ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 3, par. 21.

¹⁰⁸ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 3, par. 22 e 28.

vontade? Como podemos saber o que a “nação” realmente quer? [...] A nação quer o que a maioria do povo quer. Mas aí do partido social-democrata que fizer disso o seu guia [...] A social-democracia é, por sua própria natureza, um partido que representa os interesses da grande maioria da nação. Mas também se encontra no momento imersa em uma sociedade burguesa. No que se refere a expressar a vontade consciente da nação, é o partido de uma minoria que quer se tornar maioria. Em suas aspirações e em seu programa político, procura refletir não a vontade da maioria da nação, mas, ao contrário, apenas a vontade consciente do proletariado [...] Ela expressa apenas a vontade e a consciência da seção mais avançada e mais revolucionária do proletariado urbano-industrial. Ela procura expandir essa vontade e abrir caminho para uma maioria dos trabalhadores ao torná-los conscientes de seus interesses. A “vontade da nação”, ou da maioria, não é, portanto, um ídolo perante o qual a social-democracia humildemente se prostra. Ao contrário, a missão histórica da social-democracia é baseada, acima de tudo, em revolucionar e formar a vontade da “nação”, ou seja, da sua maioria de trabalhadores.¹⁰⁹

Luxemburgo encerra o artigo com essas reflexões que formam uma espécie de resposta marxista ao conceito de vontade geral de Rousseau, ao mostrar que a nação não é homogênea e é imperativo que se faça uma leitura de classe quando se trata de analisar a questão dos “interesses da nação”.

*O Estado Nacional e o Proletariado*¹¹⁰

Neste artigo, Luxemburgo vai explorar teoricamente o conceito de “Estado-nação” e sua implicação para as políticas nacionais a serem adotadas pelo proletariado. Ela pegará um ponto levantado no artigo anterior — de que os socialistas devem basear seu ponto de vista sobre esta questão nos interesses do proletariado — para ir além dele (talvez iniciando seu raciocínio com um exemplo não muito feliz, visto com o olhar retrospectivo de hoje).

¹⁰⁹ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 4, par. 2, 3, 16 e 19.

¹¹⁰ Luxemburgo, 1908-1909b; Luxemburgo, 1988b.

A questão nacional não pode ser resolvida meramente se presumindo que os socialistas devem abordá-la do ponto de vista dos interesses de classe do proletariado [...] é óbvio que o caráter de classe de qualquer demanda particular não é estabelecido meramente incorporando-o mecanicamente no programa de um partido socialista. O que este ou aquele partido considera um “interesse de classe” do proletariado só pode ser um interesse imputado, criado por raciocínio subjetivo. É muito fácil, por exemplo, afirmar que os interesses da classe trabalhadora demandam o estabelecimento de uma lei de salário mínimo [...] Tal demanda já foi repetidamente apresentada por círculos socialistas. Entretanto, o princípio não foi aceito pelos partidos socialistas em geral devido à razão válida de que a regulação universal dos salários por meio de legislação é apenas um sonho utópico sob as condições anárquicas da economia privada de hoje. Isso acontece porque os salários dos trabalhadores, como os preços de qualquer mercadoria, são estabelecidos no capitalismo pela “livre competição” e pelo movimento espontâneo do capital. Assim, a regulação por lei dos salários só pode ser conseguida em casos excepcionais, claramente definidos, por exemplo, em pequenas comunidades. E já que o estabelecimento de um salário mínimo real por lei se choca com as condições atuais do capitalismo, precisamos admitir que ele não é um interesse real proletário mas sim um interesse imputado ou fabricado, apesar de poder ser defendido por argumentos completamente lógicos [...] Se os partidos socialistas não tiverem um critério objetivo pelo qual estabeleçam o que se ajusta aos interesses de classe do proletariado, mas sejam direcionados para o que algumas pessoas pensam ser bom ou útil aos trabalhadores, então os programas socialistas serão apenas uma coleção misturada de desejos subjetivos e muitas vezes completamente utópicos. Baseando-se em fundamentos históricos — os fundamentos do desenvolvimento capitalista — a social-democracia de hoje extrai os seus interesses imediatos (as demandas do proletariado atual) bem como seus objetivos de longo prazo não de mero raciocínio subjetivo sobre o que é “bom” ou “útil” ao proletariado, mas do exame do desenvolvimento objetivo da sociedade [...] É desse ponto de

vista que as principais alternativas para a solução prática do problema nacional devem ser examinadas [...] Inicialmente devemos considerar a ideia do Estado-nação. A fim de avaliar esse conceito corretamente, é preciso buscar a substância histórica dessa ideia, ver o que está realmente se escondendo por trás dessa máscara.¹¹¹

Neste ponto, Luxemburgo vai chamar a atenção para a diferença histórica entre nação e nacionalidade (que exploramos no primeiro capítulo desta dissertação ao chamarmos a atenção, entre outras coisas, para a diferença entre *jus soli* e *jus sanguinis* e outros conceitos importantes para entender as peculiaridades dos países eslavos e impérios multinacionais em geral).

Naturalmente não estamos falando aqui de nacionalidade como um grupo étnico ou cultural específico [... Tais] nacionalidades existiram por séculos e séculos. Mas aqui nós estamos nos ocupando com movimentos nacionais como um elemento da vida política, com as aspirações de criar o assim-chamado Estado-nação. E aí a conexão entre esses movimentos e a era burguesa é inquestionável. A história da unificação nacional da Alemanha é um exemplo típico dessa conexão já que o núcleo ao redor do qual o posterior Império Alemão se cristalizou foi a união aduaneira (*Zollverein*). Seu patrocinador, Friedrich List, com sua trivial teoria da “economia nacional”, pode ser considerado o real messias da unidade nacional da Alemanha, até mais que o idealista Fichte [...] O Evangelho de List, esse vulgar agente da indústria alemã, baseou o “renascimento nacional” nas décadas de 1830 e 1840 nos elementos do desenvolvimento burguês da indústria e do comércio, na teoria do “mercado doméstico”. A base material para esse movimento patriótico [...] era, acima de tudo, a necessidade de unificar todos os territórios alemães — que eram divididos em dezenas de Estadinhos feudais divididos por barreiras alfandegárias e fiscais — em uma grande “pátria” capitalista integrada, estabelecendo assim as bases para a grande indústria e manufatura mecanizada.¹¹²

¹¹¹ Luxemburgo, 1908-1909b, pt. 1, par. 1-4.

¹¹² Luxemburgo, 1908-1909b, pt. 1, par. 5 e 8.

Rosa Luxemburgo chama, assim, a atenção para o fato de que o capitalismo leva à formação do Estado nacional e a formação do Estado nacional (com seu mercado nacional unificado) alimenta o capitalismo. Mas a ação do capitalismo — expansivo por natureza — não para ali: há um passo seguinte para o imperialismo.

De tudo isso deriva que a forma específica das aspirações nacionais, o verdadeiro interesse de classe da burguesia, é a independência do Estado. O Estado-nação é também simultaneamente a forma histórica indispensável na qual a burguesia passa da defensiva nacional para uma posição ofensiva, da proteção e concentração na sua própria nacionalidade para conquista política e dominação sobre outras nacionalidades. Sem exceção, todos os “Estados-nações” de hoje se encaixam nessa descrição, anexando vizinhos ou colônias e oprimindo completamente as nacionalidades conquistadas. Este fenômeno se torna compreensível somente quando se leva em consideração que, de acordo com a maneira de pensar burguesa, é possível ter um movimento por unificação e defesa da própria nacionalidade ao mesmo tempo em que se oprime outras nacionalidades (o que é, naturalmente, contrário à própria ideologia do “Estado-nação”).¹¹³

Mas as coisas são vista de uma maneira diferente se observadas do ponto de vista do proletariado.

[...] há uma diferença histórica básica entre a burguesia e o proletariado. A burguesia é gerada e se desenvolve no útero do sistema de classe feudal. Aspirando a assegurar o triunfo do capitalismo como forma de produção — e para si como classe dominante — a burguesia cria o Estado moderno nos escombros do sistema feudal. Dentro dos limites do desenvolvimento capitalista e sob o jugo da burguesia, o proletariado é o próximo a se pronunciar politicamente — ainda como parte do Estado burguês. Mas o Estado é, desde o início, seu útero natural, como a casca de um ovo é para a

¹¹³ Luxemburgo, 1908-1909b, pt. 1, par. 12 e 13.

galinha. Assim, falando historicamente, a ideia de que o proletariado moderno nada pode fazer sem antes criar um novo Estado-nação é o mesmo que dizer que a burguesia de qualquer país primeiro teria que estabelecer o sistema feudal se ele, por acaso, não tivesse surgido espontaneamente, ou tivesse aparecido em formas peculiares, como na Rússia. A missão histórica da burguesia é a criação do Estado “nacional” moderno. Mas a tarefa histórica do proletariado é a abolição deste Estado como forma política do capitalismo no qual ele, como classe consciente, foi gerado para estabelecer o sistema socialista [...] Os interesses de classe do proletariado na questão das nacionalidades é justamente o oposto da burguesia. A preocupação em garantir o mercado interno para os industrialistas da “pátria”, em adquirir novos mercados ou conquistas, que são a intenção da burguesia ao criar o Estado “nacional”, não podem ser o objetivo do proletariado consciente [...] Para seu desenvolvimento próprio, o proletariado consciente de cada país precisa de existência pacífica e desenvolvimento cultural de sua nacionalidade e não tem necessidade de domínio sobre as outras nacionalidades [...] O Estado-“nação”, como aparato de dominação e conquista de outras nacionalidades, que é indispensável para a burguesia, não tem sentido para os interesses de classe do proletariado [...] Vitais para a classe trabalhadora são as condições para o seu desenvolvimento político e cultural, a liberdade para usar a língua nativa, e o desenvolvimento desimpedido da cultura nacional (literatura, artes, escolarização) [...] É indispensável para a classe trabalhadora ter os mesmos direitos nacionais que as outras nacionalidades do Estado possuem. Discriminação política contra uma nacionalidade em particular é a mais poderosa ferramenta nas mãos da burguesia para mascarar conflitos de classe e mistificar o próprio proletariado [...] Se, de um lado, a independência política, *i.e.*, o Estado-nação é necessário para o capitalismo e para os interesses de classe da burguesia já que é uma ferramenta para dominação e conquista, a classe trabalhadora está interessada no conteúdo cultural e democrático do nacionalismo, interessada em sistemas políticos que assegurem o livre desenvolvimento da cultura e democracia na vida nacional [...] Igualdade perante a lei para

as nacionalidades e organizações políticas e segurança para o desenvolvimento cultural nacional: tais são as formas gerais do programa do proletariado, um programa naturalmente emanando de sua posição de classe, em contraste com o nacionalismo da burguesia.¹¹⁴

Desses princípios gerais, Rosa Luxemburgo vai partir para a análise histórica do caso polonês especificamente. Vai agora definir as diferentes fases da consciência nacional no movimento socialista polonês.

Na Polônia, o movimento nacional, desde o começo, tomou um caráter completamente diferente da Europa Ocidental [...] Entre nós a ideia nacional foi uma ideia de classe da nobreza, não da burguesia. A base material das aspirações nacionais polonesas não foi determinada, como na Europa Central, no século XIX com o desenvolvimento capitalista moderno, mas pela ideia de posição social da nobreza, enraizada na economia natural feudal. Os movimentos nacionais da Polônia desapareceram com essas relações feudais enquanto que a burguesia, o porta-voz histórico do desenvolvimento capitalista, foi conosco, desde o começo, um fator claramente antinacional. Isso aconteceu devido não apenas à origem específica da burguesia do século XIX, heterogênea e repleta de estrangeiros, um produto da colonização [...] Também decisivo foi o fato de que a indústria polonesa, desde seus primórdios nas décadas de 1820 e 1830, foi uma indústria de exportação antes mesmo de conseguir criar e controlar um mercado doméstico na Polônia [...] A exportação para a Rússia, inicialmente de produtos têxteis, [...] se tornou a base da existência e desenvolvimento do capitalismo polonês e da burguesia polonesa. Como consequência, nossa burguesia, desde o princípio, se inclinou politicamente não para o Oeste, para a unificação nacional da Galícia com a Coroa, mas para o Leste, para a Rússia. Após o fim das barreiras alfandegárias entre o Império [Russo] e o Reino da Polônia, essa inclinação se tornou mais acentuada com o desenvolvimento da grande indústria. Entretanto, o verdadeiro domínio de classe da burguesia na sociedade viria

¹¹⁴ Luxemburgo, 1908-1909b, pt. 1, par. 18, 19, 21, 22 e 33.

após a abortada Insurreição de Janeiro [de 1863]. O novo regime foi inaugurado com o “programa de trabalho orgânico”, que significava uma renúncia à independência nacional. Além disso, o domínio de classe da burguesia não apenas não demandava um Estado-nação unificado, como na Alemanha e Itália, mas nasceu na base da conquista e divisão da Polônia. A ideia da unificação e independência nacional não extraía sua energia do capitalismo; ao contrário, à medida que o capitalismo se desenvolvia, a ideia se tornava historicamente ultrapassada [...] Na Polônia, foi gerada uma oposição entre a ideia nacional e o desenvolvimento burguês, o que deu àquela um caráter não apenas utópico mas também reacionário. Essa oposição se refletiu nas três fases da história da ideia da independência nacional na Polônia. A primeira fase foi o fracasso da luta armada da nobreza polonesa [... A] derrota militar dos insurretos foi preparada pelos mesmos interesses de mercado capitalistas que, em outras partes, nas palavras de Kautsky, compreendiam os principais elementos da ideia nacional moderna. Os esforços da burguesia [da Polônia] para conseguir as condições para produção capitalista em larga escala não envolviam a demanda por um Estado-nação. Ao contrário, a burguesia explorava a anexação e paralisava o movimento nacional da nobreza. Assim, a ideia do Estado-nação, uma ideia essencialmente burguesa, foi sabotada pela burguesia [polonesa] e foi derrotada na Insurreição de Janeiro [de 1863]. A segunda fase foi a herança da ideia nacional polonesa pela pequena burguesia [...] Depois de vegetar por uns vinte anos longe da sociedade — nas décadas de 1880 e 1890 o nacionalismo pequeno burguês sobrevivia na emigração na forma de meia dúzia de “patriotas reunificadores” — finalmente, com a presente época revolucionária [da Revolução de 1905], ela emergiu como um partido ativo na cena política [... O partido da] *Democracia Nacional* proclamou sua entrada na fase politicamente ativa com uma renúncia pública do programa de independência nacional como uma utopia irrealizável. Em vez disso, escreveu em seu programa o lema duplo da autonomia do país e da contrarrevolução [...] Tendo falhado em sua segunda versão pequeno-burguesa, o programa do Estado-nação foi substituído por um programa prático e realizável na base de

uma Polônia burguesa: o programa da autonomia. Finalmente, a terceira e última fase na história da ideia nacional polonesa foi a tentativa de se juntar ao movimento de classe do proletariado. Os vinte anos do experimento social-patriótico do PPS [Partido Socialista Polonês] foi o único caso na história do movimento internacional dos trabalhadores onde o lema do Estado-nação foi feito parte do programa socialista. E esse experimento singular terminou após vinte anos no mesmo tipo de crise que o experimento pequeno-burguês. Durante a eclosão da Revolução dos trabalhadores em 1905, o PPS, para assegurar para si uma participação ativa na vida política e social, renunciou publicamente ao programa de reconstruir a Polônia [partilhada...]. A crise, declínio e queda do PPS, causada por essa renúncia, constituiu a terceira e última bancarrota da ideia do Estado-nação polonês [...] Entretanto, a carreira histórica do nacionalismo polonês não chegou ao fim [...]. A ideia nacional, depois do insucesso do programa do Estado-nação e independência nacional, foi reduzida a uma ideia geral e indefinida de separação nacional e, assim, o nacionalismo polonês se tornou um escudo ideológico coletivo para as aspirações reacionárias do campo da burguesia, nobreza, classe média e pequena burguesia [...] Sob o lema nacional, a Democracia Nacional começou uma cruzada contra a greve geral e outras formas de greve dizendo que elas estavam arruinando “a indústria nacional e a riqueza nacional” [...] Sob o lema nacional, a Democracia Nacional organizou os “Falcões Poloneses”, esquadrões armados para assassinar socialistas [...] e declarou em seu órgão de imprensa oficial que os “socialistas são estrangeiros” e, portanto, “inimigos estrangeiros”, justificando assim os assassinatos “nacionais” de socialistas [...] Maltratada pela história, a ideia nacional polonesa passou por todos os estágios de declínio e queda. Tendo começado sua carreira política como um insurgente romântico, nobre, glorificado pela revolução internacional, agora termina como um facínora nacional, um voluntário das Centúrias Negras do absolutismo e imperialismo russo.¹¹⁵

Rosa Luxemburgo escreveu este texto no período de reação que se

¹¹⁵ Luxemburgo, 1908-1909b, pt. 2, par. 2-11.

seguiu à Revolução de 1905 no Império Russo. Suas palavras finais refletem o amargor com a “traição” que a burguesia polonesa fez em relação ao proletariado nesse período de repressão aos movimentos e partidos do proletariado que tinham agitado as massas: “patriotas” burgueses poloneses ajudando o czarismo russo a punir trabalhadores poloneses em rebelião contra o absolutismo!

Com visão retrospectiva de hoje, podemos ver que Luxemburgo tanto acertou quanto errou em prever as tendências para o futuro na Polônia e na Rússia. Sua ênfase na importância do papel transformativo da Revolução de 1905 (mesmo escrevendo esta série de artigos em 1908-1909, quando se estava já no período de reação conservadora contra as tendências mais radicais daquela revolução) estava certa: o ímpeto do “ensaio geral” da Revolução de 1905 seria retomado com mais força e radicalismo na Revolução Russa de 1917. Por outro lado, as tendências nacionalistas na Polônia (e no próprio Partido Socialista Polonês) não estavam tão derrotadas quanto Luxemburgo pensava em 1908-1909. Durante as confusões da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, a Polônia se reergueu como país independente e inclusive um de seus governantes mais proeminentes seria Jozef Pilsudski, um ex-membro do Partido Socialista Polonês com claras inclinações nacionalistas.

*Federação, Centralização, Particularismo*¹¹⁶

Na altura em que Rosa Luxemburgo escrevia esta série de artigos, o Partido Socialista Polonês (PPS), em virtude do choque revolucionário de 1905, tinha abandonado (pelo menos temporariamente) os resquícios de sua posição abertamente pró-independência da Polônia. Entretanto, outra variante autonômica surgiria com força: a ideia do *federalismo*. No artigo *Federação, Centralização, Particularismo*, Luxemburgo faria sua crítica dessa variante.

Ela começará o texto ligando a ideia do federalismo dentro do contexto socialista ao anarquista Bakunin, um de seus maiores proponentes.

Precisamos agora nos voltar a outra proposta de solução do problema das nacionalidades, *i.e.*, a federação. Há muito o federalismo é a ideia favorita dos revolucionários de tendência anarquista. Durante a revolução de 1848, Bakunin escreveu em seu manifesto: “A Revolução proclamou, com

¹¹⁶ Luxemburgo, 1908-1909c; Luxemburgo, 1988c.

seu poder, a dissolução dos Estados despóticos [... e] o objetivo final: uma federação geral de repúblicas europeias”. Desde então, a federação tem sido o arranjo ideal para resolver os problemas das nacionalidades no programa de partidos socialistas de caráter mais ou menos utópico e pequeno-burguês, isto é, partidos que não fazem uma abordagem histórica, como a social-democracia mas sim transacionam com “ideais” subjetivos [...]. Se nós nos perguntarmos por que o lema da federação tem tal popularidade entre todos os revolucionários de tintura anarquista, não é difícil descobrir a resposta: “federação” combina — pelo menos no imaginário desses socialistas — “independência” e “igualdade” das nações com “fraternidade”. Consequentemente, há certa concessão do ponto de vista da lei das nações e do Estado-nação em favor da realidade dura [...] levando em consideração a circunstância que as nações não vivem em um vácuo dos seus “direitos” como “Estados-nações” perfeitamente separados e autossuficientes, mas existe entre elas algumas ligações [... e] em vez da “força bruta” colocam o “voluntarismo” nas relações entre as nações.¹¹⁷

Entretanto, Luxemburgo dirá que o assunto não pode ser examinado deste ponto de vista subjetivo. Para que a ideia da federação seja analisada do ponto de vista do proletariado, é necessário examiná-la em sua relação com as tendências históricas do desenvolvimento moderno.

Uma característica notável do desenvolvimento capitalista em todos os países é indubitavelmente uma centralização econômica interna capitalista, *i.e.*, um esforço para concentrar e fundir em uma entidade o território estatal dos pontos de vista econômico, legislativo, administrativo, jurídico, militar, etc. Na Idade Média, quando o feudalismo prevalecia, as ligações entre as partes e regiões de um mesmo Estado eram extremamente frouxas [...] e cada área de um senhor feudal e mesmo as áreas dos estados principescos constituíam quase que um estado fechado em si mesmo, quase independente [...] Cada cidade, cada vila, cada região tinha diferentes leis, diferentes taxas; um mesmo Estado tinha

¹¹⁷ Luxemburgo, 1908-1909c, pt. 1, par. 1 e 2.

diferentes barreiras alfandegárias e legais separando uma parte do Estado da outra [...] Esta descentralização era uma característica da economia natural e da nascente produção artesanal daquele tempo [...] Os séculos XVI e XVII são um período de luta constante da tendência centralista da [monarquia absolutista] contra os vestígios do particularismo feudal [...] Como resultado da circunstância histórica que o absolutismo foi o primeiro e principal promotor do centralismo do Estado moderno, se desenvolveu uma tendência superficial de identificar o centralismo em geral com o absolutismo, isto é, com a reação. Na realidade, o absolutismo, na medida em que no final da Idade Média combateu a dispersão e particularismo feudais, foi indubitavelmente uma manifestação de progresso histórico [...] O capitalismo, com sua produção de máquinas em larga escala, cujo princípio vital é a concentração, varreu e continua a varrer completamente os vestígios da discriminação econômica, política e legal feudal. A grande indústria necessita de mercados e liberdade ilimitada de comerciar em grandes áreas. A indústria e o comércio, destinados a grandes áreas, requerem administração uniforme, arranjo uniforme de estradas e comunicações, legislação uniforme [...] A abolição das alfândegas e da autonomia fiscal das municipalidades e feudalidades separadas, bem como de sua autonomia legal, foi um dos grandes feitos da burguesia moderna. Junto com isso veio a criação de uma máquina estatal unificada [...] A tendência centralista do desenvolvimento capitalista é uma das bases do futuro sistema socialista porque, com a máxima concentração da produção e intercâmbio, o terreno fica preparado para uma economia socializada conduzida em escala mundial conforme um plano uniforme. Por outro lado, somente com a consolidação e centralização do poder estatal e da classe trabalhadora como força militante será eventualmente possível ao proletariado conquistar o poder a fim de introduzir a ditadura do proletariado, a revolução socialista. Consequentemente, a estrutura política apropriada na qual a luta de classes moderna do proletariado pode agir e conquistar é o grande Estado capitalista [centralizado]. A missão histórica do proletariado não é um “socialismo” aplicado em cada metro de terreno separadamente, não

ditadura, mas a revolução mundial, cujo ponto de partida é o grande Estado desenvolvido. Assim, o movimento socialista moderno, filho legítimo do desenvolvimento capitalista, possui a mesma característica eminentemente centralista do Estado e sociedade burgueses. Consequentemente, a social-democracia é, em todos os países, um oponente determinado do particularismo bem como do federalismo.¹¹⁸

A partir daí, Luxemburgo vai dar uma série de exemplos históricos de como, na época moderna, as tentativas histórica de federalização ou de quebra da unidade estatal capitalista representaram sempre tentativas das forças da reação em defesa de interesses classistas diferentes dos do proletariado (como nostalgia de épocas “douradas” passadas pela nobreza, conservadorismo religioso, etc.). Ela mencionará os casos da Confederação Suíça, dos EUA, do Império Alemão e da Áustria-Hungria e mostrará que, em todos eles, as forças federalistas representavam a reação e as forças centralistas o progresso histórico. A Suíça por muitos séculos foi um estado em que o particularismo e a forma confederativa descentralizada, herdeira de épocas feudais, tinha se mantido mais forte. Mas, mesmo lá, as tendências centralistas foram se impondo gradualmente. A primeira constituição (de 1848) da Confederação Suíça da época, com tendência centralizante, nasceu de uma batalha contra a chamada *Sonderbund*, a confederação dos sete cantões católicos que em 1847 tinham feito uma revolta contra a confederação geral em nome da independência dos cantões, do clericalismo e do antigo sistema aristocrático (ou seja, objetivos reacionários). O desenvolvimento posterior da Suíça foi marcado por uma centralização crescente, com a constituição de 1874 (e legislações posteriores) formalizando tais tendências. Nos EUA, que nasceu como uma união de colônias ciosas de sua independência, o processo de centralização e afirmação do capitalismo se deu dramática e sangrentamente, sendo necessária a Guerra da Secessão (1861-1865) para impor a unidade do país, contra as resistências “confederativas” dos Estados do Sul. Aqui o partido (con)federativo claramente estava do lado da reação (escravista, inclusive). A história da Áustria também foi palco de uma batalha entre as tendências centralistas e federalistas. Luxemburgo se coloca do lado dos democratas e liberais alemães que defendiam o centralismo contra as demandas federalistas da nobreza galícia, dos pan-eslavistas e das dietas tcheca, morávia e dalmata. No Império Alemão, Luxemburgo identificava o particularismo bávaro e

¹¹⁸ Luxemburgo, 1908-1909c, pt. 2, par. 1, 3-8.

prussiano, ou seja, a tendência de preservar as distinções políticas da Baviera e da Prússia, sua independência no Império, como uma cortina de fumaça para reação Junker ou pequeno-burguesa.¹¹⁹

Após mostrar que as tendências federalistas no exterior geralmente escondem objetivos reacionários do ponto de vista do proletariado, Luxemburgo passará a examinar a situação dentro do próprio Império Russo. Para isso, utilizará as atas do congresso de grupos federalistas da Rússia realizado em 1905. No congresso, participaram grupos federalistas da Geórgia, Armênia, Bielo-Rússia, Polônia, Rússia e dos judeus. Luxemburgo mostrará o caráter reacionário ou pequeno-burguês de suas atuações. Dirá que o Partido Federalista Socialista da Geórgia não tem base urbana, mas sim base entre o campesinato mais atrasado e demandando a “Geórgia para os georgianos”. A Federação Revolucionária Armênia, fundada para liberar os armênios da Turquia, tinha um caráter militarista. A Hromada Revolucionária Bielo-Russa, que começou independentista, em 1906 passou a demandar o federalismo e reforma agrária para dar propriedade privada aos pequenos camponeses. O grupo federalista judaico *Serp* [“Foice”] demandava autonomia territorial para os judeus. Rosa Luxemburgo vai mostrar que, de uma forma ou de outra, a base social desses grupos era pequeno-burguesa (frequentemente de origem rural) e não representavam as forças urbanas modernas mais avançadas do proletariado.¹²⁰

Após fazer esse apanhado geral das forças políticas do federalismo pelo mundo e no Império Russo, Luxemburgo concluiu que

A ideia do federalismo, reacionária por sua natureza e substância histórica, é hoje um sinal pseudo-revolucionário de nacionalismo pequeno-burguês, que constitui uma reação contra a luta de classe revolucionária unida do proletariado [...].¹²¹

*A Centralização e a Autonomia*¹²²

A julgar pelos artigos anteriores de Rosa Luxemburgo na série, poder-se-ia imaginar que ela era uma defensora do centralismo político e

¹¹⁹ Luxemburgo, 1908-1909c, pt. 2, par. 8 e 9, pt. 3, par. 1-8.

¹²⁰ Luxemburgo, 1908-1909c, pt. 4.

¹²¹ Luxemburgo, 1908-1909c, pt. 4, par. 15.

¹²² Luxemburgo, 1908-1909d; Luxemburgo, 1988d.

econômico total como a forma moderna capitalista (e socialista) mais avançada para as atuais sociedades. Entretanto, sua posição é mais nuançada que esta de uma defensora da centralização total *tout court*. Ela vai explicar essa nuance ao discutir o problema da *autonomia*.

Nós notamos a tendência geral centralizante do capitalismo nos estados burgueses. Mas a autonomia local cresce simultaneamente do desenvolvimento objetivo e das necessidades da sociedade burguesa. A economia burguesa requer tanta uniformidade quanto for possível em legislação, administração, sistema escolar, etc. por toda a área do Estado [...] Mas a mesma economia burguesa, ao desempenhar essas funções, demanda acuidade e eficiência tanto quanto uniformidade. O centralismo do Estado moderno é necessariamente ligado a um sistema burocrático. No Estado medieval, em uma economia servil, as funções públicas eram ligadas à propriedade fundiária [...] O senhor feudal era ao mesmo tempo o juiz criminal e civil, o chefe da administração policial, o chefe das forças militares em determinado território e coletor de impostos. [...] O absolutismo, que cresceu no final da Idade Média pavimentando a estrada para o capitalismo por meio de sua luta contra a dispersão feudal da autoridade estatal, separou as funções públicas da propriedade fundiária e criou uma nova categoria social para a execução dessas funções: os funcionários oficiais da coroa. Com o desenvolvimento dos Estados modernos capitalistas, a execução das funções públicas passou completamente para as mãos de funcionários pagos. Este grupo social cresceu numericamente e criou a burocracia estatal moderna. Por um lado, a transferência das funções públicas para funcionários pagos — completamente devotados ao seu trabalho e dirigidos por um centro político poderoso — correspondia ao espírito da economia burguesa, que é baseada em especialização, divisão do trabalho, e uma completa subordinação da mão de obra ao propósito de manter o mecanismo social; por outro, entretanto, a burocracia centralista tinha problemas sérios que atrapalhavam a economia. A produção e comércio capitalistas são caracterizados por uma grande sensibilidade e elasticidade, pela capacidade de (e mesmo tendência a) constantes mudanças ligadas a milhares de influências sociais que causam

constantes flutuações e ondulações nas condições de mercado e nas próprias condições de produção. Como resultado dessas flutuações, a economia burguesa requer uma administração de serviços públicos perceptiva e sutil que a burocracia centralizada, com suas rotinas e rigidez, não é capaz de suprir. Assim, como um corretivo para o centralismo do Estado moderno, se desenvolve na sociedade burguesa, juntamente com a legislação por meio de assembleias representativas, uma tendência natural à autonomia local, fornecendo a possibilidade de um melhor ajustamento do aparelho de Estado às necessidades sociais. Afinal, a autonomia local dá conta da diversidade das condições locais e traz também a cooperação e participação direta da sociedade nas funções públicas. Entretanto, mais importante do que as deficiências inseparáveis do domínio da burocracia, pela qual a teoria do liberalismo burguês normalmente explica a necessidade da autonomia, há outra circunstância. A economia capitalista, desde a introdução da produção fabril em massa, gerou uma série de novas necessidades sociais que demandavam satisfação. [Escolarização em massa para ter melhores trabalhadores, serviços de bem-estar social para manter os trabalhadores minimamente saudáveis e ativos, meios de transporte e comunicação que cheguem aos mais remotos recantos, segurança das pessoas e propriedades, todas essas novas necessidades] têm que ser providas no Estado inteiro sem exceção. O governo central não pode satisfazer todas essas necessidades [por todo o país indiscriminadamente]. Há algumas que o governo [central] não pode absolutamente prover, como os assuntos locais de uma parte muito remota do país. Compreensivelmente, o governo tende a passar as custas de administrar tais assuntos à população local. Assim, a autonomia local se origina cedo em todos os Estados modernos, sobretudo na forma de transferir o fardo material de uma série de funções sociais para a própria população [local...]. A autonomia moderna, em todas essas formas, absolutamente não representa a abolição do centralismo estatal mas apenas sua suplementação: juntos constituem a forma característica do Estado burguês. Além da unificação política, soberania estatal, legislação uniforme e governo estatal centralizado, a autonomia local se torna, em todos os países, uma das

questões políticas básicas da democracia burguesa e dos liberais. A autonomia local, sendo gerada pelo sistema burguês moderno na maneira indicada, nada tem em comum com o federalismo e o particularismo que vinham do passado medieval. É exatamente o seu oposto. Enquanto o particularismo medieval ou o federalismo constituem uma separação das funções públicas do Estado, a autonomia moderna constitui apenas uma adaptação das funções estatais concentradas às necessidades locais e a participação do povo nela. Portanto, enquanto o particularismo comunal ou o federalismo *à la Bakunin* representam planos para dividir o território de um grande Estado em pequenas áreas parcialmente ou totalmente independentes umas das outras, a autonomia moderna é apenas uma forma de democratização do grande Estado centralizado.¹²³

A partir daí, Luxemburgo vai fornecer exemplos históricos de como este processo se deu na França, Inglaterra e Alemanha para depois explicar o Império Russo, que tem características peculiares.

O centralismo burocrático e administrativo estatal foi iniciado na França pelo absolutismo durante o *ancien régime*. Por meio da supressão da independência comunal das cidades, especialmente em Paris, da subjugação das grandes posses feudais e sua incorporação às terras da Coroa e, finalmente, pela concentração da administração nas mãos do conselho de Estado e dos supervisores reais, foi criado, na época de Richelieu, um poderoso aparelho de centralismo de Estado. Os antigos feudos independentes foram reduzidos à condição de províncias; algumas delas eram governadas por assembleias cujo poder era, no entanto, ilusório. A Grande Revolução [Francesa] fez seu trabalho em duas direções. Por um lado, prosseguiu a tendência à centralização política, abolindo completamente os resquícios feudais; por outro, em lugar da administração provincial por burocratas nomeados pelo governo, criou uma administração local com representantes eleitos pelo povo. A Assembleia Constituinte apagou do mapa da França a divisão histórica do país em províncias bem como

¹²³ Luxemburgo, 1908-1909d, pt. 1, par. 1-9, 11-13.

a divisão medieval em cidades e vilas diversamente administradas. Na *tabula rasa* criada, seguindo a ideia de Sieyès, foi introduzida uma nova divisão geométrica simples em departamentos quadrados. Os departamentos eram subdivididos em *arrondissements*, cantões e comunas, cada um governado por um corpo eleito por voto popular. A constituição do Ano III fez algumas mudanças nos detalhes mantendo, entretanto, as bases da grande reforma efetuada pela Assembleia Constituinte. Foi essa reforma que deu à história o modelo da moderna autonomia [...] Seguiram-se cem anos de mudanças na história da autonomia na França com o país oscilando, caracteristicamente, entre dois polos. O lema da reação monárquica e aristocrática ao longo desse tempo foi o da descentralização no sentido de volta à independência das antigas províncias históricas enquanto que o lema do liberalismo e da democracia era a manutenção do centralismo político simultaneamente com os direitos de representação da população local, especialmente na comuna.¹²⁴

Assim, Luxemburgo identifica a autonomia local como a democracia dentro da centralização, uma forma de que as localidades possam eleger seus representantes que tratarão dos assuntos locais sem se desvincular da máquina estatal centralizada geral. O centro se encarrega das tarefas gerais, e as tarefas de nível local ficam resolvidas por deliberações locais, com uma autonomia relativa (“local”) e não independência total (como era, na prática, na época feudal mais fragmentada).

Após descrever o caso francês, com suas lutas internas entre os polos da centralização (com autonomia) e descentralização nas épocas da Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte, da Monarquia de Julho, da Segunda República após a Revolução de 1848, do Segundo Império com Napoleão III e da Terceira República, Luxemburgo passou a analisar o caso da Inglaterra. Notou que o caso inglês se diferenciava do francês, pois ali, em vez da mudança revolucionária da sociedade medieval para a sociedade moderna, na administração pública houve um compromisso que preservou por longo tempo alguns vestígios do feudalismo.

Não foi explodindo as antigas formas [feudais], mas

¹²⁴ Luxemburgo, 1908-1909d, pt. 2, par. 1-3.

gradualmente as preenchendo com um novo conteúdo que a Inglaterra burguesa criou um lugar para si na Inglaterra medieval. E isso fica nítido na área do autogoverno local. É um lugar-comum, à primeira vista, que a Inglaterra aparece como o país com a forma mais antiga de autogoverno local, como o berço, a pátria clássica do autogoverno, modelo preferido do liberalismo do continente. Na realidade, o autogoverno local da antiga Inglaterra é um mito e não tem nada em comum com o autogoverno no sentido moderno. O autogoverno foi simplesmente um sistema especial de administração local que se originou na época áurea do feudalismo e que tem todas suas marcas. As pernas desse sistema eram o *county* [“município”], um produto das condições feudais da conquista normanda e a *parish* [“paróquia”], o produto de condições medievais eclesiásticas, enquanto que a principal pessoa, a alma da administração municipal era o *justice of peace* [“juiz de paz”] [...] Qualquer participação da população local em sua administração estava fora de cogitação. Portanto, se o autogoverno antigo da Inglaterra pode ser visto como alguma forma de autonomia, é somente no sentido de que era um sistema de autonomia irrestrita da aristocracia rural, que detinha, em suas mãos, o poder completo no *county*. [...] O primeiro choque nesse sistema medieval de administração ocorreu no reinado de Elizabete, *i.e.*, no período daquela revolução estrondosa nas relações rurais de produção que inaugurou a era capitalista na Inglaterra [com] violentas expropriações em larga escala do campesinato pela aristocracia, a secularização das terras da Igreja [... etc. O] fenômeno moderno do pauperismo em massa foi o primeiro problema transcendendo o poder e os meios do sistema de administração feudal como realizado pelo autogoverno [local] da aristocracia. A solução adotada foi transferir a carga para os ombros das classes médias, a burguesia afluente. Agora, a *parish* [“paróquia”] coberta de mofo foi chamada para um novo papel: cuidar dos pobres [...] Uma taxa a favor dos pobres foi introduzida nas paróquias [...] Foi nesse estado que a administração local [inglesa] sobreviveu até o século XIX. Umhas poucas tentativas de admitir a participação da população nessa administração foram feitas no início do século, mas não deram em nada.

Entretanto, o capitalismo na Inglaterra entrava em nova fase. A grande indústria celebrava sua triunfal entrada [...] A eliminação dos sintomas mais ameaçadores do pauperismo, a provisão de higiene pública e de educação básica, etc. se tornaram uma tarefa urgente. Entretanto, essa tarefa só poderia ser realizada quando tanto na política estatal quanto na administração como um todo o domínio exclusivo da aristocracia rural fosse abolido e substituído pelo domínio da burguesia industrial. A reforma eleitoral de 1832, que quebrou o poder político dos *tories*, é também a data do início do autogoverno na Inglaterra no sentido moderno, isto é, autogoverno baseado na participação da população local e em funcionários pagos e responsáveis, sob a supervisão e controle das autoridades centrais [...] Mas enquanto o liberalismo francês revolucionário varreu de seu país as províncias históricas e, em seu lugar, criou uma França homogênea [com departamentos quadrados “iguais”], o liberalismo conservador inglês criou uma nova rede administrativa dentro das velhas divisões, sem aboli-las.¹²⁵

Após esses exemplos, Luxemburgo passará a analisar o caso do Império Russo. Vai notar as peculiaridades que distinguem o caso russo do dos países da Europa Ocidental. No Ocidente, o absolutismo tinha sido acompanhando por um afrouxamento da servidão, enquanto que na Rússia a servidão foi se tornando mais forte à medida que o absolutismo crescentemente se impunha. A Rússia seria uma monarquia absolutista até a Revolução de 1905, quando, para não ser derrotado, o czarismo fez a concessão de passar de monarquia absolutista para monarquia constitucional, com a criação de uma constituição, de um parlamento (Duma) e da legalização da existência de partidos políticos. Entretanto, mesmo antes de 1905, uma tímida tentativa de autogoverno local tinha sido inaugurada pelo czar Alexandre II (o mesmo que tinha abolido a servidão em 1861): a inauguração do sistema de *zemstvo* (“autogoverno local”) a partir de 1864. Alexandre II tinha negado planos para a criação de um parlamento para a Rússia como um todo, mas permitiu que, nas localidades, se elegeisse um conselho representativo (uma espécie de assembleia local) que escolhia um conselho executivo de umas poucas pessoas. Os poderes políticos e fiscais autônomos desses conselhos eram limitados, mas executavam uma série de

¹²⁵ Luxemburgo, 1908-1909d, pt. 2, par. 23-24, 26-29.

medidas práticas para melhorar a administração local (construção de pontes, escolas, etc.) que o governo central não tinha condições (ou desejo) de administrar e prover. O sistema *zemstvo* foi concebido muito mais como uma forma de melhorar a administração local (descentralizando as decisões) do que um meio de estimular a discussão política independente. O sufrágio para eleger a assembleia local (conselho representativo) era desigual, com a nobreza elegendo proporcionalmente muito mais representantes que as outras classes. Entretanto, na prática, a despeito das limitações do seu papel como “tecnocrático” e meramente administrativo, as eleições para *zemstvo* foram uma escola de aprendizado político, especialmente para os grupos liberais, que adotaram e investiram na participação no sistema *zemstvo*; os grupos radicais de esquerda inicialmente os desprezavam como meros dispositivos “de fachada”. Entretanto, Rosa Luxemburgo escrevia seu artigo depois da Revolução de 1905, quando o czarismo passara a ser uma monarquia constitucional (por mais autoritária que ainda fosse) e o papel do sistema *zemstvo* estava sendo reavaliado frente à existência agora de um parlamento geral (a Duma) e de partidos políticos. Luxemburgo, entretanto, era cética de que um real autogoverno local, uma verdadeira autonomia no sentido moderno poderia advir na Rússia sem uma quebra revolucionária com o padrão czarista vigente, mesmo o pós-1905.

O autogoverno local na Rússia constitui uma das mais notáveis tentativas do absolutismo [...] objetivando ajustar as instituições do despotismo oriental às necessidades sociais da moderna economia capitalista [...] Modelado nas instituições de autogoverno recentemente criadas na Prússia, o sistema russo de *zemstvo* é uma paródia do autogoverno inglês: ele dá a responsabilidade da administração local à nobreza afluente e, ao mesmo tempo, sujeita esse autogoverno da nobreza a uma supervisão policial estrita e à autoridade decisiva da burocracia czarista [...] Como resultado dessa peculiaridade do desenvolvimento social da Rússia — que no período antes de 1905 fazia não apenas a burguesia urbana mas também certos extratos da nobreza advogar “sonhos liberais” por mais tênues que fossem — até essa paródia de instituição de autogoverno representada pelo *zemstvo* se tornou, nas mãos da nobreza, um quadro para atividade cultural e social séria. Entretanto, o choque agudo que imediatamente surgiu entre o liberalismo aninhado na administração local e a burocracia/governo ilumina claramente a contradição genuína entre o autogoverno

moderno e o aparelho medieval de Estado do absolutismo [...]. Os poucos anos da ação da Revolução [de 1905] resolveram essa colisão histórica, movendo violentamente a nobreza para o lado da reação e arrancando da paródia de autogoverno local qualquer semelhança mistificadora com o liberalismo. Ficou clara a impossibilidade de reconciliar o autogoverno democrático indispensável em uma sociedade burguesa com o domínio do absolutismo, bem como a impossibilidade de enxertar a democracia burguesa moderna na ação de classe da nobreza local e suas instituições. O autogoverno local no sentido moderno é apenas mais um dos detalhes do programa político geral cuja implementação no Estado inteiro constitui tarefa da revolução.¹²⁶

Assim, este texto de Luxemburgo é importante para chamar a atenção que Rosa não é uma centralista *tout court*. Ao lado da centralização do Estado moderno nos assuntos gerais de funcionamento da sociedade, ela vê como necessária e desejável a autonomia local para os assuntos de natureza local (ou seja, uma autonomia *relativa* e não autonomia total, independente do centro). E não vê contradição entre esses dois aspectos da centralização e autonomia, um complementando (e temperando) o outro.

*A Nacionalidade e a Autonomia*¹²⁷

Nos outros artigos da série, Rosa Luxemburgo defendeu a autonomia local como a forma de assegurar uma preservação sadia das culturas próprias das diferentes nacionalidades dentro do quadro geral do Estado capitalista. É importante notar que Luxemburgo nascera em um império multinacional em que conviviam centenas de nacionalidades diferentes e não em um Estado-nação mais homogêneo etnicamente. Como assegurar a convivência dessas dezenas de nacionalidades era um problema que teria que ser enfrentado por qualquer governo socialista que porventura surgisse no futuro. Em regiões em que uma nacionalidade fosse absolutamente preponderante, a questão da autonomia (cultural, etc.) era fácil de ser resolvida, bastando assegurar àquela nacionalidade a autonomia de usar sua língua em escolas, na comunicação pública, etc. Mas e em regiões

¹²⁶ Luxemburgo, 1908-1909d, pt. 2, par. 39, 41-42.

¹²⁷ Luxemburgo, 1908-1909e; Luxemburgo, 1988e.

extremamente mistas, com muitas nacionalidades dividindo a percentagem da população sem preponderância forte de nenhuma delas (como, por exemplo, na região do Cáucaso)? Como ficaria a situação aí? Luxemburgo vai discutir esta e outras questões relativas à relação entre centro e periferia em situações multinacionais. Inicialmente ela vai fazer algumas colocações teóricas sobre a cultura como base para as aspirações nacionais

Toda a cultura moderna é, acima de tudo, uma cultura de classe, burguesa. Ensino e arte, escola e teatro, intelligentsia profissional, a imprensa — tudo serve primariamente à sociedade burguesa, está imbuído com seus princípios, seu espírito, sua tendência. Mas as instituições do sistema burguês, como o próprio desenvolvimento capitalista, são (no espírito da dialética histórica) fenômenos de caráter duplo, de duas faces: os meios de desenvolvimento de classe são, ao mesmo tempo, os meios para a ascensão do proletariado na luta pela emancipação, pela abolição da dominação burguesa. A liberdade política, o sistema parlamentar são, em todos os Estados atuais, ferramentas para construir o capitalismo e os interesses da burguesia como classe dominante. Entretanto, as mesmas instituições democráticas e parlamentarismo burguês são, em determinado nível, uma escola indispensável para a maturidade política e de classe do proletariado, uma condição para organizá-lo em um partido social-democrático, de treiná-lo em uma aberta luta de classes. O mesmo se aplica na esfera intelectual. A educação básica, a escola primária são necessárias para a sociedade burguesa a fim de criar consumo de massa apropriado bem como um contingente de trabalhadores capazes. Mas a mesma educação e escola se tornam uma ferramenta básica do proletariado como classe revolucionária. As ciências naturais e sociais são hoje produtos ideológicos da burguesia e expressão de suas necessidades e tendências de classe. Mas, em determinado nível de seu desenvolvimento, a classe trabalhadora reconhece de que “conhecimento também é poder” [...] Finalmente, o socialismo, que liga os interesses dos trabalhadores enquanto classe com o desenvolvimento e o futuro da humanidade como uma grande fraternidade cultural, produz uma afinidade particular da luta proletária com os interesses da cultura como um todo, e cria o fenômeno

aparentemente contraditório e paradoxal de que o proletariado consciente é hoje em todos os países o advogado mais ardente e idealista dos interesses do aprendizado e da arte, da mesma cultura burguesa da qual ele é um filho adotivo deserddado.¹²⁸

Rosa Luxemburgo vai, então, aplicar esses princípios gerais ao caso específico da Polônia.

A autonomia nacional do reino da Polônia é necessária primariamente para que a burguesia polonesa fortaleça seu domínio de classe [...] Da mesma maneira que as instituições político-estatais parlamentares modernas e seu corolário, as instituições de autogoverno local, são, em certo nível, uma ferramenta indispensável para o domínio burguês com uma harmonização de todas as funções sociais e estatais aos interesses da burguesia, em um sentido mais estrito a autonomia nacional é uma ferramenta indispensável para a estrita aplicação das funções sociais em determinado território em favor dos interesses da burguesia daquele território [...] A liberdade política e o autogoverno darão eventualmente à burguesia polonesa a possibilidade de utilizar uma série de funções sociais presentemente negligenciadas — escolas, adoração religiosa e toda a vida cultural do país — para seus próprios interesses de classe. Ao ocuparem todos os cargos da administração, judiciário e política, a burguesia poderá assimilar genuinamente esses órgãos naturais de domínio de classe ao espírito e necessidades da sociedade burguesa e torná-los, assim, ferramentas sutis, acuradas e flexíveis das classes dominantes polonesas. A autonomia nacional, como parte da liberdade política no Estado é, em uma palavra, a mais madura forma de domínio burguês na Polônia. Entretanto, precisamente por essa razão, a autonomia é uma necessidade de classe indispensável do proletariado polonês. Quanto mais maduras as instituições burguesas, mais profundamente elas penetram nas funções sociais e mais terreno cobrem na variada esfera intelectual e estética, mais se alargará o campo de batalha e mais numerosas serão as posições de combate onde o proletariado conduzirá sua luta de

¹²⁸ Luxemburgo, 1908-1909e, pt. 1, par. 11 e 12.

classes. Quanto mais irrestrita e eficientemente se desenvolver a sociedade burguesa, maior será a maturidade política e unidade do proletariado enquanto classe. O proletariado polonês, para sua luta de classe, precisa de todos os componentes dos quais a cultura é feita. Seus interesses, baseados essencialmente na (luta pela) solidariedade entre as nações, requer a eliminação da opressão nacional [...] Uma vida cultural normal, ampla, irrestrita do país é tão indispensável para o desenvolvimento da luta de classe do proletariado quanto a própria existência da sociedade burguesa. A autonomia nacional tem os mesmos objetivos contidos no programa político do proletariado polonês: a derrubada do absolutismo e o alcance da liberdade política no país. Isso é uma parte do programa que resulta tanto das tendências progressistas do desenvolvimento capitalista quanto dos interesses de classe do proletariado.¹²⁹

Tendo identificado o desenvolvimento da autonomia com o desenvolvimento burguês como um todo e dizendo que o proletariado deve utilizar essas tendências modernizadoras e não rejeitá-las por inicialmente representarem os interesses de classe da burguesia, Luxemburgo vai passar a criticar certas perspectivas nacionalistas que identificam a “verdadeira” cultura nacional de um país com sua população rural.

A separação nacional de um território em um Estado moderno não é, por si só, base suficiente para a autonomia; a relação entre nacionalidade e vida política é exatamente o que tem que ser examinado. Os teóricos do nacionalismo geralmente consideram a nacionalidade como um fenômeno natural, imutável, fora do desenvolvimento social, um fenômeno conservador que resiste às vicissitudes históricas. De acordo com essa visão, o nacionalismo burguês enxerga a principal fonte da vitalidade e força nacional não em sua formação histórica moderna, isto é, a cultura burguesa urbana, mas, ao contrário, nas formas tradicionais de vida da população rural. A massa camponesa, com seu conservadorismo social, aparece aos românticos do nacionalismo como a única base genuína da cultura nacional,

¹²⁹ Luxemburgo, 1908-1909e, pt. 1, par. 13-16.

uma fortaleza da distinção nacional, uma cidadela do gênio nacional [...] Quando, no meio do século passado, começou a florescer, em conexão com as tendências nacionalistas da política na Europa Central, o chamado folclorismo, ele se voltou principalmente para as formas tradicionais da cultura camponesa como o tesouro no qual cada nação deposita “as cordas dos seus pensamentos e as flores dos seus sentimentos”. Da mesma maneira, no presente momento, os nacionalismos lituano, bielo-russo e ucraniano recentemente despertados se baseiam totalmente na população rural e em suas formas conservadoras de existência [...] A ênfase no elemento camponês em conexão com o destino da nacionalidade é correto no que concerne a preservação passiva das peculiaridades nacionais no grupo étnico: formas de falar, vestir, os costumes, religião. O conservadorismo da vida camponesa torna possível a preservação da nacionalidade dentro desses limites estreitos e explica a resistência secular a qualquer política de desnacionalização, independentemente da crueldade dos métodos ou da superioridade cultural da nacionalidade estrangeira agressora [...] Entretanto, uma cultura nacional preservada nessa maneira tradicional camponesa é incapaz de fazer o papel de elemento ativo na vida político-social contemporânea precisamente porque é um produto inteiramente da tradição, enraizada em condições passadas, porque — para usar as palavras de Marx — a classe camponesa, na sociedade burguesa hoje, está fora da cultura, constituindo um “pedaço de barbarismo” sobrevivendo naquela cultura. O camponês, como “posto avançado” nacional, é sempre e a priori uma cultura de barbarismo social, base da reação política, condenado pela evolução histórica. Nenhum movimento político-nacional sério nas condições atuais é possível apenas em uma base nacional camponesa [...] Assim, a autonomia local no sentido de autogoverno de um território nacional só é possível onde a respectiva nacionalidade possui seu próprio desenvolvimento burguês, vida urbana, intelligentsia, seus próprios literatos e acadêmicos. A [Polônia] demonstra essas condições.¹³⁰

¹³⁰ Luxemburgo, 1908-1909e, pt. 2, par. 1, 9-11.

Pelas palavras acima, fica claro que Rosa Luxemburgo (como o próprio Marx, aliás) não tinha grande apreço pela cultura dos camponeses, vendo-os como bastiões do conservadorismo. A classe camponesa é um dos grupos sociais mais antigos do mundo, tendo sobrevivido a diversos modos de produção (escravismo, feudalismo, capitalismo), sempre temendo por sua sobrevivência, atacada por todos os lados. Talvez esse fato de temerem constantemente por sua sobrevivência com as constantes mudanças que afetavam o seu status explique algo do caráter conservador dos camponeses.

Rosa Luxemburgo também tinha uma visão negativa dos movimentos autonomistas não socialistas dos judeus na Polônia como eles se apresentavam no momento.

A autonomia nacional dos judeus, não no sentido de liberdade de escola, de religião, local de residência e direitos civis iguais mas no sentido de autogoverno local da população judaica com sua própria legislação e administração é uma ideia completamente utópica [...] Estranhamente, esta convicção prevalece também no campo dos nacionalistas poloneses extremados, por exemplo, na chamada “Facção Revolucionária” do PPS, onde ela é baseada na simples circunstância que a nacionalidade judaica não possui um “território próprio” dentro do Império Russo. Mas a autonomia nacional concebida de acordo com o próprio ponto de vista daquele grupo — a soma das liberdades e direitos à autodeterminação de um grupo de pessoas ligadas por linguagem, tradição e psicologia — é uma construção solta, não histórica, e assim se pode conceber algo como se estivesse “flutuando no ar”, sem nenhum território definido. Por outro lado, uma autonomia que cresce historicamente junto com o autogoverno local, na base do desenvolvimento burguês democrático moderno, é, na verdade, inseparável de um território certo como o próprio estado burguês mesmo e não pode ser imaginado sem ele assim como um autogoverno comunal ou urbano “não territorial”. É verdade que a população judaica estava completamente sob a influência do desenvolvimento capitalista moderno no Império Russo e compartilhava os interesses culturais, políticos e econômicos de grupos particulares dessa sociedade. Mas, por um lado, esses interesses nunca foram territorialmente separados de modo a se tornarem interesses capitalistas especificamente

judaicos; eles são interesses comuns dos judeus e de outros povos do país. Por outro lado, esse desenvolvimento capitalista não leva a uma separação da cultura judaica burguesa, mas age exatamente na direção oposta, levando à assimilação da intelligentsia burguesa urbana judaica, levando a sua absorção pelos povos russo e polonês. Se a distinção nacional dos lituanos ou bielorrussos é baseada no povo camponês primitivo, a distinção nacional judaica na Rússia e Polônia é baseada na pequena burguesia socialmente atrasada, baseada na pequena produção, pequeno comércio, vida urbana das pequenas cidades e — podemos acrescentar em parênteses — na relação próxima da nacionalidade com a religião. Em vista de tudo isso acima, a distinção nacional dos judeus, que supostamente é a base da autonomia não territorial dos judeus, é manifestada não na forma de uma cultura burguesa metropolitana, mas na forma da falta de cultura das cidades pequenas. Obviamente qualquer tentativa de “desenvolver a cultura judaica” por iniciativa de alguns publicistas e tradutores do ídiche não pode ser levada a sério. A única manifestação da cultura moderna genuína no quadro da Rússia é o movimento social-democrata do proletariado da Rússia que, por sua natureza, pode substituir melhor a ausência histórica de cultura nacional burguesa dos judeus, já que ele próprio é uma fase da cultura genuinamente internacional e proletária.¹³¹

Assim, Rosa Luxemburgo considera território próprio ser uma condição para que autonomia no sentido de autogoverno local administrativo seja efetivada (obviamente a questão das liberdades culturais mesmo a essas nacionalidades não é afetada por tal detalhe). Em seguida, ela vai analisar o caso oposto (e muito comum por todo o Império Russo da época) de um território (localidade) em que há muitas nacionalidades, sem uma nacionalidade esmagadoramente predominante. Como fazer nessa situação? Ela tomou a região do Cáucaso (extremamente heterogênea em termos étnicos, com as nacionalidades se misturando em alguns locais sem que haja uma nacionalidade claramente predominante) como exemplo.

Assim, o desenho de fronteiras entre as principais

¹³¹ Luxemburgo, 1908-1909e, pt. 2, par. 14 e 15.

nacionalidade da região do Cáucaso é uma tarefa insolúvel. Mas ainda mais difícil é o problema da autonomia em relação às múltiplas nacionalidades montanhistas. A sua mistura nos territórios, o tamanho diminuto das respectivas nacionalidades e, finalmente, as condições socioeconômicas — que se quedam, em geral, no nível de pastoralismo nômade ou agricultura primitiva, sem vida urbana própria e criatividade intelectual na própria língua — tornam o funcionamento da moderna autonomia totalmente inaplicável. Assim como na Lituânia, o único método de resolver a questão da nacionalidade na região do Cáucaso de forma democrática, assegurando a todas as nacionalidades liberdade cultural sem nenhuma dominar as outras e, ao mesmo tempo, satisfazendo as necessidades do desenvolvimento moderno, é ignorar as fronteiras etnográficas e introduzir um amplo autogoverno local — comunal, urbano, distrital e provincial — sem um caráter nacional definido, isto é, sem dar privilégio a qualquer nacionalidade. Apenas tal autogoverno possibilitará unir as várias nacionalidades para conjuntamente tomarem conta dos interesses sociais e econômicos locais e, por outro lado, levar em consideração naturalmente as diferentes proporções das nacionalidades em cada [local]. O autogoverno comunal, distrital, provincial possibilitará a cada nacionalidade, por meio de uma decisão por maioria nos órgãos da administração local, estabelecer suas escolas e instituições culturais naqueles distritos e comunas em que possui preponderância numérica. Ao mesmo tempo, uma lei linguística separada no império inteiro preservando os interesses da minoria pode estabelecer uma norma em virtude da qual as minorias nacionais, a partir de um mínimo numérico, podem constituir o fundamento para a fundação compulsória de escolas nas línguas nacionais nas comunas, distritos e províncias. Suas línguas podem ser adotadas nas instituições públicas administrativas locais ao lado da língua da nacionalidade preponderante (a língua oficial). Tal solução seria viável, na medida em que uma solução pode ser encontrada no quadro do capitalismo nas condições correntes. Esta solução combinaria o princípio geral do autogoverno local com medidas legislativas especiais para garantir o desenvolvimento cultural e a igualdade de direitos das nacionalidades por meio de sua estreita colaboração e não

por sua separação mútua por barreiras da autonomia nacional.¹³²

Com esse artigo, Rosa Luxemburgo explora os diversos ângulos e complexidades da sua posição sobre a autonomia (autogoverno local). Além de com o conceito de autonomia mostrar que ela não é apenas uma centralista, também foi a fundo nas dificuldades que essa proposta pode trazer. Analisou o que fazer no caso de nacionalidades que não tenham um território (como os judeus). Analisou também o caso contrário, em que um território tenha muitas nacionalidades, sem nenhuma com preponderância total (o que era comum em várias regiões do Império Russo). Em todos esses casos, uma coisa ficou claro: de modo algum deveria ser tolerada a opressão nacional de uma nacionalidade por outra.

*A Autonomia do Reino da Polônia*¹³³

Este ensaio vai encerrar a série de artigos de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional e a autonomia na revista *Przeglad Socjaldemokratyczny* em 1908-1909. Após Luxemburgo ter feito um grande círculo explicando inicialmente a necessidade do centralismo nos Estados modernos, evitando os separatismos e independentismos baseados exclusivamente na questão nacional, ela nuançou sua posição mostrando que um grau de autonomia e autogoverno local, com participação democrática da população, era um corretivo apropriado para os excessos burocráticos do centralismo. Entretanto, ela afirmava que não havia fórmulas prontas para a aplicação desses dois lados da equação. Tudo vai variar de acordo com as condições de cada caso. No artigo final, ela arrematará todas essas colocações em nível teórico e no nível prático no exemplo de como deveria ser aplicada a autonomia no caso específico do Reino da Polônia em sua relação com o resto do Império Russo.

Ela inicia com suas colocações teóricas mais básicas sobre a questão da autonomia e de como não há uma fórmula geral exata para aplicá-la em todos os casos e sim que se deve ver as condições concretas de cada caso em particular.

Dos exemplos anteriormente analisados, depreende-

¹³² Luxemburgo, 1908-1909e, pt. 3, par. 10-12.

¹³³ Luxemburgo, 1988f.

se que a autonomia nacional não é uma forma política única e aplicável a todos os grupos nacionais e que tampouco é um ideal puramente libertário que representa uma meta à qual pudessem aspirar os socialistas independentemente de qualquer tipo de condições. O exemplo da Lituânia demonstrou a que resultados tão contrários à liberdade e à democracia levam, em alguns casos, a ideia de se aplicar a autonomia. Por sua vez, o projeto socialista-revolucionário para introduzir instituições autônomas na futura Rússia livre demonstra até que ponto é fantástica a ideia da aplicabilidade universal desta forma de existência que tem como base a organização estatal de uma população composta por uma grande diversidade de nacionalidades. Desprezada a fraseologia ultranacionalista, o socialismo atual pode ver na autonomia somente uma forma de desenvolvimento político progressista da sociedade burguesa. Tal forma converte-se numa necessidade histórica — tanto para a burguesia quanto para o proletariado — em condições totalmente determinadas. Contudo, sua realização é absolutamente impossível ali onde o desenvolvimento moderno não leva a um agrupamento, em certo sentido independente, dos interesses econômicos de um território dado, nem para a individualização da respectiva cultura burguesa de uma nacionalidade determinada, ou então quando a mistura territorial e social de diferentes nacionalidades não permite efetuar sua delimitação territorial. A autonomia concebida como uma panaceia abstrata que resolve todos os problemas nacionais e que é aplicada em condições pouco apropriadas pode levar, ao contrário, à violação dos direitos da nacionalidade cujas aspirações pretende satisfazer ou pode exacerbar ainda mais os antagonismos nacionais, quando na verdade se trata de apaziguá-los. Em todos estes casos — não para infligir uma injustiça às nacionalidades submetidas, mas exatamente para defendê-las —, a combinação de uma ampla autonomia local com a igualdade de direitos pode ser a única solução desta dificuldade, na medida em que as relações existentes na sociedade burguesa permitem, em geral, suavizar e diminuir, numa situação determinada, as contradições surgidas devido às

diferenças nacionais.¹³⁴

Luxemburgo inicia sua conclusão reafirmando que a autonomia é uma correção aos excessos da centralização, mas que a autonomia nacional não é uma panaceia geral a ser aplicadas em todos os casos e que, se mal empregada, pode até gerar efeitos contrários e aumentar a submissão de uma nacionalidade, como ela havia analisado no artigo anterior no caso de regiões com muitas nacionalidades diferentes e sem uma nacionalidade claramente majoritária (como nas montanhas do Cáucaso) em que dar autonomia nacional em nome de uma das nacionalidades significaria sub-subjugar as outras menores da região (nesse caso seria melhor estabelecer apenas um autogoverno territorial específico, sem privilégio para nenhuma nacionalidade em particular, mas assegurando liberdade cultural a todas as nacionalidades).

Após essa introdução geral, Luxemburgo fará algumas considerações teóricas em relação à situação do *Krolestwo* [“Reino”] da Polônia (*i.e.*, a Polônia do Império Russo) como introdução para posteriormente ver o caso pela autonomia (não independência) polonesa nos seus detalhes concretos.

As condições sócio-culturais e históricas de nosso país — tal como vimos — tornam imprescindível a autonomia nacional no *Krolestwo* [“reino”] da Polônia como consequência inquestionável da revolução política que se opera no Estado russo [desde a Revolução de 1905], encaminhada para a abolição do despotismo asiático e para a criação de formas progressistas de vida política, adequadas às necessidades da economia capitalista e do desenvolvimento burguês. Pelas mesmas razões, a autonomia constitui uma reivindicação do programa do proletariado revolucionário polonês. Na verdade, nosso proletariado consciente, ao proclamar estas palavras de ordem, está motivado por razões diametralmente opostas às de nossos partidos burgueses. Para as classes possuidoras polonesas, a autonomia nacional é antes de tudo um instrumento eficaz para realizar seus sonhos de domínio classista. As já gastas frases patrióticas somente encobrem torpe e desajeitadamente a crua tendência dos latifundiários, fabricantes, artesãos, do clero e de todos seus

¹³⁴ Luxemburgo, 1888f, p. 177-178.

correligionários ideológicos, inflamados pela ação proletária durante a época da revolução, para uma luta “nacional”, “com um estilo próprio”, travada contra a classe trabalhadora urbana e rural [... O] conteúdo objetivo da autonomia nas condições de nossa sociedade faz com que esta não seja, nem possa ser outra coisa que um instrumento de domínio de classe. O mesmo ocorre com as constituições dos Estados modernos, com suas instituições democráticas, com as formas republicanas de governo. Elas representam basicamente só formas desenvolvidas da dominação burguesa, do mesmo modo que os famosos “direitos do homem e do cidadão” proclamados no umbral do século passado [...] Do mesmo modo, o tríplice e elevado lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, que enfeitava a primeira constituição moderna do continente europeu, converteu-se — citando as palavras de Marx — numa trindade *sui generis*: “a infantaria, a cavalaria e a artilharia”. Assim também a autonomia nacional, ao ser despojada da fraseologia patriótica dos partidos burgueses e quando emerge dos nebulosos sonhos dos “revolucionários” nacionalistas, no momento de ser aplicada à realidade, aparecerá como uma forma muito prosaica de domínio da nobreza e da burguesia “pátrias” sobre o proletariado “nacional” urbano e rural, e sobre o campesinato pobre ou sem terra. E esta característica da ideia da autonomia não constitui seu estigma nem seu defeito, mas, ao contrário, nela reside sua razão de ser histórica e as garantias objetivas de sua realização. Mas exatamente para o povo polonês, torna-se muito difícil ser enganado a respeito deste caráter da autonomia, já que tem muito perto e presente o exemplo de uma experiência tão “familiar” como o da economia autônoma vigente na Galícia [a parte da antiga Polônia sob domínio da Áustria, habitada em sua parte oriental pelos rutênios ou ucranianos]. Não obstante, se para nosso proletariado, cuja vanguarda se conscientizou através de uma fria análise do socialismo científico, são estranhas quaisquer tipos de ilusões e idealizações nacionalistas relacionadas com o verdadeiro contexto da autonomia, estão igualmente afastados o desencanto anarquista e a indiferença para com as formas de desenvolvimento burguês, pois estas são consideradas como tais, ou seja, como as únicas viáveis nesta sociedade, e não

como imaginadas pela fantasia pseudo-revolucionária de fariseus políticos sem escrúpulos. Por ter compreendido que a libertação do domínio de classe da burguesia só é possível por meio do mais amplo e livre desenvolvimento da sociedade, e através de uma luta de classe persistente e cotidiana, que extraia todos seus instrumentos e perspectivas de vitória deste mesmo desenvolvimento, a social-democracia de todos os países é o porta-voz mais enérgico em prol de todo tipo de “liberdades” e de instituições democráticas burguesas. E não porque estas pudessem, por si mesmas, abolir ou pelo menos obstruir realmente a exploração econômica, ou o caráter de classe do Estado atual, mas porque estas formas de exploração de classe, ao amadurecerem e se tornarem menos rigorosas, facilitam a conscientização e a organização do proletariado para a luta e aceleram sua vitória inevitável. Do mesmo modo, a autonomia nacional é desejável para o proletariado polonês exatamente porque constitui uma forma mais progressista da dominação burguesa, e porque o proletariado de nosso país ainda hoje encontra-se enraizado nas formas selvagens, arcaicas que deformam sua consciência e dificultam sua luta. A liberdade cultural-nacional, que será para nossas camadas proprietárias um eficaz instrumento a serviço de seus interesses de classe, proporcionará ao mesmo tempo ao proletariado, na mesma medida, novas armas para uma resistente ação classista. A potencialização do desenvolvimento econômico, a revitalização da produção industrial, comercial e agrícola, das comunicações, o estímulo da vida intelectual, política, tudo o que podem propiciar as instituições autônomas do país com base nas instituições liberais gerais no Estado, configuram a atmosfera mais adequada para a maturação e concentração de classe dos trabalhadores.¹³⁵

Luxemburgo, então, reforça sua posição de que, assim como os instrumentos da democracia burguesa como um todo (por ex., parlamento, constituição) são, no fundo, instrumentos de dominação de classe, a autonomia também é utilizada pela burguesia nativa para avançar seus interesses específicos naquela região. Entretanto, isso não significa que o

¹³⁵ Luxemburgo, 1988f, p. 178-180.

proletariado deva rejeitar a autonomia (assim como não deve rejeitar em bloco a vida e luta parlamentar-constitucional) e sim utilizá-la para seus próprios fins, para se fortalecer em seus próprios interesses de classe já que o desenvolvimento do capitalismo para uma fase mais adiantada, mais democrática (mesmo dentro da democracia burguesa) facilitará o fortalecimento do proletariado como classe ao se utilizar desses mesmos instrumentos numa direção classista apropriada.

Luxemburgo agora passará a descrever como o proletariado pode utilizar a ferramenta da autonomia a seu favor no caso específico do *Krolestwo* [“reino”] da Polônia.

[... Assim] como as diferentes formas constitucionais e republicanas representam para o proletariado um campo mais ou menos favorável para desenvolver uma poderosa e aberta luta de classes, do mesmo modo a autonomia do país, em todas suas variantes, pode contribuir para isto. Assim como os interesses que impulsionam nossos partidos burgueses e nosso proletariado revolucionário a promoverem o postulado da autonomia representam polos opostos, igualmente contraditórios têm que ser, por sua natureza intrínseca, seus planos e exigências no que se refere aos detalhes para a realização deste postulado. Na medida em que nossa atrasada burguesia esforça-se por adequar as instituições autônomas para a proteção de seus próprios interesses, o proletariado, ao contrário, deve considerar como seu objetivo primordial conferir à autonomia um caráter que garanta a existência de possibilidade e de condições para a unificação democrática e revolucionária da Polônia com o restante dos povos do Estado. Enquanto que para a nobreza e para os industriais poloneses o autogoverno do país assemelha-se a um campo ideal para cultivar e cuidar dos interesses das camarilhas “pátrias” e seus intermediários, para as posições proletárias, ao contrário, o autogoverno só é importante como alavanca necessária para um desenvolvimento econômico e social racional da nação. Enquanto para a “cabeça de nossa nação” a liberdade cultural nacional apresenta-se principalmente sob a forma de uma pressão espiritual e moral sem freios, exercida pela intelligentsia doméstica pequeno-burguesa e pelo clero sobre as mentes das classes trabalhadoras, a social-democracia deve tender para a adaptação, dentro do possível, das instituições de

autogoverno — culturais e educativas — para a emancipação espiritual das grandes massas do povo camponês e urbano, com o objetivo de armá-las contra as influências de nossos “educadores” do povo. Daí se depreende que, para o partido de classe do proletariado, a autonomia significa antes de tudo somente um detalhe indefectivelmente ligado à grande reforma revolucionária das condições gerais do Estado, uma aplicação parcial das instituições democráticas em toda a Rússia. No programa da social-democracia o postulado da autonomia nacional é inseparável do da república em todo o Estado. Em decorrência, fazer a autonomia do reino da Polônia só será possível no caso de um triunfo definitivo da revolução e a conseqüente derrocada da ordem absolutista; ou seja, somente neste contexto a autonomia pode se tornar um instrumento do progresso e do desenvolvimento social do país. As próprias bases das instituições autônomas podem ter um caráter mais ou menos democrático e progressista. Por esta razão o partido do proletariado deve exigir não só um parlamento legislativo nacional, a total submissão a ele da administração do país e as plenas atribuições para o mesmo em todas as questões pertencentes ao autogoverno, mas também o direito de eleger, mediante sufrágio universal, igualitário e secreto, os representantes parlamentares. A social-democracia deve colocar a necessidade não só de uma administração e de um sistema judicial controlados exclusivamente pelos nativos do país, mas, além disto, a elegibilidade destes funcionários e juizes autóctones, por toda a população adulta do país. Deve exigir não só a escola nacional para a população polonesa, mas também a implantação de um verdadeiro sistema escolar popular, que assegure uma instrução real às grandes massas trabalhadoras. O programa do proletariado, definido com grande precisão, também deve decidir sobre as demandas apresentadas pela social-democracia quanto ao alcance de sua própria autonomia e a respeito das relações existentes entre esta e as atribuições da legislação central, sem acatar os pontos de vista superficiais dos nacionalistas utópicos, que consideram como seu dever apoderar-se de “tudo o que puder” em favor dos atributos do autogoverno e da “mais ampla” autonomia, e opor claramente sua linha política às classes possuidoras polonesas; estas, por

sua vez, também no que se refere à divisão das atribuições que correspondem à autonomia nacional e às instituições centrais, respectivamente, guiam-se, em geral, pelos atrasados interesses das burguesias polonesa e russa. Também neste caso a social-democracia permanece fiel a suas posições programáticas gerais. Deste ponto de vista, o alcance da legislação autônoma que o proletariado deve exigir para nosso país não tem limites arbitrários, não deve ser produto da conjuntura política. Suas fronteiras estão, ao contrário, delimitadas pelas próprias condições objetivas do desenvolvimento capitalista que produziram a base material para a autonomia do reino [da Polônia] em geral. Em consequência, o desenvolvimento social e cultural de nosso país e a presença do movimento revolucionário — únicos capazes de efetivarem a liberdade política e a autonomia do reino da Polônia — baseiam sua existência no desenvolvimento capitalista que vincula o reino à Rússia e encontra sua expressão na luta de classe do proletariado, unido por meio do mesmo desenvolvimento em uma só classe em todo o Estado, sem diferença de nacionalidade. Portanto, os interesses deste desenvolvimento capitalista, da mesma maneira que os inerentes à unificação e à luta de classe do proletariado, constituem um barômetro objetivo e natural, com cujo auxílio a social-democracia pode determinar, nas esferas da vida social e política, os limites corretos entre a legislação estatal [geral] e as atribuições do autogoverno do país. Assim, atendendo a esta dupla razão, podemos concluir que, se vigora uma lei eleitoral geral e igualitária, entram na competência da legislação central — da qual devem participar, junto às demais, a população do reino — fundamentalmente todas as questões que configuram o conteúdo e os princípios da constituição política do Estado. Quando a social-democracia exige a instauração de um regime republicano-democrático em todo o Estado por meio de uma assembleia geral constituinte, exige consequentemente que à representação popular em todo o território do Estado seja agregada uma legislação detalhada que desenvolva e complemente estes princípios do regime político: a legislação relativa à imunidade pessoal dos cidadãos e a igualdade destes perante a lei, o direito de reunião, de associação, de palavra e de imprensa, e ao

autogoverno comunal e provincial.¹³⁶

Luxemburgo mencionou acima que, nas condições específicas da Polónia, cuja economia estava ligada por múltiplos laços à Rússia (mercado principal de suas exportações em uma gama variada de produtos, especialmente na área industrial), muitas das atribuições organizacionais deveriam ficar ligadas ao centro a fim de garantir a uniformidade, padronização e isonomia necessárias ao desenvolvimento econômico capitalista. Mas quais exatamente devem ser as atribuições centrais e quais as do autogoverno local? É o que ela vai passar a descrever em seguida.

[... Já] que passamos a considerar os assuntos comuns da vida política que constituem o conteúdo permanente da legislação dos parlamentos contemporâneos, das posições fundamentais da social-democracia depreende-se que as questões econômicas e políticas — base vital da economia capitalista e do Estado classista atual — devem ser incumbência de legislação central. Nos referimos à política alfandegário-comercial, os meios de comunicação modernos (ferrovias, correios, telégrafo), a questão militar, o sistema tributário, o direito civil e jurídico-penal e, finalmente, as bases *gerais* da instrução pública [...] Nos ocupemos agora da esfera que constitui o terreno natural da vida autônoma de um país [...] Em primeiro lugar, nos caberá examinar toda a área de instrução e da educação pública [...] que corresponde por natureza à jurisdição dos órgãos autônomos do país [...] A experiência secular de todos os Estados cultos demonstrou que a instrução pública é uma necessidade imperativa da sociedade burguesa e não pode ser organizada convenientemente sem a participação mais ativa da população interessada e a ajuda das instituições de autogoverno [...] Por outro lado, a instrução pública está indefectivelmente ligada ao próprio miolo da vida nacional, ao idioma e à cultura espiritual característica de cada nacionalidade [...] A legislação regular das questões *agrícolas* deve-se remeter à competência direta do parlamento autônomo, e isto independentemente de uma reforma radical das relações de propriedade em todo o Estado, que só poderia ser conquistada por uma revolução vitoriosa. Para determinar

¹³⁶ Luxemburgo, 1988f, p. 180-183.

as jurisdições autônomas do país há que se levar em conta os interesses cotidianos e permanentes da vida social e estes demonstram que no setor agrícola, por sua própria natureza, existem consideráveis diferenças em comparação com o setor de produção industrial [este mais apropriado à estandardização da legislação central... A] agricultura mostra um grande conservadorismo na manutenção de formas tradicionais de produção e de propriedade, razão pela qual mantém as características locais específicas num grau muito maior [...] Juntamente com a agricultura e a economia florestal, também a indústria mineral, por sua própria natureza, tem que pertencer necessariamente à competência das autoridades regionais autônomas, com exceção da legislação correspondente às atividades dos mineiros, a qual, junto com as demais questões relativas à proteção operária, deve ser incluída entre as faculdades da legislação estatal geral [...] Contudo, a questão mais decisiva, tanto para os interesses do desenvolvimento industrial e agrícola, como para o desenvolvimento cultural em geral, refere-se às *vias de comunicação, fluviais e marítimas, e também terrestres (estradas)*. Este domínio, que por seu caráter pertence aos assuntos de jurisdição local, requer antes de tudo a proteção e iniciativa dos órgãos autônomos e a mais ampla gestão do governo autônomo [...] Se às áreas antes citadas agregamos um campo tão importante quanto a *saúde pública*, que abrange tanto a legislação relativa à higiene pública como o sistema hospitalar e todo tipo de estabelecimentos médicos, teremos uma extensa e variada área cultural — econômica, social e espiritual — que representa a verdadeira esfera da atividade correspondente à administração e legislação autônomas. Este campo de atividade tem, por natureza, um caráter sumamente local, nacional e mais diretamente imediato em relação aos interesses cotidianos de toda a população. A solução possível do importante problema da cultura material e espiritual, tanto do ponto de vista das posições do progresso social e revolucionário como também da perspectiva das massas trabalhadoras do povo, constitui a missão essencial das instituições autônomas de nosso país. Assim deve propor a classe operária consciente do reino da Polônia e um partido de classe do proletariado em nível de todo o Estado que se

solidariza com ela .¹³⁷

Assim, Rosa Luxemburgo conclui o último artigo da série enumerando as áreas em que, no caso específico e concreto do *Krolestwo* [“Reino”] da Polônia, ela considerava que a autonomia, na forma de autogoverno, deveria ser adotada. A parte mais industrial e comercial geral deveria ficar com o governo central — já que a economia do *Krolestwo* era muito interligada com a da Rússia — mas a parte mais cultural (tanto da cultura espiritual quanto da cultura material) mais ligada às condições específicas locais deveria ficar a cargo das instituições autonômicas já que florescem melhor quando imbricadas com as peculiaridades locais, como a educação, saúde, e atividades ligadas à agri-cultura e exploração da terra. Ao longo de todos os artigos da série *A Questão Nacional e a Autonomia*, um aspecto que sobressai é a importância que Luxemburgo dá ao campo da cultura como o campo por excelência para a autonomia e autogoverno. Independentemente se o autogoverno administrativo geral é possível ou não para determinadas nacionalidades, uma coisa é certa: não deve haver repressão nacional em geral e nem se deve reprimir a cultura de uma nacionalidade em particular. Isso não serve aos interesses mais gerais e imediatos do proletariado.

Vemos, assim, que a posição de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional é bastante nuançada com ênfase nos aspectos centralizadores da vida social moderna, mas temperada com a discussão da autonomia (e até autogoverno) como corretivo para a centralização. Igualmente esta visão enfatiza que, no campo da autonomia, não há fórmulas gerais que funcionem em todas as situações. A especificidade da situação de cada nação, cada nacionalidade tem que ser estudada antes de se propor a solução mais apropriada do ponto de vista dos interesses do proletariado. As nuances do pensamento luxemburguiano sobre a questão nacional ficarão mais claras quando comparadas/contrastadas com as posições de Lenin sobre o mesmo tema, o que será assunto do próximo capítulo.

¹³⁷ Luxemburgo, 1988f, p. 183, 222-223, 243, 248-249 e 251.

CAPÍTULO 3 – LENIN

3.1 – Lenin: vida e obra

Vladimir Ilitch Ulianov ou simplesmente como conhecemos, Lenin, nasceu dia 10 de abril de 1870, tendo sido registrado apenas 12 dias depois, 22 de abril de 1870, data oficial de seu aniversário. Era de uma família classe média russa, embora seu pai, Ilya Nicolaievitch Ulianov, fosse de origem plebeia. Ilya perdeu o pai ainda criança, mas graças ao esforço de seu irmão mais velho que trabalhou para sustentá-lo e ainda poder oferecer uma educação de qualidade, Ilya se tornou físico e matemático pela Universidade Imperial de Kazan e atuava como professor na província de Simbirsk. Casou-se com Maria Alexandrovna Blank em 1863 quando ele tinha 32 anos e ela 28. Maria era de origem alemã e filha de um médico e de uma família mais próspera que os Ulianov. Juntos tiveram oito filhos sendo que apenas cinco sobreviveram. Eram cristãos, sendo Maria luterana por conta de sua ascendência alemã. Quando Ilya recebeu uma promoção para se tornar diretor da escola da cidade de Simbirsk, a família Ulianov se mudou para uma casa não tão grande a princípio, mas que comportava a todos. Maria cuidava da economia da casa de forma que o dinheiro mesmo não sendo muito servia para terem uma babá quando Vladimir nascera. Quando as condições melhoraram um pouco, a família se mudou para uma casa maior, casa esta que as irmãs Ulianov mantiveram decorada como nos tempos da infância de Lenin para visitação. Ilya era um homem esforçado, tanto ele quanto Maria eram cultos e liam, ajudando a influenciar o hábito de leitura dos filhos. Ilya ainda como professor ajudou a construir 450 escolas na província e não cobrava para ensinar alunos mais pobres que não podiam pagar. No município em que vivia ele era visto como liberal frente ao czarismo da época, embora apoiassem o czar Alexander II.

A estrutura da província em que habitavam era divida de forma que a nobreza e funcionários do governo morassem mais no alto, passando pelos acadêmicos e comerciantes mais abaixo e por fim, já em terreno mais lamacento, os pobres. Os Ulianov eram parte dos acadêmicos, portanto viviam mais próximos da nobreza apesar da já mencionada origem plebeia de Ilya. A casa dos Ulianov também possuía sua divisão. Inicialmente, três filhos dividiam um quarto (as duas meninas, Anna e Olga, e o mais jovem Dmitri) deixando assim, que Aleksander Ulianov, apelidado de Sacha, e Vladimir, na época de criança apelidado de Volodia (diminutivo de Vladimir), dividissem

outro quarto fazendo com que Sacha se tornasse muito influente na infância de Lenin, que também era muito próximo de Olga. Os irmãos Sacha e Volodia dividiam o gosto pela leitura, experiências, brincadeiras, sendo que Vladimir se inspirava no irmão e o imitava em muitas coisas.

Em janeiro de 1886, por conta de uma hemorragia cerebral, os Ulianov perderam seu patriarca e isso foi uma grande tristeza para o jovem Volodia, de 16 anos. Nesse período já havia se declarado ateu, assim como seu irmão mais velho, que estava na Universidade de São Petersburgo estudando ciências. Os irmãos já não eram mais tão próximos, Vladimir continuava seus estudos em Simbirsk, sempre tirando notas altas, embora com alguns atos considerados como mau comportamento. Mantinha certa distância dos colegas, rígido e isso se agravou quando seu irmão foi enforcado por ato terrorista. Aleksander entendia de química e física e ficou incumbido, por sua organização revolucionária, de preparar uma bomba para matar o reacionário czar Alexander III. Junto de um grupo de mais cinco estudantes, Sacha se dirigia ao Palácio de Inverno em protesto quando foi preso. Volodia ficou responsável por avisar a mãe do ocorrido e se tornou repentinamente o “homem da casa”. Maria Alexandrovna foi visitar o filho na prisão e apesar de seus apelos às autoridades, Aleksander foi enforcado. Vladimir continuou seus estudos e finalizou com honras recebendo até uma medalha por seu ótimo desempenho e foi admitido na Universidade de Kazan, que ficava localizada na cidade homônima, para onde se mudaram os membros restantes dos Ulianov. Vladimir iria estudar direito, mas infelizmente não concluiu seguindo o curso normal, pois era vigiado pela polícia por conta do passado com seu irmão “agitador”. O que se sucedeu, na verdade, foi uma onda de manifestações contra o czar Alexandre III que era considerado pior que seu antecessor por vetar os avanços que Alexandre II tentara promover. Logo essa agitação chegou à Universidade de Kazan, mas Vladimir apenas esteve presente na manifestação, não tendo nenhum papel notável ou participado de qualquer tipo de organização. A polícia invadiu o apartamento em que os Ulianov viviam e levou Vladimir sob a acusação de conspiração contra o czar.

Sua pena foi menos dura que a de seu irmão. Vladimir foi expulso da Universidade e também da cidade de Kazan. Partiu com a família para a propriedade do avô Blank em Kokushkino. Maria Alexandrovna novamente fez vários apelos às autoridades por seu outro filho. Desta vez foi atendida em parte, Vladimir não poderia voltar a Universidade e nem concluir seus estudos em qualquer país do exterior, mas poderia voltar a Kazan, o que fez com a família. Vladimir terminaria seus estudos apenas em 1890, muito por conta dos esforços de sua mãe que insistiu com as autoridades para que ele

pudesse obter o título pela Universidade de São Petersburgo, fazendo as provas finais sem frequentar as aulas.

Volodia, que já era apaixonado por romances revolucionários, em Kazan teve seu primeiro contato mais sólido com o marxismo, através da leitura de *O Capital*, de Karl Marx. Chegou inclusive a traduzir *O Manifesto Comunista* para o russo quando vivia em Samara, cidade para onde se mudou em 1889 com a família novamente. A partir daí seu envolvimento com grupos socialistas de discussão só aumentaria. Em 1893, se mudou para São Petersburgo a trabalho, como assistente de um advogado. Chegando à nova cidade, conheceu a professora Nadezhda (“Nadya”) Krupskaya, que assim como Vladimir era marxista e passaram a namorar (se casariam em 1898).

Ao se mudar para São Petersburgo em 1893, Lenin passou a frequentar um círculo socialista intitulado *Social-Democratas*. É aqui que começou a publicar seus primeiros textos políticos mais elaborados. Em 1894, publicou *Quem São Os Amigos do Povo e Como Combatem os Social-Democratas*.¹³⁸ Nele rebateu as críticas dos *narodniki* (“populistas”), principalmente na pessoa de N.K. Mikhailovsky e sua revista *Russkoe Bogatstvo* [“Riqueza Russa”]. Estes criticavam os marxistas (e sua ênfase no proletariado industrial e no fato de que a Rússia estava fadada a passar por um desenvolvimento capitalista) e acreditavam que a Rússia deveria passar a um socialismo de base agrária baseado nos camponeses e sua comuna rural.¹³⁹

Em 1895, Lenin fez uma viagem à Europa, onde estabeleceu contatos com o grupo *Emancipação do Trabalho*, formado por marxistas russos (e.g., Plekhanov, Pavel Axelrod) exilados na Suíça. Com essa bagagem, retornou à Rússia e participou, em São Petersburgo, da criação da *Liga da Luta pela Emancipação do Trabalho* (que reunia vários círculos de discussão marxistas antes avulsos) e, nela, iniciou os preparativos para publicar um jornal dos trabalhadores chamado *Rabochee Delo* (“Causa Operária”). Devido a essa intensa atividade conspirativa, em dezembro de 1895 foi preso pelas autoridades. Após ficar um ano preso sem julgamento, em fevereiro de 1897 foi condenado ao exílio por 3 anos na Sibéria. Seria no exílio que ele se casaria oficialmente com Nadezhda Krupskaya. Seria no exílio que ele escreveria também seu primeiro grande livro: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.¹⁴⁰ Publicada em 1899 sob

¹³⁸ Lenin, 1960-1970z26.

¹³⁹ Lenin, 1960-1970z26, p. 192, 195-197, 213-214, 217, 233-234, 237-239, 266, 271, 275-277, 285-287, 294, 299.

¹⁴⁰ Lenin, 1960-1970z27.

pseudônimo, a obra teria um cunho econômico forte. Prosseguindo a polêmica de Lenin com os populistas (que acreditavam que a Rússia poderia evitar o capitalismo e dar um pulo direto a um socialismo de cunho agrário, utilizando a comuna rural russa como base), o livro trazia inúmeros dados estatísticos mostrando que a Rússia já era basicamente capitalista. Se a maioria da população russa ainda era camponesa e ligada a *mir* (“comuna rural”), cada vez mais ampliavam-se as relações mercantis no campo com o *obrok* (pagamento em dinheiro ou gêneros) cada vez mais substituindo a bastante feudal *barshchina* (= corvéia, trabalho na terra do senhor). O proletariado, apesar de pouco numeroso em termos absolutos, estava extremamente concentrado em grandes fábricas (muitas ligadas ao capital estrangeiro), o que facilitava a organização proletária para luta conjunta.

Terminado seu exílio, Lenin mudou para a cidade de Pskov. Ali participou da fundação do jornal *Iskra* [“A Centelha”], que deveria ser o órgão de imprensa oficial do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR, em russo *Rossiyskaya Sotsial-Demokraticheskaya Rabochaya Partiya*), que tinha sido fundado clandestinamente em 1898. Como seria difícil a publicação na própria Rússia devido à repressão, em julho de 1900, Lenin se mudou para a Europa Ocidental para de lá publicar o jornal e enviá-lo clandestinamente à Rússia.

Fora uma breve volta à Rússia durante a Revolução de 1905, Lenin permaneceria no exterior até 1917. Por motivos de segurança ou para cumprir diferentes missões do partido, mudou frequentemente de residência. Inicialmente foi a Munique; em abril de 1903 (após breve estada em Genebra), mudou-se para Londres; Em novembro de 1905 (com a anistia política), voltou a São Petersburgo. Em janeiro de 1907, por questões de segurança, estabeleceu-se na Finlândia (também parte do Império Russo, mas mais liberal devido à sua relativa autonomia). Em janeiro de 1908, voltou a morar em Genebra, na Suíça. Em novembro de 1908, mudou-se para Paris. Em junho de 1912, mudou-se de Paris para Cracóvia, na Polônia. Em 1914, depois de uma curta residência na cidade polonesa de Poronin (de abril a agosto), mudou-se para Berna, na Suíça, em agosto. Em fevereiro de 1916 estabeleceu-se em Zurique. Em 3 de abril de 1917, retornaria definitivamente à Rússia.

Em 1901, Vladimir Ilitch adotaria o pseudônimo de Lenin (provavelmente devido ao rio Lena, na Sibéria), pelo qual passaria a ser conhecido.

No exterior, Lenin teve papel fundamental no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) em 1903. Como vimos, o POSDR tinha sido fundado oficialmente em 1898, mas este seu primeiro

congresso de fundação tinha sido, na realidade, uma pequena reunião de 9 delegados na cidade de Minsk (na Bielorrússia), praticamente todos presos logo depois, com o partido ficando como um movimento fluido e indefinido. Assim, o II Congresso do POSDR, definido para ocorrer em 1903 no exterior (em Bruxelas) seria, na verdade, o congresso fundador das bases reais do partido. Entretanto, se o II Congresso foi realmente a fundação real do partido, este já nasceu “rachado”. Houve um racha no II Congresso entre os *bolcheviques* (“majoritários”, liderados por Lenin e assim chamados por terem vencido uma das votações cruciais do Congresso) e os *mencheviques* (“minoritários”, liderados por Julius Martov). A questão principal que os dividia era a definição de quem poderia ser membro do partido. Lenin defendia que só poderia ser membro do partido “quem aceita o programa do partido e o apoia de forma material e com participação pessoal em uma das organizações partidárias” enquanto Martov dizia ser suficiente “a associação pessoal regular sob a direção de uma das organizações partidárias”. Ou seja, Lenin queria um partido de quadros, centralizado enquanto Martov queria um partido mais aberto, que aceitasse também “simpatizantes”. Essa postura nos dois grupos se refletiria em uma postura mais radical e revolucionária dos bolcheviques e uma postura mais moderada, mais “reformista” dos mencheviques. A partir do II Congresso, apesar de várias tentativas de reunificação, as duas alas agiriam de maneira autônoma, praticamente como se fossem dois partidos diferentes.

Relacionada ao II Congresso do POSDR, está também a publicação de uma das obras mais importantes de Lenin sobre organização partidária: o livro *O Que Fazer?*.¹⁴¹ Publicado em 1902 exatamente para influenciar os debates de como o partido seria definido no II Congresso, foi literalmente um divisor de águas, uma polêmica que perduraria no futuro. Lenin propunha um partido “de vanguarda”: não um partido que viesse a reboque dos desejos da classe trabalhadora (que poderiam ser apenas melhorias salariais) mas sim que puxasse os trabalhadores para cima, para o caminho revolucionário. Isso porque Lenin acreditava que a classe trabalhadora, por si só, não passaria da mentalidade sindicalista, da luta por melhores salários. O partido de vanguarda seria necessário para elevar o nível de consciência da classe operária. Além disso, Vladimir Ilitch pregava que o partido deveria ser constituído por “revolucionários profissionais”, uma mescla de intelectuais e trabalhadores que se dedicariam à Revolução como tarefa principal.

No livro, Lenin dizia que, nas condições de repressão e censura do

¹⁴¹ Lenin, 1960-1970z14.

Estado policial absolutista russo, o partido não poderia ter o luxo de ser uma organização totalmente aberta e internamente democrática por correr o risco de ser facilmente desbaratado.

[...] você notará que o “amplo democratismo” na organização do partido, sob as trevas da autocracia e do regime policial, não é senão uma futilidade prejudicial, pois, de fato, nenhuma organização revolucionária jamais aplicou, nem poderá aplicar, apesar de toda sua boa vontade, um amplo democratismo. É uma futilidade prejudicial, pois as tentativas de se aplicar o “princípio de uma ampla democracia” apenas facilitam o grande número de detenções que a polícia realiza, perpetuam o amadorismo, desviam o pensamento dos ativistas de sua séria e imperiosa tarefa, que é se tornarem revolucionários profissionais, para a elaboração de regras para sistemas de eleições “ideais”.¹⁴²

Entre algumas citações famosas de *O Que Fazer?* estão: 1) “O movimento espontâneo da classe trabalhadora, por si só, alcança, no máximo, uma mentalidade sindicalista”;¹⁴³ 2) “Sem teoria revolucionária não há partido revolucionário”;¹⁴⁴ 3) “Esta luta deve ser organizada [...] por pessoas que estão profissionalmente engajadas na atividade revolucionária”;¹⁴⁵ 4) “Dê-nos uma organização de revolucionários e derrubaremos a Rússia”.¹⁴⁶

Como no II Congresso do POSDR o partido saiu rachado, a concepção organizacional de Lenin em *O Que Fazer?* ficou válida para os bolcheviques enquanto que os mencheviques seguiram a concepção menos centralizada de Martov.

Em 1904, Lenin publicou o livro *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, em que examina as consequências do II Congresso do POSDR.¹⁴⁷ Diz que a real fundação de um partido que una os marxistas, com programa e estatutos oficiais, é um passo à frente, mas que o fato de que elementos mencheviques e vacilantes acabaram, depois do congresso, tomando a direção do jornal *Iskra* era um passo atrás.

¹⁴² Lenin, 1960-1970z14, p. 479.

¹⁴³ Lenin, 1960-1970z14, p. 437.

¹⁴⁴ Lenin, 1960-1970z14, p. 369.

¹⁴⁵ Lenin, 1960-1970z14, p. 451.

¹⁴⁶ Lenin, 1960-1970z14, p. 467.

¹⁴⁷ Lenin, 1960-1970z12.

Durante a Revolução de 1905, Lenin voltou à Rússia em novembro. Não teria um papel visível e importante para o público em geral (como teve Trotsky, por exemplo, que chegou a ser presidente do soviete de São Petersburgo na virada de novembro para dezembro), mas participou ativamente da organização intrapartidária. Com o refluxo da revolução, em janeiro de 1907, por questões de segurança, passou a morar na Finlândia (também parte do Império Russo, mas com certa autonomia). Em janeiro de 1908, voltaria a morar no exterior (inicialmente, na Suíça).

Após as concessões feitas pela monarquia russa durante a Revolução de 1905 (passagem de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional com a criação de um parlamento e uma constituição, além da legalização de partidos políticos), a partir de 1906 o movimento revolucionário entra em refluxo. Entre 1906 e 1912, ao mesmo tempo a economia russa se desenvolve e o movimento revolucionário se mantém submerso e reprimido pelo estado policial. O chamado *Massacre do Lena* (um massacre de mineiros de ouro em greve na região do rio Lena) de 1912 marcaria um renascer gradual do movimento revolucionário, que tomaria grande impulso após o eclodir da Primeira Guerra Mundial em 1914.

No período do refluxo da revolução, Lenin, no exterior, se dedicou a lutas intrapartidárias pela hegemonia dentro do POSDR. Também escreveu um tratado filosófico (*Materialismo e Empiriocriticismo*, de 1908).¹⁴⁸ Nele, Vladimir Ilitch defende o materialismo histórico não só contra as concepções idealistas em geral, mas especialmente contra as concepções de Ernst Mach que, na época, estavam se infiltrando no partido bolchevique através de membros como Aleksandr Bogdanov (que tinha escrito *Empiriomonismo* em 3 volumes em 1904-1906). Ernst Mach, um físico famoso, tinha uma concepção de que a nossa mente reproduz a realidade “economicamente”, ou seja, de maneira simplificada reproduzimos em nossas sensações o que chamamos de objetos e suas conexões:

Quando a mente humana, com seus poderes limitados, tenta refletir em si a rica vida do mundo (do qual ela é apenas uma pequena parte e que não pode pretender exaurir) tem toda razão em proceder economicamente [...] Na realidade, a lei [científica] sempre contém menos que o fato em si, pois não reproduz o fato como um todo mas apenas aquele aspecto dele que é importante para nós, sendo o resto intencionalmente ou necessariamente

¹⁴⁸ Lenin, 1960-1970z15.

omitido [...] Ao separar mentalmente um corpo do ambiente cambiante em que ele se move, o que estamos fazendo é destacar um grupo de sensações (aos quais nossos pensamentos estão ligados e que são de relativamente maior estabilidade do que outros) da corrente de todas as sensações [...] Suponha que quiséssemos atribuir à natureza a propriedade de produzir efeitos iguais em circunstâncias iguais. Não conseguiríamos encontrar essas circunstâncias iguais. A natureza ocorre apenas uma vez. É nossa esquemática imitação mental que produz os eventos iguais.¹⁴⁹

Mach era considerado um positivista, pois, influenciado pelo empiriocriticismo de Avenarius, negava a importância da metafísica e defendia que o conhecimento era baseado estritamente na experiência (Avenarius concebia a experiência como soma de impressões e sensações subjetivas e, por isso, não se deve interpretar a experiência pura em termos materialistas ou idealistas, uma vez que ela precede a distinção entre o físico e o psíquico). Este aspecto “monista” (*i.e.*, que nega a divisão artificial dualista entre mental/espiritual e material) influenciou os chamados “*machistas russos*”, alguns dos quais eram marxistas bolcheviques, como, por exemplo, Aleksandr Bogdanov. Estes achavam possível conciliar a doutrina positivista de Mach com o materialismo histórico de Marx. Lenin considerava a doutrina de Mach uma forma disfarçada de idealismo e, em seu livro, combateu a posição dos que queriam conciliar Mach e Marx. O livro de Lenin traça o desenvolvimento do debate entre materialismo e idealismo através da história até chegar ao caso de Mach, Bogdanov e os machistas russos. Após a revolução de 1917, o livro *Materialismo e Empiriocriticismo* seria adotado nos cursos de filosofia da União Soviética como texto básico obrigatório.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, Lenin (como Rosa Luxemburgo) ficou chocado com o fato de muitos líderes de partidos social-democratas da Europa Ocidental terem votado pelos créditos de guerra para os seus governos nacionais. Vladimir Ilitch participaria do chamado *Movimento de Zimmerwald*, que reunia socialistas que eram contra a guerra. O movimento de Zimmerwald era heterogêneo, incluindo até meros pacifistas. Lenin era um dos membros mais radicais da chamada *Esquerda de Zimmerwald*. Na verdade, a posição de Lenin era derrotista. Defendia

¹⁴⁹ Mach, 1895, p. 186, 193, 199, 200.

transformar a guerra em revolução, mesmo que para isso fosse necessário aceitar a derrota militar do governo de seu próprio país. Os bolcheviques seguiriam essa política.

Durante a guerra, escreveu dois de seus mais importantes livros: *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* e *O Estado e a Revolução*.¹⁵⁰

Imperialismo: estágio superior do capitalismo oferece uma das mais influentes teorias sobre o imperialismo moderno. Nele Lenin afirma que o imperialismo (e a guerra entre as potências imperialistas) é a consequência inevitável do desenvolvimento do capitalismo, que passara de sua fase de capitalismo industrial para a do capitalismo financeiro (onde o capital bancário se funde com, e lidera, o capital industrial) na segunda metade do século XIX. Ele descreve esse processo em cinco movimentos básicos:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.¹⁵¹

Este livro de Lenin seria muito influente no período posterior da Primeira Guerra Mundial, pois parecia explicar bem as origens da Guerra por suas causas econômicas: o fim da abundância de terras a conquistar e colonizar levaria as potências imperialistas a lutarem entre si pelas colônias existentes.

¹⁵⁰ Respectivamente, Lenin (1960-1970z28) e Lenin (1960-1970z17).

¹⁵¹ Lenin, 1960-1970z28, p. 266-267.

O Estado e a Revolução (escrito em agosto-setembro de 1917 e publicado como panfleto em 1918) é um livro algo atípico de Lenin, segundo alguns observadores, por conter alguns elementos considerados utópicos. Nele, o autor afirma que o capitalismo de tal maneira estandardiza e simplifica as tarefas que os próprios trabalhadores poderiam assumir as tarefas de gerir o Estado socialista.¹⁵² Além disso, nele estabelece sua famosa diferença entre socialismo e comunismo como ele denominou o que Marx chamava respectivamente das fases inferior (ou inicial) e superior do comunismo. No socialismo, fase inferior do comunismo, “cada um é recompensado de acordo com seu trabalho”. No comunismo “cada um é recompensado de acordo com suas necessidades”.¹⁵³ E no comunismo, onde já não haveria mais a distinção entre classes sociais, o Estado (*i.e.*, os órgãos de controle e repressão sobre a sociedade) desapareceria.¹⁵⁴

Em 1917, estourou a Revolução de Fevereiro na Rússia, que derrubou o czarismo e instituiu uma república democrática multipartidária burguesa. Foi estabelecido uma espécie de “governo dual” no país, já que o governo provisório oficial (constituído de liberais e alguns socialistas moderados) não tinha força para governar sozinho, sem o aval dos soviets de trabalhadores, camponeses e soldados que brotaram em todas as cidades. Em 3 de abril de 1917, Lenin retornou à Rússia. Já no dia seguinte, em reuniões do partido, lia suas *Teses de Abril*, uma lista de audaciosas propostas políticas para a Rússia (as Teses de Abril seriam publicadas em um artigo no jornal de Pravda de 7 de abril, intitulado *As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução*).¹⁵⁵

As Teses de Abril foram uma das fontes do futuro slogan: “Todo Poder aos Sovietes”. Atacando o apoio ao governo provisório, Lenin pregava que a fraca burguesia russa não seria capaz de levar a revolução às suas últimas consequências e que, portanto, estaria na hora de passar da revolução democrático-burguesa para a socialista, sob a hegemonia do proletariado, com a nacionalização das terras e dos bancos. Por isso e para evitar a confusão com os revisionistas da social-democracia europeia, propunha a mudança de nome do partido bolchevique de Social-Democrata para Partido Comunista.

Estas propostas radicais das *Teses de Abril* assustaram até outros líderes bolcheviques locais, pois inicialmente os bolcheviques na

¹⁵² Lenin, 1960-1970z17, p. 425-426, 478-479.

¹⁵³ Lenin, 1960-1970z17, p. 471-472.

¹⁵⁴ Lenin, 1960-1970z17, p. 472, 474.

¹⁵⁵ Lenin, 1960-1970z29.

Rússia estavam respeitando o novo governo provisório, ao mesmo tempo em que participavam dos soviets. As teses de Lenin pregavam uma alteração nesse equilíbrio.

As propostas mais radicais de Lenin, mesmo com dificuldades, acabaram levando a melhor no partido bolchevique. Com o aguçamento da guerra e o desgaste do governo provisório, Vladimir Ilitch convenceria os bolcheviques a programarem uma tomada do poder na data de 25 de outubro de 1917. E esta realmente ocorreu.

E o que veio depois? O socialismo? Não, na verdade estabeleceu-se uma grande confusão no país, pois sobreveio uma guerra civil de três anos (entre “vermelhos” e “brancos”) em que a economia do país ficou reduzida a frangalhos: em 1921 o PIB do país era um quinto do que tinha sido em 1913, último ano sem guerra na Rússia. Adiantando um pouco a história, com o fim da guerra civil em 1921 também não sobreveio o socialismo, pois o governo bolchevique, para reconstruir a destruída economia russa, adotou a chamada NEP (acrônimo de “Nova Política Econômica” em russo), que representava um recuo para a iniciativa privada em pequena escala, com o governo controlando as “grandes alturas da economia” (bancos, grandes empresas estratégicas, etc.). Lenin não chegaria a ver o fim da NEP e o início da época dos planos quinquenais sob Stalin em 1928, pois faleceria em 21 de janeiro de 1924.

Após a eclosão da Revolução de Outubro de 1917, Lenin estaria tão ocupado com os trabalhos práticos de governar o novo país que já não teria mais tanto tempo de escrever grandes livros como os que já mencionamos até aqui, concentrando-se em produzir uma enxurrada de artigos e discursos principalmente de caráter partidário. Entretanto, devemos mencionar um livro deste período que se tornou importante no movimento comunista mundial em termos de estratégia política: *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*.¹⁵⁶

Lenin escreveu-o e publicou-o em 1920 de modo que estivesse pronto para o II Congresso da Internacional Comunista (III Internacional ou Comintern) naquele ano (no congresso, cada delegado recebeu uma cópia de cortesia da obra). O II Congresso da Internacional Comunista seria fundamental para a nascente organização. O I Congresso, de 1919, tinha sido apenas uma reunião de uns poucos comunistas (devido ao bloqueio externo das tropas intervencionistas estrangeiras, praticamente todos os estrangeiros que marcaram presença eram já moradores da Rússia) que havia decidido pela criação de uma nova Internacional dos trabalhadores (agora

¹⁵⁶ Lenin, 1960-1970z10.

especificamente comunista). A notícia tinha sido levada a diversos países para que os partidos socialistas/comunistas que quisessem participar da nova Internacional enviassem delegados ao II Congresso solicitando admissão. Devido ao caráter embrionário da organização havia uma heterogeneidade grande entre os neófitos do movimento. Lenin os surpreenderia duplamente. Primeiro, com a apresentação das chamadas “21 condições” para admissão de um partido na III Internacional. Era uma espécie de repeteco da discussão entre bolcheviques e mencheviques sobre quem deveria ser considerado membro do POSDR no seu II Congresso de 1903. As “21 condições”, entre outras coisas, exigiam que os partidos comunistas do mundo aceitassem que o Comintern funcionasse na base do *centralismo democrático* (democracia na hora da discussão, mas, uma vez uma decisão sendo tomada pelo Comintern, esta decisão teria que ser obedecida por todos os partidos constituintes, quer concordassem ou não).¹⁵⁷

Em segundo lugar (e aparentemente até em contradição com o primeiro lugar), em seu livro *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, o radical e rígido Lenin das “21 condições” parecia ir na direção oposta, mais “conservadora” na opinião de alguns delegados. Neste livro, Vladimir Ilitch criticava os “esquerdistas”, aqueles que negavam a luta parlamentar e sindical tradicionais como irremediavelmente corrupta e burguesa para fins revolucionários. Lenin, ao contrário, vai dizer que é nos sindicatos tradicionais que, em muitos lugares, está a grande massa dos trabalhadores e os comunistas não devem se alienar desses trabalhadores, tornarem-se uma “seita pura, mas diminuta” e sim ir onde estavam os trabalhadores (mesmo nos sindicatos reformistas) e atraí-los para o caminho da revolução. Igualmente, Lenin aceitava que não era pelo parlamento que a revolução viria, mas dizia que o parlamento era uma vitrine, uma tribuna para a voz dos comunistas ser ouvida e os comunistas não deveriam desprezar essa tribuna e sim aproveitá-la para os seus próprios fins.

Aqui é importante notar a ironia da situação. Para muitos socialistas, os bolcheviques tinham passado a impressão de que conquistaram o poder por serem inflexíveis, revolucionários, não fazerem concessão à política burguesa (como faziam os socialistas moderados do tipo dos mencheviques). Principalmente contrastando isso com a política passiva, meramente “parlamentar” e “sindical” dos social-democratas alemães, muitos socialistas ocidentais radicais queriam emular o “exemplo bolchevique”,

¹⁵⁷ As “Condições” propostas por Lenin podem ser vistas em Lenin, 1960-1970, v. 3, p. 206-212. Na verdade, originalmente eram 19 condições, mas no II Congresso foram aprovadas 21 condições para a admissão de partidos na Internacional Comunista.

propondo para isso não fazer concessões a formas “burguesas” de luta (parlamento, sindicatos, etc.). Qual a surpresa ao serem recebidos com o livro *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* que exatamente criticava esse “purismo” radical dos esquerdistas como pueril e ingênuo.

No livro, Lenin diria que o revolucionário não poderia ser rígido, pois as circunstâncias cambiam e os revolucionários têm que se adaptar a elas. A revolução não é uma estrada reta. Deve-se manter estrategicamente o destino (objetivo) final, mas, para chegar a ele, é preciso ser flexível e adotar as táticas melhores para o momento. Ele enfatizará que os bolcheviques nunca seguiram um único tipo de política: combinavam trabalho legal e ilegal; por vezes participavam do jogo parlamentar, por vezes o boicotavam; por vezes participavam de sindicatos “pelegos”, por vezes fundavam seus próprios sindicatos, etc. Lenin resumiria sua posição quando falou da questão dos “compromissos” que se deve fazer ou não em política:

“Repelir do modo mais categórico todo compromisso com os demais partidos... toda política de manobra e conciliação”, dizem os esquerdistas da Alemanha em seu panfleto de Frankfurt. É surpreendente que, com semelhantes ideias, esses esquerdistas não condenem categoricamente o bolchevismo! Não é possível que os esquerdistas alemães ignorem que toda a história do bolchevismo, antes e depois da Revolução de Outubro, está cheia de casos de manobras, de acordos e compromissos com outros partidos, inclusive os partidos burgueses! Fazer a guerra para derrotar a burguesia internacional, uma guerra cem vezes mais difícil, prolongada e complexa que a mais encarniçada das guerras comuns entre Estados, e renunciar de antemão a qualquer manobra, a explorar os antagonismos de interesses (mesmo que sejam apenas temporários) que dividem nossos inimigos, renunciar a acordos e compromissos com possíveis aliados (ainda que provisórios, inconsistentes, vacilantes, condicionais), não é, por acaso, qualquer coisa de extremamente ridículo? Isso não será parecido com o caso de um homem que, na difícil subida de uma montanha onde ninguém jamais tivesse posto os pés, renunciasse de antemão a fazer ziguezagues, retroceder algumas vezes no caminho já percorrido, abandonar a direção escolhida no início para experimentar outras direções? [...] A conclusão é clara:

rejeitar os compromissos “por princípio”, negar a legitimidade de qualquer compromisso, em geral, constitui uma infantilidade que é inclusive difícil de se levar a sério. O político que queira ser útil ao proletariado revolucionário deve saber distinguir os casos concretos de compromissos que são mesmo inadmissíveis, que são uma expressão de oportunismo e de traição [...] Há compromissos e compromissos. É preciso saber analisar a situação e as circunstâncias concretas de cada compromisso, ou de cada variedade de compromisso. É preciso aprender a distinguir o homem que entregou aos bandidos sua bolsa e suas armas para diminuir o mal causado por eles e facilitar sua captura e execução, daquele que dá aos bandidos sua bolsa e suas armas para participar da divisão do saque [...] Todos concordariam que um exército que não treinasse para usar todas as armas, todos os meios e métodos que o inimigo possui, estaria agindo de uma maneira tola ou mesmo criminosa. Isso se aplica à política mais ainda que à guerra [...] Revolucionários que são incapazes de utilizar os meios ilegais e legais de luta são maus revolucionários [...] Ser capaz de buscar, achar e determinar corretamente o caminho específico ou a melhor condição que levará as massas à batalha final, decisiva da luta revolucionária; este é o principal objetivo do movimento comunista [...].¹⁵⁸

Esquerdismo: doença infantil do comunismo refletiria até hoje, de forma indireta, o debate entre Lenin e Rosa Luxemburgo. Várias correntes originárias em muitos desses “esquerdistas” originais do movimento comunista (ou “comunistas de esquerda”) criticados por Lenin no livro (*e.g.*, os holandeses Antonie Pannekoek e Herman Gorter, o italiano Amadeo Bordiga, a inglesa Sylvia Pankhurst) simpatizariam com a herança considerada por elas mais libertária e revolucionária de Rosa Luxemburgo como contrapeso ao autoritarismo do modelo leninista.

¹⁵⁸ Lenin, 1960-1970z10, p. 37-38, 69-70, 96-97.

3.2 – *Lenin sobre nacionalismo em geral*

Lenin escreveu extensamente sobre o nacionalismo. Isso não é de se admirar já que o Império Russo era um estado multinacional onde conviviam dezenas de nacionalidades diferentes em situação muitas vezes de tensão. Qualquer tentativa de unificar os trabalhadores da Rússia, formados de tantas origens étnicas diferentes, teria que levar em conta como tratar a questão nacional nesses esforços de unificação.

Os primeiros textos mais importantes de Lenin sobre a questão nacional foram gerados em 1902-1903 no contexto das discussões para a criação do programa do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR) que deveria ser adotado no segundo congresso do partido a ser realizado em 1903. A elaboração de um programa para o partido era um momento fundador importante e que marcaria a organização para o futuro. Assim, Lenin escreveu numerosos ensaios com propostas para o novo programa em diversas áreas. Uma dessas áreas importantes era a questão nacional.

Talvez o primeiro texto mais importante de Lenin demonstrando sua posição sobre a questão nacional seja o artigo que publicou no jornal *Iskra* em 15 de julho de 1903, intitulado *A Questão Nacional em Nosso Programa*, que era exatamente uma explicação e uma defesa dos pontos do novo programa do POSDR sobre esse tema. Entretanto, antes de analisarmos este texto, devemos mencionar outros dois textos cronologicamente anteriores menos conhecidos que mostram peculiaridades iniciais do pensamento leniniano nesse campo em relação à situação de nacionalidades específicas que vale a pena notar. São os artigos *Sobre o Manifesto da Liga dos Social-Democratas Armênios* (publicado no jornal *Iskra* de 1 fev. 1903) e *O Proletariado Judaico Necessita um “Partido Político Independente”?* (publicado no *Iskra* em 15 fev. 1903).

O traço comum que une esses dois textos iniciais (sobre os armênios e sobre os judeus) é a recusa por Lenin do *federalismo*. Ele comunga este ponto com Rosa Luxemburgo que, como vimos anteriormente, recusa o conceito bakuniano anarquista da federação como uma forma política adequada para a luta dos trabalhadores (em vez das formas mais centralistas advogadas por Marx). Por exemplo, no artigo *Sobre o Manifesto da Liga dos Social-Democratas Armênios*, Lenin escreveu:

Uma nova organização social-democrata surgiu na região do Cáucaso. a *Liga dos Social-Democratas Armênios*

[...] De particular interesse para nós é a atitude da Liga em relação à questão nacional. “Levando em consideração”, diz o manifesto, “que o [Império Russo] é composto de diferentes nacionalidades em diversos níveis de desenvolvimento cultural, e acreditando que apenas o desenvolvimento extensivo do autogoverno local pode salvaguardar os interesses desses elementos heterogêneos, consideramos essencial o estabelecimento de uma república *federativa* [...]” Nós recebemos de braços abertos o Manifesto da Liga dos Social-Democratas Armênios [... Mas] a Liga deveria apagar a demanda por uma república *federativa* do seu programa, se confinando a demandar uma república democrática em geral. Não é papel do proletariado *pregar* federalismo a autonomia nacional. Não é papel do proletariado avançar tais demandas que inevitavelmente equivalem a demandar o estabelecimento de um Estado classista autônomo. É papel do proletariado congregar as massas dos trabalhadores de cada nacionalidade, congregá-los para a luta na maior arena possível para uma república democrática e para o socialismo [...] Devemos unir, não dispersar as forças da classe trabalhadora [...].¹⁵⁹

Lenin foi igualmente enfático contra o federalismo no caso do *Bund* (*Algemeyner Yidisher Arbeiter Bund in Lite, Poylin um Rusland*, “União Judaica Trabalhista da Lituânia, Polônia e Rússia”), que defendia o partido social-democrata como uma espécie de federação de organizações social-democratas na qual o *Bund* teria “independência” para liderar os trabalhadores de nacionalidade judaica. No artigo *O Proletariado Judaico Necessita um “Partido Político Independente”?*, Lenin escreveu:

“Autonomia”, pelo Estatuto [do partido] adotado em 1898, dá ao movimento trabalhador judaico tudo que ele precisa: propaganda e agitação em ídiche, sua própria literatura e congressos, o direito de colocar demandas em separado para complementar o programa social-democrata geral e satisfazer as necessidades locais e os requisitos especiais que surgem das características peculiares da vida judaica. Em todo o resto, deve haver uma fusão completa com o proletariado russo, no interesse da luta comum do

¹⁵⁹ Lenin, 1960-1970z32, p. 325-327.

proletariado de toda a Rússia. Quanto ao receio de ser “atropelado” no caso de tal fusão, a própria natureza do caso o torna injustificado, já que a autonomia é a própria garantia contra tal “atropelamento” em assuntos que tenham a ver especificamente com o movimento judaico enquanto em assuntos que tenham a ver com a luta contra a autocracia, a luta contra a burguesia da Rússia como um todo, nós temos que agir como uma organização militante unida e centralizada, tendo atrás de nós todo o proletariado, sem distinção de nacionalidade [...] não devemos criar organizações que marchem separadamente [...] não devemos introduzir alienação e isolamento e depois ter que tratar uma doença artificialmente implantada com a ajuda desses notórios emplastos “federativos”.¹⁶⁰

Assim, Lenin rejeitava o conceito do *federalismo* como forma de organização do partido social-democrático russo, dizendo que a *autonomia* era o suficiente e mais apropriado para dar conta de situações peculiares.

*A Questão Nacional em Nosso Programa*¹⁶¹

Talvez o que possa ser considerado o primeiro grande texto de Lenin sobre a questão nacional seja *A Questão Nacional em Nosso Programa*.¹⁶² Ele foi o artigo que publicou no jornal *Iskra* em 15 de julho de 1903, dando uma explicação e fazendo uma defesa dos pontos que tratavam da questão nacional no novo projeto de programa que Lenin e seus aliados defendiam para o POSDR a ser adotado no II congresso do partido em julho-agosto de 1903. O principal ponto de discórdia era o ponto que reconhecia “o direito à autodeterminação das nações” (ponto, aliás, que seria adotado no novo programa do partido, como o famoso ponto 9, e sobre o qual Lenin e Rosa Luxemburgo discutiriam por anos). Para defender esse ponto, Lenin fez uma exposição bastante esclarecedora de sua posição como marxista que colocava o ponto de vista de classe em primeiro lugar, mas encontrava um nicho para acomodar a “incômoda” questão nacional em um estado multinacional como o Império Russo.

¹⁶⁰ Lenin, 1960-1970z33, p. 332-333 .

¹⁶¹ Lenin, 1960-1970z23.

¹⁶² Lenin, 1960-1970z23.

Em nosso projeto de programa para o partido, colocamos a demanda por uma república com constituição democrática que garanta, entre outras coisas, o “reconhecimento do direito à autodeterminação a todas as nações que formam o Estado”. Muitos acharam que esta demanda em nosso programa não estava suficientemente clara [...] Os social-democratas sempre combaterão todas as tentativas de influenciar a autodeterminação nacional de fora por maneira violenta ou injusta. Entretanto, nosso reconhecimento sem reservas da luta pela liberdade da autodeterminação de maneira alguma nos compromete a apoiar todas as demandas por autodeterminação. Como o partido do proletariado, o partido social-democrata considera como sua tarefa positiva principal desenvolver a autodeterminação do proletariado em cada nacionalidade em vez da [autodeterminação] de povos ou nações. Devemos sempre trabalhar para a unidade próxima do proletariado de todas as nacionalidades e é apenas em casos excepcionais e isolados que devemos ativamente apoiar demandas condutivas ao estabelecimento de um novo Estado classista ou a substituição da completa unidade política de um Estado por uma unidade federativa mais frouxa. Esta explicação da questão nacional em nosso programa provocou um forte protesto do Partido Socialista Polonês (PPS) [... O] PPS expressa indignação [com] o caráter “vago” desta nossa “misteriosa” autodeterminação. Acusa-nos tanto de doutrinário quanto de manter uma visão “anarquista” de que “o trabalhador se preocupa apenas com a completa abolição do capitalismo já que linguagem, nacionalidade, cultura, etc. são meras invenções burguesas” [...] O que torna nossa explicação tão “estranha”? [...] Será que o reconhecimento do *direito* das nações à autodeterminação realmente implica em *apoio* a qualquer demanda de toda nação à autodeterminação? Afinal, o fato de que reconhecemos o *direito* de todos os cidadãos de livremente se associarem não obriga a nós, social-democratas, *apoiar* a formação de toda nova associação. Nem nos impede de fazer campanha contra a formação de alguma associação específica como um passo errado e impensado. Nós até mesmo reconhecemos o *direito* dos jesuítas fazerem sua agitação

livremente, mas nós combatemos (não de modo policial, é claro) uma aliança entre jesuítas e proletários.¹⁶³

Esta passagem acima é emblemática para entender a posição de Lenin, inclusive em seus futuros embates com Rosa Luxemburgo. O fato de Lenin defender o *direito* das nações à autodeterminação, não significa que necessariamente tenha, como social-democrata, que *apoiar* ou *lutar por* tais demandas em casos específicos (assim como o partido defender o direito de expressão em geral não quer dizer que deva apoiar toda forma de expressão, por exemplo, a de direitistas reacionários). Posteriormente veremos que Rosa Luxemburgo considera que mesmo esta pequena fresta ou concessão à questão nacional poderá causar problemas devido ao poder insidioso e corrosivo (para o ângulo classista) deste elemento nacional. Por enquanto, apenas guardemos esta importante distinção sutil do pensamento leniniano sobre a autodeterminação das nações.

*A Posição do Bund No Partido*¹⁶⁴

No artigo *A Posição do Bund no Partido*, publicado no jornal *Iskra* de 22 de outubro de 1903, Lenin retornou à relação problemática da União Trabalhista Judaica (abreviadamente Bund) com o partido social-democrata russo. No II Congresso do POSDR (30 jul.-23 ago. 1903), o Bund tinha se retirado em protesto por não ter sua proposta de independência de ação federativa ser aceita. No artigo, Lenin ataca novamente a ideia de federalismo para o partido, defendendo apenas a autonomia para casos peculiares nacionais, como o dos judeus, mas também faz uma crítica ao sionismo e ao próprio conceito de *nação* judaica, negando sua existência por falta de território e (parcialmente) língua própria.

[... O] terceiro argumento do Bund, que invoca a ideia de uma nação judaica, tem indubitavelmente o caráter de um princípio. Infelizmente, entretanto, esta ideia sionista é absolutamente falsa e essencialmente reacionária. “Os judeus deixaram de ser uma nação, pois uma nação sem território é impensável”, diz um dos mais proeminentes teóricos marxistas, Karl Kautsky [... e,] examinando o problema das nacionalidades na Áustria, o mesmo autor tentou dar uma

¹⁶³ Lenin, 1960-1970z23, p. 452-453

¹⁶⁴ Lenin, 1960-1970z34, p. 92-102.

definição científica do conceito de nacionalidade e estabeleceu dois critérios principais para a nacionalidade: língua e território [...] Um judeu francês, o radical Alfred Naquet, diz praticamente a mesma coisa, palavra por palavra, em sua controvérsia contra os antissemitas e os sionistas. “Se agradar ao Bernard Lazare”, escreve ele sobre o conhecido sionista, “se considerar cidadão de uma nação distinta, isso é problema dele. Mas eu declaro que, embora eu tenha nascido judeu... eu não reconheço a nacionalidade judaica... Eu não faço parte de nenhuma outra nação que a França... Os judeus são uma nação? Apesar de terem sido no passado remoto, minha resposta é um categórico *não*. O conceito de nação implica certas condições que não existem neste caso. Uma nação precisa ter um território onde se desenvolver e, em nosso tempo pelo menos, até que exista uma confederação mundial, uma nação deve ter uma língua comum. E os judeus não mais têm território ou língua comum [...]. Os judeus alemães e franceses são bem diferentes dos judeus poloneses e russos.” Absolutamente insustentável cientificamente, a ideia de que os judeus formam uma nação separada é politicamente reacionária. Prova prática irrefutável disso é fornecida por fatos geralmente conhecidos da história recente e das realidades políticas atuais. Por toda a Europa, o declínio do medievalismo e o desenvolvimento da liberdade política caminharam de mãos dadas com a emancipação política dos judeus, seu abandono do ídiche pela língua das pessoas com quem viviam e, em geral sua assimilação inegavelmente progressista pela população circundante. Nós devemos voltar de novo às teorias excepcionalistas e proclamar que a Rússia será uma exceção, apesar de que o movimento de emancipação judaico é mais disseminado e profundo aqui graças ao despertar de uma consciência de classe heroica entre o proletariado judaico? Será que devemos considerar uma coincidência que são as forças reacionárias na Europa, e especialmente na Rússia, que se opõem à assimilação dos judeus e tentam perpetuar seu isolamento? É nisso que se resume o problema judaico: assimilação ou isolamento? E a ideia de uma “nação” judaica é definitivamente reacionária não apenas quando exposta por seus defensores consistentes (os sionistas) mas também nos lábios daqueles que tentam

combiná-la com as ideias da social-democracia (os Bundistas). A ideia de uma nacionalidade judaica vai contra os interesses do proletariado judaico, pois nutre nele, direta ou indiretamente, um espírito hostil à assimilação, um espírito de gueto [...] Karl Kautsky, em referência particular aos judeus russos, se exprime de maneira ainda mais vigorosa. A hostilidade contra as seções não nativas de população só poderá ser eliminada “quando as partes não nativas da população deixarem de ser estrangeiros e se misturem com o grosso da população. *Esta é a única solução possível para o problema judaico e devemos apoiar tudo que contribua para acabar com o isolamento judeu*”. Mas o Bund está resistindo a essa única solução ao ajudar não a acabar com o isolamento dos judeus mas sim a aumentá-lo, ao propagar a ideia de uma nação judaica e um plano para federalizar o proletariado judaico e não judaico [...] Recentemente vimos [...] um panfleto sionista cujos autores esbravejavam contra o jornal Iskra, dizendo que viam na sua disputa com o Bund um recusa em reconhecer a “igualdade” entre judeus e não judeus. E agora nós vemos os Bundistas repetindo os truques dos sionistas! Isso é disseminar mentiras, pois nós [social-democratas] advogamos “negar representação” não apenas aos judeus mas também aos armênios, georgianos, etc. e, no caso dos poloneses, pedimos uma união estreita e uma fusão do proletariado inteiro na luta contra a autocracia czarista. Não foi à toa que o PPS (Partido Socialista Polonês) esbravejou contra nós! Conclamar a uma luta pela *ideia* sionista de uma nação judaica, pelo princípio do federalismo na organização partidária [...] revela claramente uma falta de verdadeiras ideias e princípios [...].¹⁶⁵

Vemos assim que Lenin não considerava que os judeus formassem uma nação propriamente dita devido à falta de território e língua próprios. Esta ideia de que território e língua próprias são condição *sine qua non* para a existência de uma nação seria canonizada no futuro por Stalin, em seu ensaio *O Marxismo e a Questão Nacional* (escrito em 1913, com as bênçãos de Lenin), em que o marxista georgiano exporia sua famosa definição de nação como “uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território,

¹⁶⁵ Lenin, 1960-1970z34, p. 99-102.

vida econômica e caracterização psicológica que se manifestam em uma cultura comum”.¹⁶⁶

Entretanto, se os judeus não formavam uma nação, formavam o quê? Provavelmente, Lenin os considerava como uma formação étnica menos desenvolvida que uma “nação” como quando se compara formações “tribais” ou “clônicas” com a forma mais desenvolvida da “nação”. Ao contrário das tribos e clãs que, nessa visão evolutiva, são consideradas mais “jovens” ou “menos maduros” que uma nação completa, os judeus, ao contrário, por terem sido uma nação no passado, seriam alguma formação étnica envelhecida ou atrofiada com o tempo. Entretanto, estamos aqui especulando com argumentos perenialistas com um autor que tinha uma teoria de nacionalismo modernista. De qualquer maneira, seria interessante ver o que Lenin escreveria caso tivesse vivido até após 1948.

*Autonomia “Cultural-Nacional”*¹⁶⁷

Vimos anteriormente que Lenin era a favor do direito à autodeterminação das nações e da autonomia relativa (a condições locais ou peculiares) no contexto de um movimento centralizado e unificado dos trabalhadores. A questão da autonomia (seu grau, etc.) estava sempre subordinada aos interesses de classe e não se tratava de um princípio absoluto. Por exemplo, quando o Bund judaico propôs que a chamada autonomia “cultural-nacional” fosse adotada na Rússia, Lenin se opôs a isso no artigo *Autonomia “Cultural-Nacional”* (publicado em 28 de novembro de 1913 em *Za Pravdu*, que era um dos nomes falsos do jornal *Pravda* em seus períodos de suspensão judicial).

A essência do plano, ou programa, do que é chamado de autonomia “cultural-nacional” [...] é escolas separadas para cada nacionalidade. Quanto mais os nacionalistas declarados e disfarçados (incluindo os Bundistas) tentam obscurecer este fato, mais nós precisamos insistir nele [...] Na medida em que diferentes nações vivam em um único Estado, elas estão ligadas umas às outras por milhões de laços econômicos, legais e sociais. Como pode a educação ser separada desses laços? Ela pode ser “tirada da jurisdição” do Estado, como diz a formulação classicamente absurda do

¹⁶⁶ Stalin, 1953-1978a, p. 307.

¹⁶⁷ Lenin, 1960-1970m.

Bund? Se as várias nações que vivem em um único Estado estão ligadas por laços econômicos, então qualquer tentativa de dividi-las permanentemente em assuntos educacionais e “culturais” seria absurda e reacionária. Ao contrário, esforços devem ser feitos para *unir* as nações em assuntos educacionais de modo que as escolas sejam uma preparação para o que é feito na vida real. Atualmente nós vemos que as diferentes nações são desiguais nos direitos que possuem e em seu nível de desenvolvimento. Sob estas circunstâncias, segregar as escolas de acordo com a nacionalidade iria, inevitavelmente na verdade, piorar as condições das nações mais atrasadas. Nos antigos estados escravistas do sul dos Estados Unidos, as crianças negras ainda são segregadas em escolas separadas enquanto que no norte crianças negras e brancas frequentam as mesmas escolas [...] Não se pode ser democrata e, ao mesmo tempo, advogar o princípio da segregação [...] Não é acidente que, na Rússia, a ideia da autonomia “cultural-nacional” foi aceita não apenas por todos os partidos burgueses judaicos, depois (em 1907) pela conferência dos partidos *narodniki* [populistas] esquerdistas pequeno-burgueses de diferentes nacionalidades e, finalmente, pelos elementos oportunistas dos grupos *quasi* marxistas, isto é, os Bundistas e os Liquidadores [...] Não é acidente que, na Duma Estatal, apenas o semi-Liquidador Chkhenkeli, que está infectado com o nacionalismo, e o pequeno-burguês Kerensky, defendem a autonomia “cultural-nacional” [...] A classe trabalhadora russa tem combatido essa ideia nacionalista pequeno-burguesa reacionária e pernicioso e continuará a fazê-lo.¹⁶⁸

Como conciliar o ataque de Lenin acima à proposta de autonomia “cultural-nacional” com a posição original de Lenin (e do Partido Operário Social-Democrata da Rússia) favorável à autonomia em assuntos culturais ou locais, em especial com o ponto oito do programa adotado pelo partido em 1903 e que defendia “o direito da população receber educação em sua língua nativa”?¹⁶⁹ Lenin responderá essa questão em outro artigo, intitulado *Mais uma Vez sobre a Segregação das Escolas de Acordo com a Nacionalidade*

¹⁶⁸ Lenin, 1960-1970m, p. 503-505, 507.

¹⁶⁹ O programa completo do POSDR (de 1903) pode ser lido em *Programme...* [1903].

(publicado em 17 dez. 1913, em *Proletarskaya Pravda*, um dos nomes falsos usados pelo jornal Pravda em seus momentos de suspensão judicial).¹⁷⁰

O senhor An, em *Novaya Rabochaya Gazeta* (n. 103) [...] nos assegura que ter escolas em línguas nativas é o que significa segregar escolas de acordo com a nacionalidade dos alunos. Ele diz que o pessoal do [jornal] Pravda quer privar os não russos de escolas! Nós rimos deste truque do senhor An, pois todo mundo sabe que o Pravda defende a mais completa igualdade nas línguas, a ponto de defender a abolição de uma língua oficial [...] O direito de uma nação usar sua língua nativa é explicitamente e definitivamente reconhecido no ponto 8 do programa marxista. Se o senhor An está certo em dizer que ter escolas usando línguas nativas significa segregar as escolas de acordo com a nacionalidade, por que os Bundistas em 1906, e os Liquidadores em 1912, “suplementaram” (ou melhor, *distorceram*) o programa adotado em 1903 no mesmo congresso que *rejeitou* a autonomia “cultural-nacional” e que *completamente* reconheceu o direito de uma nação usar sua *língua nativa*? [...] Nós não queremos que o programa seja violado. Não queremos que o socialismo seja adaptado ao nacionalismo. Nós somos pela completa democracia, pela liberdade e igualdade completas no uso de línguas, mas não damos apoio algum à proposta de “transferir os assuntos educacionais às nações” ou “segregar escolas de acordo com as nacionalidades”.¹⁷¹

Ou seja, Lenin faz uma distinção entre o que o programa do partido oferece que é igualdade, liberdade e autonomia no caso do uso de línguas nacionais nas escolas (toda nacionalidade tem *direito* a ter escolas em suas línguas, uma liberdade!) e *segregar* escolas por nacionalidades (uma obrigação!). Ou seja, haverá escolas em língua armênia para quem quiser estudar em armênio (sejam essas pessoas armênias ou não). Mas não haverá segregação da escola por nacionalidade, o que pode gerar “guetos”, dos quais pessoas de outras nacionalidades fiquem excluídas.

Para entender essas diferenças sutis no pensamento leniniano, é

¹⁷⁰ Lenin, 1960-1970q.

¹⁷¹ Lenin, 1960-1970q, p. 549-550.

preciso compreender outra distinção fundamental que Lenin faz no campo do nacionalismo: a *diferença entre o nacionalismo das grandes nações opressoras e das pequenas nações oprimidas* (uma diferenciação que Luxemburgo desconsidera ou vê com desconfiança, tal sua suspeição do caráter enganador e insidioso do nacionalismo em geral, especialmente na época do imperialismo). Lenin coloca essa distinção em seus dois textos, *A Questão das Nacionalidades ou “Autonomização”* e *O Direito das Nações à Autodeterminação*.¹⁷²

Em meus escritos sobre a questão nacional, eu já disse que uma apresentação abstrata da questão do nacionalismo em geral não tem utilidade. Uma distinção precisa necessariamente ser feita entre o nacionalismo de uma nação opressora e o de uma nação oprimida, o nacionalismo de uma nação grande e o de uma nação pequena [...] O nacionalismo burguês de *qualquer* nação oprimida tem um conteúdo democrático geral que é dirigido contra a opressão [por parte da nação opressora] e é este conteúdo que precisamos apoiar *incondicionalmente*. Ao mesmo tempo, devemos estritamente distingui-lo da tendência à exclusividade nacional.¹⁷³

Esta distinção entre o nacionalismo das grandes nações opressoras e o das pequenas nações oprimidas é fundamental para entender o raciocínio de Lenin sobre a questão nacional e, por extensão, sobre a questão colonial. Lenin enxergará um potencial favorável também ao proletariado na luta das nações oprimidas por libertação de sua opressão. Logo que tomar o poder, e especialmente após o fim da guerra civil, Lenin olhará não apenas para os sinais de revolução proletária no Ocidente, mas se virará também para o Oriente, para as lutas anticoloniais como companheiras de viagem da revolução proletária. Lenin seria um dos incentivadores do congresso anticolonial realizado em Baku em setembro de 1920, o Congresso dos Povos do Oriente, que marcou o início da aproximação da Revolução Russa com as lutas anticoloniais. Lenin via nessas lutas de libertação nacional um aliado da luta classista do proletariado internacional. Por exemplo, quando houve a criação da III Internacional (a Internacional Comunista ou Komintern) em 1919, Lenin foi um dos grandes incentivadores de que o Komintern atuasse

¹⁷² Respectivamente em Lenin, 1960-1970z35 e Lenin, 1960-1970z2.

¹⁷³ Lenin, 1960-1970, vol. 36, p. 607 e vol. 20, p. 412.

não apenas junto ao proletariado das nações capitalistas avançadas em busca do estouro da revolução socialista lá mas também junto aos povos colonizados para que estes participassem do processo da revolução mundial. Por exemplo, no *Projeto de Teses Preliminares Sobre as Questões Nacional e Colonial*,¹⁷⁴ que redigiu para o II Congresso do Komintern em 1920, Lenin escreveu que:

[...] Em conformidade com a tarefa fundamental de combater a democracia burguesa e expor sua falsidade e hipocrisia, o Partido Comunista, como o reconhecido campeão da luta proletária para derrubar o jugo burguês, deve basear sua política, inclusive na questão nacional, não em princípios formais e abstratos, mas, primeiramente, em uma avaliação precisa da condição histórica específica [...] e, em segundo lugar, numa clara distinção entre os interesses das classes oprimidas, das pessoas trabalhadoras e exploradas, e o conceito geral dos interesses nacionais como um todo; e, em terceiro lugar, em uma igualmente clara distinção entre as nações sujeitas, oprimidas e dependentes e as nações soberanas, exploradoras e opressoras, a fim de contradizer as mentiras burguesas que dissimulam esta escravização colonial e financeira da vasta maioria da população do mundo por uma insignificante minoria dos países capitalista avançados mais ricos [...] Destas premissas fundamentais decorre que a política inteira da Internacional Comunista sobre as questões nacional e colonial devem se basear primariamente em uma união mais próxima dos proletários e das massas trabalhadoras de todas as nações e países para uma luta revolucionária conjunta para derrubar os donos de terra e a burguesia. Apenas esta união garantirá a vitória sobre o capitalismo, sem a qual a abolição da desigualdade e da opressão nacional é impossível [...] Consequentemente, hoje não é possível se limitar a um mero reconhecimento ou proclamação da necessidade de uma união mais próxima dos povos trabalhadores de todas as nações. É preciso se seguir uma política de alcançar uma aliança mais próxima possível da Rússia soviética com todos os movimentos de liberação nacional e colonial. A forma desta aliança deve ser determinada pelo grau de desenvolvimento do

¹⁷⁴ Lenin, 1960-1970z36.

movimento comunista no proletariado de cada país ou do movimento de liberação democrático-burguês dos trabalhadores e camponeses dos países e nações atrasadas [...] Os partidos comunistas devem prestar ajuda aos movimentos revolucionários dentre as nações dependentes e não privilegiadas (por ex., Irlanda, os negros americanos, etc.) e nas colônias. Sem esta última condição, que é particularmente importante, a luta contra a opressão das nações dependentes e das colônias, bem como o reconhecimento do seu direito de secessão, é apenas uma fachada falsa, como ficou evidenciado pelos partidos da II Internacional [... Há uma] necessidade de luta determinada contra as tentativas de dar uma tintura comunista a tendências de liberação democrático-burguesas. A Internacional Comunista deve apoiar movimentos nacionais democrático-burgueses nos países atrasados e coloniais apenas em condição que nestes países os elementos dos futuros partidos proletários, que serão comunistas não apenas no nome, sejam reunidos e treinados para entender suas tarefas específicas, *i.e.*, as tarefas da luta contra os movimentos democrático-burgueses em suas próprias nações. A Internacional Comunista deve fazer uma aliança temporária com a democracia burguesa nos países atrasados e colonizados, mas não deve se fundir com ela e deve, em todas as circunstâncias, manter a independência do movimento proletário, mesmo quando ele está em forma embriônica.¹⁷⁵

Estas propostas acima de Lenin clareiam muito sua posição sobre a relação que achava que os comunistas deveriam ter com a questão colonial. Ela é muito importante e não deve ser deixada de lado em favor de uma concentração no trabalho meramente com o proletariado dos países avançados. Na época do imperialismo fica mais clara a interpenetração da luta de classes e das lutas de liberação nacional e anticolonial. Ao mesmo tempo, em suas palavras finais acima, Lenin chama a atenção que, enquanto se pode fazer alianças temporárias com a burguesia democrático-burguesa na luta anticolonial comum, o movimento proletário não deve deixar se diluir dentro desses movimentos democrático-burgueses e deve manter sua independência e tarefas (luta pelo socialismo) particulares, que vão além das lutas por liberação nacional ou anticolonial. Isto está totalmente dentro do

¹⁷⁵ Lenin, 1960-1970z36, p. 145-146, 148-150.

espírito da famosa frase de Lenin (originalmente expressa na *Declaração do Conselho Editorial do Iskra*, de 1900, e repetida no livro *O Que Fazer?*, de 1902) contendo sua orientação para os comunistas ao fazerem alianças em geral: “Antes de nos unirmos, e para nos unirmos, é necessário começar por demarcar-nos clara e resolutamente”.¹⁷⁶

Prisão dos Povos [Tyur'ma Narodov]

A expressão *tyur'ma narodov* [“prisão dos povos”, às vezes traduzida como “prisão das nações”], que tinha se espalhado na Rússia no século XIX a partir do livro de viagem pela Rússia (*A Rússia em 1839*) do escritor francês Marquês de Custine (pseudônimo de Astolphe-Louis-Léonor), passou a ser usada por Lenin a partir de 1914 para analisar criticamente a superioridade dos chamados “grande russos” (os russos étnicos atuais) e a condição de inferioridade dos outros povos no Império (incluindo os chamados “pequeno russos”, ou os ucranianos atuais, e os “russos brancos”, ou os bielo-russos atuais). Assim, no artigo *Sobre o Orgulho Nacional dos Grande Russos* (publicado em 12 dez. 1914 no jornal *Sotsial-Democrat*), Lenin escreveu:

Permitam que nós, social-democratas grande russos, também tentemos definir nossa atitude frente a esta tendência ideológica [do chauvinismo]. Seria estranho se nós, representantes de uma nação dominante na parte mais oriental da Europa e em boa parte da Ásia, esquecêssemos a imensa importância da questão nacional, especialmente em um país que tem sido corretamente chamado de “prisão dos povos” [...] O sentido de orgulho nacional é estranho a nós, proletários grande russos conscientes de classe? Claro que não. Nós amamos nossa língua e nosso país, e estamos fazendo o máximo para elevarmos sua massa trabalhadora (*i.e.*, 9/10 de sua população) ao nível da consciência socialista e democrática [...] Nós estamos cheios de um senso de orgulho nacional e por isso nós *particularmente* odiamos *nosso* passado e present servis [...] “Nenhuma nação pode ser livre se oprime outras nações”, disseram Marx and Engels [...] E, plenos de sentido de orgulho nacional, nós, trabalhadores grande russos, queremos, custe o que custar, uma orgulhosa

¹⁷⁶ Lenin, 1960-1970z37, p. 354; Lenin, 1960-1970z14, p. 367.

Grande Rússia republicana, democrática, independente e livre, que baseie suas relações com seus vizinhos no princípio humano da igualdade [...] Não advogamos preservar nações pequenas a qualquer custo; *outras condições sendo iguais*, nós somos decididamente pela centralização e nos opomos ao ideal pequeno-burguês das relações federais. Entretanto, mesmo que nossas suposições estejam certas [...] não é nosso papel (ou de democratas e, principalmente, socialistas) ajudar os Romanov [...] a oprimir a Ucrânia, etc. [...] A revolução proletária conclama a uma educação prolongada dos trabalhadores no espírito da igualdade e fraternidades nacionais *mais completas*. Consequentemente, os interesses do proletariado grande russo requer que as massas sejam educadas para apoiar [...] igualdade completa e direito à autodeterminação para todas as nações oprimidas pelos grande russos. Os interesses do orgulho nacional dos grande russos (entendidos não no sentido servil) coincidem com os interesses *socialistas* dos proletários grande russos e de outras nacionalidades. Nosso modelo será Marx, que, depois de viver por décadas na Inglaterra e se tornar meio inglês, exigiu liberdade e independência nacional para a Irlanda no interesse do movimento socialista dos trabalhadores ingleses.¹⁷⁷

É importante notar que esta atitude de Lenin de, mesmo sendo grande russo, desprezar qualquer pretensão de superioridade dos grande russos sobre outras nações menores da Rússia não era meramente “da boca para fora” ou um artifício de retórica de alguém que estava na oposição e, portanto, não tinha interesses de Estado a zelar. Mesmo depois que chegou ao poder na Rússia, com a Revolução de Outubro, Lenin se preocupou em coibir atitudes de superioridade grande russa inclusive entre seus companheiros de partido. Assim, quando Stalin, Orjonikidze e Dzerzhinskii iniciaram uma campanha na Geórgia para reprimir sentimentos nacionais e autonomistas lá de maneira violenta, Lenin se posicionou contra isso em seu texto *A Questão das Nacionalidades ou “Autonomização”*.

Eu apenas tive tempo para uma conversa com o companheiro Dzerzhinskii, que chegou do Cáucaso e me disse como estavam as coisas na Geórgia [...] Se as coisas

¹⁷⁷ Lenin, 1960-1970z3, p. 102-106.

chegaram a tal ponto que Orjonikidze empregou violência física, podemos imaginar a confusão em que nos metemos [...] Disseram que era necessário um aparato unificado. De onde veio essa certeza? Não veio do mesmo aparato russo que [...] pegamos do czarismo e lubrificamos levemente com um óleo soviético? [...] É natural que em tais circunstâncias a “liberdade de secessão da União”, pela qual nos justificamos, seja um mero pedaço de papel incapaz de defender os não russos da pressão daquele homem realmente russo, o chauvinista grande russo, em essência, um tirano vigarista, tal como o típico burocrata russo é [...] Tivemos todo o cuidado necessário para realmente salvar os não russos contra o genuíno valentão russo? [...] Eu também temo que o companheiro Dzerzhinsky, que viajou ao Cáucaso para investigar o “crime” daqueles “socialistas nacionais” se distinguiu por sua mentalidade russa de verdade (sabe-se que as pessoas de outras nacionalidades que se russificaram exageraram em sua mentalidade russa) e a imparcialidade de toda a comissão foi tipificada pela “mão pesada” de Orjonikidze. Eu acho que nenhuma provocação ou insulto pode justificar tal violência [...] É por isso que o internacionalismo por parte das nações opressoras ou “grandes” [...] precisa consistir não apenas na observância da igualdade formal das nações mas até em uma desigualdade em relação à nação opressora, a nação grande, para compensar pela desigualdade que existe na prática. Quem não entende isso, não entendeu a atitude proletária de verdade sobre a questão nacional [...] O que é importante para o proletário? Para o proletário é não apenas importante mas absolutamente essencial que tenha certeza que os não russos confiem na luta de classes proletária. O que é necessário para assegurar isso? Não apenas mera igualdade formal. De uma maneira ou de outra, seja pelas atitudes seja pelas concessões, é necessário compensar os não russos pela falta de confiança, pelas suspeitas e insultos aos quais o governo da nação “dominante” os expôs no passado [...] Eis por que, neste caso, o interesse fundamental da solidariedade proletária, e conseqüentemente a luta de classes proletária, exige que nunca adotemos uma atitude [meramente] formal com a questão nacional, mas sempre levemos em conta a atitude específica do proletário da

nação oprimida (ou pequena) em relação à nação opressora (ou grande).¹⁷⁸

Excurso: divergência entre teoria e prática na URSS

Pela última passagem de Lenin acima, que foi quando os bolcheviques já tinham assumido o poder na Rússia, Lenin, mesmo depois da tomada do poder, manteve seu discurso de anos de que era preciso proteger as pequenas nações oprimidas da Rússia do poder opressor potencial de sua etnia mais numerosa, ou seja, os grande russos. Mas críticos (especialmente os anticomunistas) de Lenin chamam a atenção que, no processo de criação da URSS, Lenin teve que renegar, na prática, alguns de seus antigos princípios cardinais sobre a questão nacional.

O ponto a ser mais frontalmente violentado foi a negação de Lenin (e de muitos outros marxistas, como vimos, inclusive Rosa Luxemburgo) do *federalismo* (conceito muito associado ao anarquista Bakunin, para além de sua vertente tradicional liberal). Já vimos anteriormente as declarações de Lenin contra o federalismo, tanto em seu projeto de partido como em seu projeto de país, quando da época das discussões do II Congresso do POSDR. Muito depois, em 1913, Lenin reforçou sua posição antifederalista, em uma carta a S.G. Shahumyan: “Nós somos certamente a favor do centralismo democrático. Nós somos contra a federação [...] Nós somos, por princípio, contra a federação. Ela enfraquece os vínculos econômicos e não é um modelo adequado para um Estado unitário”.¹⁷⁹

A ironia é que quando chegaram ao poder os bolcheviques, pressionados pelas demandas autonomistas, estabeleceram a Rússia como uma federação. A constituição de 1918 deu o nome oficial ao país de “República Socialista *Federativa* Soviética da Rússia”. Era realmente uma federação formal, inclusive com diversas regiões autônomas. Com a criação oficial da URSS em 30 de dezembro de 1922, a RSFSR, junto com outras repúblicas federativas, se tornou uma das repúblicas constituintes da URSS, todas com o direito formal expresso de secessão. Os soviéticos, inclusive Lenin, tiveram que se render às pressões regionais e nacionais por autonomia e o compromisso (para evitar tentações independentistas) foi o federalismo.

As primeiras passagens em Lenin vislumbrando esta abertura para a possibilidade do federalismo estão contidas em seu livro *Estado e Revolução* (de 1917).

¹⁷⁸ Lenin, 1960-1970z35, p. 605-608.

¹⁷⁹ Lenin, 1960-1970z38, p. 500.

Abordando o assunto do ponto de vista do proletariado e da revolução do proletariado, Engels, como Marx, defendia o centralismo democrático, a república una e indivisível. Ele via a república federal ou como uma exceção e um obstáculo para o desenvolvimento ou como uma forma transitória da monarquia para a república centralizada, como um “passo adiante” em certas condições especiais. E, como uma destas condições, ele cita a questão nacional [...] Mesmo em relação à Inglaterra, onde as condições geográficas, a língua comum e a história de séculos pareciam ter “liquidado” a questão nacional nas pequenas divisões separadas da Inglaterra, mesmo em relação àquele país, Engels reconhecia o fato patente de que a questão nacional não era uma coisa do passado e, conseqüentemente, reconhecia que o estabelecimento de uma república federal seria um “passo adiante”. Naturalmente, não há a mínima evidência de que Engels estivesse abandonando a crítica das deficiências da república federalista ou que estivesse abandonando a luta e propaganda mais determinadas pela república democrática centralizada e unificada.¹⁸⁰

Estas palavras de Lenin denotam a mudança que estava havendo nos bolcheviques ao chegarem ao poder e se defrontarem com a imensa força centrífuga da questão nacional e das demandas autonomistas. Passaram ver a federação como uma possível forma transitória para uma futura tão almejada república “una e indivisível”. E o princípio federativo foi incluído na formação da República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR) em 1918, como vimos acima. A *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*, redigida com participação de Lenin em janeiro de 1918 e adotada pela Assembleia Constituinte, dizia em seu ponto 2, que “A república soviética da Rússia é [por meio desta] estabelecida com base no princípio de uma união livre de nações livres, como uma federação de repúblicas nacionais soviéticas”.¹⁸¹ Em seu VIII Congresso (de 1919), o partido bolchevique adotou um novo programa que assumia esta posição: “Como uma das formas de transição para uma unidade completa, o Partido recomenda uma amalgamação federal de Estados, organizados em padrão

¹⁸⁰ Lenin, 1960-1970z17, p. 451-452.

¹⁸¹ Lenin, 1960-1970z39, p. 423.

soviético”.¹⁸²

Críticos dirão que Lenin e os bolcheviques, em outros campos, não renegaram suas palavras de ordem anteriores *de jure*, mas as abandonaram de fato. Seria o caso tanto da autodeterminação dos povos quanto do direito de secessão das nações. Ambas eram antigas palavras de ordem de Lenin (e pomos de discórdia entre ele e Rosa Luxemburgo) e foram incorporadas explicitamente nos documentos partidários e em todas as constituições soviéticas, da primeira em 1918 à última de 1977.¹⁸³ A *Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia* (assinada por Lenin e por Stalin, como Comissário das Nacionalidades), emitida dias depois da tomada do poder pelos bolcheviques em 1917, estipulava “o direito dos povos da Rússia de dispor de seu próprio destino, incluindo o direito de secessão e estabelecimento de um Estado independente”.¹⁸⁴ Uma série de “secessões” e formação de Estados independentes se seguiriam a isso e seriam reconhecidas pelo novo governo soviético (*e.g.*, Lituânia, Estônia, Letônia, Polônia, Finlândia), mas os críticos dizem que os bolcheviques só aceitaram tais “secessões” por não terem força para evitá-las durante a guerra civil e externas que se seguiram e que outras regiões tentaram se separar e foram impedidas pelos bolcheviques (*e.g.*, Ucrânia, Geórgia), que usaram a questão de classe (dizer que o proletariado daquelas regiões não desejava a secessão) para evitar o independentismo nacional onde conseguiam.

Quanto à questão da autonomia (e uma medida de autogoverno local), que também era defendida por Lenin, dependendo da situação e em certas circunstâncias, a existência inteira da URSS foi um delicado equilíbrio entre o centralismo (defendido e preferido pelos bolcheviques) e as concessões feitas à heterogeneidade de um Estado multinacional com mais de cem nacionalidades diferentes em forma das chamadas repúblicas e regiões *autônomas* (*i.e.*, onde uma nacionalidade diferente da titular era esmagadora maioria e tinha então direito a ter escolas em sua língua e uma série de mecanismos de autogoverno local adaptados a essas especificidades nacionais).¹⁸⁵

¹⁸² *Apud* Stalin, 1953-1978b, p. 32 (que, aliás, é um dos melhores textos para se acompanhar esta evolução dos bolcheviques de negação à aceitação da federação para a Rússia soviética, juntamente com Aspaturian, 1950).

¹⁸³ Na constituição soviética de 1977, o artigo que garantia o direito de secessão era o 72. Ver também Tawatia, 1975, p. 177 (nota 2).

¹⁸⁴ *Apud* Aspaturian, 1950, p. 23.

¹⁸⁵ Para uma explicação do funcionamento destas repúblicas e regiões *autônomas* na URSS, ver Segrillo, 2020, p. 122.

Capítulo 4 – O Debate entre Lenin e Rosa Luxemburgo Sobre a Questão Nacional

Excurso inicial

Este capítulo será dedicado ao debate direto entre Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional, mas antes não podemos deixar de mencionar que os dois diferiam sobre outros campos importantes (alguns dos quais tangenciavam também a questão nacional). Entre os mais proeminentes, podemos citar: 1) a questão camponesa; 2) concepção de partido; 3) forma da ditadura do proletariado; 4) teoria do imperialismo.

Antes de entrarmos no debate sobre a questão nacional, vejamos esses quatro campos e guardemos os elementos que podem interagir com a problemática do nacionalismo.

1) A questão do campesinato

Luxemburgo e Lenin compartilhavam alguns pressupostos sobre o campesinato que eram comuns entre círculos marxistas da época e remontam ao próprio Marx. Mas tiravam conclusões e propostas políticas divergentes a partir desses pressupostos. Tanto Marx quanto Lenin e Luxemburgo desconfiavam do caráter conservador da classe camponesa. Os camponeses são um dos grupos sociais mais longevos da história da humanidade tendo resistido e sobrevivido a vários modos de produção distintos (escravismo, feudalismo, capitalismo, etc.). O fato de terem sobrevivido a tendências destruidoras quando muitos outros grupos (até mais fortes) desapareceram, torna os camponeses extremamente conservadores, temerosos de serem tragados nas ondas das transformações trazidas pelas novas sociedades. Agarram-se à sobrevivência do seu estilo tradicional de vida e resistem a mudanças. Ou seja, são basicamente conservadores por temor de desaparecerem com as novas transformações sociais.¹⁸⁶

Lenin chamava a atenção para o caráter pequeno-burguês do camponês russo.¹⁸⁷ Aqui é importante notar especificidades da história da Rússia. Ao contrário da abolição da escravidão no Brasil e nos EUA (onde escravos foram libertos literalmente “ao deus-dará”), com a abolição da servidão na Rússia em 1861, os camponeses *receberam terra!* É verdade que os lotes eram relativamente pequenos e tinham que ser pagos (em até 49 anos

¹⁸⁶ Marx, 1975-2004a, p. 187-188.

¹⁸⁷ Lenin, 1960-1970z19, p. 177.

de prazo), mas isso era o suficiente, segundo muitos autores, para dar um caráter nitidamente pequeno-burguês ao campesinato no país. De acordo com esse raciocínio, assim como o grande sonho de um quitandeiro não é terminar com a sua pequena propriedade privada mas sim se tornar dono de um supermercado, o sonho de grande parte desses pequenos camponeses era... ter mais terra ou se tornar um grande fazendeiro!

De maneira geral, Luxemburgo concordava com essas duas visões sobre o campesinato (a do conservarismo e a do espírito pequeno-burguês) e daí extraía suas conclusões políticas: o campesinato não era uma classe essencialmente revolucionária, frequentemente era contrarrevolucionário, não sendo assim um aliado confiável do proletariado.¹⁸⁸ Surpreendentemente, Lenin, partindo das mesmas premissas, propôs uma política de aliança política entre o proletariado e o campesinato. Devido à fraqueza numérica relativa do proletariado na Rússia, seria necessário trazer junto a maioria da população russa, que era camponesa. Obviamente o proletariado estaria na cabeça dessa aliança operário-camponesa, mas a maneira de arrastar o mar camponês na corrente da revolução seria através de uma reforma agrária que daria a terra aos camponeses *em usufruto*.¹⁸⁹

É importante notar que tanto Luxemburgo como Marx estavam conscientes dos momentos na história em que os camponeses se rebelaram ativamente (Engels, por exemplo, escreveu todo um livro sobre o assunto, *A Guerra Camponesa Alemã*, enfocando a revolta dos camponeses em 1524-1525). Entretanto, a tendência geral não era consistentemente revolucionária em épocas passadas e certamente não o era no capitalismo. Como colocou Luxemburgo, denotando a diferença entre a atuação dos camponeses na destruição do feudalismo e depois dentro do desenvolvimento do capitalismo:

O pequeno camponês francês se transformou no mais firme defensor da Grande Revolução Francesa, que lhe deu a terra confiscada aos emigrados. Como soldado de Napoleão, cruzou a Europa e destruiu o feudalismo em um país atrás do outro. Lenin e seus amigos poderiam esperar resultado semelhante de sua política agrária [de distribuição de terra aos camponeses na Rússia socialista]. Entretanto, agora que o camponês russo se tornou dono de sua própria terra, nem sonha em defender a Rússia ou a Revolução que lhe deu essa terra. Aferrou-se obstinadamente a suas novas posses e

¹⁸⁸ Luxemburgo, 2008e, p. 387.

¹⁸⁹ Lenin, 1960-1970z30.

abandonou a Revolução a seus inimigos [...].¹⁹⁰

Estas palavras, do ensaio *A Revolução Russa*, escritas por Luxemburgo na prisão em 1918 e que analisavam criticamente os passos iniciais da Revolução de 1917 na Rússia, mostra bem a diferença de opinião entre Rosa e Lenin sobre o papel do campesinato na luta pelo socialismo em geral e na Revolução Russa em particular. Enquanto Lenin via os camponeses, a despeito de seu caráter pequeno-burguês e frequentemente indeciso em termos revolucionários, como um potencial importante aliado do proletariado em uma aliança liderada pelo proletariado, Luxemburgo achava que os perigos de utilizar um aliado tão pouco confiável — que poderia resistir a medidas realmente socializantes e comunizantes em prol de manter sua pequena propriedade privada — eram grandes demais. Rosa era especialmente contra uma reforma agrária que “daria” terra aos camponeses, ou seja, era contra generalizar a propriedade privada da terra, mesmo a de pequena escala. Em *A Revolução Russa*, Luxemburgo resume assim a sua posição sobre essas questões:

Uma transformação socialista das relações econômicas pressupõe duas coisas no que concerne às relações agrárias. Em primeiro lugar, somente a nacionalização das grandes propriedades fundiárias, que possuem os meios e métodos de produção agrária tecnicamente mais concentrados e avançados, pode servir de ponto de partida para o modo socialista de produção no campo. Naturalmente, não é necessário tomar do pequeno camponês o seu lote de terra. Podemos deixar que ele seja convencido voluntariamente das vantagens superiores primeiro da união em cooperativas e depois, finalmente, de sua inclusão na economia socializada geral como um todo. De qualquer maneira, toda reforma econômica socialista no campo deve obviamente começar com as grandes e médias propriedades. Aqui a propriedade deve ser inicialmente transferida para a nação ou o Estado, o que, com um governo socialista, quer dizer a mesma coisa, pois apenas isso possibilitará a organização da produção agrícola de acordo com os requisitos da produção socialista de larga escala integrada. Além disso, em segundo lugar, um dos pré-requisitos para tal transformação é que a separação entre

¹⁹⁰ Luxemburgo, 2008e, p. 387.

economia rural e a indústria (que é tão característica da sociedade burguesa) seja superada por meio da mútua interpenetração e fusão de ambas, de modo a abrir caminho para a produção agrária e industrial de um ponto de vista unificado. Qualquer que seja a forma individual que esses arranjos econômicos práticos tomem (seja por comunas urbanas, como alguns propõem, seja dirigidos por um centro governamental), eles devem ser precedidos pela nacionalização da terra. A nacionalização das grandes e médias propriedades agrárias e a união da indústria e da agricultura — esses são os dois requisitos essenciais para qualquer reforma econômica socialista, sem a qual não há socialismo [...] Agora, a palavra de ordem lançada pelos bolcheviques (tomada e distribuição imediata da terra aos camponeses) necessariamente vai em direção oposta. Não apenas não é uma medida socialista, mas interrompe o caminho para tais medidas e cria obstáculos intransponíveis para a transformação socialista da agricultura. A tomada das propriedades fundiárias grandes pelos camponeses de acordo com o slogan de Lenin e seus amigos — “Tomem a terra para si!” — levou a uma súbita e caótica conversão da grande propriedade rural em propriedade camponesa. O que foi criado não foi uma propriedade social mas sim uma nova forma de propriedade privada com a fragmentação de grandes propriedades em pequenas e médias propriedades e transformação de unidades de produção grandes e relativamente avançadas em unidades pequenas que operam com meios técnicos dos tempos dos faraós! Pior ainda. Com essas medidas e a maneira puramente caótica e arbitrária de sua implementação, a diferenciação social pela propriedade fundiária, em vez de ser eliminada, foi aguçada. Apesar de os bolcheviques convocarem os camponeses a formarem comitês camponeses para colocar alguma forma de ordem coletiva na tomada das terras dos nobres, ficou claro que esse conselho geral não mudou nada na prática das relações reais de poder no campo. Com ou sem comitês, foram os camponeses abastados e os usuários constituindo a burguesia rural (que possui o poder de verdade na zona rural) que certamente foram os grandes beneficiários desta revolução agrária. Mesmo sem estar lá, qualquer um pode ver que, no curso da distribuição de

terra, a desigualdade econômica e social entre os camponeses não apenas não foi eliminada, mas aumentou; e os antagonismos de classe aumentaram. O câmbio de poder, entretanto, ocorreu contra os interesses do proletariado e do socialismo. Antes havia apenas uma pequena casta de nobres e burgueses proprietários da terra e uma pequena minoria da burguesia rural abastada para se oporem à reforma agrária socialista. Sua expropriação por um movimento revolucionário de massa do povo é uma brincadeira de criança. Mas agora, após a “tomada das terras”, aparecendo como oponentes de qualquer tentativa de socialização da produção agrária, há uma inédita e enorme massa poderosa de camponeses possuidores de terra que defenderão suas novas propriedades com unhas e dentes contra qualquer ataque.¹⁹¹

2) *Concepção de partido*

O debate clássico entre Lenin e Rosa Luxemburgo sobre suas concepções de partido se deu em uma famosa troca de ensaios escritos pelos dois sobre essa questão. Lenin, nas vésperas do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) de 1903, lançou o seu livro *O Que Fazer?* (publicado em março de 1902), em que descrevia a concepção de partido que a social-democracia russa, segundo ele, deveria adotar. Continuou essa descrição em sua obra escrita imediatamente posterior ao II Congresso, que se intitulava *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás* (publicada em maio de 1904). Rosa comentou essas concepções de Lenin em seu artigo de 1904, *Questões Organizacionais da Social-Democracia Russa*, que seria publicada na revista alemã *Neue Zeit* e no jornal russo *Iskra*. Lenin responderia a essas críticas de Luxemburgo em um artigo intitulado *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás (Resposta de N. Lenin a Rosa Luxemburgo)*, que enviou em 1904 para ser publicado na revista *Neue Zeit*. A revista, editada por Karl Kautsky, não publicaria esse artigo de Lenin.¹⁹²

Lenin, tanto em seu texto de antes do II Congresso do POSDR, *O Que Fazer?*, quanto em seu ensaio pós-II Congresso, *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, defendeu que, nas condições do estado policial do czarismo absolutista, com sua censura e repressão intensas, o partido da

¹⁹¹ Luxemburgo, 2008e, p. 385-387.

¹⁹² Estas obras podem ser vistas respectivamente em: Lenin, 1960-1970z14; Lenin 1960-1970z12; Luxemburgo, 2008c; Lenin, 1960-1970z31.

social-democracia russa deveria ser um partido centralizado, com uma disciplina férrea, e formado por “revolucionários profissionais”, ou seja, por uma mescla de trabalhadores e intelectuais que dedicariam suas vidas à revolução, numa tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e intelectual no labor da revolução no interior do partido. Ou seja, propunha um partido de quadros. No II Congresso do POSDR, Lenin se opôs à concepção dos mencheviques que queriam um partido mais aberto, inclusive à participação de “simpatizantes”: dizia que um partido clandestino muito aberto seria facilmente desbaratado pela polícia. Novamente aqui é preciso lembrar que, na época do II Congresso do POSDR, em 1903, o czarismo era ainda absolutista e não era legal a existência de partidos políticos.

Rosa Luxemburgo se opôs a esse modelo ultracentralizado de partido político proposto por Lenin em seu artigo *Questões Organizacionais da Social-Democracia Russa*. Nele abordava vários outros aspectos do pensamento de Lenin, mas, sobre a questão do modelo partidário especificamente, Rosa criticava a porta que ele abria para a criação de uma elite intelectual partidária que, em virtude de sua posição de dominância, poderia passar a dirigir o partido despoticamente.

Os socialistas russos são obrigados a empreender tal tarefa [de construir um partido] sem o benefício das garantias formais encontradas normalmente em uma constituição democrática burguesa. Não dispõem da matéria prima política que em outros países é fornecida pela própria sociedade burguesa. Como Deus Todo Poderoso, deverão criar sua organização do nada, por assim dizer. Como efetuar a transição de um tipo de organização característica do estágio preparatório do movimento socialista — geralmente grupos e clubes locais desconectados tendo a propaganda como atividade principal — à unidade de um grande corpo nacional apropriado para concertada ação política por todo o vasto território governado pelo Estado russo? Este é o problema específico sobre o qual a social-democracia russa tem se debruçado há algum tempo. Autonomia e isolamento são as características mais pronunciadas do tipo organizacional antigo. É, por isso, compreensível que a palavra de ordem de pessoas que queiram ter uma organização de escala nacional seja “Centralismo!” [...] *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, escrito por Lenin, um notável membro do grupo Iskra, é uma exposição metódica das concepções da tendência

ultracentralista do movimento russo. O ponto de vista, apresentado com vigor e lógica incomparáveis neste livro, é de implacável centralismo. Colocada como princípio está a necessidade de selecionar, e constituir como um corpo separado, todos os revolucionários ativos em distinção à massa desorganizada (apesar de revolucionária) que cerca essa elite. A tese de Lenin é que o Comitê Central do partido deve ter o privilégio de nomear todos os comitês locais partidários [...] Deve ter também o direito de impor a eles as regras prontas de conduta partidária. Deve ter o direito de julgar, sem apelação, questões como a dissolução e reconstituição das organizações locais. Desse modo, o Comitê Central determinaria a composição dos órgãos superiores do partido. O Comitê Central seria o único órgão pensante do partido; os outros grupos seriam os membros executores [...] De modo geral, é inegável que é inerente, na social-democracia, a tendência à centralização. Essa tendência deriva da constituição econômica do capitalismo, que é essencialmente um fator centralizador. O movimento social-democrático executa suas atividades em grandes cidades burguesas. Sua missão é representar, dentro das fronteiras do Estado nacional, os interesses de classe do proletariado e opor esses interesses aos de todos os interesses de grupos localistas. Assim, de modo geral, a social-democracia é hostil a qualquer manifestação de localismo ou federalismo. Ela procura unir todos os trabalhadores e todas as organizações de trabalhadores em um só partido, independentemente das divisões nacionais, religiosas ou ocupacionais que existam entre eles. A social-democracia abandona esse princípio, e se curva ao federalismo, apenas em circunstâncias excepcionais, como no caso do Império Austro-Húngaro. Fica claro que a social-democracia russa não deve se organizar como um conglomerado federativo de muitos grupos nacionais. Deve, ao contrário, se tornar um partido único para todo o vasto Império [Russo]. Entretanto, esta não é a questão em consideração aqui. O que devemos discutir é o grau de centralização necessário dentro deste partido russo único e unificado tendo em vista as condições peculiares em que terá que atuar [...] O movimento social-democrático é o primeiro na história da sociedade de classes que conta, em todas suas

fases, com a organização e a ação independente e direta das massas. Por isso, a social-democracia cria um tipo organizacional que é completamente diferente do que era prevalente nos movimentos revolucionários anteriores, tais como os jacobinos e os seguidores de Blanqui. Lenin parece menosprezar esse fato quando apresenta, em seu livro (página 140), a opinião de que o social-democrata revolucionário nada mais é que “um jacobino indissolúvelmente ligado à organização do proletariado, que se tornou consciente de seus interesses de classe”. Para Lenin, a diferença entre social-democracia e blanquismo é reduzida à observação de que, em lugar de um bando de conspiradores, temos o proletariado com consciência de classe. Ele esquece que essa diferença implica uma completa revisão de nossas ideias sobre organização e, assim, uma concepção inteiramente nova de centralismo e das relações existentes entre o partido e a luta [de classes]. O blanquismo não contava com a ação direta da classe trabalhadora. Não necessitava, portanto, de organizar o povo para a revolução. Esperavam que o povo fizesse seu papel apenas durante a revolução. A preparação para a revolução deveria ser conduzida apenas por um pequeno grupo de revolucionários armados para o golpe de Estado. Na realidade, para assegurar o sucesso da conspiração revolucionária, era considerado mais sábio manter as massas à distância dos conspiradores. Tal concepção podia ser mantida pelos blanquistas apenas porque não havia nenhum contato próximo entre a atividade conspiratória da sua organização e a luta diária das massas populares. As táticas e as tarefas concretas dos revolucionários blanquistas tinham pouca conexão com a luta de classes elementar. Elas eram livremente improvisadas. Em consequência, os membros comuns da organização eram meros executores de ordens preestabelecidas fora de sua esfera. Eles se tornaram instrumentos do Comitê Central. Aqui nós temos a segunda peculiaridade do centralismo conspiratório: submissão absoluta e cega das seções do partido à vontade do centro, e a extensão dessa autoridade por todas as partes da organização. Entretanto, a atividade social-democrática é executada em condições radicalmente diferentes. Ela nasce historicamente da luta de classes elementar. Ela se espalha e desenvolve de acordo com a

seguinte contradição dialética. O exército proletário é recrutado e se torna cômico de seus objetivos no curso da própria luta. A atividade da organização partidária, o crescimento da consciência proletária dos objetivos da luta e a luta em si não são coisas separadas cronológica e mecanicamente. São apenas diferentes aspectos da mesma luta. Assim, não existe, para a social-democracia, um conjunto detalhado de táticas que o Comitê Central possa ensinar aos membros do partido como se fossem tropas instruídas em campos de treinamento. Além disso, o alcance da influência do partido socialista está constantemente flutuando com as subidas e descidas da luta no curso da qual a organização é criada e se desenvolve. Por isso, o centralismo social-democrático não pode ser baseado na obediência mecânica e cega dos membros do partido em relação ao centro de liderança partidária. Por isso, a social-democracia não pode permitir a criação de uma separação estanque entre o núcleo consciente de classe do proletariado no partido e seu ambiente popular imediatamente circundante das seções do proletariado não filiadas partidariamente. Os dois princípios em que se baseia o centralismo de Lenin são precisamente estes: [1] a subordinação cega, no menor detalhe, de todos os órgãos do partido ao centro partidário, que é o único a pensar, guiar e decidir por todos; [2] a rigorosa separação do núcleo organizado de revolucionários do seu ambiente circundante social-democrático. Tal centralismo é uma transposição mecânica dos princípios organizacionais do blanquismo para o movimento de massas da classe trabalhadora socialista.¹⁹³

3) *Forma de ditadura do proletariado*

Lenin, em seu livro *Estado e Revolução*, colocava a democracia como algo que, a exemplo do Estado, seria superada juntamente com o capitalismo na passagem ao socialismo/comunismo.

Raciocinando a respeito do Estado, repete-se constantemente o erro contra o qual Engels nos põe de sobreaviso e que, de passagem, indicamos mais atrás: esquece-

¹⁹³ Luxemburgo, 2008c, p. 123-127.

se que a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o definhamento do Estado é o definhamento da democracia. À primeira vista, essa afirmação parece estranha e ininteligível; alguns poderiam mesmo rezear que nós desejássemos o advento de uma ordem social em que caísse em desuso o princípio da submissão da minoria à maioria, que, ao que se diz, é o princípio essencial da democracia. Mas, não! A democracia não se identifica com a submissão da minoria à maioria. A democracia é um *Estado* que reconhece a subordinação da minoria pela maioria, isto é, a organização da violência sistematicamente exercida por uma classe contra outra, por uma parte da população contra a outra. Nosso objetivo final é a supressão do Estado, isto é, de toda violência, organizada e sistemática, de toda coação sobre os homens em geral. Não desejamos o advento de uma ordem social em que caducasse o princípio da submissão da minoria à maioria. Mas, em nossa aspiração ao socialismo, temos a convicção de que ele tomará a forma do comunismo e que, em consequência, desaparecerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um homem a outro, de uma parte da população à outra. Os homens, com efeito, habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimento nem subordinação. Para salientar esse elemento de adaptação, Engels fala da nova geração “educada em uma nova sociedade de homens livres e iguais” e que “poderá livrar-se de todo aparato governamental”, de qualquer forma de Estado, inclusive a República democrática.¹⁹⁴

Mais adiante no texto, Lenin destrinchará o conceito de “ditadura do proletariado” e explorará a sua relação com a democracia.

Marx escreveu: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, situa-se o período de transformação revolucionária da primeira para a segunda. A este período corresponde um outro, de transição política, em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado”. Esta conclusão de Marx repousa sobre a análise

¹⁹⁴ Lenin, 1960-1970z17, p. 460-461.

do papel desempenhado pelo proletariado na sociedade capitalista, sobre a evolução dessa sociedade e a incompatibilidade dos interesses do proletariado e da burguesia. Antigamente, a questão era posta assim: para conseguir emancipar-se, o proletariado deve derrubar a burguesia, apoderar-se do poder político e estabelecer a sua ditadura revolucionária. Agora, a questão se põe de modo um pouco diferente: a passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista é impossível sem um “período de transição política” em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado. Qual é a relação desta ditadura com a democracia? [...] A sociedade capitalista, considerada nas suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na República democrática. Mas, essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos. A liberdade na sociedade capitalista continua sempre a ser, mais ou menos, o que foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão. Os escravos assalariados de hoje, em consequência da exploração capitalista, vivem de tal forma acobardados pelas necessidades e pela miséria, que nem tempo têm para se ocupar de “democracia” ou de “política”; no curso normal e pacífico das coisas, a maioria da população se encontra afastada da vida política e social [...] A democracia para uma ínfima minoria, a democracia para os ricos — tal é a democracia da sociedade capitalista. [...] Mas, a passagem dessa democracia capitalista, inevitavelmente mesquinha, que exclui sorrateiramente os pobres e, por consequência, é hipócrita e mentirosa, “para uma democracia cada vez mais completa”, não se opera tão simples nem tão comodamente como o imaginam os professores liberais e os oportunistas pequeno-burgueses. Não; o progresso, isto é, a evolução para o comunismo, se opera através da ditadura do proletariado, e não pode ser de outro modo, pois não há outro meio que a ditadura, outro agente que o proletariado, para quebrar a resistência dos capitalistas exploradores. Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos

opressores, não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir-lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar a sua resistência pela força; ora, é claro que onde há esmagamento, onde há violência, não há liberdade, não há democracia [...] A democracia para a imensa maioria do povo e a repressão pela força da atividade dos exploradores, dos opressores do povo, por outras palavras, a sua exclusão da democracia — eis a transformação que sofre a democracia no período de transição do capitalismo ao comunismo. Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes, isto é, quando não houver mais distinções entre os membros da sociedade em relação à produção, só então é que “o Estado deixará de existir e se poderá falar de liberdade”. Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção alguma. Só então a democracia começará a definhir — pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores, da selvageria, da insânia, da ignomínia inominável da exploração capitalista, os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social, de todos conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama Estado [...] A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente completa, e, quanto mais completa for, mais depressa se tornará desnecessária e

por si mesma desaparecerá.¹⁹⁵

Como se vê acima, Lenin tem uma relação complexa com o conceito de democracia no nível teórico. O livro *Estado e Revolução* foi redigido antes da Revolução de 1917. Pelo lado da prática, depois da Revolução de Outubro, houve um episódio que despertou a crítica de Rosa Luxemburgo em relação ao conceito de Lenin sobre a relação entre a democracia e a ditadura do proletariado. Foi o fechamento da Assembleia Constituinte, eleita em novembro de 1917, com os bolcheviques conseguindo apenas cerca de um quarto dos votos e posicionados em minoria. Rosa criticaria o autoritarismo dessa medida como um sinal de que Lenin estaria compreendendo mal o sentido real da ditadura do proletariado. Luxemburgo formularia essas críticas em seu texto *A Revolução Russa*.

Mas a Assembleia Constituinte e o direito de voto não esgotam a questão: é preciso considerar ainda a supressão das garantias democráticas essenciais a uma vida pública sadia e à atividade política das massas trabalhadoras: liberdade de imprensa, direito de associação e de reunião, que foram abolidos para todos os adversários do governo soviético [...] É um fato patente, incontestável que, sem liberdade ilimitada de imprensa, sem possibilidade de se associar e de se reunir, o domínio político pelas grandes camadas populares é totalmente impensável. Lenin diz: o Estado burguês é um instrumento para oprimir a classe operária; o Estado socialista, um instrumento para oprimir a burguesia. Que este é, por assim dizer, o Estado capitalista posto de cabeça para baixo. Esta concepção simplista negligencia o essencial: a dominação de classe da burguesia não requer a educação nem a formação política de toda a massa do povo, pelo menos não além de certos limites estreitamente traçados. Para a ditadura do proletariado esta educação é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver [...] A liberdade apenas para aqueles que apoiam o governo, apenas para os membros de um partido (por mais numeroso que seja) absolutamente não é liberdade. A liberdade é sempre e exclusivamente para aqueles que pensam diferente. Isso não devido a alguma concepção fanática de “justiça”, mas porque tudo que é instrutivo,

¹⁹⁵ Lenin, 1960-1970z17, p. 464-468.

saudável e purificante na liberdade política depende dessa condição especial e sua efetividade desaparece tão logo essa “liberdade” se converta em um privilégio especial [...] O pressuposto tácito da teoria da ditadura, segundo Lenin/Trotski, consiste no seguinte: a transformação socialista seria uma coisa para a qual o partido revolucionário tem no bolso uma receita pronta que bastaria em seguida aplicar com energia. Infelizmente, ou, se se quiser, felizmente, não é assim. Bem longe de ser uma soma de prescrições inteiramente prontas que bastaria aplicar, a realização prática do socialismo como sistema econômico, social e jurídico é uma coisa totalmente envolta nas brumas do futuro. O que temos em nosso programa são apenas alguns grandes marcos orientadores que indicam a direção em que devem ser procuradas as medidas a tomar, indicações, aliás, de caráter sobretudo negativo. Sabemos mais ou menos o que suprimir primeiro para deixar o caminho livre à economia socialista. Em contrapartida, nenhum programa socialista, nenhum manual de socialismo pode indicar de que tipo serão as milhares de medidas concretas, práticas, grandes e pequenas, que é preciso tomar a cada passo para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais. Não é uma lacuna, mas, ao contrário, é precisamente a vantagem do socialismo científico sobre o utópico. O sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora da sua realização, resultando do fazer-se da história viva que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas, contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas não o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência é capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Apenas uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a força criadora, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados

de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual [...] O que ocorre no plano político vale também para o econômico e o social. É preciso que toda a massa do povo participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete. Controle público é absolutamente necessário. Senão a troca de experiências permanece no círculo fechado dos funcionários do novo governo [...] Ninguém o sabe melhor, nem o descreve mais convincentemente, nem o repete com mais obstinação do que Lenin. Só que ele se engana completamente quanto aos meios. Decretos, poder ditatorial dos capatazes, punições draconianas, terror, são apenas paliativos. O único caminho que leva ao renascimento é a própria escola da vida pública, a mais ampla e ilimitada democracia, opinião pública. É justamente o terror que desmoraliza [...] O erro fundamental da teoria de Lenin-Trotsky é que precisamente eles opõem, tal como Kautsky, a ditadura à democracia. “Ditadura ou democracia”, assim é posta a questão, tanto pelos bolcheviques quanto por Kautsky. Este se manifesta naturalmente pela democracia, isto é, pela democracia burguesa, visto ser a alternativa que propõe à transformação socialista. Em contrapartida, Lenin e Trotsky manifestam-se pela ditadura em oposição à democracia e, assim sendo, pela ditadura de um punhado de pessoas, isto é, pela ditadura burguesa. Esses dois pólos opostos estão igualmente afastados da verdadeira política socialista. Quando o proletariado toma o poder não pode nunca, segundo o bom conselho de Kautsky, renunciar à transformação socialista, sob o pretexto de que “o país não está maduro”, e consagrar-se apenas à democracia, sem se trair a si mesmo e sem trair a Internacional e a revolução. Ele tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais brutal, por conseguinte, de exercer a ditadura, mas a ditadura da classe, não a de um partido ou de uma camarilha; ditadura da classe, isto significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites [...] A tarefa histórica

do proletariado, quando toma o poder, é instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa e não suprimir toda democracia. A democracia socialista não começa somente na Terra Prometida, quando tiver sido criada a infraestrutura da economia socialista, como um presente de Natal, já pronto, para o bom povo que, entretanto, apoiou fielmente o punhado de ditadores socialistas. A democracia socialista começa com a destruição da dominação de classe e a construção do socialismo. Ela começa no momento da conquista do poder pelo partido socialista. Ela nada mais é que a ditadura do proletariado. Perfeitamente: ditadura! Mas esta ditadura consiste na maneira de aplicar a democracia, não na sua supressão, ela se manifesta nas intervenções enérgicas e resolutas pondo em causa os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa; sem isso a transformação socialista não pode ser realizada. Mas esta ditadura precisa ser obra da classe e não de uma pequena minoria que dirige em nome da classe, quer dizer, ela deve, a cada passo, resultar da participação ativa das massas, ser imediatamente influenciada por elas, ser submetida ao controle do público em seu conjunto, emanar da formação política crescente das massas populares.¹⁹⁶

4) *Teoria do imperialismo*

Rosa Luxemburgo e Lenin escreveram duas das mais marcantes obras sobre o imperialismo dentro do campo marxista, respectivamente, *A Acumulação do Capital e Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. As duas obras já foram descritas em partes anteriores do presente texto, quando analisamos a vida e obra em geral desses dois autores. Assim, não precisamos entrar em detalhes sobre as duas. Basta relembrar que Lenin identifica o imperialismo com uma fase particular (monopolista) do capitalismo em que há uma compulsão, entre as potências imperialistas, de exportação não apenas de mercadorias mas também de capital e há uma partilha colonial do mundo por essas potências para melhor assegurar esse processo. Já Rosa Luxemburgo, em sua obra magna, vai mais longe e apresenta o impulso para o imperialismo (absorção de territórios não capitalistas) como umbilicalmente ligado com e necessário para a própria realização da mais-

¹⁹⁶ Luxemburgo, 1991b, p. 90-96. Cf. Luxemburgo, 2008e, p. 399-405.

valia capitalista *em geral*.

Luxemburgo escreveu sua obra sobre o imperialismo antes que Lenin redigisse a dele. Assim, Lenin teve a primeira oportunidade para concordar ou discordar da posição da outra figura marxista. De maneira geral, apesar de compartilhar de muitos dos pressupostos marxistas de Luxemburgo em sua análise, Lenin discordou firmemente das conclusões principais e mais controversas do livro de Luxemburgo, em especial, da colocação de que, sem as terras ou esferas não capitalistas, as sociedades capitalistas não poderiam ter expansão capitalista autônoma. Lenin planejou escrever um texto (crítica ou resenha) contradizendo tais posições de Luxemburgo, mas isso acabou não se realizando. Entretanto, os rascunhos de Lenin para tal projeto se quedaram nos arquivos e podem ser consultados pelos pesquisadores.¹⁹⁷

Palavras finais do excuro inicial

As divergências teóricas expostas sobre as questões acima não devem levar automaticamente a crer que as relações entre Rosa Luxemburgo e Lenin tenham sido linearmente antagonísticas. Isso variou no tempo. É preciso também distinguir o que são divergências teóricas e o que são antagonismos políticos ou pessoais. Luxemburgo e Lenin eram animais políticos que baseavam sua atuação prática em profunda base teórica (marxista, é claro). Divergir em debates, naqueles círculos marxistas revolucionários da época, não denotava necessariamente simpatias ou antipatias pessoais. Eram lutas de ideias e concepções políticas.

Sem exagero, poder-se-ia dizer que, na maior parte do tempo, Luxemburgo e Lenin mantinham relações que incluíam, mesmo em épocas de discordâncias, certa atitude de admiração recíproca pelo potencial intelectual e político do outro.

O período de maior afastamento entre os dois foi por volta do ano de 1903, quando ocorreu o II Congresso do POSDR e a cisão entre os mencheviques e os bolcheviques (estes liderados por Lenin). Logo depois, Luxemburgo escreveu seu artigo *Questões Organizacionais da Social-Democracia Russa* em que atacava frontalmente a concepção de partido ultracentralizado de Lenin. Este responderia duramente. Até ali (ou seja, no final do século XIX) a relação (à distância e sem muito contato pessoal) entre os dois não incluía inimizade ou grandes disputas, já que Lenin apreciava a luta de Rosa contra os revisionistas alemães capitaneados por Eduard

¹⁹⁷ Ver Lenin, 1960-1970, vol. 35, p. 94 e Lenin, 1933.

Bernstein. A disputa entre os dois em 1903-1904 seria em grande parte revertida com a eclosão da Revolução de 1905 no Império Russo. Os dois voltariam de seus “exílios” no exterior à Rússia e à Polônia e participariam dos eventos. Inclusive, nos estertores finais do processo, se encontraram já quase em retirada, na Finlândia, por cerca de duas semanas no final de agosto e início de setembro de 1906. Rosa, que só tinha encontrado Lenin antes pessoalmente em 1901 em Munique (por intermédio de Parvus), passou muitas horas discutindo amigavelmente com ele durante essa estada na Finlândia. É importante notar que a Revolução de 1905 aproximou não apenas Rosa, mas também seu partido polonês do SDKPiL como um todo dos bolcheviques. Se no II Congresso de 1903 a posição ultracentralista de Lenin tinha alienado Rosa e o SDKPiL, a revolução de 1905 os aproximou e, no IV Congresso do POSDR em 1906 (o chamado “Congresso Reunificador” entre bolcheviques e mencheviques, em Estocolmo), o SDKPiL oficialmente se ligou ao POSDR.

Rosa e Lenin se encontrariam pessoalmente de novo no V Congresso do POSDR em 13 maio-10 junho de 1907 em Londres e no Congresso de Stuttgart de 18-24 agosto de 1907 da II Internacional (onde, neste último, apresentaram conjuntamente uma emenda à resolução do Congresso sobre a guerra). De maneira geral, as relações entre os dois estiveram relativamente boas de 1906 a 1912. Em 1912 e 1913, Lenin escreveu duas fortes críticas a Rosa Luxemburgo. Em 1912, Lenin criticou em uma carta pública (que não chegou a ser publicada pelo jornal do SPD, *Vorwärts*) a posição dela no partido alemão de apoiar a expulsão de Karl Radeck do SDKPiL, e também redigiu uma nota (publicada em um órgão de imprensa partidária) criticando a perseguição aos chamados “rebeldes de Varsóvia” pelo Comitê Central do SDKPiL.¹⁹⁸ Mesmo depois desse episódio, Rosa Luxemburgo não guardou rancor pessoal de Lenin, mantendo ainda o clima mais próximo de Lenin (como bolchevique) que dos mencheviques. Foi somente no fim de 1913, com a disputa no Bureau da Internacional, que a coisa azedou mais explicitamente entre eles. Nesse episódio, Rosa Luxemburgo pediu ao Bureau da II Internacional para analisar o problema da divisão entre bolcheviques e mencheviques no POSDR, que tinha piorado em 1912-1913. Lenin não gostou, pois ela não tomou o partido dos bolcheviques e insistia em tentativas de aproximação ou reunificação entre os dois lados. Seria realizada essa reunião de discussão em julho de 1914.¹⁹⁹

O azedume entre os dois diminuiria com a eclosão da Primeira

¹⁹⁸ Nettl, 1974, p. 422 e 424. Cf. Lenin, 1960-1970, vol. 18, p. 483.

¹⁹⁹ Nettl, 1974, p. 425-430.

Guerra Mundial no final de julho de 1914. Os dois estariam entre as vozes mais veementes contra a traição que os partidos social-democratas tradicionais fizeram dos ideais internacionalistas ao apoiarem os créditos de guerra para seus governos nacionais. Essa atuação militante durante a guerra aproximaria os seus campos novamente. A eclosão da Revolução de Outubro de 1917 teria um efeito ambíguo na relação íntima dos dois. Em público, Rosa Luxemburgo seria uma das maiores defensoras da Revolução Russa como um avanço em direção ao socialismo da social-democracia russa em comparação com a “traição” da social-democracia alemã durante a guerra. Privadamente, Rosa escreveu, na prisão na Alemanha em 1918, o manuscrito *A Revolução Russa* (que só seria publicado postumamente por Paul Levi), em que, ao lado de elogiar a coragem e arrojo dos bolcheviques em tomarem o poder e procurarem avançar ao socialismo, tecia fortes críticas a várias das medidas autoritárias iniciais dos bolcheviques como equivocadas. O mal estar que isso causou em Lenin logo se dissiparia, pois Luxemburgo, após participar da fundação do Partido Comunista Alemão, em 1919 seria assassinada. Lenin a consideraria publicamente uma mártir da causa do socialismo mundial.²⁰⁰

Rosa Luxemburgo e Lenin diretamente sobre a questão nacional

Passado esse excursus inicial sobre questões paralelas, podemos agora adentrar o terreno da discussão direta entre Luxemburgo e Lenin especificamente sobre o problema do nacionalismo. Sobre a discussão dos textos em que houve um diálogo direto entre eles especificamente sobre a questão nacional, podemos notar o seguinte “itinerário” das interações entre os dois no tempo.

1) O pontapé inicial será dado por Lenin em 1902-1903, quando escreveu diversos textos sobre a questão nacional em especial para defender o ponto do projeto de programa de partido que a redação do jornal *Iskra* defendia para ser adotado no II Congresso do POSDR em 1903. Era o que seria o futuro ponto 9 do programa, que defendia a autodeterminação dos povos (nações). O principal ensaio seria “A Questão Nacional em Nosso Programa”, mas Lenin abordaria o tema, por diversas facetas, em vários outros textos, tais como “Sobre o Manifesto da Liga dos Social-Democratas Armênios” e “A Posição do Bund em Nosso Partido”.

²⁰⁰ Nettl, 1974, p. 296-297, 393-394, 398, 417 e 422-428. Lenin, 1960-1970, vol. 33, p. 210.

2) Luxemburgo criticaria essa posição de Lenin e dos bolcheviques de colocar um ponto explícito no programa do partido sobre a autodeterminação dos povos. Faria isso em diversos escritos esparsos, mas, de modo teoricamente mais denso e embasado, na série de artigos que escreveu sobre a questão nacional e a autonomia na revista *Przegląd Socjaldemokratyczny* em 1908-1909, em especial no texto “O Direito dos Povos à Autodeterminação”.

3) Lenin responderia essas críticas de Luxemburgo em séries de artigos que escreveu em 1913-1914, entre as quais as principais seriam “O Direito das Nações à Autodeterminação” e “Observações Críticas Sobre a Questão Nacional”.

4) Durante a guerra, Luxemburgo escreveria, na prisão, em abril de 1915 um panfleto (“A Crise da Social-Democracia”) sob o pseudônimo “Junius”. Publicado em Zurique com a data de 2 de janeiro de 1916, a brochura conteria observações sobre a questão nacional e autodeterminação dos povos. Sem saber ainda que Rosa Luxemburgo era a autora, Lenin respondeu (com críticas às posições do autor sobre a questão nacional) com um texto intitulado “O Panfleto Junius”. Também, mais ou menos na mesma época e baixo o mesmo impulso, Lenin criticaria a posição dos correligionários de Rosa Luxemburgo em seu partido polonês e na conferência de Zimmerwald que se opunham a qualquer movimento de autodeterminação ou independência dos poloneses. Faria isso especialmente no texto “A discussão Sobre a Autodeterminação Sumariada”.

5) Rosa Luxemburgo escreveria um capítulo em seu livro “A Revolução Russa” (publicado postumamente) criticando a política dos bolcheviques sobre as nacionalidades após terem tomado o poder.

6) Com a morte, por assassinato, de Luxemburgo, Lenin encerraria sua discussão com Luxemburgo sobre a questão nacional. Em um de seus últimos pronunciamentos sobre Luxemburgo (uma espécie de elogio fúnebre da mesma), ao lado dos elogios faria uma observação crítica sobre a questão nacional em Luxemburgo.

Vamos a seguir ver, em detalhes cada uma das etapas acima do intercâmbio direto entre Rosa Luxemburgo e Lenin especificamente sobre a questão nacional

O pontapé inicial: os artigos de Lenin em 1902-1903 defendendo um ponto específico no programa do partido sobre a autodeterminação das nações

Em 1903 ocorreria o II Congresso do Partido Operário Social-

Democrata da Rússia em que deveria ser adotado um novo programa para o POSDR. Lenin, juntamente com o resto da redação do jornal Iskra, propusera um projeto de programa que continha um ponto específico defendendo “a autodeterminação dos povos”. Este ponto ensejara críticas “à direita e à esquerda” na social-democracia. Tomando os social-democratas poloneses, por exemplo, o mais “direitista” PPS (Partido Socialista Polonês, que insistia na questão nacional e defendia a independência da Polônia do Império Russo) acusava a formulação do ponto de ser vaga demais e, portanto, inútil. Enquanto isso, os mais “esquerdistas” correligionários de Rosa Luxemburgo no SDKPiL criticavam a formulação pelo lado contrário, dizendo que ela abria o flanco a veleidades nacionalistas e ao perigo da infiltração da ideologia do nacionalismo burguês no movimento operário. Em artigo intitulado “A Questão Nacional em Nosso Programa”, no jornal Iskra de 15 de julho de 1903, Lenin defenderia a insistência em um ponto explícito no programa do partido para a “autodeterminação das nações”.

Em nosso projeto de programa para o partido, colocamos a demanda por uma república com constituição democrática que garanta, entre outras coisas, o “reconhecimento do direito à autodeterminação a todas as nações que formam o Estado”. Muitos acharam que esta demanda em nosso programa não estava suficientemente clara [...] Os social-democratas sempre combaterão todas as tentativas de influenciar a autodeterminação nacional de fora por maneira violenta ou injusta. Entretanto, nosso reconhecimento sem reservas da luta pela liberdade da autodeterminação de maneira alguma nos compromete a apoiar todas as demandas por autodeterminação. Como o partido do proletariado, o partido social-democrata considera como sua tarefa positiva principal desenvolver a autodeterminação do proletariado em cada nacionalidade em vez da [autodeterminação] de povos ou nações. Devemos sempre trabalhar para a unidade próxima do proletariado de todas as nacionalidades e é apenas em casos excepcionais e isolados que devemos ativamente apoiar demandas condutivas ao estabelecimento de um novo Estado classista ou a substituição da completa unidade política de um Estado por uma unidade federativa mais frouxa. Esta explicação da questão nacional em nosso programa provocou um forte protesto do Partido Socialista Polonês (PPS) [...]. O PPS

expressa indignação [com] o caráter “vago” desta nossa “misteriosa” autodeterminação. Acusa-nos tanto de doutrinário quanto de manter uma visão “anarquista” de que “o trabalhador se preocupa apenas com a completa abolição do capitalismo já que linguagem, nacionalidade, cultura, etc. são meras invenções burguesas” [...] O que torna nossa explicação tão “estranha”? [...] Será que o reconhecimento do *direito* das nações à autodeterminação realmente implica em *apoio* a qualquer demanda de toda nação à autodeterminação? Afinal, o fato de que reconhecemos o *direito* de todos os cidadãos de livremente se associarem não obriga a nós, social-democratas, *apoiar* a formação de toda nova associação. Nem nos impede de fazer campanha contra a formação de alguma associação específica como um passo errado e impensado. Nós até mesmo reconhecemos o *direito* dos jesuítas fazerem sua agitação livremente, mas nós combatemos (não de modo policial, é claro) uma aliança entre jesuítas e proletários.²⁰¹

Com esses argumentos, Lenin procura demarcar bem sua posição de que não está se afastando da prioridade ao fator classe em prol de aberturas ao fator nacional ao argumentar que ser a favor do *direito* à autodeterminação dos povos (livre escolha pela *maioria* da população) por princípio não quer dizer que o partido social-democrata deva ativamente apoiar qualquer demanda por independência ou autodeterminação de uma nação por uma *parcela* da população: se o partido apoiará ou não alguma demanda por autodeterminação dependerá dos interesses de classe do proletariado.

A Resposta de Rosa Luxemburgo na série de artigos sobre a questão nacional e a autonomia em 1908-1909

Rosa Luxemburgo criticaria a posição adotada por Lenin e pelo então corpo editorial do jornal *Iskra*, corporificada posteriormente no ponto 9 do programa oficialmente adotado pelo POSDR no II Congresso em 1903 no artigo “O Direito dos Povos à Autodeterminação”, que fazia parte da série de artigos sobre *A Questão Nacional e a Autonomia* que a marxista polonesa escreveu em sete números (6-10, 12 e 14-15) em 1908-1909 da *Przegląd socialdemokratyczny* (“Revista Social-democrática”, um órgão de imprensa

²⁰¹ Lenin, 1960-1970z23, p. 452-453

do SDKPiL em Cracóvia, dedicado a questões teóricas). Como na maioria dos artigos que escreveu sobre a questão nacional debatendo e rebatendo argumentos de Lenin, Luxemburgo não citava o líder bolchevique diretamente pelo nome e sim criticava pontos do programa oficial do POSDR e de sua atuação na prática.²⁰²

Entre outras questões, a Revolução de 1905 na Rússia colocou em foco o problema das nacionalidades. Até então o problema era urgente apenas na Áustria-Hungria. Atualmente, entretanto, se tornou crucial também na Rússia porque os desenvolvimentos revolucionários fizeram todas as classes e todos os partidos políticos agudamente conscientes da necessidade de resolver o problema das nacionalidades como assunto da política prática [...] No programa do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR) tal fórmula [...] é dada pelo nono ponto que diz que o partido demanda uma república democrática cuja constituição assegure, entre outras coisas, “que todas as nacionalidades formadoras do Estado tenham o direito à autodeterminação”. O programa inclui duas outras proposições extremamente relevantes sobre esse assunto. São o sétimo ponto — que demanda a abolição dos estamentos e a completa igualdade perante a lei de todos os cidadãos, sem distinção de sexo, religião, raça ou nacionalidade — e o oitavo ponto, que diz que os diferentes grupos étnicos do Estado devem ter direito à escola em suas respectivas línguas nacionais às expensas do Estado, e o direito a usar sua língua nas Assembleias em nível de igualdade com a língua oficial em todas as funções públicas e estatais. Intimamente ligado ao problema das nacionalidades é o terceiro ponto do programa, que formula a demanda por um amplo autogoverno no nível local e provincial nas áreas que são caracterizadas por condições especiais de vida e por composição especial da população. Obviamente, entretanto, os autores do programa sentiam que a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, os direitos linguísticos e o autogoverno local não eram suficientes para resolver o problema das nacionalidades já que consideraram necessário adicionar um

²⁰² O programa completo oficial adotado pelo POSDR em 1903 pode ser lido em *Programme...* [1903].

parágrafo especial dando às nacionalidades o “direito à autodeterminação”. O que é especialmente notável sobre essa fórmula é o fato de que ela não representa nada especialmente ligado ao socialismo ou à política da classe trabalhadora. “O direito das nações à autodeterminação” é, à primeira vista, uma paráfrase do velho lema do nacionalismo burguês sempre colocado em todos os países: “O direito à liberdade e independência das nações”.²⁰³

Rosa Luxemburgo vai atacar o caráter vago (e até perigosamente ambíguo e sem ligação com a questão classista) de tal formulação, dizendo que ela pode até trazer mais confusão sobre o problema que resolvê-lo.

A fórmula “o direito das nações à autodeterminação” [...] não fornece guia para a política do dia a dia do proletariado e nenhuma solução prática para os problemas das nacionalidades. Por exemplo, esta fórmula não indica ao proletariado russo de que maneira deve demandar a solução do problema nacional polonês, finlandês, caucasiano, judaico, etc. Em vez disso, oferece apenas uma autorização ilimitada para que todas as “nações” interessadas resolvam seus problemas nacionais da maneira que quiserem. A única conclusão prática para a política do dia a dia da classe trabalhadora que pode ser extraída da fórmula acima é que é dever desta classe lutar contra todas as manifestações de opressão nacional. [...] Entretanto, o dever do partido classista do proletariado de protestar e resistir contra a opressão nacional provém não de algum “direito das nações” especial, assim como a luta pela igualdade política e social de ambos os sexos não resulta absolutamente de algum “direito das mulheres” especial ao qual se refere o movimento das emancipacionistas burguesas. Esse dever provém apenas da oposição geral ao regime de classes e a toda forma de desigualdade social e dominação social, em suma, da posição básica socialista [...] Em suma, a fórmula “o direito das nações à autodeterminação” não é um guia político sobre a questão nacional mas sim um meio de evitar a questão [...] O caráter geral e de clichê do nono ponto do programa do Partido Operário Social-Democrata da Rússia

²⁰³ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 1, par. 1-4.

mostra que esta maneira de resolver a questão é estranha à posição do marxismo científico. Um “direito das nações” que é válido para todos os países em todos os tempos nada mais é que um clichê metafísico do tipo “direitos do homem” ou “direitos do cidadão”. O materialismo dialético, que é a base do socialismo científico, rompeu definitivamente com esse tipo de fórmula “eterna”. Ele mostrou que não há verdades “eternas” [...] A posição dos socialistas a respeito dos problemas nacionais depende das circunstâncias concretas de cada caso, que difere de país a país e também muda no tempo em cada país.²⁰⁴

Luxemburgo vai prosseguir dando vários exemplos de como o pensamento dos autores marxistas mais consequentes é dialético e cambiante e não fixo, eterno sobre a questão nacional.

Ela vai apontar o caso da Turquia, dizendo que o próprio Marx, na época da guerra da Crimeia (1853-1855), escrevera que a Turquia servia como uma cidadela contra a reacionária Rússia e, portanto, as lutas dos povos eslavos meridionais que estavam sob controle da Turquia e se rebelavam contra ela, eram contrarrevolucionárias. Esta seria a posição da social-democracia por algum tempo, mas depois, com as circunstâncias cambiantes, a posição da social-democracia sobre a Turquia mudou. A social-democracia apoiava os difíceis esforços para modernização interna da Turquia, mas passou a considerar que se os povos eslavos meridionais se libertassem da Turquia, teriam mais chances de passar a um desenvolvimento capitalista moderno do que se ficassem atrelados ainda à semifeudal Turquia. Luxemburgo dava esse exemplo para mostrar que a social-democracia mais consequente não ficava presa a esquemas eternos, imutáveis, mas que mudava sua posição de acordo com a realidade cambiante, mesmo quando isso significava adotar uma posição diferente da que Marx tomou em um determinado e específico momento histórico.²⁰⁵

Um dos aspectos que vai ser invocado por Luxemburgo é que a social-democracia deveria se guiar não por princípios sentimentais de algum suposto direito inato eterno e imutável, mas seguir as tendências progressistas do desenvolvimento histórico. E, para ela, ficava claro que o desenvolvimento histórico sob o capitalismo caminhava na direção da centralização e dos grandes Estados. Assim, as pequenas nacionalidades

²⁰⁴ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 1, par. 27 e pt. 2, par. 1. e 7.

²⁰⁵ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 2, par. 8.

tinham poucas chances de sobreviver ou se fortalecer como estados nacionais independentes.

[...] essa contradição, a respeito do crescimento consolidante da civilização internacional, se encontra em área diferente da indicada por Kautsky, não na tendência ao “estado nacional” e sim onde Marx indicava, na luta mortal entre as nações, na tendência de criar [...] grandes Estados capitalistas. O desenvolvimento das potências mundiais, uma característica de nosso tempo que cresce em importância juntamente com o progresso do capitalismo, desde o início condena todas as pequenas nações à impotência. Afora umas poucas nações poderosas, líderes no desenvolvimento capitalista, que possuem os recursos materiais e intelectuais para manter sua independência política e econômica, a “autodeterminação”, ou a existência independente de nações cada vez menores é uma ilusão [...] Deste ponto de vista, a ideia de assegurar a todas as “nações” a possibilidade de autodeterminação é equivalente a reverter o desenvolvimento do grande capitalismo aos pequenos estados medievais de antes dos séculos XV e XVI.²⁰⁶

E ela diz que essa tendência antiga do capitalismo à centralização e crescimento dos Estados, com todas as consequências notadas para as pequenas nacionalidades e países, recebe ainda mais força na época do imperialismo. O imperialismo vai fragilizar mais ainda a tese da “autodeterminação” das nações, como direito inato ou tendência.

A outra característica principal do desenvolvimento moderno que faz dessa ideia [da autodeterminação] uma utopia é o imperialismo capitalista [...] O resultado desta tendência é a contínua destruição da independência de cada vez mais novos países e povos, de continentes inteiros [...] A esperança de realizar esse “direito” [da autodeterminação] na base do estado de coisas atual é uma utopia: está em contradição direta com as tendências do desenvolvimento capitalista no qual a social-democracia baseia sua existência. Um esforço geral para dividir todos os atuais Estados em

²⁰⁶ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 3, par. 21.

unidades nacionais e redesenhá-las no modelo dos estados nacionais e pequenos estados é um empreendimento completamente fútil e, falando em termos históricos, reacionário.²⁰⁷

Luxemburgo finaliza o artigo “O Direito dos Povos à Autodeterminação” com o seu grande grito de guerra em relação à questão nacional que é o de que ela não pode ser vista fora de um prisma de classe.

Quando falamos do “direito das nações à autodeterminação”, usamos o conceito de “nação” como uma entidade política e social homogênea [...] Em uma sociedade de classe, a “nação” como entidade sociopolítica homogênea não existe. Em cada nação há classes com interesses e “direitos” antagônicos [...] Quem é aquela “nação” e quem tem autoridade e o “direito” de falar pela “nação” e expressar a sua vontade? Como podemos saber o que a “nação” realmente quer? [...] A nação quer o que a maioria do povo quer. Mas aí do partido social-democrata que fizer disso o seu guia [...] A social-democracia é, por sua própria natureza, um partido que representa os interesses da grande maioria da nação. Mas também se encontra no momento imersa em uma sociedade burguesa. No que se refere a expressar a vontade consciente da nação, é o partido de uma minoria que quer se tornar maioria. Em suas aspirações e em seu programa político, procura refletir não a vontade da maioria da nação, mas, ao contrário, apenas a vontade consciente do proletariado [...] Ela expressa apenas a vontade e a consciência da seção mais avançada e mais revolucionária do proletariado urbano-industrial. Ela procura expandir essa vontade e abrir caminho para uma maioria dos trabalhadores ao torná-los conscientes de seus interesses. A “vontade da nação”, ou da maioria, não é, portanto, um ídolo perante o qual a social-democracia humildemente se prostra. Ao contrário, a missão histórica da social-democracia é baseada, acima de tudo, em revolucionar e formar a vontade da “nação”, ou seja, da sua maioria de trabalhadores.²⁰⁸

²⁰⁷ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 3, par. 22 e 28.

²⁰⁸ Luxemburgo, 1908-1909a, pt. 4, par. 2, 3, 16 e 19.

A contra-argumentação de Lenin em 1913-1914 nos textos “Observações Críticas Sobre a Questão Nacional” e “O Direito das Nações à Autodeterminação”

Lenin responderia à série de artigos de 1908-1909 de Rosa Luxemburgo sobre “A Questão Nacional e a Autonomia” (especialmente o artigo “O Direito dos Povos à Autodeterminação”) com duas séries de artigos na revista *Prosveshcheniye* em 1913 e 1914. Na primeira série (publicada nos números 10, 11 e 12 [outubro-dezembro] de 1913 da revista), intitulada “Observações Críticas Sobre a Questão Nacional”, Lenin faria comentários exploratórios especialmente sobre a questão da autonomia e autogoverno local, como abordados por Luxemburgo em seu artigo “A Autonomia do Reino da Polônia” (da série “A Questão Nacional e a Autonomia” de 1908-1909), onde dava exemplos como a autonomia local poderia ser estabelecida no caso da Polônia especificamente.

[Ao] advogar centralismo, estamos advogando exclusivamente centralismo *democrático* [...] Longe de excluir o autogoverno local, com *autonomia* para regiões que tenham condições sociais e econômicas especiais, composição nacional peculiar da população, etc., o centralismo democrático exige *ambos*. Na Rússia, o centralismo é constantemente confundido com tirania e burocracia. Esta confusão surgiu naturalmente da história da Rússia, mas, mesmo assim, é indesculpável que um marxista caia nela. Isso pode ser mais bem explicado com um exemplo concreto. Em seu longo artigo [seriado] “A Questão Nacional e a Autonomia”, Rosa Luxemburgo comete outros erros curiosos [...] Vejamos *como* ela define autonomia. Rosa Luxemburgo admite [...] que todas as questões políticas e econômicas mais importantes da sociedade capitalista devem ser tratadas exclusivamente pelo parlamento central do país em questão, não pelas Dietas [parlamentos] autônomas das regiões individuais. Estas questões incluem política tarifária, as leis regulando o comércio e a indústria, transporte e meios de comunicação (ferrovias, correios, telégrafo, telefone, etc.), o exército, sistemas de impostos, direito civil e penal, os princípios gerais da educação (por exemplo, as leis sobre educação puramente secular, educação universal, programa

mínimo, administração escolar democrática, etc.), a legislação trabalhista e de liberdades políticas (direito de associação), etc., etc. As Dietas [parlamentos] autônomas, com base nas leis gerais do país, deveriam tratar de questões de importância puramente local, regional ou nacional. Amplificando esta ideia em grandes (para não dizer excessivos) detalhes, Rosa Luxemburgo menciona, por exemplo a construção de rodovias e ferrovias locais [...] Obviamente não é concebível um Estado moderno realmente democrático que *não* conceda tal autonomia a toda região que tenha características sociais e econômicas apreciavelmente distintas, populações com uma composição nacional específica, etc. O princípio do centralismo, que é essencial para o desenvolvimento do capitalismo, não é violado por tal autonomia (local ou regional); ao contrário, é aplicado *de forma democrática*, não burocrática. O desenvolvimento amplo, rápido e livre do capitalismo seria impossível, ou pelo menos obstaculizado, pela *ausência* de tal autonomia que *facilita* a concentração do capital, o desenvolvimento das forças produtivas, a unidade da burguesia e a unidade do proletariado em todo o país. Afinal, interferência burocrática em assuntos *puramente* locais [...] é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento econômico e político em geral [...] Por isso não se pode evitar o sorriso quando lemos que a nossa magnífica Rosa Luxemburgo tenta provar, com ar sério e frases “puramente marxistas” que a demanda por autonomia é aplicável *apenas* à Polônia e *apenas* como exceção [...] ²⁰⁹

Lenin aqui se refere à parte do texto “A Autonomia do Reino da Polônia” em que Rosa Luxemburgo dá o exemplo de outras regiões do Império Russo, como em algumas partes da Lituânia e do Cáucaso (e de outras regiões em que conviviam muitas nacionalidades diferentes em um mesmo pequeno espaço) em que não se poderia aplicar a autonomia em questões nacionais, pois a nacionalidade mais numerosa não constituía nem 50% da população, ao contrário da maioria das regiões da Polônia, onde os poloneses constituíam a esmagadora maioria da população. Mas Lenin não estará convencido por estes argumentos e retrucará.

²⁰⁹ Lenin, 1960-1970r, p. 46-47.

[No] caso da Lituânia, por exemplo. Rosa Luxemburgo pega quatro *gubernias* (Vilna, Kovno, Grodno e Suvalki) assegurando aos seus leitores (e a ela mesma) que são habitadas “principalmente” por lituanos. Somando os habitantes de todas essas *gubernias* juntas, ela descobre que os lituanos constituem 23% do total da população [...], menos que um terço. A inferência natural é que a ideia de autonomia para a Lituânia é “arbitrária e artificial” [...] O leitor familiarizado com os defeitos das estatísticas oficiais da Rússia logo verá o erro de Rosa Luxemburgo. Por que pegar a *gubernia* de Grodno, onde os lituanos constituem apenas 0,2% da população [?] Por que pegar toda a *gubernia* de Vilna e não apenas seu *uyezd* de Troki, onde os lituanos constituem a *maioria* de população? [...] É ridículo falar sobre as condições e demandas do capitalismo moderno e, ao mesmo tempo, tomar as [antigas] divisões administrativas oficial-burocráticas da Rússia medieval-feudal (*gubernias* em vez de *uyezds*) [...] etc.] É claro que não se pode falar de qualquer reforma local séria na Rússia até que essas divisões sejam abolidas e substituídas por uma divisão *realmente* “moderna” que preencha as demandas [...] do capitalismo. E um dos grandes requisitos modernos do capitalismo é indubitavelmente a maior uniformidade nacional possível da população, pois nacionalidade e identidade de linguagem são importantes fatores para uma conquista completa do mercado interno a para a completa liberdade de intercâmbio econômico [...] A composição nacional da população, entretanto, é *um* dos fatores econômicos muito importantes, *mas não o único ou o mais* importante. As cidades, por exemplo, têm um papel econômico *extremamente importante* no capitalismo [...] e as cidades são marcadas por uma população mista. Separar as cidades das aldeias e áreas rurais que economicamente gravitam em seu entorno pelo bem do fator “nacional” seria absurdo e impossível. Por isso os marxistas não devem tomar posição baseada exclusiva e inteiramente no princípio “nacional-territorial”. A solução do problema proposto pela conferência de marxistas russos é mais correta [...]: “*deve providenciar ampla autonomia regional [...] e autogoverno local completamente democrático. As fronteiras das regiões autônomas e do autogoverno local devem ser determinadas*

[...] pela própria população local na base de suas condições econômicas e sociais, composição nacional da população, etc.". Aqui a composição nacional da população é colocada no mesmo nível de outras condições (primeiramente econômicas, depois sociais, etc.) que servirão como base para as novas fronteiras que atenderão as necessidades do capitalismo moderno, não da burocracia ou do barbarismo asiático. Apenas a população local pode “avaliar” essas condições com total precisão e, com base nisso, o parlamento central do país determinará as fronteiras das regiões autônomas e os poderes das Dietas [parlamentos] autônomas.²¹⁰

Assim, Lenin acusa Luxemburgo de estar ainda presa a esquemas estáticos de épocas passadas para avaliar as divisões nacionais a serem tratadas e sugere que ela não confia realmente na capacidade das populações locais de se ajustarem autonomamente em um arranjo conveniente a elas tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Neste texto “Observações Críticas Sobre a Questão Nacional”, Lenin comentou Rosa Luxemburgo em apenas um caso específico (o da autonomia local como aplicada no caso da Polônia). Mas é na série seguinte de artigos publicados na revista *Prosveshcheniye* (números 4-6 [abril-maio] de 1914), intitulada “O Direito das Nações à Autodeterminação” que Lenin faria sua mais longa e detalhada crítica da visão de Rosa Luxemburgo sobre a autodeterminação das nações (como ela havia exposto em seus artigos de 1908-1909 na revista *Przeglad socialdemokratyczny*).

*O Direito dos Povos à Autodeterminação*²¹¹

Este é o texto em que Lenin mais longamente e com mais detalhes debate as posições Rosa Luxemburgo sobre a autodeterminação das nações e nacionalismo em geral. Como Rosa Luxemburgo tinha-se dado ao luxo de escrever uma extensa série de artigos em uma revista teórica do partido sobre *A Questão Nacional e a Autonomia* em 1908-1909, Lenin respondeu também com uma segunda grande série de artigos, intitulada em conjunto *O Direito dos Povos à Autodeterminação*, espalhada pelos números 4, 5 e 6 [abril-maio] de 1914 da revista *Prosveshcheniye*. Lenin começará procurando definir exatamente o que é “autodeterminação das nações”.

²¹⁰ Lenin, 1960-1970r, p. 47-48, 50-51.

²¹¹ Lenin, 1960-1970z2.

O parágrafo nove do programa dos marxistas da Rússia, que fala sobre o direito das nações à autodeterminação, provocou nos últimos tempos (como já indicamos na *Prosveshcheniye*) toda uma campanha dos oportunistas. Tanto o liquidacionista russo Semkóvski, no jornal liquidacionista de Petersburgo, como o bundista Lífman e o nacional-social ucraniano Iurkévitch se lançaram nos seus órgãos contra este parágrafo, tratando-o num tom do maior desprezo. Não há dúvida de que esta “invasão das doze tribos” do oportunismo contra o nosso programa marxista está em estreita relação com as atuais vacilações nacionalistas em geral. Por isso um exame detalhado da questão levantada parece-nos oportuno. Assinalemos apenas que nenhum dos oportunistas citados apresentou um único argumento próprio: todos eles apenas repetem o que foi dito por Rosa Luxemburgo no seu extenso artigo polaco de 1908-1909 *A Questão Nacional e a Autonomia*. Na nossa exposição serão os argumentos “originais” desta autora que tomaremos em consideração com maior frequência [...] O que é a autodeterminação das nações? É natural que esta questão se coloque em primeiro lugar quando se procura examinar de modo marxista a chamada autodeterminação. O que se deve compreender por isto? Haverá que se procurar a resposta em definições jurídicas, deduzidas de toda a espécie de «noções gerais» do direito? Ou deve-se procurar a resposta no estudo histórico-econômico dos movimentos nacionais? Não é de admirar que aos senhores Semkóvski, Lífman e Iurkévitch nem lhes tenha passado pela cabeça colocar esta questão [...] É muito mais estranho que Rosa Luxemburgo, que tanto declama a propósito do pretense caráter abstrato e metafísico do referido parágrafo, tenha incorrido ela própria precisamente neste pecado de abstração e metafísica. É precisamente Rosa Luxemburgo que cai constantemente em divagações gerais sobre a autodeterminação (chegando até a uma elucubração extremamente divertida sobre como conhecer a vontade da nação), sem colocar em parte alguma de modo claro e preciso a questão de saber se a essência do problema está nas definições jurídicas ou na experiência dos movimentos nacionais do mundo inteiro. A colocação precisa desta questão,

inevitável para o marxista, teria desfeito imediatamente nove décimos dos argumentos de Rosa Luxemburgo. Não é a primeira vez que surgem na Rússia movimentos nacionais e não são próprios apenas dela. Em todo o mundo a época da vitória definitiva do capitalismo sobre o feudalismo esteve ligada a movimentos nacionais. A base econômica destes movimentos consiste em que para a vitória total da produção mercantil é indispensável a conquista do mercado interno pela burguesia, é indispensável a coesão estatal dos territórios com uma população da mesma língua, com o afastamento de todos os obstáculos ao desenvolvimento dessa língua e à sua fixação na literatura [...] A formação de Estados nacionais, que são os que mais bem satisfazem estas exigências do capitalismo moderno, é por isso a tendência de qualquer movimento nacional. Os mais profundos fatores econômicos empurram para isso, e para toda a Europa Ocidental — mais do que isso: para todo o mundo civilizado — o que é típico e normal para o período capitalista é o Estado nacional. Consequentemente, se queremos compreender o significado da autodeterminação das nações sem brincar de definições jurídicas, sem “inventar” definições abstratas, mas analisando as condições histórico-econômicas dos movimentos nacionais, então chegaremos inevitavelmente à conclusão: por autodeterminação das nações entende-se a sua separação estatal das coletividades nacionais estrangeiras, entende-se a formação de um Estado nacional independente. Veremos mais adiante ainda outras razões pelas quais seria errado entender por direito à autodeterminação tudo o que não seja o direito a existência estatal separada. Mas agora devemos deter-nos a analisar como Rosa Luxemburgo tentou “desfazer-se” da inevitável conclusão sobre as profundas bases econômicas das aspirações a um Estado nacional [... Ela limitou-se] às seguintes observações contra Kautsky. “-... *Este ‘o melhor’ Estado nacional é apenas uma abstração, suscetível de fácil desenvolvimento teórico e defesa teórica, mas que não corresponde à realidade*” (*Przegląd Socjaldemokratyczny*, 1908, n.º 6, p. 499). E para confirmar esta decidida declaração seguem-se raciocínios acerca de que o desenvolvimento das grandes potências capitalistas e o imperialismo tornam ilusório o “direito à autodeterminação” dos povos pequenos. “*Poder-se-á falar seriamente — exclama*

Rosa Luxemburgo — sobre a autodeterminação dos formalmente independentes montenegrinos, búlgaros, romenos, sérvios, gregos, em parte até mesmo dos suíços, cuja própria independência é produto da luta política e do jogo diplomático do 'concerto europeu'?”! (p. 500). Aquele que melhor corresponde às condições “*não é o Estado nacional, como supõe Kautsky, mas o Estado de rapina*”. São citadas algumas dezenas de cifras sobre a grandeza das colônias pertencentes à Inglaterra, França, etc. Ao ler semelhantes raciocínios, não podemos deixar de nos admirar com a capacidade da autora de não compreender o que é o quê! Ensinar a Kautsky com ares de importância que os pequenos Estados dependem economicamente dos grandes; que entre os Estados burgueses se trava uma luta pelo esmagamento rapace de outras nações: que existem o imperialismo e as colônias — isto é fazer-se de inteligente de modo ridículo e infantil, pois tudo isto não tem a mínima relação com o assunto. Não só os pequenos Estados mas também a Rússia, por exemplo, dependem economicamente por completo do poder do capital financeiro imperialista dos países burgueses “ricos”. Não só os minúsculos Estados balcânicos mas também a América era no século XIX, economicamente, colônia da Europa, como já Marx mostrara em *O Capital*. Kautsky sabe perfeitamente tudo isto, naturalmente, como qualquer marxista, mas isto não tem absolutamente nada a ver com a questão dos movimentos nacionais e do Estado nacional. Rosa Luxemburgo substituiu a questão da autodeterminação política das nações na sociedade burguesa, da sua independência estatal, pela questão da sua autonomia e independência econômicas. Isto é tão inteligente como se uma pessoa, ao debater a reivindicação programática da supremacia do parlamento, isto é, da assembleia dos representantes do povo, num Estado burguês, se pusesse a expor a sua convicção plenamente justa da supremacia do grande capital sob qualquer regime num país burguês. Não há dúvidas de que a maior parte da Ásia, a parte do mundo mais povoada, se encontra em situação ou de colônias das “grandes potências” ou de Estados extremamente dependentes e oprimidos nacionalmente. Mas será que esta circunstância por todos conhecida abala de algum modo o fato indiscutível de que na própria Ásia as condições para o desenvolvimento mais

completo da produção mercantil, para o crescimento mais livre, amplo e rápido do capitalismo foram criadas apenas no Japão, isto é, apenas num Estado nacional independente? Este Estado é burguês, e por isso ele próprio começou a oprimir outras nações e a escravizar colônias; não sabemos se a Ásia terá tempo, antes da queda do capitalismo, de se constituir no sistema de Estados nacionais independentes, à semelhança da Europa. Mas permanece indiscutível que o capitalismo, tendo despertado a Ásia, provocou também ali por toda a parte movimentos nacionais, que a tendência destes movimentos é a formação de Estados nacionais na Ásia, que as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo são asseguradas precisamente por tais Estados. O exemplo da Ásia fala a favor de Kautsky, contra Rosa Luxemburgo. O exemplo dos Estados balcânicos também fala contra ela, pois qualquer pessoa vê agora que as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo nos Bálcãs são criadas exatamente na medida em que se criam Estados nacionais independentes nesta península. Conseqüentemente, tanto o exemplo de toda a humanidade avançada civilizada como o exemplo dos Bálcãs e o exemplo da Ásia demonstram, contra Rosa Luxemburgo, a absoluta justeza da tese de Kautsky: o Estado nacional é a regra e a “norma” do capitalismo, o Estado de composição nacional heterogênea é atraso ou exceção. Do ponto de vista das relações nacionais, as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo são proporcionadas, indubitavelmente, pelo Estado nacional. Isto não quer dizer naturalmente que tal Estado, na base das relações burguesas, possa excluir a exploração e a opressão das nações. Isto significa apenas que os marxistas não podem perder de vista os poderosos fatores econômicos que geram a aspiração à formação de Estados nacionais. Isto significa que a “autodeterminação das nações” no programa dos marxistas não pode ter, do ponto de vista histórico-econômico, outro significado que não seja a autodeterminação política, a independência estatal, a formação do Estado nacional. Das condições necessárias do ponto de vista marxista, isto é, proletário de classe, para apoiar a reivindicação democrático-burguesa de “Estado nacional”, disso falaremos pormenorizadamente mais adiante. Agora limitamo-nos a

definir o conceito de “autodeterminação”.²¹²

Lenin começa o artigo, então, claramente se propondo a desconstruir a argumentação de Luxemburgo de 1908-1909. Começa por definir o que entende por “autodeterminação das nações” e o faz da maneira mais radical possível, significando a formação de Estados independentes, uma coisa que Luxemburgo negava à sua própria natal Polônia. Vimos que Luxemburgo, como os marxistas em geral, admitia que, na época do capitalismo nascente, o nacionalismo teve um papel positivo na formação do mercado nacional unificado, mas tinha chamado a atenção que, na época do imperialismo, o nacionalismo tinha perdido qualquer papel positivo que outrora pudesse ter tido, e agora se revelava, inclusive, predador e conquistador (“imperialista”). Lenin vai nuançar esta transformação e dizer que, mesmo na época do imperialismo, há ainda países em que o capitalismo está “nascendo”, se desenvolvendo (por exemplo, nas colônias e países economicamente atrasados) e aí o nacionalismo pode ter ainda algum papel positivo, na medida em que pode ajudar o desenvolvimento capitalista inicial desses países.

Em seguida, Lenin vai acusar Rosa Luxemburgo de não ter investigado o estágio específico em que estava a Rússia em sua análise da questão nacional (e da necessidade do ponto 9 no programa do POSDR). Ele começará este raciocínio com uma citação de Rosa Luxemburgo.

“... Apesar da elasticidade do princípio do ‘direito das nações à autodeterminação’, que é o mais puro lugar-comum, sendo, evidentemente, aplicável de igual maneira não só aos povos que vivem na Rússia mas também às nações que vivem na Alemanha e na Áustria, na Suíça e na Suécia, na América e na Austrália, não o encontramos em um só programa dos partidos socialistas contemporâneos...” (n.º 6 da *Przeglad*, p. 483). Assim escreve Rosa Luxemburgo no início da sua campanha contra o § 9 do programa marxista. Atribuindo-nos a interpretação deste ponto do programa como “o mais puro lugar-comum”, Rosa Luxemburgo incorre ela própria precisamente neste pecado ao declarar com divertida ousadia que este ponto é “evidentemente, aplicável de igual maneira” à Rússia, à Alemanha, etc. Evidentemente, responderemos nós, Rosa Luxemburgo decidiu dar no seu

²¹² Lenin, 1960-1970z2, p. 395-400.

artigo uma compilação de erros lógicos que serviriam para exercícios escolares de alunos ginásianos. Isso porque a tirada de Rosa Luxemburgo é um perfeito disparate, é troçar da colocação histórica concreta da questão. Se interpretarmos o programa marxista não de modo infantil, mas de modo marxista, então não é nada difícil compreender que ele se refere aos movimentos nacionais democrático-burgueses. E se assim é — e é, indubitavelmente, assim — então daí deduz-se “evidentemente” que este programa se refere “indiscriminadamente” como “um lugar-comum”, etc, a todos os casos de movimentos nacionais democrático-burgueses. Não seria menos evidente também para Rosa Luxemburgo, com um mínimo de reflexão, a conclusão de que o nosso programa se refere apenas aos casos em que existe tal movimento. Se tivesse pensado sobre estas considerações evidentes, Rosa Luxemburgo teria visto sem dificuldade o disparate que disse. Acusando-nos de apresentar um “lugar-comum”, ela cita contra nós o argumento de que nos programas de países onde não existem movimentos nacionais democrático-burgueses não se fala da autodeterminação das nações [...] Rosa Luxemburgo perde aqui de vista exatamente o principal: a diferença entre países com transformações democrático-burguesas há muito terminadas e aqueles onde elas não estão terminadas. Nesta diferença é que está o nó da questão. A completa ignorância desta diferença transforma o extensíssimo artigo de Rosa Luxemburgo num conjunto de lugares-comuns ociosos e sem conteúdo. Na Europa Ocidental continental, a época das revoluções democrático-burguesas abarca um período de tempo bastante determinado, aproximadamente de 1789 a 1871. Foi exatamente esta a época dos movimentos nacionais e da formação dos Estados nacionais. No fim desta época a Europa Ocidental tinha-se transformado num sistema de Estados burgueses e, regra geral, Estados nacionalmente homogêneos. Por isso procurar agora o direito à autodeterminação nos programas dos socialistas europeus ocidentais significa não compreender o a-bê-cê do marxismo. Na Europa Oriental e na Ásia a época das revoluções democrático-burguesas não fez mais do que começar em 1905. As revoluções na Rússia, na Pérsia, na Turquia, na China, as guerras nos Bálcãs — eis a cadeia de

acontecimentos mundiais da nossa época no nosso “Oriente”. E nesta cadeia de acontecimentos só um cego pode deixar de ver o despertar de toda uma série de movimentos nacionais democrático-burgueses e de aspirações à formação de Estados nacionalmente independentes e nacionalmente homogêneos. Precisamente porque e só porque a Rússia, juntamente com os países vizinhos, atravessa essa época, é que nos é necessário o ponto relativo ao direito das nações à autodeterminação no nosso programa.²¹³

Nas linhas acima, Lenin fez a diferença entre os países que já realizaram sua revolução burguesa e os que estavam passando por isso naquele momento, entre os quais ele colocava a Rússia (já que o marxista russo estava redigindo aquelas linhas depois da Revolução de 1905, mas antes da Revolução de Outubro de 1917). Assim, Lenin acusava Luxemburgo de não estar examinando a questão do ponto de vista das condições concretas da Rússia e sim de um ponto de vista geral, abstrato. Por outro lado, Lenin responderá também às acusações de Luxemburgo de que o ponto 9 do programa do POSDR (sobre a autodeterminação dos povos) não fornecia um guia prático para a solução dos problemas nacionais concretos do país.

O § 9 “*não dá — escreve [Rosa Luxemburgo] — nenhuma indicação prática para a política quotidiana do proletariado, nenhuma solução prática dos problemas nacionais*”. Analisemos este argumento, que é também formulado de tal modo que o § 9 ou não exprime absolutamente nada, ou então obriga a apoiar todas as aspirações nacionais [...] Dar a resposta “sim ou não” à questão da separação de cada nação? Isto parece uma reivindicação extremamente “prática”. Mas, na realidade, ela é absurda, metafísica no plano teórico, e na prática conduz à subordinação do proletariado à política da burguesia. A burguesia coloca sempre em primeiro plano as suas reivindicações nacionais. Coloca-as incondicionalmente. Para o proletariado elas estão subordinadas aos interesses da luta de classes. Teoricamente não se pode garantir antecipadamente que a separação de uma nação determinada ou a sua situação de igualdade de direitos com outra nação finalizará a

²¹³ Lenin, 1960-1970z2, p. 404-406.

revolução democrático-burguesa; para o proletariado é importante em ambos os casos garantir o desenvolvimento da sua classe; para a burguesia é importante dificultar este desenvolvimento, afastar para segundo plano as tarefas dele face às tarefas da “sua” nação. Por isso o proletariado se limita à reivindicação, por assim dizer, negativa de reconhecimento do *direito* à autodeterminação, nada garantindo a nenhuma nação, não se comprometendo a dar nada à custa de outra nação. Talvez isto não seja “prático”, mas de fato isto é o que melhor garante a mais democrática das soluções possíveis; o proletariado necessita apenas destas garantias [...] É mais prático dizer “sim” à secessão de uma nação *particular*, que ao *direito* de todas à secessão! O proletariado opõe-se a tal praticidade. Reconhecendo a igualdade de direitos e o direito igual ao Estado nacional, ele avalia qualquer reivindicação nacional, qualquer secessão do ponto de vista de classe [...] Dizem-nos: ao apoiar o direito à secessão, apoiáis o nacionalismo burguês das nações oprimidas. Assim falou Rosa Luxemburgo [...] Nós respondemos: não, é precisamente para a burguesia que é importante aqui a solução “prática”, ao passo que para os operários é importante distinguir o princípio das duas tendências. Na medida em que a burguesia da nação oprimida luta contra a opressora, nessa medida nós somos sempre e em todos os casos e mais decididamente que ninguém a favor, pois nós somos os inimigos mais audazes e consequentes da opressão. Na medida em que a burguesia da nação oprimida defende o seu nacionalismo burguês, nós somos contra. Luta contra os privilégios e as violências da nação opressora e nenhuma tolerância para com a aspiração aos privilégios por parte da nação oprimida. Se não apresentarmos e não defendermos na agitação a palavra de ordem do direito à secessão, faremos o jogo não só da burguesia, mas também dos senhores feudais e do absolutismo da nação opressora. Este argumento foi há muito apresentado por Kautsky contra Rosa Luxemburgo, e este argumento é irrefutável. Temendo “ajudar” a burguesia nacionalista da Polónia, Rosa Luxemburgo, com a sua negação do direito à secessão no programa dos marxistas da Rússia, na verdade ajuda as centúrias negras grande russas [...] Arrebatada pela luta contra o nacionalismo na Polónia, Rosa Luxemburgo

esqueceu o nacionalismo dos grande russos, apesar de ser precisamente este o nacionalismo mais perigoso agora, de ser precisamente um nacionalismo menos burguês, mas mais feudal, de ele ser precisamente o principal entrave para a democracia e a luta proletária. Em todo o nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e é exatamente este conteúdo que nós apoiamos incondicionalmente, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional, lutando contra a aspiração do burguês polaco de oprimir o judeu, etc, etc. [...] A formação de um Estado nacional autônomo e independente continua a ser por enquanto na Rússia um privilégio somente da nação grande russa. Nós, proletários grande russos, não defendemos privilégios, incluindo este. Lutamos no terreno do Estado definido; unificamos os operários de todas as nações que vivem nesse Estado. Não podemos garantir esta ou aquela via de desenvolvimento nacional; caminhamos por todas as vias possíveis para o nosso objetivo de classe. Mas não se pode caminhar para este objetivo sem lutar contra todo o nacionalismo e sem defender a igualdade das diferentes nações. Se à Ucrânia, por exemplo, está destinada a formação de um Estado independente, isso depende de mil fatores desconhecidos de antemão. Sem tentar “adivinhar”, defendemos firmemente o que é indubitável: o direito da Ucrânia a tal Estado. Nós respeitamos este direito, não apoiamos os privilégios dos grande russos sobre os ucranianos, nós educamos as massas no espírito do reconhecimento deste direito, no espírito da negação dos privilégios estatais seja a que nação for.²¹⁴

Acima Lenin bateu novamente na tecla de que os bolcheviques são pelo *direito* de todos os povos, em princípio, à autodeterminação e ao direito de secessão, mas que, se o partido bolchevique vai *apoiar* alguma independência ou secessão concreta, isso será analisado exclusivamente do ponto de vista dos interesses de classe do proletariado. É importante notar que Lenin defende não apenas a autodeterminação dos povos mas também o (mais radical ainda) direito à secessão. A questão da secessão tem um significado mais premente em Estados multinacionais em que as tentações

²¹⁴ Lenin, 1960-1970z2, p. 409-413.

separatistas tendem a ser maiores que nos mais “homogêneos” Estados-nação.

E Lenin irá mais além. Dirá que a social-democracia europeia como um todo tirou, no Congresso de 1896 da II Internacional, uma posição oficial que, segundo ele, é idêntica ao do POSDR (Partido Operário Social-Democrata da Rússia) sobre a questão da autodeterminação das nações.

A Decisão do Congresso Internacional de Londres de 1896 [...] diz: “*O Congresso declara que é pelo pleno direito à autodeterminação (Selbstbestimmungs-recht) de todas as nações e exprime as suas simpatias aos operários de todos os países que sofrem atualmente sob o jugo do absolutismo militar, nacional ou outro; o congresso chama os operários de todos estes países a ingressarem nas fileiras dos operários conscientes (Klassenbewusste — conscientes dos interesses da sua classe) do mundo inteiro, para lutar juntamente com eles pela superação do capitalismo internacional e pela realização dos objetivos da social-democracia internacional.*” Como já assinalamos, os nossos oportunistas, senhores Semkóvski, Líbman, Iurkévitch, simplesmente não conhecem esta decisão. Mas Rosa Luxemburgo conhece e cita o seu texto completo, no qual figura a mesma expressão que no nosso programa: “autodeterminação”. Pergunta-se como é que Rosa Luxemburgo afasta este obstáculo do caminho da sua “original” teoria? Oh, muito simplesmente: “... *o centro de gravidade está aqui na segunda parte da resolução ... o seu caráter declarativo ... só por confusão pode ela invocar-se.*”!! A insegurança e a confusão da nossa autora são simplesmente impressionantes [...] Rosa Luxemburgo não se decide a declarar abertamente se considera a citada resolução justa ou errada. Ela esquivava-se e esconde-se, como que contando com um leitor tão pouco atento e ignorante que esqueça a primeira parte da resolução ao chegar à segunda, ou que nunca tenha ouvido falar dos debates na imprensa socialista antes do Congresso de Londres [...] Nos debates antes do Congresso de Londres — principalmente nas páginas da revista dos marxistas alemães *Die Neue Zeit* — foi expresso o ponto de vista de Rosa Luxemburgo, e este ponto de vista sofreu, no fundo, uma derrota perante a Internacional! Eis o fundo da

questão, que o leitor russo deve ter especialmente em vista.²¹⁵

Lenin está aqui refutando a versão que Luxemburgo deu dos acontecimentos em seu artigo “A Questão Polonesa no Congresso da Internacional em Londres”, já visto por nós aqui. Neste texto, Luxemburgo descreveu os acontecimentos do Congresso de 1896 da II Internacional como se tivesse sido uma derrota da proposta do PPS (Partido Socialista Polonês) que tinha preparado um projeto de resolução em que a Internacional apoiaria a causa da independência da Polônia (o que acabou não acontecendo). Geralmente, observadores terceiros (que não são os envolvidos nem Lenin) veem a resolução de 1896 como um compromisso, não assumindo a causa da independência da Polônia, mas determinando o apoio da Internacional, em princípio, à causa da autodeterminação das nações em geral. É neste último aspecto que Lenin se agarra para dizer que a posição do POSDR a favor da autodeterminação das nações *é* a posição da Internacional Socialista.

Esta é a substância, o princípio fundamental da resolução adotada pelos marxistas russos em sua conferência de Verão de 1913. Há pessoas às quais parece “contraditório” que esta resolução, no seu ponto 4, reconhecendo o direito à autodeterminação, à secessão, parece “dar” o máximo ao nacionalismo (na verdade, no reconhecimento do direito à autodeterminação de todas as nações há um máximo de democracia e um mínimo de nacionalismo), ao passo que no ponto 5 previne os operários contra as palavras de ordem nacionalistas de qualquer burguesia e exige a unidade e a fusão dos operários de todas as nações em organizações proletárias internacionais unificadas. Mas ver nisso uma “contradição” só o podem fazer mentes totalmente obtusas, incapazes de compreender, por exemplo, porque é que a unidade e a solidariedade de classe dos proletariados sueco e norueguês ganharam quando os operários suecos defenderam a liberdade da Noruega se separar para constituir um Estado independente.²¹⁶

No texto de “O Direito das Nações à Autodeterminação”, há uma nota de rodapé interessante que mostra bem concretamente a visão de Lenin

²¹⁵ Lenin, 1960-1970z2, p. 430-432.

²¹⁶ Lenin, 1960-1970z2, p. 434-435.

em relação ao triângulo conceitual reunindo os conceitos de autodeterminação, autonomia e federação.

A propósito, não é difícil de ver por que, do ponto de vista social-democrata, o direito à “autodeterminação” não significa nem *federação* nem *autonomia* (se bem que, falando abstratamente, tanto uma como outra se enquadrem no conceito de “autodeterminação”). “Direito à federação” não faz sentido, pois a federação é um contrato bilateral. Nem precisamos dizer que os marxistas não devem incluir no seu Programa a defesa do federalismo em geral. No que diz respeito à autonomia, os marxistas defendem não o “direito à” autonomia, mas a própria autonomia, como princípio geral e universal de um Estado democrático de composição nacional heterogênea, com diferenças acentuadas das condições geográficas e outras. Por isso, reconhecer o “direito das nações à autonomia” seria tão absurdo como reconhecer o “direito das nações à federação”.²¹⁷

Sobre a passagem acima, Rosa Luxemburgo certamente não teria concordado com a parte sobre “autodeterminação das nações”, mas teria concordado com as partes sobre federação/federalismo (com o qual ela não concorda, por considerar uma ideia anarquista bakunista quando aplicada ao socialismo) e sobre autonomia (com a qual ela concorda como um corretivo pontual aos excessos da centralização, seu sistema favorito).

Em outra parte do texto, Lenin também deixou claro que em sua visão (e na dos bolcheviques desde 1903), “o direito das nações à autodeterminação [...] tem sido entendido sempre como implicando o direito à secessão”.²¹⁸ Certamente, Rosa Luxemburgo não concordava com “direitos à secessão” em geral!

Apesar dessas desavenças com Rosa Luxemburgo e seus correligionários do SDKPiL (o partido da “Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia”) sobre a questão nacional, Lenin dirá que ambos estão no mesmo campo marxista, ao contrário do que dizem os membros do PPS (Partido Socialista Polonês, independentista, que procurava mesclar a questão de classe com a questão nacional na Polônia).

²¹⁷ Lenin, 1960-1970z2, p. 441.

²¹⁸ Lenin, 1960-1970z2, p. 442.

Dáí se depreende, entre outras coisas, como são infundadas e mesmo simplesmente isentas de seriedade as tentativas, feitas às vezes pelos [membros do PPS] de usar as nossas divergências com Rosa Luxemburgo contra a social-democracia polaca. O [PPS] não é um partido proletário, socialista, mas um partido nacionalista pequeno-burguês [...] Sem chance de haver qualquer unidade dos social-democratas da Rússia com este partido. Ao contrário, nunca nenhum social-democrata da Rússia “se arrependeu” da aproximação e da união com os social-democratas polacos [do SDKPiL]. A social-democracia da Polônia tem o enorme mérito histórico de ser a primeira a fundar um partido efetivamente marxista, efetivamente proletário, na Polônia, que é inteiramente impregnada de aspirações e paixões nacionalistas. Mas este mérito dos social-democratas polacos é um grande mérito não graças à circunstância de Rosa Luxemburgo ter dito disparates contra o § 9 do programa dos marxistas da Rússia, mas apesar desta lamentável circunstância. Para os social-democratas polacos o “direito à autodeterminação” não tem naturalmente um significado tão importante como para os russos. É plenamente compreensível que a luta contra a pequena burguesia da Polônia, cega pelo nacionalismo, tenha obrigado os social-democratas polacos a “forçar a barra” com zelo particular (às vezes talvez um pouco excessivo). Nunca nenhum marxista da Rússia pensou em censurar os social-democratas polacos por serem contra a secessão da Polônia. Esses social-democratas só cometem um erro quando tentam — à semelhança de Rosa Luxemburgo — negar a necessidade do reconhecimento do direito à autodeterminação no programa dos marxistas da Rússia.²¹⁹

Lenin encerrará seu artigo com uma proclamação sumária de sua posição em poucas palavras.

A plena igualdade de direitos das nações; o direito das nações à autodeterminação; a unidade dos operários de todas as nações — é este o programa nacional que o marxismo, a experiência de todo o mundo e a experiência da

²¹⁹ Lenin, 1960-1970z2, p. 429-430.

Rússia ensinam aos trabalhadores.²²⁰

*“A Crise da Social-Democracia”, o panfleto de Junius*²²¹

O próximo episódio das interações entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional seria em um panfleto que Luxemburgo escreveu em 1915, quando estava na prisão, sob o pseudônimo de “Junius” (e que seria publicado em Zurique em janeiro de 1916) sobre a crise da social-democracia com o início da Primeira Guerra Mundial quando os partidos social-democratas da Europa, com raras exceções (por ex., os social-democratas da Rússia e da Sérvia), votaram a favor dos créditos de guerra aos seus respectivos governos. O panfleto fazia uma crítica devastadora dessa degeneração do movimento social-democrata europeu ocidental. Em sua maior parte tratava de questões políticas gerais, mas, em seu capítulo 7, abordava a questão nacional. E o fazia de uma maneira que contradizia muitos dos princípios de Lenin sobre aquele tema. Por exemplo, Luxemburgo criticava um dos pontos favoritos do autor russo, o suposto caráter progressista do nacionalismo das pequenas nações oprimidas.

Aqui, chegamos muito especialmente à situação dos pequenos Estados. O caso da Sérvia constitui hoje o melhor meio de pôr à prova o mito da “guerra nacional”. Se há um Estado que reivindique o direito da defesa nacional depois de todos os indícios formais exteriores, esse Estado é a Sérvia. Privada da sua unidade nacional pelas anexações da Áustria, ameaçada por esta na sua existência nacional e por ela também encurralada numa guerra sem possibilidades de saída, a Sérvia defende uma verdadeira causa nacional para salvaguardar a sua existência e a sua liberdade. Se a posição do grupo social-democrata alemão é justa, então os social-democratas sérvios que protestaram contra a guerra perante o parlamento de Belgrado e que recusaram os créditos de guerra, são pura e simplesmente traidores: eles teriam traído os interesses vitais do seu próprio país. Na realidade, os sérvios Lapchewitch e Kazlerowitch não somente estão inscritos em letras de ouro na

²²⁰ Lenin, 1960-1970z2, p. 454.

²²¹ Luxemburgo (1974) contém tanto o panfleto original de Rosa com o pseudônimo de Junius (intitulado “A Crise da Social-Democracia”) quanto o artigo de resposta de Lenin (“O Panfleto Junius”).

história do socialismo internacional, como deram provas de uma penetrante visão histórica das circunstâncias reais da guerra e, por isso, prestaram um assinalado serviço ao seu país e ao desenvolvimento do seu povo. Formalmente, a Sérvia está metida sem qualquer dúvida numa guerra de defesa nacional. Mas as tendências da sua monarquia e das suas classes dirigentes manifestam-se no sentido da expansão, como as tendências das classes dirigentes de todos os Estados atuais, sem ter em conta as fronteiras nacionais, e tomando por isso um caráter agressivo. É o caso da tendência da Sérvia para a Costa Adriática, onde, com a Itália, resolveu um verdadeiro desentendimento imperialista às costas da Albânia, e cujo resultado se decidiu sem a Sérvia, entre as grandes potências. Contudo, o ponto capital é o seguinte: atrás do imperialismo sérvio, encontra-se o imperialismo russo. A Sérvia não é mais que um peão no grande xadrez da política mundial e qualquer análise da atitude da Sérvia face à guerra, que não tenha em conta todo este contexto e o pano de fundo da política geral, é uma construção sem bases [...] Contudo, hoje todos os pequenos Estados se encontram na mesma situação dos Estados balcânicos; por exemplo, a Holanda. “Quando o barco faz água é necessário antes de tudo procurar tapar-lhe as brechas”. Com efeito, que outra razão levaria a pequena Holanda a agir senão pura e simplesmente a defesa nacional, a defesa da existência e da independência do país? Se se toma apenas em consideração as intenções do povo holandês, não se tratará de outra questão que não seja a defesa nacional. Mas a política proletária que repousa sobre o conhecimento histórico não pode ter em conta as intenções subjetivas de um país particular; ela deve colocar-se num nível internacional e orientar-se em relação à totalidade da situação da política mundial. A Holanda, quer queira quer não, não é, ela também, senão uma pequena peça de toda a engrenagem da atual política e diplomacia mundial. Isto saltaria imediatamente à vista no caso de a Holanda ser efetivamente arrastada para o turbilhão da guerra mundial. Primeiro de tudo, os seus adversários procurariam arrebatá-lhe as suas colônias; a estratégia da Holanda durante esta guerra teria pois, muito naturalmente, por finalidade a conservação das suas possessões atuais, e a defesa da independência nacional do

povo flamengo. Do mar do Norte lançar-se-ia por certo na defesa do seu direito de dominar e explorar o povo malaio do arquipélago indonésio. Mas não é tudo: entregue a si mesmo, o militarismo holandês quebrar-se-ia como uma casca de noz no turbilhão da guerra mundial; a Holanda imediatamente faria parte, quer quisesse, quer não, de uma das grandes associações de Estados combatentes e, deste modo, tornar-se-ia também suporte e instrumento de tendências puramente imperialistas. Assim, cada vez mais, o caráter da guerra para cada país particular é determinado pelo quadro histórico do imperialismo atual e este quadro faz com que nos nossos dias, as guerras de defesa nacional não sejam absolutamente possíveis.²²²

A Resposta de Lenin com o texto “O Panfleto Junius”

Lenin “responderia” a Luxemburgo sem saber que estava a fazê-lo. Sem saber que o pseudônimo “Junius” era de Rosa Luxemburgo, Lenin, de qualquer maneira, teceu comentários tanto elogiosos quanto críticos ao panfleto “A Crise da Social-Democracia”. Sua resposta foi em um ensaio intitulado “O Panfleto Junius” publicado no primeiro número da coletânea *Sbornik Sotsial-Demokrata*, de outubro de 1916.

A primeira das posições errôneas de Junius está concretizada na quinta tese do grupo “A Internacional”: na era deste imperialismo desenfreado, já não pode haver guerras nacionais. Os interesses nacionais não são senão uma mistificação que tem por fim por as massas populares laboriosas ao serviço do seu inimigo mortal: “o imperialismo”. Na sua primeira parte, a quinta tese, que termina por esta afirmação, caracteriza a guerra atual como uma guerra imperialista. É possível que a negação das guerras nacionais em geral seja, ou uma inadvertência, ou um exagero cometido acidentalmente ao sublinhar esta idéia muito justa que a guerra atual é imperialista e não nacional. Mas também pode acontecer que seja o contrário, e já que diversos social-democratas cometem o erro de negar a existência de guerras nacionais quaisquer que sejam, uma vez que refutam a

²²² Luxemburgo, 1974, p. 144-146.

afirmação falsa, apresentando a guerra atual como uma guerra nacional, é impossível não ter em atenção este erro. Junius tem absoluta razão ao sublinhar a influência decisiva da “conjuntura imperialista” na guerra atual, ao dizer que atrás da Sérvia há a Rússia, que “atrás do nacionalismo sérvio se encontra o imperialismo russo”, que a participação, por exemplo, da Holanda na guerra seria também imperialista, porque 1) a Holanda defenderia as suas colônias e 2) seria aliada de uma das coligações imperialistas. Isto é indiscutível no que respeita à guerra atual. E quando Junius sublinha a este respeito o que lhe importa antes de tudo: a luta contra “o fantasma da guerra nacional”, que domina atualmente a política social-democrata, não se pode deixar de reconhecer que o seu raciocínio é muito justo e válido. O erro seria exagerar esta verdade, ao faltar à regra marxista que exige que sejamos concretos, isto é, estender as interpretações sobre a atual guerra a todas as guerras possíveis na época do imperialismo, esquecer os movimentos nacionais contra o imperialismo. O único argumento a favor da tese que “não pode mais haver guerras nacionais” é que o mundo está repartido entre um punhado de “grandes” potências imperialistas e que, por esta razão, qualquer guerra, seja ela nacional em princípio, se transforma em guerra imperialista, uma vez que ela fere os interesses de uma das potências ou das coligações imperialistas. Este argumento é manifestamente errado. Certamente, a tese fundamental da dialética marxista é que todos os limites na natureza e na sociedade são convencionais e móveis, que não há qualquer fenómeno que não possa, em certas condições, transformar-se no seu contrário. Uma guerra nacional pode transformar-se em guerra imperialista, mas o inverso também é verdadeiro. Exemplo: as guerras da grande revolução francesa começaram como guerras nacionais e foram-no efetivamente. Eram revolucionárias, porque tinham por objeto a defesa da grande revolução contra a coligação das monarquias contrarrevolucionárias. Mas quando Napoleão fundou o Império Francês ao subjugar toda uma série de Estados nacionais da Europa importantes e desde há muito tempo constituídos, então as guerras nacionais francesas tornaram-se guerras imperialistas, que engendram por sua vez guerras de

libertação nacional contra o imperialismo de Napoleão. Só um sofista poderia apagar a diferença que existe entre a guerra nacional e a guerra imperialista sob o pretexto que uma pode transformar-se na outra. A dialética serviu mais de uma vez, até na história da filosofia grega, de ponte à sofística. Mas nós mantemo-nos dialéticos, porque combatemos os sofismas, não negando a possibilidade de toda a transformação em geral, mas analisando concretamente cada fenômeno dado no seu quadro geral e na sua evolução. Que a guerra imperialista atual de 1914-1916 se transforme numa guerra nacional é completamente improvável porque a classe que representa a vanguarda é o proletariado, que tende objetivamente a transformá-la numa guerra civil contra a burguesia, e depois também porque as forças das duas coligações não são de tal modo diferentes e porque o capital financeiro internacional criou por toda parte uma burguesia reacionária. Mas não é permitido qualificar tal transformação de impossível: se o proletariado europeu fosse enfraquecido durante uma vintena de anos; se esta guerra acabasse por vitórias no gênero das de Napoleão e pela subjugação de uma série de Estados nacionais perfeitamente viáveis; se o imperialismo extra-europeu (japonês e sobretudo americano) se mantivesse também uma vintena de anos sem conduzir ao socialismo, por exemplo, devido a uma guerra nipo-americana, então uma grande guerra nacional seria possível na Europa. Esta seria uma evolução que lançaria para trás a Europa por várias dezenas de anos. Isso é improvável, mas não impossível, porque é antidialético, anticientífico, teoricamente inexato, apresentar-se a história universal avançando regularmente e sem tropeços, sem fazer às vezes gigantescos saltos atrás. Prossigamos. Guerras nacionais não são somente prováveis, mas inevitáveis na época do imperialismo, por parte das colônias e das semicolônias. As colônias e semicolônias (China, Turquia, Pérsia) contam cerca de um bilhão de habitantes, isto é, mais de metade da população do globo. Os movimentos de libertação nacional são aí, ou já muito potentes, ou em vias de desenvolvimento e de maturação. Toda guerra é a continuação da política por outros meios. A continuação da política de libertação nacional das colônias conduzi-las-á inevitavelmente a ter guerras nacionais contra o imperialismo. Estas guerras

podem conduzir a uma guerra imperialista das “grandes” potências imperialistas de hoje, mas podem também não conduzir a isso, depende de muitas circunstâncias. [... Mesmo] na Europa, não se pode considerar que as guerras nacionais sejam impossíveis na época do imperialismo. A “época do imperialismo” tornou imperialista a guerra atual, e engendrará fatalmente (enquanto não for instaurado o socialismo) novas guerras imperialistas; impregnou de imperialismo a política das atuais grandes potências, mas não exclui de forma alguma as guerras nacionais, por exemplo dos pequenos Estados (digamos: anexados ou nacionalmente oprimidos) contra as potências imperialistas, da mesma forma que não exclui movimentos nacionais em grande escala no Leste da Europa [... Quando] se afirma, sem refletir, que a guerra de um pequeno Estado contra um gigante é sem esperança, é necessário notar bem que uma guerra sem esperança é apesar de tudo uma guerra: por outro lado, certos fenômenos no seio dos “gigantes”, por exemplo o começo de uma revolução, podem transformar uma guerra “sem esperança” numa guerra “cheia de esperança”. Se nos detivermos demoradamente sobre a inexatidão da tese segundo a qual “não pode mais haver guerras nacionais”, não é somente porque ela é manifestamente errada do ponto de vista teórico. [... Este] erro é igualmente muito nocivo sobre o plano político e prático: deduz-se daí a absurda propaganda do “desarmamento”, pois não pode haver, diz-se, senão guerras reacionárias; extrai-se daí uma indiferença ainda mais absurda e francamente reacionária em relação aos movimentos nacionais. E esta indiferença torna-se chauvinismo quando os membros das “grandes” nações europeias, isto é, as nações que oprimem uma multidão de pequenos povos e de povos coloniais, declarem num tom falsamente sábio: “Não pode mais haver guerras nacionais!” As guerras nacionais contra as potências imperialistas não são somente possíveis e prováveis, são *inevitáveis*, *progressistas* e *revolucionárias*, ainda que, naturalmente, o seu sucesso requeira tanto a coordenação dos esforços de um número considerável de habitantes dos países oprimidos (das centenas de milhões, no exemplo que citamos, da Índia e da China), como uma conjuntura internacional particularmente favorável (por exemplo, que a intervenção das

potências imperialistas seja paralisada pelo seu enfraquecimento, por uma guerra entre elas, pelo seu antagonismo, etc.), ou que intervenha um levantamento simultâneo do proletariado de uma das grandes potências contra a burguesia [...] (esta eventualidade, a última na nossa enumeração, ocupa, na verdade, o primeiro lugar, quer dizer que é a mais desejável e a mais vantajosa para a vitória do proletariado).²²³

O trecho acima deixa clara a grande diferença que havia no pensamento de Luxemburgo e Lenin sobre o potencial progressista e revolucionário dos movimentos nacionalistas, especialmente do movimento nacionalista das nações oprimidas. Lenin considera que a luta das nações oprimidas contém um germe historicamente progressista e revolucionário que pode ser aproveitado pelo proletariado em sua luta classista. Luxemburgo é muito mais cética, e mesmo desconfiada a esse respeito, chamando a atenção para os perigos do elemento burguês que caracteriza tais movimentos nacionalistas, mesmo no caso de pequenas nacionalidades oprimidas, como a sérvia e outras balcânicas, que, queiram ou não, são perpassadas pelo imperialismo, seja próprio seja via imperialismo de outras nações (como a Sérvia no seu mini-imperialismo nos Bálcãs ou na sua ligação com o imperialismo russo).

*A Discussão Sobre a Autodeterminação Sumariada*²²⁴

No mesmo número 1 da coletânea *Sbornik Sotzial-Demokrata* (de outubro de 1916) em que escreveu “O Panfleto Junius”, Lenin também publicou outro ensaio intitulado “A Discussão Sobre a Autodeterminação Sumariada”. Ele era resposta a uma discussão que foi feita nas páginas da revista marxista *Vorbote*, um órgão da chamada “esquerda de Zimmerwald”, em seu segundo número, lançado em abril de 1916. O “movimento de Zimmerwald” reunia um agrupamento de socialistas que eram contra a Primeira Guerra Mundial e contra o apoio dado por partidos social-democratas ao esforço de guerra. O movimento de Zimmerwald era heterogêneo, tendo uma ala “direita” (que reunia inclusive meros pacifistas), uma ala “centrista” (com pessoas como Kautsky que tinham uma retórica fortemente marxista, mas uma ação prática bem mais moderada) e uma ala

²²³ Luxemburgo, 1974, p. 191-198.

²²⁴ Lenin, 1960-1970z24.

“esquerda” (que reunia pessoas como Rosa Luxemburgo e Lenin, alguns dos quais assumiam até uma atitude derrotista, pregando usar a derrota de seus países para efetuar a revolução). A revista *Vorbote*, em um documento assinado pelo conselho editorial do jornal bolchevique *Sotsial-Demokrat* e pelo conselho editorial do jornal *Gazeta Robotnicza* (órgão dos social-democratas poloneses correligionários de Rosa Luxemburgo), publicou uma série de teses a favor e contra o princípio da autodeterminação das nações (questão que dividia os social-democratas russos e poloneses mencionados acima). Lenin escreveria seu artigo “A Discussão Sobre a Autodeterminação Sumariada” para defender seu ponto de vista em relação ao dos poloneses. Como as ideias dos social-democratas poloneses refletiam as ideias de Rosa Luxemburgo, de certa maneira, Lenin estava debatendo com Rosa Luxemburgo ao escrever tal texto (ele a cita nominalmente três vezes ao longo do texto). Por isso, vale a pena notar alguns dos argumentos extras que Lenin usou no ensaio. Ele começou analisando a relação da questão da autodeterminação dos povos com a revolução socialista.

Nós afirmamos que seria uma traição do socialismo se recusar a implementar a autodeterminação das nações sob o socialismo. Em resposta, [os social-democratas poloneses] nos dizem que “o direito da autodeterminação não é aplicável à sociedade socialista”. A diferença é grande. De onde provém? “*Nós sabemos* — prossegue o raciocínio de nossos oponentes — *que o socialismo abolirá todo tipo de opressão nacional já que abolirá os interesses de classe que levam a isso...*”. O que tem este conhecido e indisputado argumento sobre pré-requisitos econômicos para a abolição da opressão nacional a ver com a discussão de uma das formas de opressão política, a saber, a retenção forçada de uma nação nas fronteiras estatais de outra? Isto não passa de uma tentativa de evitar questões políticas! [...] Devemos supor que o socialismo vitorioso, tendo restaurado e implementado o tempo todo uma democracia completa, vai se recusar a demarcar democraticamente fronteiras estatais e ignorar as “simpatias” da população? A simples colocação da pergunta deixa claro que nossos colegas poloneses estão escorregando do marxismo para o imperialismo econômico. Os velhos “economicistas”, que transformavam o marxismo em uma caricatura, diziam aos trabalhadores que “apenas o econômico” é importante para os marxistas. Os novos economicistas parecem pensar que ou o

Estado democrático socialista vitorioso vai existir sem fronteiras (como um “complexo de sensações” imateriais) ou que as fronteiras serão delimitadas de acordo “apenas” com as necessidades da produção. Na verdade, as fronteiras serão demarcadas de acordo com a vontade e as “simpatias” da população. O capitalismo passa por cima dessas simpatias, adicionando mais obstáculos à união das nações. O socialismo, ao organizar a produção sem opressão de classe e assegurar o bem-estar de todos os membros do Estado, abre caminho para a realização das “simpatias” da população, promovendo e acelerando em grande medida assim a aproximação e unificação das nações.²²⁵ .

Lenin aborda aqui uma questão que perpassa não apenas o argumento dos social-democratas poloneses em geral mas também o pensamento de Luxemburgo em particular. É a ideia de que, com o socialismo, a questão nacional perderá sua importância, pois o nacionalismo seria um fenômeno do capitalismo (tendo aspectos positivos na época do capitalismo nascente e sendo basicamente negativo na época do imperialismo). Lenin discorda deste (de seu ponto de vista) “economicismo”: de que a mera socialização dos meios de produção (na infraestrutura) resolverá automaticamente os problemas da superestrutura política. Assim, Lenin não só acha que o nacionalismo das nações oprimidas pode ter um papel positivo mesmo na época do imperialismo sob o capitalismo mas também que, mesmo sob o socialismo, a autodeterminação das nações de uma maneira democrática pode ajudar na própria aproximação das nações para um destino socialista conjunto (ao diminuir os potenciais de tensão entre os povos).

Lenin também criticará os poloneses em seu tratamento da relação dos socialistas com “anexações”. Ele fará a crítica em duas direções, a primeira teórica e a segunda prática.

O que é anexação? Nós levantamos esta questão de maneira bem definida em nossas teses [...] Os camaradas poloneses não responderam a isso: evadiram a questão insistindo (1) que eram contra anexações e explicando (2) por que eram contra elas [...] Ser contra anexações significa ser a favor do direito à autodeterminação. Ser “contra a retenção

²²⁵ Lenin, 1960-1970z24, pt. 1, par. 1,2,8 e9.

forçada de qualquer nação dentro das fronteiras de um dado Estado” (nós deliberadamente empregamos esta formulação ligeiramente alterada da mesma ideia na seção 4 de nossas teses e os companheiros poloneses responderam-nos claramente no começo da sua § 1, 4, que eles “eram contra a retenção forçada de nações oprimidas dentro das fronteiras de um Estado anexador”) é o mesmo que ser a favor da autodeterminação das nações. Nós não queremos fazer querelas por palavras. Se houver um partido que diga em seu programa [...] que é contra anexações, contra a retenção forçada de nações oprimidas dentro das fronteiras de seu Estado, declaramos nossa completa concordância em princípio com este partido [...] Na § 3 da Parte 1 de suas teses, os companheiros poloneses declaram definidamente que são contra qualquer tipo de anexação. Infelizmente, na § 4 da mesma Parte, encontramos uma afirmativa que devemos considerar anexadora. Ela abre com a seguinte — como podemos colocar delicadamente? — estranha frase: “O ponto de partida da luta social-democrática contra anexações, contra a retenção forçada de nações oprimidas dentro das fronteiras de um Estado anexador é a *renúncia de qualquer defesa da pátria* [itálico dos autores] que, na época do imperialismo, é a defesa do direito da sua própria burguesia de oprimir e pilhar povos estrangeiros”. Como assim? [...] A Sérvia, Galícia e Armênia chamariam sua “revolta” contra aqueles que os anexaram uma “defesa da pátria” e o fariam justificadamente. Parece que os companheiros poloneses são contra este tipo de revolta com o argumento de que há uma burguesia também nesses países anexados que também oprime povos estrangeiros ou, mais exatamente, poderia oprimi-los, já que a questão é o tal “direito de oprimir”. Consequentemente, a dada guerra ou revolta não é avaliada pela força de seu conteúdo social (a luta de uma nação oprimida por sua liberação da nação opressora) mas pelo possível exercício do “direito de oprimir” por uma burguesia que, no presente, é, ela mesma, oprimida [...] Não há nada de marxista ou mesmo revolucionário neste argumento. Se não quisermos trair o socialismo, precisamos apoiar toda revolta contra nosso inimigo principal, a burguesia dos grandes Estados, desde que não seja revolta de uma classe reacionária. Ao nos recusarmos a apoiar a revolta de regiões

anexadas, objetivamente nos tornarmos anexadores. É precisamente na “era do imperialismo”, que é a era da revolução nascente, que o proletariado dará hoje um apoio especialmente vigoroso a qualquer revolta das regiões anexadas de modo que amanhã, ou simultaneamente, possa atacar a burguesia da “grande” potência que estará enfraquecida pela revolta.²²⁶

Novamente aqui Lenin enfatiza o potencial das lutas anticoloniais que, segundo ele, enfraquecem o inimigo principal, que é a burguesia dos países centrais. Os social-democratas poloneses, em suas teses, não fazem uma distinção tão grande entre a burguesia dos países opressores e a burguesia dos países oprimidos, vendo-as como igualmente exploradoras ou não confiáveis como aliados do proletariado, enquanto Lenin faz tal distinção.

*A Revolução Russa*²²⁷

O próximo passo nas interações entre Lenin e Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional virá após a tomada do poder na Rússia pelos bolcheviques em outubro de 1917. Da prisão na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, em 1918 Luxemburgo escreverá um manuscrito que seria publicado somente postumamente a ela em 1922 por Paul Levy. Neste manuscrito, que receberá o título de *A Revolução Russa*, Rosa fará uma análise crítica das primeiras medidas do governo bolchevique no poder. Apesar de elogiar a coragem e a determinação revolucionárias dos bolcheviques, tecerá críticas a várias de suas políticas, que considerava errôneas. Uma delas era a política dos bolcheviques em relação às nacionalidades. Retomando conceitos teóricos antigos, Luxemburgo examinará sua relação com a prática efetiva durante a Revolução como estava ocorrendo na Rússia naqueles meses de 1917 e 1918.

Se a derrota militar se transformou no colapso e na desagregação da Rússia, cabe aos bolcheviques uma parte da responsabilidade. Os próprios bolcheviques agravaram consideravelmente as dificuldades objetivas da situação pondo no primeiro plano da sua política uma palavra de ordem: o

²²⁶ Lenin, 1960-1970z24, pt. 3, par. 1, 4, 5 e pt. 4, par. 1,2,7,8.

²²⁷ Luxemburgo, 1991b.

assim chamado direito das nações à autodeterminação. O que, na realidade, se escondia por trás desta fórmula era a desagregação do Estado russo. A fórmula, constantemente proclamada com uma obstinação doutrinária, sobre o direito das diferentes nacionalidades do império russo de determinarem por si mesmas o seu destino, “até e inclusive o direito de se separarem da Rússia”, era um grito de guerra particular de Lenin e de seus companheiros durante sua oposição à guerra de Miliukov e de Kerenski. Ela constituiu o eixo de sua política interna depois da insurreição de outubro e toda a plataforma dos bolcheviques em Brest-Litovski, a única arma que tinham para opor à posição de força do imperialismo alemão. O que choca, em primeiro lugar, na obstinação e na intransigência com que Lenin e companheiros se agarraram a esta palavra de ordem, é o fato de que ela está em flagrante contradição, não só com o seu pronunciado centralismo político, mas também com sua atitude perante os outros princípios democráticos. Enquanto professavam um desprezo glacial pela Assembleia Constituinte, pelo sufrágio universal, pela liberdade de imprensa e de reunião, em suma, por todo o arsenal das liberdades democráticas fundamentais das massas populares, cujo conjunto constituía o “direito à autodeterminação” na própria Rússia [...] defenderam o “plebiscito” nas nações alógenas da Rússia para decidirem pertencer ou não ao Estado russo como o verdadeiro paládio de toda liberdade e de toda democracia [...] Esta contradição flagrante é tanto mais incompreensível na medida em que as formas democráticas da vida política em cada país, como veremos mais tarde, constituem de fato fundamentos extremamente preciosos, mesmo indispensáveis da política socialista, enquanto o ilustre “direito das nações à autodeterminação” não passa de oca fraseologia pequenoburguesa, de disparate. De fato, o que pode significar esse direito? O bê-a-bá da política socialista consiste em combater, como qualquer espécie de opressão, a opressão de uma nação por outra [...] Evidentemente, Lenin e seus companheiros estimavam que não havia meio mais seguro de vincular as numerosas nacionalidades alógenas do Império russo à causa da revolução, à causa do proletariado socialista que concedendo-lhes, em nome da revolução e do socialismo, a

liberdade suprema e ilimitada de disporem do seu próprio destino. Essa era uma política análoga à que os bolcheviques adotaram em relação aos camponeses russos, cuja fome de terra pensavam satisfazer pela palavra de ordem de apropriação direta das terras da nobreza, vinculando-os assim à bandeira da revolução e do governo proletário. Infelizmente, nos dois casos, o cálculo era completamente falso. Enquanto Lenin e seus companheiros esperavam manifestamente, como defensores da liberdade das nações “até à separação enquanto Estado”, fazer da Finlândia, da Ucrânia, da Polônia, da Lituânia, dos países bálticos, das populações do Cáucaso etc., aliados fiéis da Revolução Russa, nós assistimos ao espetáculo inverso: uma após outra, essas “nações” utilizaram a liberdade recentemente oferecida para se aliarem, como inimigas mortais da Revolução Russa, ao imperialismo alemão e para levarem, sob sua proteção, a bandeira da contrarrevolução para a própria Rússia. Um exemplo típico disso é oferecido pelo episódio com a Ucrânia, em Brest, que provocou uma viragem decisiva nas negociações (russo-alemãs) e em toda a situação política dos bolcheviques, tanto interna quanto externamente. A atitude da Finlândia, da Polônia, da Lituânia, dos países bálticos, das nações do Cáucaso mostra do modo mais convincente que não se trata aqui de uma exceção fortuita, mas de um fenômeno típico. Certamente, em todos esses casos, não são na realidade as “nações” que praticaram essa política reacionária, mas apenas as classes burguesas e pequeno-burguesas que, em oposição violenta às suas próprias massas proletárias, transformaram o “direito à autodeterminação nacional” num instrumento da sua política de classe contrarrevolucionária. Mas – e nós tocamos aqui o xis da questão – é exatamente nisso que reside o caráter utópico e pequeno-burguês dessa fórmula nacionalista: na dura realidade da sociedade de classes, sobretudo numa época de antagonismos exacerbados, ela se transforma simplesmente num meio de dominação das classes burguesas. Os bolcheviques precisaram aprender à sua custa e à custa da revolução que, sob a dominação capitalista, não há autodeterminação da “nação”, que, numa sociedade de classes, cada classe da nação aspira a se “autodeterminar” de um modo diferente, que, para as classes burguesas, as considerações

sobre a liberdade da nação vêm bem depois das considerações sobre a dominação de classe. A burguesia finlandesa, assim como a pequeno-burguesia ucraniana, pôs-se totalmente de acordo ao preferir a dominação alemã à liberdade da nação, caso esta tivesse que estar ligada aos perigos do “bolchevismo”. Esperava-se transformar em seu contrário essas relações de classe reais através de “plebiscitos” – em Brest, todas as discussões giravam em torno desta idéia – e, confiando na massa popular revolucionária, obter um voto majoritário a favor da fusão com a Revolução Russa; se Lenin e Trotski pensavam seriamente nisso, davam mostras de um otimismo incompreensível, mas se se tratava apenas de uma estocada tática no duelo com a política de força alemã, era brincar perigosamente com fogo. Porém, mesmo sem ocupação militar alemã, dado o estado de espírito da massa camponesa e de grandes camadas de proletários ainda indiferentes, dada a tendência reacionária da pequeno-burguesia e os mil meios de que a burguesia dispunha para influenciar o voto, esse célebre “plebiscito”, caso tivesse sido realizado nos países limítrofes, muito possivelmente teria chegado por toda parte a um resultado que não teria regozijado os bolcheviques. A regra infalível nesses plebiscitos sobre a questão nacional pode ser assim enunciada: ou bem as classes dominantes se arranjam para impedi-los, quando não lhes convêm ou, caso se realizem, procurem influenciar os resultados por todas as espécies de meios e truques, de tal maneira que nunca introduziremos o socialismo por via de plebiscito [...] Em vez de pôr em guarda os proletários dos países limítrofes contra todo separatismo, mostrando-o como uma armadilha puramente burguesa, e de sufocar, com mão de ferro, as tendências separatistas no ovo – usar a força era, nesse caso, agir verdadeiramente no sentido e no espírito da ditadura proletária – ao contrário, com sua palavra de ordem, confundiram as massas em todos os países limítrofes, entregaram-nas à demagogia das classes burguesas. Encorajando dessa maneira o nacionalismo, eles próprios provocaram e prepararam a desagregação da Rússia, pondo nas mãos dos seus inimigos o punhal com que estes iam

golpear o coração da Revolução Russa.²²⁸

Nas palavras acima, Luxemburgo examinava agora não apenas a posição teórica de Lenin e dos bolcheviques sobre a questão das nacionalidades mas também as medidas *práticas* que eles tomaram em relação a isso após assumirem o poder com a Revolução de Outubro de 1917. Em primeiro lugar, é preciso notar que Rosa apontava que os bolcheviques não renegaram e estavam sendo coerentes com a sua proposta anterior de anos de autodeterminação dos povos. Eles estariam executando tal política no primeiro ano da revolução e Rosa apontava que isso estava levando a resultados catastróficos como ela tinha previsto. Em vez de assegurar a lealdade das nacionalidades não russas, a promessa de autodeterminação das nações (ao limite da secessão) estava alimentando as paixões nacionalistas ao ponto de haver várias tendências centrífugas na Ucrânia, no Cáucaso e em outras regiões.

Independentemente do mérito *per se* da posição teórica de Luxemburgo e Lenin sobre o conceito de autodeterminação das nações é preciso notar a ironia da situação histórica prática concreta. Naqueles primeiros imediatos meses da Revolução de Outubro (os primeiros meses de 1918, quando Luxemburgo escreveu o texto) realmente, na confusão do processo revolucionário, diversas tendências centrífugas nacionais se impuseram, principalmente na Ucrânia, no Cáucaso, na região Báltica, na Polônia e na Finlândia. Algumas dessas tendências realmente se consolidariam como estados independentes, como a Polônia e Finlândia. Mas as outras regiões apontadas acima, no final das contas, continuariam como parte do novo Estado bolchevique (que receberia o nome de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922).²²⁹ E muitos críticos dos

²²⁸ Luxemburgo, 1991b, p. 76-81.

²²⁹ Apesar de no início de 1918 haver tendências centrífugas e levantes em todas estas regiões do antigo Império Russo (Polônia, Finlândia, Ucrânia, região Báltica e Cáucaso), apenas Polônia (em 11/11/1918) e Finlândia (em 06/12/1917) conseguiram independência definitiva. As três nações da região báltica (Estônia, Letônia e Lituânia) ficaram independentes no entreguerras, mas foram reincorporadas à URSS no início da Segunda Guerra Mundial, com o pacto Molotov-Ribbentrop. Já na Ucrânia e nas regiões das montanhas do Cáucaso (como a Geórgia), os movimentos independentistas perderam a disputa com os bolcheviques e permaneceram ligadas ao novo Estado soviético: na Ucrânia com o acordo da Paz de Riga em 18 de março de 1921 e na Geórgia com a vitória do Exército Vermelho sobre o governo menchevique (que declarara a independência do país em 26 de maio de 1918) em 25 de fevereiro de 1921.

bolcheviques diriam que eles manteriam aquelas regiões na URSS por métodos autoritários, negando, inclusive, na prática, sua posição teórica anterior sobre a autodeterminação dos povos.

Assim, a discussão entre Lenin e Rosa Luxemburgo sobre a autodeterminação das nações engloba não apenas a dimensão teórica, mas também a dimensão prática: a questão se os bolcheviques, na sua política concreta, realmente resguardariam tal direito. Esta discussão não está posta no texto *A Revolução Russa*, pois nos primeiros meses da Revolução de Outubro, Luxemburgo assumia que os bolcheviques neste campo das nacionalidades (ao contrário de alguns outros campos), realmente tinham mantido sua posição teórica original da autodeterminação das nações. E isso, Luxemburgo considerava um erro *a priori*, pois, segundo ela, não existe tal direito na época do imperialismo, quando quaisquer dos aspectos positivos do nacionalismo que tenham existido nas fases do capitalismo nascente há muito já estavam exauridos e a consequência só poderia ser o que Luxemburgo e todos estavam testemunhando naqueles primeiros meses de 1918, ou seja, tendências centrífugas nacionalistas se estabelecendo por cima das tentativas centralizadoras do novo governo socialista. Um resultado previsível, segundo ela.

Final abrupto

Houve um final abrupto nas interações entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Rosa Luxemburgo, que tinha sido libertada da prisão em novembro de 1918, participara no final do ano da fundação do KPD (*Kommunistische Partei Deutschlands*, “Partido Comunista da Alemanha”) e da *Insurreição de Janeiro* em 1919. Com o fracasso da Insurreição de Janeiro e a perseguição aos comunistas que se seguiu, Rosa Luxemburgo foi capturada e morta, em 15 de janeiro de 1919 por membros do *Freikorps*.

Após isso, o debate direto entre os dois sobre a questão nacional estaria virtualmente encerrado, mas Lenin se referiu ao tópico numa espécie de elogio fúnebre que fez a Luxemburgo em 1922.

Rosa Luxemburgo estava errada na questão da independência da Polónia; estava errada em 1903 em sua avaliação do menchevismo; estava errada em sua teoria da acumulação do capital; estava errada em julho de 1914, quando, juntamente com Plekhanov, Vandervelde, Kautsky e outros, advogou unidade entre bolcheviques e mencheviques;

estava errada no que escreveu na prisão em 1918 [sobre a Revolução Russa] (ela corrigiu a maioria destes últimos erros no final de 1918 e começo de 1919, quando foi solta). Mas, a despeito de seus erros, ela foi (e permanece para nós) uma águia [...] Não só os comunistas do mundo inteiro cultivarão sua memória, mas sua biografia e seus trabalhos [...] servirão como manuais úteis para o treinamento de muitas gerações de comunistas por todo o mundo.²³⁰

Estas palavras de Lenin encerrariam as discussões entre os dois sobre a questão nacional que acompanhamos em detalhes ao longo deste trabalho.

A Discussão (entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional) Sumariada

Fazendo um trocadilho com o título de um dos mais famosos textos de Lenin aqui abordados (“A Discussão Sobre a Autodeterminação Sumariada”), passemos agora a uma revisão dos principais e mais frequentes temas abordados nas interações entre Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Nós nos concentraremos nos principais temas entre aqueles em que havia discordância ou nuances de compreensão a serem debatidos são: autodeterminação das nações, direito de secessão, autonomia, autogoverno, federação/federalismo, o papel do nacionalismo na época do imperialismo e a distinção entre o nacionalismo das grandes nações opressoras e o nacionalismo das pequenas nações oprimidas.

Antes de entrarmos no campo das diferenças entre os dois, é preciso notar que, no campo conceitual geral sobre o fenômeno do nacionalismo, Luxemburgo e Lenin possuem admirável terreno comum. Como chamamos a atenção no capítulo 1 (sobre teorias do nacionalismo em geral), Rosa e Lenin, como marxistas, dentro dos debates paradigmáticos entre modernistas/perennialistas e instrumentalistas/primordialistas, são ambos modernistas e instrumentalistas. Para eles o nacionalismo não é um fenômeno “natural”, antiquíssimo, mas um fenômeno moderno, que surgiu na fase nascente do capitalismo, acompanhando as modificações centralistas trazidas por este por cima das antigas fragmentações feudais. Assim, ambos dividem um notável terreno comum no aspecto *teórico* da análise do nacionalismo enquanto fenômeno em si. São as implicações e derivações *políticas* a serem

²³⁰ Lenin, 1960-1970, v. 33, p. 210.

traçadas a partir daí que, em muito, pavimentam o caminho para as diferenças entre os dois.

Vejam os por parte os diferentes tópicos.

A *autodeterminação das nações* é o conceito fulcral da discussão entre Luxemburgo e Lenin e ponto de partida da contenda. Tudo começou com o projeto de programa de partido que Lenin e o pessoal do jornal Iskra tinha escrito para ser apresentado no II Congresso do POSDR (Partido Operário Social-Democrata da Rússia) de 1903. No projeto de programa dos iskristas constava o ponto sobre a autodeterminação. Lenin escreveu, em 1902 e 1903, vários artigos defendendo esta tese. Para ele, a descrição da Rússia como a “Prisão dos Povos” era correta e a solução para o problema seria deixar que estes povos tivessem o *direito* de escolher se queriam ou não partilhar o mesmo “teto” que os outros povos do Império Russo. Como vimos anteriormente, esta concepção de Lenin do *direito* à autodeterminação convivia com a proposta centralista bolchevique de um amálgama dos proletários das diversas nações rumo ao socialismo. Os bolcheviques, ao mesmo tempo em que respeitariam o direito de uma nação se autodeterminar, não se punham na obrigatoriedade de defender todo e qualquer separatismo: pessoalmente apoiariam apenas aqueles movimentos que avançassem a causa do socialismo.

Rosa Luxemburgo — que se opunha aos movimentos independentistas poloneses defendendo a união do proletariado polonês e russo numa luta comum (nesta última parte assim como Lenin) — dizia que Lenin estava “brincando com fogo”, que não fazia sentido colocar no programa de um partido *socialista* a questão nacional que, em princípio, nada tem a ver com o socialismo. Pior ainda, como geralmente os movimentos nacionalistas são dirigidos por elementos da burguesia, “chamar” a questão nacional para dentro do partido (e do futuro Estado socialista) seria uma forma de fortalecer o elemento burguês nesta fase de transição do capitalismo ao socialismo; exatamente o elemento que o proletariado combate umbilicalmente em sua luta de classe.

Pior ainda, Lenin defendia o direito de autodeterminação das nações *ao ponto da secessão*. Ou seja, Lenin defendia também o *direito à secessão* para o caso daqueles povos que decidissem que não queriam mais conviver com o antigo Estado. Lenin afirmava que, sem essa possibilidade como opção, o direito à autodeterminação seria uma expressão oca, sem substância. Luxemburgo dizia que sugerir espontaneamente tal possibilidade era praticamente incentivá-la, pois chamava a atenção que, durante as campanhas para o “povo” escolher se queria secessão ou não, os elementos burgueses (que costumam controlar esses movimentos, os próprios meios de

comunicação, etc.) fariam propaganda (inclusive enganosa) para seus próprios interesses e não voltada para os interesses de uma “pátria” socialista. O direito à secessão seria a gasolina a ser jogada no fogo já (inutilmente) aceso da fogueira do direito proclamado à autodeterminação.

Sobre a questão da *autonomia* havia bastante concordância entre os dois. Ambos defendiam, em princípio, o centralismo. Entretanto, apenas centralismo poderia levar a uma excessiva burocratização e rigidez. Como instrumento de correção dos *excessos* do centralismo, vinha a autonomia. Trata-se obviamente de uma autonomia local, relativa e limitada de uma região ou área dentro de um contexto maior centralista. Que necessidade há de que a construção de uma pequena estrada vicinal local ou a decisão pela criação de uma escola local em língua *x* ou *y* lá em um município pequeno longínquo da Sibéria tenha que ser determinada em Moscou e passar por mil carimbos antes de ser colocada em prática no local? Absolutamente não é problemática para Luxemburgo ou Lenin a convivência de uma autonomia local para tratar de problemas absolutamente locais com um plano central que trata das estratégias gerais (que serão implementadas em cada localidade diferentemente, de acordo com as diferentes condições locais).

O conceito de *autogoverno* (em russo *samoupravlenie*; em polonês *samorząd*; em alemão *Selbstverwaltung*; em inglês *self-governance* ou *self-government* ou *self-rule*) representa uma aplicação concreta da autonomia. No século XIX, no contexto do Império Russo, ele englobava inclusive as primeiras instituições que timidamente, no contexto ainda de uma monarquia absoluta, procuravam descentralizar ao nível local pelo menos algumas funções de caráter e interesse puramente local. O conceito de *samoupravlenie* (“autogoverno” em russo) era utilizado principalmente para descrever a grande novidade administrativa das reformas de Alexandre II: o *zemstvo* (plural *zemstva*). Alexandre II foi o czar que aboliu a servidão na Rússia em 1861. Apesar de ele não aceitar a criação de um parlamento geral para o império, em 1864 criou as *zemstva*, que representavam um órgão eleito nas localidades com poderes limitados para executar autonomamente algumas tarefas da administração burocrática puramente local das quais o governo central não se interessava em (ou podia) se ocupar. A ideia era criar órgãos meramente tecnocráticos para execução de trabalhos locais (construção de escolas, pontes, etc.). Na prática, o fato de haver eleições para escolher os representantes fazia com que as *zemstva*, a despeito de seu caráter nominal puramente burocrático e administrativo, se tornassem, na prática, uma escola de aprendizado político, por mais amordaçado e restrito que fosse. Inclusive o nome do órgão oficial de imprensa do movimento das *Zemstva*, uma revista, era *Samoupravlenie* (“Autogoverno”). Assim, além do conceito mais

amplo que o termo *autogoverno* ou *autogestão* recebeu no século XX (com conotações libertárias bem mais amplas, inclusive dentro do próprio marxismo), no século XIX e início do século XX, ele englobava também as mais tímidas tentativas de descentralização e autonomia autoadministrativas ou autogestionárias do tipo das *zemstva*. O conceito de autogoverno era visto positivamente tanto por Luxemburgo quanto por Lenin como compatível com o centralismo democrático. Ou seja, em suas discussões, o autogoverno não era visto como sinônimo de “independência” ou “separatismo”, mas sim como mecanismo descentralizador de decisões em caráter local, compatível com uma centralização tanto dentro do capitalismo quanto do socialismo.

O conceito de **Federação/Federalismo** era rejeitado tanto por Rosa Luxemburgo quanto por Lenin. Dentro do movimento socialista, ambos associavam o conceito ao nome do anarquista Bakunin, que propusera ao movimento socialista, em vez do modelo centralista de Marx, uma futura “Federação Internacional de Povos”.²³¹ Lenin defenderia esta posição teórica básica inicial contrária até a Revolução de 1917. A ironia é que, posteriormente, pressionada pelas demandas das nacionalidades, a forma estatal soviética assumiria um caráter fortemente federativo, equilibrando-se entre os princípios centralizadores e federativos. O nome oficial do país era *UNIÃO* (princípio centralizador) *das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, mas muitas de suas repúblicas constituintes eram federativas, incluindo a maior delas, a RSFSR (República Socialista *Federativa* Soviética da Rússia). Além disso, todas as constituições da União Soviética (1924, 1936 e 1977) asseguravam o direito de *secessão* às repúblicas constitutivas da URSS.

Dissemos anteriormente que Luxemburgo e Lenin, como marxistas, podem ser classificados como modernistas e instrumentalistas em termos de teoria do nacionalismo. Ambos concordam que o nacionalismo é um fenômeno moderno cujo aparecimento está ligado ao capitalismo nascente. Neste período inicial do capitalismo, o nacionalismo teve um papel positivo no sentido de estimular as tendências centralizadoras para derrubar o particularismo e fragmentação do feudalismo. Assim, ambos concordam sobre a época inicial do capitalismo. Entretanto discordam sobre a época

²³¹ Bakunin, em seu *Catecismo Revolucionário*, disse que “a unidade básica da organização política em cada país deve ser a comuna completamente autônoma”, que “a nação nada mais deve ser que uma federação de províncias autônomas”, que “a província nada mais deve ser que uma federação livre de comunas autônomas” e que a “união das nações que compreende a Federação Internacional [...] será o germe da futura Federação Universal dos Povos”. No texto *Catecismo Nacional*, Bakunin escreveu: “Enquanto fenômeno localizado, a Revolução necessariamente assumirá um caráter federalista”. (Bakunin, 1972, p. 83-85, 101)

posterior do capitalismo, a época do imperialismo (pós-crise mundial de 1873). Rosa Luxemburgo diz que nessa nova época o nacionalismo perdeu qualquer caráter positivo que possa ter tido nas épocas iniciais do capitalismo e assume apenas sua feição agressiva, conquistadora, imperialista. Em suma, ela vê somente aspectos negativos no nacionalismo na época do imperialismo. Já Lenin vai fazer sua famosa distinção sobre o nacionalismo das grandes nações opressoras e o nacionalismo das pequenas nações oprimidas e dizer que o último pode conter (e frequentemente contém) aspectos positivos, que podem ser empregados também na luta classista pelo socialismo. Lenin dá atenção especial à situação dos países colonizados que, na sua luta contra a metrópole capitalista, enfraquecem o poder daquela burguesia, que é a mais forte do mundo e o obstáculo principal para que uma revolução socialista mundial possa ocorrer. Assim, ao minar e enfraquecer o inimigo principal e mais forte (a burguesia dos países centrais) a luta das pequenas nações oprimidas e das colônias por libertação, por tabela (ou mesmo diretamente), têm potencial para propulsionar a luta socialista classista. Já Luxemburgo é mais cética, e mesmo desconfiada, a respeito do papel do nacionalismo, mesmo o das pequenas nações oprimidas. Ao bater na tecla de que nos movimentos nacionais a burguesia é a classe predominante, Luxemburgo diz que, mesmo que inicialmente a burguesia nacionalista pareça estar no mesmo barco da luta classista dos trabalhadores contra o opressor estrangeiro, em algum momento, mais cedo ou mais tarde, ela “trairá” a causa dos trabalhadores, seja se aliando à burguesia estrangeira, seja ela mesmo assumindo o total controle político do país em caso de uma sublevação bem-sucedida contra os opressores estrangeiros.

Em suma, enquanto Luxemburgo enxerga as lutas puramente nacionais como essencialmente burguesas e, portanto, sem interesse (e mesmo perigosas) para a classe operária na época do imperialismo, Lenin vê um potencial positivo para a luta de classes em alguns movimentos nacionais das nações oprimidas e/ou colonizadas.

Finalmente, é importante notar que, para ambos, não há uma resposta definitiva sobre isso, uma fórmula única que permita classificar como positiva ou negativa qualquer luta nacional. Todos os dois autores indicam repetidamente que cada caso deve ser visto individualmente e dentro do seu contexto para se avaliar as reais potencialidades de cada reivindicação nacional. Todos dois concordam também que tudo deve ser visto do prisma do interesse da luta de classe do proletariado e não de algum ponto de vista nacional *a priori*.

A literatura a respeito do debate entre Luxemburgo e Lenin sobre a

questão nacional

Finalmente, precisamos examinar o que os autores abalizados escreveram sobre o debate Luxemburgo/Lenin a respeito da questão nacional. Primeiro de tudo, há de se notar que não existem livros ou teses acadêmicas dedicados especificamente ao tema do “debate entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional”. O que há são analistas que escrevem sobre um dos dois autores e comentam as interações com o outro ou escritos sobre a relação entre marxismo/marxistas em geral e a questão nacional em que são analisados esses dois autores. Dentro dessa literatura, destacaremos algumas análises que tocam em pontos cruciais das discussões entre os dois.

Entre os trabalhos que mais se aproximam de uma análise do debate entre Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional estão dois ensaios comparativos entre o pensamento desses dois autores *em geral*, escritos por Max Shachtman e Paul Mattick, que abordam *também* as diferenças entre eles especificamente sobre a questão nacional. Além disso, há obras que discutem o marxismo em sua relação com o nacionalismo (ou analisam a relação de marxistas com a questão nacional) e incluem comentários sobre as interações entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Neste campo destacaremos alguns que nos parecem ter trazido contribuições especialmente relevantes: o ensaio de Georg Lukács sobre as críticas de Luxemburgo a Lenin e aos bolcheviques em seu livro *História e Consciência de Classe*; o texto sobre o assunto de Horace B. Davis em seu livro *Toward a Marxist Theory of Nationalism*; as observações sobre Rosa Luxemburgo e Lenin de Michael Löwy em seus livros “Método Dialético e Teoria Política” e “Nacionalismos e Internacionalismos: da época de Marx até Nossos Dias”.

Iniciaremos cronologicamente pelo texto mais antigo dos acima citados: o ensaio de Georg Lukács.

“Observações Críticas Sobre A ‘Crítica da Revolução Russa’ de Rosa Luxemburgo”, de Georg Lukács (1922)

Em 1923, o filósofo húngaro Georg Lukács publicou seu famoso livro *História e Consciência de Classe*, que continha diversos ensaios escritos por ele entre 1918 e então. No livro havia dois ensaios sobre Rosa Luxemburgo. Em “O Marxismo de Rosa Luxemburgo” (originalmente publicado em janeiro de 1921), Lukács fazia uma análise bastante simpática ao caráter revolucionário e perspicaz das análises político-econômicas de Luxemburgo, especialmente em seu livro *A Acumulação de Capital*. Entretanto, foi em outro ensaio do livro, *Observações Críticas Sobre A*

“*Crítica da Revolução Russa*” (publicado originalmente em janeiro de 1922), que o filósofo húngaro fez comentários (e em um tom bem menos simpático) sobre a questão nacional em Luxemburgo e em seu debate com Lenin.

Lukács analisou o texto *A Revolução Russa*, de Luxemburgo. O filósofo húngaro afirmou que na base da posição de Rosa naquele texto subjazia sua afirmação anterior no panfleto que assinara como Junius durante a Primeira Guerra Mundial (*A Crise da Social-Democracia*) de que: “Na era do desenfreado imperialismo, não pode haver guerras nacionais”.²³² Sobre este ponto, Georg vai discordar de Rosa concordando com Lenin, ao repetir dois argumentos do revolucionário russo e acrescentar mais um terceiro próprio seu.

Em primeiro lugar, a situação na qual guerras nacionais possam se tornar de novo possíveis não é realmente provável, mas também não é totalmente fora de questão. Sua realização depende da velocidade da transição da fase da guerra imperialista para a fase da guerra civil. Assim, é errado generalizar o presente caráter imperialista ao ponto de negar de forma absoluta que qualquer guerra nacional seja possível [...] Em segundo lugar, as revoltas dos povos colonizados e semicolonizados são necessariamente guerras nacionais que os partidos revolucionários têm que apoiar. Ser indiferente a elas seria totalmente contrarrevolucionário [...] Em terceiro lugar, não se deve esquecer que as ideologias nacionais ainda sobrevivem, e não apenas no estrato da pequena burguesia (cuja comportamento em relação à revolução pode ser muito favorável em certas circunstâncias), mas no proletariado mesmo e especialmente no proletariado das nações oprimidas.²³³

Assim, Lukács defende a posição de Lenin contra Rosa Luxemburgo sobre a possibilidade de guerras nacionais “progressistas” mesmo na época do imperialismo, chamando a atenção para o argumento extra que a consciência nacional existe no próprio proletariado não só nas últimas fases do capitalismo quanto nas primeiras fases do caminho rumo ao socialismo.

É claro que esta divisa [a divisa da

²³² Lukács, 1972, p. 275.

²³³ Lukács, 1972, p. 275-276.

“autodeterminação dos povos”] deve ser contrabalançada pela divisa de “estar juntos”, da federação. Mas a mera vitória não livra o proletariado da contaminação por ideologias capitalistas e nacionalistas e, se for passar de maneira bem-sucedida pela fase ideológica da transição, então as duas divisas serão necessárias. Apesar dos insucessos de 1918, a política dos bolcheviques sobre esta questão [a questão nacional] se revelou a correta. Após [o desvantajoso acordo de paz com a Alemanha] de Brest-Litovsk, mesmo sem a noção do direito de autodeterminação, a Rússia soviética teria perdido as terras fronteiriças e a Ucrânia. Mas, sem essa política, não teria podido depois recobrar estes territórios, as repúblicas do Cáucaso, etc.²³⁴

A conclusão final de Lukács é que Luxemburgo, em contradição ao que sempre dizia de que as situações históricas deveriam ser vistas em seu contexto concreto e não de maneira abstrata, em relação à Revolução Russa, usava prescrições que se baseavam em uma visão idealista, normativa de como se deveria passar a revolução.

[...] Luxemburgo não se apercebe das escolhas entre as necessidades socialistas “impuras” que o destino jogou no colo da revolução proletária desde o início. Ela negligencia a necessidade que o partido revolucionário tem de mobilizar todas as forças que eram revolucionárias naquele momento e assim consolidar a frente revolucionária tão claramente e poderosamente quanto possível para o momento do choque com a contrarrevolução. Ela constantemente opõe as exigências do momento aos futuros estágios da revolução. Esta prática forma a base deste [seu] panfleto.²³⁵

“Lenin e Rosa Luxemburgo”, de Max Shachtman (1935)

Em termos cronológicos, o próximo grande passo em termos de uma análise das interações entre Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional foi o ensaio “Lenin e Rosa Luxemburgo”, de Max Shachtman em 1935. Max Shachtman, um intelectual trotskista norte-americano, escreveu um artigo

²³⁴ Lukács, 1972, p. 276.

²³⁵ Lukács, 1972, p. 276-277.

comparando o pensamento de Lenin e Rosa Luxemburgo, publicado em março de 1935 na revista *New International*.²³⁶ Entre outros aspectos, analisaria também a diferença entre os dois autores em relação à questão nacional.

Partindo de sua posição inicial trotskista da época, Shachtman contrapõe não Rosa Luxemburgo a Lenin, mas os dois *vis-à-vis* Stalin, que teria sido o corruptor de um caminho revolucionário geral proposto tanto por Lenin quanto por Rosa, a despeito das diferentes táticas e estratégias propostas por eles. No campo da questão nacional, Shachtman chama a atenção para muitas coisas comuns entre os dois (preferência inicial pela centralização em termos de governo, mas com concessões de autonomia e autogoverno em casos concretos, visão do nacionalismo como fenômeno que nasceu com o capitalismo, etc.). Na questão da relação dos comunistas com as nacionalidades no caso concreto do Império Russo na época do imperialismo e na questão geral da autodeterminação das nações é que havia a grande diferença. Shachtman chama atenção, entretanto, que a diferença entre os dois não era maniqueísta como frequentemente era apresentada de um Lenin a favor da autodeterminação dos povos e de Rosa Luxemburgo contra. Shachtman chama a atenção de que Luxemburgo também é a favor da autodeterminação dos povos, mas sob o socialismo. Sob o capitalismo, ela considera uma verdadeira autodeterminação dos povos impossível de ser realizada. Shachtman cita as frases de Luxemburgo no panfleto durante a Grande Guerra que ela assinou sob o pseudônimo de Junius: “O socialismo dá a todo povo o direito à independência e liberdade, a dispor independentemente de seu próprio destino [...] O socialismo internacional reconhece o direito de nações independentes, livres terem direitos iguais, mas somente ele pode criar tais nações, somente ele pode realizar o direito da autodeterminação dos povos”.²³⁷

Ou seja, o slogan da “autodeterminação dos povos”, para Luxemburgo, seria realizável apenas no socialismo enquanto para Lenin deveria ser uma demanda também dentro do capitalismo, por ser uma demanda democrática, que encaixava perfeitamente no período da revolução burguesa que a Rússia estava passando na primeira década do século XX. Apesar dessas diferenças, Shachtman enfatiza pontos em comum partilhados pelos dois mesmo nesse campo tão disputado entre eles ao dizer: “Que Lenin, entretanto, compartilhava com Rosa apreensão sobre os perigos chauvinistas que poderiam advir de uma demanda absoluta por independência da Polônia

²³⁶ Shachtman, 1935.

²³⁷ Shachtman, 1935, par. 2, 7 e 12.

em qualquer época e contexto, e que ele tinha em alta consideração a luta revolucionária, internacionalista dela contra os patriotas poloneses do tipo Pilsudski [...] é indubitável”.²³⁸

Apesar do apreço pela posição revolucionária dos dois, Shachtman acha que, politicamente, a opção pregada por Lenin do “direito à autodeterminação de (todas) as nações” se revelou a mais correta: “A despeito da crítica cortante de Rosa aos bolcheviques por sua política nacional depois da revolução [de Outubro de 1917], a posição destes foi confirmada pelos resultados. As aspirações nacionais levantadas pela primeira revolução [de fevereiro] de 1917 [...] tiveram apoio apenas por parte dos bolcheviques. Uma das principais razões pela qual o regime SR-menchevique de Kerensky se perdeu estava exatamente em que desprezou tais aspirações. A revolução bolchevique triunfou não apenas porque foi “reforçada” pela guerra dos camponeses [...] mas também porque foi suplementada [...] pelos movimentos nacional-revolucionários. A desintegração territorial da Revolução Russa, e seu colapso subsequente, mostraram ter sido um receio injustificado expresso por Rosa em suas críticas de 1918 [no texto *A Revolução Russa*]”.²³⁹

Shachtman defenderia que Lenin manteve sua posição consequente sobre a autodeterminação dos povos até o (seu) fim. Mas a URSS não manteria a posição leninista consequente sobre a autodeterminação das nações, pois Stalin desvirtuaria essa política leninista: “Se Rosa substituiu o poder de resistência da Revolução Russa, ela não substituiu o objetivo da Liga [das Nações] de Wilson e de seu slogan. É uma ocupação vã especular se Rosa teria se aproximado da posição de Lenin sobre a questão nacional caso não tivesse sido assassinada. Mas tudo que ela representava, o trabalho de toda sua vida e a herança inestimável que ela deixou [...] nos permitem acreditar que ela nunca teria aceitado a caricatura miserável da posição leninista que seus sucessores apresentaram”.²⁴⁰

“Luxemburgo versus Lenin”, de Paul Mattick (1935)

Alguns meses depois do aparecimento do artigo de Max Shachtman, ainda em 1935, Paul Mattick, um comunista conselheiro alemão que tinha emigrado para os Estados Unidos, publicou o ensaio *Luxemburgo versus*

²³⁸ Shachtman, 1935, par. 21.

²³⁹ Shachtman, 1935, par. 24-25.

²⁴⁰ Shachtman, 1935, par. 31-32.

Lenin.²⁴¹ Nele (que foi parcialmente uma reação ao artigo anterior de Max Shachtman) examinava também as diferenças entre Rosa e Lenin em diversos aspectos, inclusive na questão nacional. É importante notar que em 1935 Mattick estava próximo da corrente *conselhista* do marxismo (que criticava, pela esquerda, o excesso de autoritarismo dos bolcheviques e pregava mais poder aos conselhos operários, ou soviets, em vez de sua concentração no partido), o que o aproximava mais da posição de Rosa Luxemburgo.

Em sua crítica ao autoritarismo leniniano, Mattick discordaria da posição de Shachtman de que os preceitos leninianos basicamente corretos sobre a questão nacional teriam sido deturpados posteriormente sob Stalin na prática real soviética. Diria que o próprio Lenin os utilizava já de maneira oportunista, apenas para fortalecer o poder soviético central.²⁴² Ele dirá que Lenin utilizou a questão da autodeterminação dos povos instrumentalmente de modo diferente antes e depois da revolução de 1917: “Enquanto para Lenin, antes da Revolução Russa, os movimentos de libertação e as guerras nacionais eram parte do movimento democrático geral, depois da revolução eles se tornarão parte do processo revolucionário mundial proletário”.²⁴³ A partir dos dilemas dos caminhos difíceis da Revolução Russa de 1917 naquelas condições precárias, Mattick defenderá que Lenin adotou uma *Realpolitik* que priorizava o fortalecimento do Estado soviético por sobre outras considerações. Neste sentido, Rosa Luxemburgo estaria certa em apontar o perigo de se “mexer com fogo” ao ativar a questão da autodeterminação das nações, mas Mattick dirá que ela acertou no que não viu: o Estado soviético não cairia por causa das pressões liberadas das nações, mas o preço da sobrevivência da Rússia soviética como grande potência seria a diminuição de seu papel como catalizadora da Revolução Mundial.

A política nacional dos bolcheviques não se provou fatal ao domínio soviético [como temia Luxemburgo]. É verdade que grandes áreas ficaram separadas da Rússia e se tornaram Estados reacionários, mas o poder dos bolcheviques permaneceu firme como nunca. Aparentemente, a linha leninista tinha sido confirmada, e aparentemente os alertas de Luxemburgo tinham se revelado infundados. Mas esta crença só é verdadeira no que concerne a posição de poder do

²⁴¹ Mattick, 1935 e 2007.

²⁴² Mattick, 1935, par. 4. e 2007, p. 20-21.

²⁴³ Mattick, 1935, par. 9 e 2007, p. 23.

aparelho bolchevique de Estado. Absolutamente não é válida do ponto de vista da revolução mundial, o ponto de vista em disputa entre Luxemburgo e Lenin. A Rússia bolchevique ainda existe, mas não é o que era no início; não é mais o ponto de partida para a revolução mundial, mas o bastião contra ela.²⁴⁴

Assim, Paul Mattick conclui que, no total, Rosa Luxemburgo estava certa sobre a questão nacional como implementada pelos bolcheviques, mas não pelas razões que a própria Rosa apontou no início de 1918, quando escreveu *A Revolução Russa*, ou seja, pelo receio de que o despertar das paixões nacionais por meio do direito à autodeterminação dos povos levasse à derrocada do poder soviético em seu nascedouro. Afinal (apesar de Rosa Luxemburgo não ter vivido para ver isso), o poder soviético não só resistiu às tendências centrífugas nacionalistas iniciais como se fortaleceu com o tempo. Mas a tragédia foi que esse próprio fortalecimento do poder soviético por cima das nacionalidades rebeldes acabou levando ao que Rosa e muitos comunistas mais temiam em relação à nova Rússia: ela deixar de ser um baluarte para a disseminação da revolução mundial e se concentrar apenas em seu autofortalecimento enquanto grande potência.

“Rumo a Uma Teoria Marxista do Nacionalismo”, de Horace B. Davis

No terceiro capítulo de seu livro *Rumo a Uma Teoria Marxista do Nacionalismo*, Horace B. Davis faz uma análise da disputa entre Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Ele inicia o capítulo com uma assertiva instigante e controversa.

Talvez seja pouco conhecido que, apesar dos ataques de Lenin a ela, a posição filosófica de Rosa Luxemburgo [sobre o nacionalismo] em seus artigos de 1908-1909 [...] foi adotada por uma parte substancial do partido bolchevique, que combatia Lenin nesta questão usando os argumentos de Luxemburgo e, eventualmente, o derrotando em 1919, com o lema do direito à autodeterminação [das nações] sendo removido do programa do Partido Comunista [...] Somente depois, quando o tema não representava

²⁴⁴ Mattick, 1935, par. 18 e 2007, p. 26.

problema tão agudo, o lema foi revivido e passou a representar parte da plataforma do partido.²⁴⁵

Horace Davis se refere ao fato de que, depois do ano periclitante de 1918, em que as tendências centrífugas nacionalistas ameaçavam dilacerar o nascente poder soviético, o partido comunista retirou o ponto sobre a autodeterminação das nações do seu novo programa do partido adotado em 1919 (para substituir o primeiro programa adotado em 1903). Nikolai Bukharin, G.L. Pyatakov e seus seguidores usaram argumentos muito parecidos com os de Rosa Luxemburgo para defender a retirada do ponto da autodeterminação das nações no VIII Congresso do partido de março de 1919 que adotou o segundo programa do partido. Este episódio e esta época apossada da revolução realmente marcaram uma série de recuos e concessões que Lenin, premido pelas circunstâncias, teve que fazer na questão nacional, inclusive na questão do federalismo (que ele até 1917 descartava como ideia anarquista e que teve que aceitar nas estruturas de várias das repúblicas soviéticas).

Entretanto, parece-nos que Horace Davis exagera um pouco nas tintas ao decretar a derrota absoluta do conceito de autodeterminação das nações mesmo naquela época mais crítica. Afinal, se por um lado a palavra autodeterminação explícita saiu do novo programa do partido adotado em 1919, o direito à secessão das repúblicas foi incluído em todas as constituições soviéticas, desde a de 1918 que criou a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR) quanto todas as posteriores da URSS (1924, 1936 e 1977). Na verdade, mesmo no período mais periclitante de 1918-1920, o direito à autodeterminação (e à secessão), era o resultado disputado de vários vetores (teóricos e práticos) em permanente tensão.

Em relação ao tema da proximidade/compatibilidade das posições de Lenin e Luxemburgo, Horace Davis assume uma posição idiossincrática. Já vimos anteriormente que há autores (*e.g.*, Max Shachtman) que enfatizam os aspectos comuns das visões de mundo de Lenin e Luxemburgo e procuram aproximá-los teoricamente. Já outros (*e.g.*, Paul Mattick) enfatizam a radicalidade das diferenças entre os dois e julgam seus pensamentos incompatíveis entre si. Horace Davis afirma que

Foi a análise da situação concreta que dividia Luxemburgo e Lenin, não o método de análise ou o ponto de partida, ambos os quais quase iguais. Lenin, como um

²⁴⁵ Davis, 1978, p. 54.

internacionalista russo, estava lutando contra o chauvinismo grande russo. Luxemburgo, como uma internacionalista polonesa (alemã), estava lutando contra o social-patriotismo (chauvinismo) polonês. Paradoxalmente, eles chegaram a posições exatamente contrárias sobre a autodeterminação. [Michael] Lowy considera que a posição de Lenin era superior, pois podia ser aplicada em outras partes e reconhecia os aspectos construtivos dos movimentos nacionalistas de uma maneira que a posição de Luxemburgo não fazia.²⁴⁶

Discorreremos sobre a posição de Michael Löwy posteriormente, mas vemos que Horace Davis chama a atenção para quanto a origem “nacional” (o contexto da terra natal) dos dois contendores influenciava o seu pensamento!

A outra grande conclusão a que Davis chegou naquele capítulo é que “A ideia de que a teoria da autodeterminação [de Lenin] foi responsável pela fragmentação [inicial] do Império Russo é tão exagerada quanto a pressuposição oposta, de que a aderência das repúblicas fronteiriças aos bolcheviques foi resultado da mesma teoria”.²⁴⁷ Ele explicará isso da seguinte maneira.

A política de Lenin em relação aos povos fronteiriços [após a Revolução de 1917] tinha duas vertentes. Por um lado, o governo central bolchevique reconheceu o direito de liberdade dos povos que a desejassem. Um dos primeiros atos do novo governo foi conceder a independência à Finlândia [...] As repúblicas do Báltico também receberam tal reconhecimento [...] A outra vertente da política de Lenin em relação aos povos fronteiriços era mobilizar em cada território os amigos da revolução, fazê-los estabelecer um governo revolucionário e assegurar a ascensão de tal grupo ao poder (com auxílio das tropas do Exército Vermelho, se necessário) [...] Eventualmente, a maioria das antigas colônias foi reincorporada à URSS. Mas onde as potências ocidentais tinham estabelecido sua ocupação militar (como na Finlândia e as repúblicas do Báltico) ou onde o Exército Vermelho foi derrotado (como na Polônia), foi a autodeterminação da

²⁴⁶ Davis, 1978, p. 61-62

²⁴⁷ Davis, 1978, p. 70.

burguesia que venceu.²⁴⁸

Horace B. Davis mostra, assim, que um realismo político maior dominava a posição de Lenin sobre a questão nacional tanto no sentido “positivo” quanto “negativo”. Sua posição sobre a questão nacional era mais “realista” que a (mais “idealista” e “abstrata”) posição de Luxemburgo em termos teóricos e, posteriormente, na prática política real pós-Revolução de 1917, uma *Realpolitik* se impôs quando os bolcheviques tiveram que lidar com os problemas concretos nacionais à medida que eles se apresentavam.

Michael Löwy sobre Luxemburgo e Lenin

Michael Löwy foi um dos autores que mais proficuamente escreveu sobre a questão nacional em Rosa Luxemburgo e Lenin (além de em outros marxistas). Sobre Luxemburgo e Lenin, algumas de suas mais penetrantes observações podem ser vistas em várias de suas obras: seus livros “Método Dialético e Teoria Política” e “Nacionalismos e Internacionalismos: da época de Marx até nossos dias” e seus artigos “Marxists and the National Question”, “O Sonho Naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional” e “Why Socialism Must Be Internationalist... And What Rosa Luxemburg Can Teach Us About It”.²⁴⁹

Podemos começar, relembando o que Horace B. Davis tinha comentado acima, dizendo que Löwy, apesar de reconhecer a perspicácia das análises marxistas tanto de Luxemburgo quanto de Lenin, considerava que, no tocante à questão nacional, a posição de Lenin sobre a autodeterminação dos povos era mais realista e produtiva que a de Rosa Luxemburgo no contexto da época em que ambos viviam.²⁵⁰

O que distingue Lenin da maioria de seus contemporâneos é que ele dá ênfase – tanto no que diz respeito à questão nacional como em outros domínios – ao aspecto propriamente político da contradição. Enquanto os outros marxistas veem sobretudo a dimensão econômica, cultural ou “psíquica” do problema, Lenin insiste, em seus artigos dos anos de 1913 a 1916, no fato de que a questão do direito das nações a disporem de si próprias “remete inteira e

²⁴⁸ Davis, 1978, p. 68-69.

²⁴⁹ Respectivamente em Löwy, 1985, 2000, 1976, 2001 e 2020.

²⁵⁰ Löwy, 1985, p. 104.

exclusivamente ao campo da democracia política”, ou seja, ao campo do direito à separação política, à constituição de um Estado nacional independente [...] É inútil dizer que o aspecto político da questão nacional, para Lenin, não é o mesmo dos chanceleres, diplomatas, e, após 1914, dos exércitos em guerra. Para ele, é indiferente saber se uma ou outra nação terá ou não um Estado independente, ou quais serão as fronteiras entre dois Estados. Seu objetivo é a democracia e a unidade internacionalista do proletariado, que exigem ambas o reconhecimento do direito à autodeterminação das nações. Com este objetivo, defende com insistência a unificação, num mesmo partido, dos trabalhadores e dos marxistas de todas as nações que viviam no âmbito de um mesmo Estado, o Império Czarista — russos, ucranianos, poloneses, judeus, georgianos... — para poder lutar contra o inimigo comum: a autocracia, as classes dominantes. A principal objeção que se poderia formular à posição de Lenin, sobre a questão nacional é a recusa total da problemática austro-marxista da autonomia nacional cultural – defendida na Rússia sobretudo pelo Bund. A proposta leninista de autonomia administrativa local pelas nações não dava conta dos problemas das nacionalidades extraterritoriais como, por exemplo, os judeus.²⁵¹

Interessante também é a investigação cuidadosa dos meandros e variações do pensamento de Rosa Luxemburgo sobre esta questão. Löwy mostra que a posição aparentemente mais rígida e estabelecida de Luxemburgo, sofreu também algumas oscilações. Critica o economicismo da posição inicial de Luxemburgo e mostra momentos em que ela parecia escapar dele.

Até 1914 ela basearia sua visão em argumentos “economicistas”: a Polônia já estava integrada com a economia russa e, portanto, a independência da Polônia era uma demanda puramente utópica compartilhada apenas pelas camadas aristocráticas ou pequeno-burguesas. Ela também concebia as nações como fenômenos essencialmente “culturais”, propondo “autonomia cultural” como solução para as demandas nacionais. Faltando em sua abordagem estava

²⁵¹ Löwy, 2001, p. 133.

precisamente a dimensão política da questão nacional como enfatizada nos escritos de Lenin sobre o tópico: o direito democrático à autodeterminação. Entretanto, em pelo menos um artigo, ela colocou o problema de uma maneira muito mais aberta e dialética: na introdução à coleção “A Questão Polonesa e o Movimento Socialista”. Neste ensaio ela traça uma distinção cuidadosa entre o legítimo direito de cada nação à independência — “que decorria diretamente dos mais elementares princípios do socialismo” — e a desejabilidade desta independência para a Polônia, que ela rejeitava. Ela também insistia que a opressão nacional é “a opressão mais intoleravelmente bárbara”, que apenas podia provocar “rebelião raivosa, fanática”. Entretanto, alguns anos depois, em suas anotações *A Revolução Russa* (de 1918) — que contém críticas altamente válidas ao cerceamento da democracia e liberdade pelos bolcheviques — ela de novo rejeita qualquer referência ao direito das nações à autodeterminação como “rasa fraseologia pequeno-burguesa”.²⁵²

Se, por um lado, Löwy reconhecia a superioridade de Lenin em sua abordagem teórica sobre a questão da autodeterminação dos povos, por outro mostrava também o caráter problemático que teve a implementação, na prática, das posições leninistas na questão nacional após a vitória dos bolcheviques na Rússia.

Em que medida a prática de Lenin e de seus camaradas no poder esteve conforme aos princípios enunciados nos textos teóricos e nas resoluções partidárias? É difícil de responder a esta pergunta, tanto é complexa, confusa e contraditória a política nacional do Estado soviético durante os anos de formação da URSS. O que predomina é, inevitavelmente, uma grande dose de pragmatismo, de empirismo e de adaptação às circunstâncias, com múltiplas distorções das doutrinas bolcheviques sobre a questão nacional. Algumas dessas “adaptações” foram positivas, no sentido de maior democracia pluralista. Outras, ao contrário, constituíram violações brutais do direito dos povos a disporem

²⁵² Löwy, 2020, par. 1-2.

de si próprios: entre estes dois extremos, há uma vasta “zona cinzenta”. Apenas uma semana após a tomada do poder, os revolucionários de Outubro publicam uma declaração que afirma solenemente a igualdade de todos os povos da Rússia e seu direito à autodeterminação, até mesmo à separação. Muito rapidamente o poder soviético reconheceu — em parte, como uma situação de fato, mas também por um autêntico desejo de romper com as práticas imperiais e de reconhecer os direitos nacionais — a independência da Finlândia, da Polônia e dos países bálticos (Lituânia, Letônia, Estônia). O destino da Ucrânia, das nações do Cáucaso e de outras regiões “periféricas” foi decidido durante a guerra civil com, na maior parte dos casos, uma vitória dos bolcheviques “locais”, mais ou menos — de acordo com os casos — ajudados pelo Exército Vermelho em formação. A primeira “distorção positiva” foi a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918, redigida por Lenin. Era um apelo à formação de uma federação de repúblicas soviéticas, fundada sobre a aliança livre e voluntária dos povos. Esta afirmação explícita do princípio federativo é uma verdadeira mudança com relação às posições anteriores de Lenin e de seus camaradas, que — como dignos herdeiros da tradição jacobina — eram hostis ao federalismo e favoráveis a um Estado unitário e centralizado. Embora não fosse explicitamente assumida nem justificada teoricamente, tratou-se de uma mudança altamente positiva. Outra “adaptação democrática” foi a prática do poder soviético sobre a minoria judia. Antes de 1917, Lenin e os bolcheviques sempre atacaram as teses austro-marxistas e seus partidários judeus na Rússia – o Bund. Porém, não deixaram de adotar, ao longo dos primeiros anos da revolução, uma política inspirada, em larga escala, pela autonomia nacional cultural. O ídiche obtém o estatuto de língua oficial na Ucrânia e na Bielo-Rússia e revistas, bibliotecas, jornais, editoras, teatros e até mesmo centenas de escolas de ídiche se desenvolveram [...] Quanto às violações dos direitos democráticos dos povos, fazendo-se abstração de condições mais ou menos discutíveis da “sovietização” da Ucrânia e das nações caucasianas, dois casos se apresentam

como particularmente significativos: a invasão da Polônia, em 1920, e a da Geórgia, em 1921.²⁵³

Ao analisar as diferenças entre os pensamentos de Rosa e Lenin, Löwy buscará a explicação das divergências entre os pensamentos desses dois revolucionários que partem de uma base marxista comum.

Rosa não viu nos movimentos de liberação nacional senão seu lado anacrônico, pequeno-burguês, reacionário, sem apreender sua potencialidade revolucionária contra o czarismo (e mais tarde, em outro contexto, contra o imperialismo e o colonialismo) [...] Rosa não compreendeu que a liberação nacional dos povos oprimidos é uma exigência não apenas da pequena-burguesia [...] mas também de todas as massas populares, inclusive o proletariado. E que, por conseguinte, o reconhecimento, pelo proletariado russo organizado, do direito à autodeterminação dos povos, era precisamente a condição *sine qua non* de sua unidade com o proletariado das nações oprimidas. Qual é a fonte desses erros, lacunas e insuficiências de Rosa? Em nossa opinião, seria falso crer que eles estão organicamente ligados ao método de Rosa Luxemburgo (exceto para o economicismo de 1914) ou ao conjunto de suas posições políticas (p. ex., sobre o partido, sobre democracia, etc.). Com efeito, essas teses sobre a questão nacional não eram específicas a Rosa mas eram partilhadas pelos outros dirigentes do SDKPiL, mesmo por aqueles, como Dzerjinsky, que aderiram ao bolchevismo; Dzerjinsky não começou a autocriticar sua oposição à autodeterminação das nações senão em 1925. É provável que a posição unilateral de Rosa seja, em última análise, um subproduto ideológico da luta ideológica virulenta e permanente do SDKPiL contra o PPS. A diferença entre Lenin e Rosa Luxemburgo é, pois, em certa medida (a respeito da Polônia pelo menos) uma consequência da diferença de ótica entre internacionalistas russos (que lutam contra o chauvinismo gran-russo) e internacionalistas poloneses (que combatem o social-patriotismo polonês).²⁵⁴

²⁵³ Löwy, 2001, p. 133-134.

²⁵⁴ Löwy, 1985, p. 110-111.

Citamos longamente Michael Löwy, pois nos parece um dos analistas que, de maneira ao mesmo tempo empática e crítica, analisa os meandros das sutilezas das posições de Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional. Mostra que é importante não apenas uma análise interna do modo de pensamento dos dois marxistas, mas também uma averiguação do contexto histórico da formação destes pensamentos para a compreensão das divergências de pensadores que partem de uma base marxista comum muito próxima (antirrevisionista, etc.).

Gostaríamos apenas de acrescentar que talvez um fator extra para explicar as divergências entre os dois no campo da questão nacional seja o fato de que a questão nacional *em si* é uma área problemática dentro do marxismo. O marxismo clássico enfatizava centralmente a questão de classe e a base econômica. Áreas “externas” a este cerne, como questões culturais ou nacionais eram frequentemente vistas como campos secundários ou suplementares de estudo. Tal separação tem potencial para atrapalhar a organicidade do estudo e levar ao aprofundamento de divergências mesmo entre pensadores que compartilhem uma plataforma ou métodos marxistas comuns.

Palavras Finais

O debate entre Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional foi paradigmático dentro do campo socialista. Representava as duas grandes correntes em relação à questão no movimento. Aqueles que acreditavam que os movimentos nacionais (ou, pelo menos, alguns deles em determinadas condições) poderiam conter elementos progressistas e auxiliar na luta pela questão de classe e implantação do socialismo. E aqueles, descrentes disso, que consideravam o nacionalismo, *a priori* ou nas condições do momento, incompatível com a luta pelo socialismo e um inimigo potencial e perigoso desta.

Quem estava certo? Difícil dizer tal a quantidade de variáveis envolvidas na avaliação. De maneira geral, a experiência da criação da URSS e o seu período principal de existência dentro do campo socialista poderia dar razão a Lenin já que, na prática, a política leninista de cooptação da questão nacional para a luta socialista pareceu, por longo tempo, ter “dado certo”. A própria criação e existência da URSS era uma espécie de “prova viva” disso. No pós-Segunda Guerra Mundial, com a expansão do campo socialista para abarcar quase um terço da população mundial, e a aproximação de muitos movimentos de luta nacional no Terceiro Mundo a este mesmo campo socialista, esta impressão era reforçada. Por outro lado, a desintegração da União Soviética e de grande parte do campo socialista (especialmente no Leste Europeu), em muitos casos (especialmente na URSS) fortemente influenciada por movimentos “nacionalistas” internos centrífugos, pareceu dar razão à Rosa Luxemburgo de que, no final das contas, os movimentos nacionalistas agirão contra uma luta socialista internacionalista (desde o começo ou no longo prazo).

Um ponto enfatizado tanto por Luxemburgo quanto por Lenin, entretanto, fica claro nessas discussões. Não há uma resolução *a priori* do problema nacional. Tudo dependerá do contexto e das circunstâncias históricas. Mesmo Luxemburgo aceitava que os movimentos nacionalistas foram “progressistas” na fase ascendente do capitalismo (negando essa avaliação para a fase final, decadente, do “imperialismo”). A avaliação da posição de cada debatedor nessa questão deverá se referenciar às condições concretas, históricas, das épocas sendo debatidas.

Parece-nos que, de maneira, geral Lenin tinha razão em que a questão nacional poderia ter potencial útil na luta pela implantação do socialismo (no “caminho para” o socialismo). Entretanto (inclusive como admitido pelo próprio Lenin), uma vez tendo o socialismo chegado ao poder, seria preciso

uma mudança *qualitativa* no tratamento dessas questões (uma mudança para um internacionalismo proletário). E aí, na prática histórica concreta, residiu um problema crucial. O pulo qualitativo para um *internacionalismo* realmente *proletário* parece não ter sido conseguido. A União Soviética realmente existente manteve vários resíduos históricos de épocas passadas, inclusive na questão das nacionalidades, que não foram totalmente equacionados e que explodiram na época final da perestroika. E aí as advertências de Rosa Luxemburgo sobre a extensão do potencial conflitivo da questão nacional dentro do movimento socialista acertaram no alvo. Lenin parece ter conseguido “domar” adequadamente a questão nacional na época da luta pela tomada do poder pelos socialistas/comunistas. Mas posteriormente, na época da implementação definitiva do regime socialista/comunista, a questão nacional retornou vingativa!

Rosa Luxemburgo ou Lenin? Não há consenso nesta discussão. Além disso, muitas vezes as opiniões emitidas no debate são coloridas pelas posições políticas *a priori* dos participantes (leninistas, luxemburguistas, trotskistas, stalinistas, liberais, nacionalistas moderados, nacionalistas extremados, etc.).²⁵⁵ Entretanto, independentemente das conclusões a que se

²⁵⁵ Cf. Agrawal, 1956; Walicki, 1983; Davis, 1967; Page, 1950; Shachtman, 1935; Mishra, 1988; Baier, 2019; Mattick, 1935; *Communists and the National...*, 1985; Blaut, 1987; Sewell, 2005. Sewell (2005) defende Lenin de uma posição trotskista. Shachtman (1935) e Mishra (1988) tentam estabelecer um terreno intermediário entre Luxemburgo e Lenin, relevando algumas das diferenças entre os dois em prol dos vários pontos em comum que tinham. Essa tentativa de aproximação entre os dois é expressamente repudiada por Mattick (1935), que critica os dois do ponto de vista do comunismo de esquerda ou conselhismo (sendo, entretanto, algo mais favorável a Luxemburgo que a Lenin). Agrawal (1956) faz uma leitura extremada dos aspectos especificamente democráticos da teoria de Lenin sobre a questão nacional de um ponto de vista marxista. Page (1967) faz uma desconstrução desses mesmos elementos democráticos na teoria leninista de um ponto de vista liberal. *Communists and the National...* (1985) defendem Rosa Luxemburgo contra Lenin na perspectiva da *International Communist Current*, um reagrupamento pós-1968 de antigas correntes do comunismo de esquerda. Walicki (1983) e Davis (1967) fazem uma análise respectivamente das teorias de Rosa Luxemburgo e Lenin de um ponto de vista acadêmico, sem as conotações políticas abertas de muitos dos autores anteriores citados. Blaut (1987) caminha por trilha semelhante ao examinar Lenin, propondo inclusive que a teoria leninista sobre a questão nacional passou por duas fases diferentes, separadas pelo estalar da Primeira Guerra Mundial. Inicialmente Vladimir Ilitch compartilhava os pressupostos do que Blaut chama de “marxismo pós-clássico” [do final do século XIX, pós-Marx/Engels] de os movimentos nacionalistas serem um fenômeno do capitalismo inicial, nascente e ascendente (e que tenderiam a diminuir

chegue sobre a “correção” ou não das duas posições, o estudo detalhado das mesmas é importante para o entendimento dessa questão crucial (o problema nacional) tão recorrente nos tempos modernos (basta ver o ressurgimento dos movimentos nacionalistas no início do século XXI após o “Fim da História” globalista decretado por Fukuyama no período imediatamente anterior).

no período do capitalismo maduro cada vez mais “internacionalizado”). Com as novas condições trazidas pela Primeira Guerra Mundial, Blaut veria Lenin, entre 1915 e 1920, assumindo que na nova era imperialista bélica os fenômenos nacionais se transmutaram e até se fortaleceram: não só o caráter heterogêneo do desenvolvimento do capitalismo fazia com que em várias partes do mundo com capitalismo atrasado (colônias, etc.) os antigos fenômenos nacionalistas do capitalismo nascente continuassem a se fazer sentir, mas principalmente um “novo” fenômeno nacionalista tinha que ser realçado nessa época, a saber, o exacerbado nacionalismo opressor das “grandes nações” em disputas nos conflitos bélicos e não bélicos mundiais (nacionalismo esse que gerava, inclusive, reações de nacionalismos nas “pequenas nações” oprimidas). Tudo isso explicaria a crescente tenacidade com que Lenin se apegava (para “horror” de Luxemburgo) à questão nacional dentro da perspectiva da revolução proletária.

Fontes e Bibliografia:

- AGRAWAL, N.N. Lenin on National and Colonial Questions. *The Indian Journal of Political Science*, v. 17, n. 3, p. 207-240, Jul.-set. 1956.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1991.
- ARMSTRONG, John A. Definitions, Periodisation, and Prospects for the Longue Durée. *Nations and Nationalism*, v. 10, n. 1–2, p. 9–18, jan. 2004.
- ASPATURIAN, Vernon. The Theory and Practice of Soviet Federalism. *The Journal of Politics*, vol. 12, n. 1, p. 20-51, fev. 1950.
- BAIER, Walter. *Luxemburg, Lenin, Bauer – The Left and the National*. *Transform Europe!* 17 abril 2019. Disponível online em: <https://www.transform-network.net/fr/publications/revue/overview/article/yearbook-2019/luxemburg-lenin-bauer-the-left-and-the-national/> (acesso em 22/12/2019).
- BAKUNIN, Mikhail. *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. (ed. Sam Dolgoff) New York: Vantage Books, 1972.
- BERNSTEIN, Eduard. *Evolutionary Socialism*. New York: Schocken Books, 1961. Disponível online em: <https://ia801702.us.archive.org/24/items/evolutionarysocialism00bern/evolutionarysocialism00bern.pdf> (acesso em 03/01/2020)
- BLAUT, Jim. *Lenin's Theory*. [1987] Disponível online em: http://www.columbia.edu/~lnp3/mydocs/Blaut/national_question2.htm (acesso em 24/12/2019).
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.
- BRUBAKER, Rogers. Nacionalismo “cívico” e “étnico”. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 1, p. 295 – 312, jan./jun. 2017. Disponível online em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/51060> (Acesso em 14/02/2019).

- CARR, E.H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- Clark, Katerina. Rosa Luxemburg, “The Russian Revolution”. *Studies in East European Thought*, n. 70, p. 153-165, 2018.
- Communists and the National Question (Parts 1, 2 and 3). *International Review*, n. 42, 1985. Disponíveis online em: <https://en.internationalism.org/book/export/html/1591>, https://en.internationalism.org/ir/037_natqn_02.html e https://en.internationalism.org/ir/042_natqn_03.html (acesso em 22/12/2019).
- CONNOR, John. The timelessness of Nations. *Nations and Nationalism*, v. 10, n. 1-2, p. 35–47, jan. 2004.
- CONVERSI, Daniele. Conceptualizing nationalism: an introduction to Walker Connor’s work. In: Conversi, Daniele, (ed.) *Ethnonationalism in the Contemporary World: Walker Connor and the Study of Nationalism*. Londres: Routledge, 2002, p. 1-23. Disponível online em: https://www.academia.edu/1c431877/Conceptualizing_nationalism (Acesso em: 14/02/2019).
- CONVERSI, Daniele. Mapping the Field: Theories of Nationalism and the Ethnosymbolic Approach. In: GROSBY, Steven & LEOUSSI, Athenas (orgs.). *Nationalism and Ethnosymbolism: History, Culture and Ethnicity in the formation of nations*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007, p. 15 – 30.
- DAVIS, Horace B. Lenin and Nationalism: The Redirection of the Marxist Theory of Nationalism, 1903-1917. *Science & Society*, v. 31, n. 2, p. 164-185, primavera 1967.
- DAVIS, Horace B. *Toward a Marxist Theory of Nationalism*. New York: Monthly Review Press, 1978.
- DEUTSCH, Karl. *Nationalism and Social Communication: An Inquiry into the Foundations of Nationality*. Cambridge: MIT, 1953.
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- HASTINGS, Adrian. *The Construction Of Nationhood: Ethnicity, Religion, and Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nations and Nationalism Since 1780*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

- MACH, Ernst. *Popular Scientific Lectures*. Chicago: The Open Court Publishing Company, 1895. Disponível online em <https://ia800906.us.archive.org/30/items/cu31924012322354/cu31924012322354.pdf> (acesso em 13/01/2020).
- FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*. São Paulo: Boitempo/ Iskra, 2019.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nationalisms: The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nations and Nationalism Since 1780*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HOROWITZ, Donald L. *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley: University of California Press, 1985.
- HUDIS, Peter *et al.* Did Rosa Luxemburg Take Back Her Critique of the Russian Revolution? *The International Marxist-Humanist Organization Journal*, 10 set. 2011. Disponível online em <https://imhojournal.org/articles/rosa-luxemburg-critique-russian-revolution/> (acesso em 08/11/2020)
- HUTCHINSON, John. *Modern Nationalism*. Londres: Fontana Press, 1994.
- HUTCHINSON, John & SMITH, Anthony D. (orgs.). *Nationalisms*. Nova York: Oxford University Press, 1994.
- KINNER, Klaus (ed.) *Neue Texte von Rosa Luxemburg*. Leipzig: Rosa-Luxemburg Stiftung Sachsen, 2011.
- KOHN, Hans. *The Idea of Nationalism: A Study in its History and Background*. Nova York: The MacMillan Company, 1946. Disponível online em: <https://ia801900.us.archive.org/3/items/in.ernet.dli.2015.190501/2015.190501.The-Idea-Of-Nationalism.pdf> (acesso em 16/01/2020)
- LENIN, V.I. *Comments of V I Lenin concerning Rosa Luxemburg's book Accumulation of Capital*. [1933] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1913/apr/rl-acc-capital-notes.htm> (acesso em 12/02/2020).
- LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970. 45 vols. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/index.htm> (acesso 13/02/2019).
- LENIN, V.I. On the Subject of Reports by Committees and Groups of the R.S.D.L.P. to the General Party Congress. IN: LENIN, V.I.

Lenin Collected Works. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970a. 45 vols. Vol. 6, p. 288 – 298.

- LENIN, V.I. On the Question of a Nation-Wide Revolution. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970b. 45 vols. Vol. 12, p.404 – 408.
- LENIN, V.I. The Agrarian Programme of Social-Democracy in the First Russian Revolution, 1905-1907. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970c. 45vols. Vol. 13, p. 217 – 429.
- LENIN, V.I. Cadets and Nationalists. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970d. 45 vols. Vol. 18, p. 370 – 371.
- LENIN, V.I. The “Vexed Questions” of Our Party. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970e. 45 vols. Vol. 18, p. 405 – 412.
- LENIN, V.I. The “Reconciliation” of the Nationalists and Cadets. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970f. 45 vols. Vol. 18, p. 439 – 440.
- LENIN, V.I. The National-Liberals. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970g. 45 vols. Vol. 18, p. 441 – 443.
- LENIN, V.I. The Working Class and the National Question. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970h. 45 vols. Vol. 19, p. 91 – 92.
- LENIN, V.I. Draft Platform for the Fourth Congress of Social-Democrats of the Latvian Area. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970i. 45 vols. Vol. 19, p. 110 – 118.
- LENIN, V.I. Theses on the National Question. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970j. 45 vols. Vol. 19, p. 243 – 251.
- LENIN, V.I. The Nationalisation of Jewish Schools. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970k. 45 vols. Vol. 19, p. 307 – 308.
- LENIN, V.I. Resolutions of the Summer, 1913, Joint Conference of the Central Committee of the R.S.D.L.P. and Party Officials. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970l. 45 vols. Vol. 19, p. 417 – 431.

- LENIN, V.I. “Cultural-National” Autonomy. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970m. 45 vols. Vol. 19, p. 503 – 507.
- LENIN, V.I. The Cadets and “The Right of Nations to Self-Determination”. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970n. 45 vols. Vol. 19, p. 525 – 527.
- LENIN, V.I. The Nationality of Pupils in Russian Schools. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970o. 45 vols. Vol. 19, p. 531 – 533.
- LENIN, V.I. The National Programme of the R.S.D.L.P. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970p. 45 vols. Vol. 19, 539 – 545.
- LENIN, V.I. Once More on the Segregation of the Schools According to Nationality. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970q. 45 vols. Vol. 19, p. 548 – 550.
- LENIN, V.I. Critical Remarks on the National Question. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970r. 45 vols. Vol. 20, p. 17 – 51.
- LENIN, V.I. National-Liberalism and the Right of Nations to Self-Determination. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970s. 45 vols. Vol. 20, p. 56 – 58.
- LENIN, V.I. Novoye Vremya and Rech on the Right of Nations to Self-Determination. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970t. 45 vols. Vol. 20, p. 65 – 66.
- LENIN, V.I. More About “Nationalism”. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970u. 45 vols. Vol. 20, p. 109 – 110.
- LENIN, V.I. The National Equality Bill. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970v. 45 vols. Vol. 20, p. 172 – 173.
- LENIN, V.I. On the Question of National Policy. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970w. 45 vols. Vol. 20, p. 217 – 225.
- LENIN, V.I. National Equality. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970x. 45 vols. Vol. 20, p. 237 – 238.
- LENIN, V.I. Bill on the Equality of Nations and the Safeguarding of the Rights of National Minorities. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected*

Works. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970y. 45 vols. Vol. 20, p. 281 – 283.

- LENIN, V.I. Corrupting the Workers with Refined Nationalism. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z. 45 vols. Vol. 20, p. 289 – 291.
- LENIN, V.I. Clarity Has Been Achieved. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z1. 45 vols. Vol. 20, p. 351 – 355.
- LENIN, V.I. The Right of Nations to Self-Determination. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z2. 45 vols. Vol. 20, p. 393 – 454.
- LENIN, V.I. On the National Pride of the Great Russians. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z3. 45 vols. Vol. 21, p. 102 – 106.
- LENIN, V.I. The Revolutionary Proletariat and the Right of Nations to Self-Determination. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z4. 45 vols. Vol. 21, p. 407 – 414.
- LENIN, V.I. The Socialist Revolution and the Right of Nations to Self-Determination. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z5. 45 vols. Vol. 22, p. 143 – 156.
- LENIN, V.I. Statistics and Sociology. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z6. 45 vols. Vol. 23, p. 271 – 277.
- LENIN, V.I. The Tasks of the Proletariat in Our Revolution. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z7. 45 vols. Vol. 24, p. 55 – 92.
- LENIN, V.I. The Seventh (April) All-Russia Conference of the R.S.D.L.P.(B.). IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z8. 45 vols. Vol. 24, p. 225 – 313.
- LENIN, V.I. Introduction to the Resolutions of the Seventh (April) All-Russia Conference of the R.S.D.L.P. (B.). IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z8. 45 vols. Vol. 24, p. 314 – 317.
- LENIN, V.I. Draft Programme of the R.C.P.(B.). IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z9. 45 vols. Vol. 29, p. 97 – 140.

- LENIN, V.I. “Left-Wing” Communism: an Infantile Disorder. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z10. 45 vols. Vol. 31, p. 17 – 118.
- LENIN, V.I. "Last Testament" Letters to the Congress. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z11. 45 vols. Vol. 36, p. 593 – 611.
- LENIN, V.I. One Step Forward, Two Steps Back. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z12. 45 vols. Vol. 07, p. 472 – 483.
- LENIN, V.I. Marxism and Revisionism. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z13. 45 vols. Vol. 15, p. 29 – 39.
- LENIN, V.I. What Is To Be Done?. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z14. 45 vols. Vol. 05, p. 347 – 530.
- LENIN, V.I. Materialism and Empirio-criticism. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z15. 45 vols. Vol. 14, p. 17 – 362.
- LENIN, V.I. The Tasks of the Proletariat in the Present Revolution . IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z16. 45 vols. Vol. 24, p. 19 – 26.
- LENIN, V.I. The State and Revolution. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z17. 45 vols. Vol. 25, p. 381 – 492.
- LENIN, V.I. The Junius Pamphlet. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z18. 45 vols. Vol. 22, p. 305 – 319.
- LENIN, V.I. The Development of Capitalism in Russia. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z19. 45 vols. Vol. 03, p. 21 – 608.
- LENIN, V.I. On the Subject of Reports by Committees on Groups of the R.S.D.L.P. to the General Party Congress. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z20. 45 vols. Vol. 06, p. 290 – 300.
- LENIN, V.I. The Latest Word in Bundist Nationalism. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z21. 45 vols. Vol. 06, p. 518 – 520.

- LENIN, V.I. A Tactical Platform for the Unity Congress of the R.S.D.L.P. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z22. 45 vols. Vol. 10, p. 147 – 164.
- LENIN, V.I. The National Question in Our Programme. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z23. 45 vols. Vol. 06, p. 454 – 463.
- LENIN, V.I. The Discussion on Self-Determination Summed Up. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z24. 45 vols. Vol. 22, p. 320 – 360.
- LENIN, V.I. Rosa Luxemburg and the Polish “Partie” Vorstand in Martov’s Wake. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z25. 45 vols. Vol. 41, p. 255 – 259.
- LENIN, V.I. What the “Friends of the People” Are and How They Fight the Social-Democrats. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z26. 45 vols. Vol. 1, p. 129-332.
- LENIN, V.I. The Development of Capitalism in Russia. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z27. 45 vols. Vol. 3.
- LENIN, V.I. Imperialism: Highest Stage of Capitalism. In: *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z28. 45 vols. Vol. 22, p. 185 – 304.
- LENIN, V.I. The Tasks of the Proletariat in the Present Revolution . IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z29. 45 vols. Vol. 24, p. 19-26.
- LENIN, V.I. The Revolutionary-Democratic Dictatorship of the Proletariat and the Peasantry. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z30. 45 vols. Vol. 8, p. 293-303.
- LENIN, V.I. One Step Forward, Two Steps Back. Reply By N. Lenin To Rosa Luxemburg. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z31. 45 vols. Vol. 7, p. 472-483.
- LENIN, V.I. On the Manifesto of the League of the Armenian Social-Democrats. IN: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1960-1970z32. 45 vols. Vol. 6, p. 324-327.

- LENIN, V.I. Does the Jewish Proletariat Need an “Independent Political Party”?, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z33. 45 vols. Vol. 6, p. 328-333.
- LENIN, V.I. The Position of the Bund in the Party. V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z34. 45 vols. Vol. 7, p. 92-102.
- LENIN, V.I. The Question of Nationalities or “Autonomisation”. V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z35. 45 vols. Vol. 36, p. 605-611.
- LENIN, V.I. Preliminary Draft Theses on the National and the Colonial Questions. V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z36. 45 vols. Vol. 31, p. 144-151.
- LENIN, V.I. Declaration of the Editorial Board of Iskra. V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z37. 45 vols. Vol. 4, p. 351-356.
- LENIN, V.I. A Letter to S.G. Shahumyan. V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z38. 45 vols. Vol. 19, p. 499-502.
- LENIN, V.I. Declaration of Rights of the Working and Exploited People. V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970z39. 45 vols. Vol. 26, p. 423-425.
- Lenin, V.I. *Polnoe Sobranie Sochinenii*. 5ª ed. Moscou: Politizdat, 1967-1975. 55 vols. Disponível online em http://lenin-ulijanov.narod.ru/sobran_0.html (acesso em 18/10/2020)
- LENIN, V.I. *Lenin Selected Works*. Moscou, URSS: Progress Publishers, 1970. 3 vols. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/sw/index.htm> (acesso em 19/08/2019).
- LENIN, V.I. Imperialism, the Highest Stage of Capitalism. IN: LENIN, V. I. *Lenin Selected Works*. Moscou, URSS: Progress Publishers, 1970a. 3 vols. Vol. 1, p. 667 – 766.
- LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LENIN, V.I. *Marxism and Nationalism*. Broadway (Austrália): Resistance Books, 2002. Disponível online em: https://socialist-alliance.org/sites/default/files/marxism_nationalism.pdf (acesso em 09/10/2020).
- LENIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

- LENIN, V.I. *Cadernos Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- LÖWY [grafado LOWY], Michael. Marxists and the National Question. *New Left Review*, n. 96, p. 81-100, mar-abr. 1976.
- LÖWY [grafado LOWY], Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LÖWY, Michael. *Nacionalismos e Internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.
- LÖWY, Michael. O Sonho Naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional. *Lutas Sociais*, n. 7, p. 131-142, 2001.
- LÖWY, Michael. *Why Socialism Must Be Internationalist... And What Rosa Luxemburg Can Teach Us About It*. Berlim: Rosa-Luxemburg Stiftung, jan. 2020. Disponível online em: <https://www.rosalux.de/en/publication/id/41529/why-socialism-must-be-internationalist> (acesso em 19/11/2020)
- LUKÁCS, Georg. Critical Observations on Rosa Luxemburg's "Critique of the Russian Revolution". In: LUKÁCS, GEORG. *History and Class Consciousness*. Cambridge: The MIT Press, 1972.
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Polish Question at the International Congress in London*. [1896a]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1896/07/polish-question.htm> (acesso em 02/12/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Social Democracy and the National Struggles in Turkey*. [1896b]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1896/10/10.htm> (acesso em 02/12/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Industrial Development of Poland*. [1898]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1898/industrial-poland/index.htm> (acesso em 31/08/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *In Defense of Nationality*. [1900]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/nationality/index.html> (acesso em 02/12/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Foreword to the Anthology "The Polish Question and the Socialist Movement"*. [1905]. Disponível online em:

<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1905/misc/polish-question.htm> (acesso em 02/12/2019).

- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The National Question*. [1908-1909] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/index.htm> (acesso 13/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Right of Nations to Self-Determination*. [1908-1909a] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch01.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Nation-State and the Proletariat*. [1908-1909b] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch02.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Federation, Centralization and Particularism*. [1908-1909c] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch03.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Centralization and Autonomy*. [1908-1909d] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch04.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The National Question and Autonomy*. [1908-1909e] Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch05.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Revolutionary Hangover*, [1909]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/04/hangover.htm> (acesso em 20/09/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Theory and Practice*. [1910]. Disponível online em <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1910/theory-practice/index.htm> (acesso em 04/09/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Russian Tragedy*. [Setembro de 1918]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/09/11.htm> (acesso em 20/09/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Socialization of the Society*. [Dezembro de 1918]. Disponível online em:

<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/12/14.pdf> (acesso em 31/08/2019).

- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Selected Political Writings of Rosa Luxemburg*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1971.
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. What are the Origins of May Day? IN: LUXEMBURGO [Grafado LUXEMBURG], Rosa. *Selected Political Writings of Rosa Luxemburg*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1971a, p. 315 – 316. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1894/02/may-day.htm> (acesso em 31/08/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. What does the Spartacus League want? IN: LUXEMBURGO [Grafado LUXEMBURG], Rosa. *Selected Political Writings*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1971b, p. 366 – 376. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/12/14.htm> (acesso em 31/08/2019).
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-Democracia*. Lisboa: Editorial Presença/São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Editado e com Introdução de Horace B. Davis. *The National Question. Selected Writings by Rosa Luxemburg*. Londres: Monthly Review Press, 1976.
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/index.htm> (acesso 13/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. O Direito dos Povos à Autodeterminação. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988a, p. 9 – 53. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch01.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. O Estado Nacional e o Proletariado. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo

Horizonte: Oficina de Livros, 1988b, p. 55 – 77. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch02.htm> (acesso em 14/02/2019).

- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Federação, Centralização, Particularismo. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988c, p. 79 – 105. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch03.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. A Centralização e o Autogoverno. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988d, p. 107 – 140. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch04.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. A Nacionalidade e a Autonomia. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988e, p. 141 – 175. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1909/national-question/ch05.htm> (acesso em 14/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. A Autonomia do Krolestwo Polonês. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988f, p. 177 – 251.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Introdução, tradução e notas de rodapé de Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. Questões de Organização da Socialdemocracia Russa. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991a. P 37-60.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991b. P 61-98.
- LUXEMBURGO, Rosa. O Que Quer a Liga Spartakus? IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991c. P 99-110.

- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *The Accumulation of Capital*. Londres: Routledge, 2003. Também disponível online em <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm> (acesso em 31/08/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 2007 – 2017. 7 vols. (com complementos). [edição revisada e ampliada a partir de 2007 em andamento, com previsão do futuro vol. 8 incluir os textos de Luxemburgo em polonês ainda não traduzidos para o alemão. Descrição dos volumes em: <https://dietzberlin.de/Rosa-Luxemburg-Gesammelte-Werke-Band-11> e também em http://www.collectif-smolny.org/article.php?id_article=1093] (acesso em 28/02/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Das System Der Entnationalisierung ["O Sistema da Desnacionalização"]. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 2007 – 2017a. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1900/nat/teil1.htm>. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/nationality/chap1.html> (acesso em 05/09/2018).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Wessen Schuld? ["De Quem é a Culpa?"]. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Gesammelte Werke*, v. 1.1. Berlim: Dietz Verlag, 2007 – 2017b. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1900/nat/teil2.htm>. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/nationality/chap2.html> (acesso em 05/09/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Unsere Verbündeten ["Nossos Aliados"]. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Gesammelte Werke*, v. 1.1. Berlim: Dietz Verlag, 2007 – 2017c. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1900/nat/teil3.htm>. Também disponível online em inglês: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/nationality/chap3.html> (acesso em 05/09/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Der Adel, das Bürgertum und das Volk im Posenschen ["A Nobreza, a Burguesia e o Povo de Posen"]. IN: LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG],

Rosa. *Gesammelte Werke*, v. 1.1. Berlim: Dietz Verlag, 2007 – 2017d. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1900/nat/teil4.htm>. Também disponível online em inglês: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/nationality/chap4.html> (acesso em 05/09/2019).

- LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Vilna: Izquierda Revolucionaria, 2008. Disponível online em: <https://www.elsoca.org/pdf/libreria/Rosa%20Luxemburgo%20-%20Obras%20escogidas.pdf> (acesso em 05/01/2020).
- LUXEMBURGO, Rosa. El folleto Junius: la crisis de la socialdemocracia alemana. IN: LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Vilna: Izquierda Revolucionaria, 2008a, p. 265 – 345.
- LUXEMBURGO, Rosa. Huelga de masas, partido y sindicatos. IN: LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Vilna: Izquierda Revolucionaria, 2008b, p. 160 – 225.
- LUXEMBURGO, Rosa. Problemas organizativos de la socialdemocracia. IN: LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Vilna: Izquierda Revolucionaria, 2008c, p. 120 – 138.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma o revolución. IN: LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Vilna: Izquierda Revolucionaria, 2008d, p. 37 – 98. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm> (acesso em 31/08/2019).
- LUXEMBURGO, Rosa. La Revolución Rusa. IN: LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Vilna: Izquierda Revolucionaria, 2008e, p. 374 – 406. Também disponível online em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/russian-revolution/index.htm> (acesso em 31/08/2019).
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. Das Unabhängige Polen und die Arbeiterfrage. In: KINNER, Klaus (ed.) *Neue Texte von Rosa Luxemburg*. Leipzig: Rosa-Luxemburg Stiftung Sachsen, 2011. P. 31-87.
- LUXEMBURGO [grafado LUXEMBURG], Rosa. *Gesammelte Werke (Über 150 Titel in einem Band)*. Kiev: Ok Publishing, 2017. (Versão epub).
- LUXEMBURGO, Rosa. *Sobre a Constituinte e o Governo Provisório*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível online em: <https://rosalux.org.br/wp->

content/uploads/2021/02/Sobre-a-Constituinte_digital-1.pdf (acesso em 08/03/2021)

- MARX, Karl. The Eighteenth of Brumaire of Louis Bonapart. In: *Marx-Engels Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, 1975-2004a. 50 vols. Vol. 11, p. 99-197.
- *Marx-Engels Collected Works* (MECW). Londres: Lawrence & Wishart, 1975-2004. 50 vols. Disponível online em: <http://www.hekmatist.com/Marx%20Engles/> (acesso em 13/02/2019).
- MATTICK, Paul. *Luxemburg versus Lenin*. [1935]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1936/luxemburg-lenin.htm> (acesso em 22/12/2019).
- MATTICK, Paul. *Luxemburg versus Lenin*. In: MATTICK, Paul. *Anti-Bolshevik Communism*. Monmouth: Merlin Press, 2007. P. 19-48. Disponível online em: https://libcom.org/files/paul-mattick-anti-bolshevik-communism-2007_0.pdf (acesso em 09/11/2020)
- MAXTON, James. *Lenin: A Biography*. Glasgow: The Scottish Socialist Party, 2018.
- MISHRA, Vinod. *Vladimir Ilich Vs. Rosa Luxemburg: A Study Based On Lenin's Writings* [Liberation, November, 1988]. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mishra/1988/11/x02.htm> (acesso em 22/12/2019).
- *Nationalism Project*: ver *The Nationalism Project*
- NETTL, J.P. *Rosa Luxemburg. Vol. 1*. Londres: Oxford University Press, 1966. Disponível online em: https://libcom.org/files/Nettl_JP_Rosa_Luxemburg_Vol_1.pdf
- NETTL, Peter. *Rosa Luxemburgo*. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 1974. Disponível online em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3812128/mod_resource/content/2/%C2%B4Rosa%20Luxemburgo.pdf
- PAGE, Stanley W. Lenin and Self-Determination. *The Slavonic and East European Review*, v. 28, n. 71, p. 342-358, abril 1950.
- *Programme of the Social-Democratic Workers' Party (adopted at the Second Congress of the Party)* [1903]. Disponível online em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/rsdlp/1903/program.htm> (acesso em 12/10/2020)

- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation ?* Paris: Calmann Lévy, 1882. Disponível online em : <https://ia800308.us.archive.org/12/items/questcequunenat00renagoo/questcequunenat00renagoo.pdf> (acesso em 16/01/2020)
- SEGRILLO, Angelo. *The Decline of the Soviet Union: An Analysis of the Causes*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível online em: <http://lea.vitis.uspnet.usp.br/arquivos/angelosegrillobookthedeclineofthesovietunion.pdf> (acesso em 01/07/2020)
- SERGE, Victor. O Ano I da Revolução Russa. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- SETON-WATSON, Hugh. *Nations and States: An Enquiry into the Origins Of Nations and the Politics of Nationalism*. Nova York: Westview Press, 1977.
- SEWELL, Rob. Lenin on the National Question. In *Defence of Marxism*, 11 julho 2005. Disponível online em: <https://www.marxist.com/lenin-national-question160604.htm> (acesso em 24/12/2019).
- SHACHTMAN, Max. Lenin and Rosa Luxemburg. *New International*, v.2 n.2, p. 60-64, março 1935. Também disponível online em: <https://www.marxists.org/archive/shachtma/1935/03/len-lux.htm> (acesso em 22/12/2019).
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *Qu'est-ce que le Tiers Etat?* Paris: Éditions du Boucher, 2002. Disponível online em: <http://www.leboucher.com/pdf/sieyes/tiers.pdf> (acesso em 16/01/2020)
- SMITH, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell, 1986.
- SMITH, Anthony D. *Nationalism: Theory, Ideology, History*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- STALIN, J.V. *Works*. 14 vols. Moscou/Londres: Foreign Languages Publishing House, 1953-1978. Disponível online em: <https://marx2mao.redspark.nu/Stalin/Index.html> ou em <http://marxism.halkcephesi.net/Stalin/pdf.htm> ou em <http://www.marx2mao.com/Stalin/Index.html> (acesso em 16/01/2020)
- STALIN, J.V. Marxism and the National Question. In: STALIN, J.V. *Collected Works*. 14 vols. Moscou/Londres: Foreign Languages Publishing House, 1953-1978a. Vol. 2, p. 300-381.

- STALIN, J.V. Against Federalism. In: STALIN, J.V. *Collected Works*. 14 vols. Moscou/Londres: Foreign Languages Publishing House, 1953-1978b. Vol. 3, p. 25-33.
- *The Nationalism Project* homepage. <http://www.nationalismproject.org/> (acesso em 16/01/2020)
- TEWATIA, T.C. Soviet Theory of Federalism. *The Indian Journal of Political Science*, v. 36, n. 2, p. 177-191, Abr.-Jun. 1975.
- VAN den BERGHE, Pierre L. *The Ethnic Phenomenon*. New York: Elsevier, 1981.
- WALICKI, Andrzej. Rosa Luxemburg and the Question of Nationalism in Polish Marxism (1893-1914). *The Slavonic and East European Review*, v. 61, n. 4, p. 565-582, out. 1983.
- WEBER, Eugen. *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1976.